

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**FERNANDO FIOROTTI POLTRONIERI**

**O FARDO DO PASSADO CONTRA A EMANCIPAÇÃO: UMA ANÁLISE  
DA ALTERNATIVA PÓS-MARXISTA**

**NITERÓI  
2012**

**FERNANDO FIOROTTI POLTRONIERI**

**O FARDO DO PASSADO CONTRA A EMANCIPAÇÃO: UMA ANÁLISE  
DA ALTERNATIVA PÓS-MARXISTA**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense-UFF, como requisito para obtenção do grau parcial de Mestre em História.**

**Orientador: Prof. Dr. Bernardo Kocher.**

**NITERÓI  
2012**

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

**P779 Poltronieri, Fernando Fiorotti.**

O fardo do passado contra a emancipação: uma análise da alternativa pós-marxista / Fernando Fiorotti Poltronieri. – 2012.  
176 f.

Orientador: Bernardo Kocher.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.

Bibliografia: f. xxx-xxx

1. Marxismo; aspecto histórico. 2. Pós-modernidade. 3. Teoria da história. 4. Historiografia. 5. Nova esquerda (Ciência Política).

I. Kocher, Bernardo. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 335.409

**FERNANDO FIOROTTI POLTRONIERI**

**O FARDO DO PASSADO CONTRA A EMANCIPAÇÃO: UMA ANÁLISE  
DA ALTERNATIVA PÓS-MARXISTA**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em História da Universidade Federal Fluminense- UFF,  
como requisito para obtenção do grau parcial de Mestre em  
História.**

**Setor: História Contemporânea III**

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

**Banca Examinadora**

---

Prof. Dr Bernardo Kocher

Universidade Federal Fluminense- UFF- (orientador)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Virgínia Maria Gomes de Mattos Fontes

Universidade Federal Fluminense - UFF- (arguidor)

---

Prof. Dr. Eurelino Teixeira Coelho Neto

Universidade Estadual de Feira de Santana- UEFS- (arguidor)

Niterói

2012

## AGRADECIMENTOS

Uma pesquisa de mestrado pode ser um empreendimento muito solitário, especialmente quando a tela do computador passa a ser a sua primeira visão pela manhã ou as fotocópias e livros empilham-se pelo seu quarto. Contudo, estaria mentindo se afirmasse que este processo não tem os seus diminutos prazeres, as vitórias que advêm de uma frase bem construída ou da visão de conjunto do texto que cresce com o passar dos meses. Do mesmo modo, o processo de escrita não se resume a este “mundo interior”. Ele é alimentado por um sem número de vivências, experiências e colaborações que permitiram o término deste trabalho.

Primeiramente, gostaria de agradecer a minha família, Zé, Iracema e Felipe, que não deixaram de me apoiar financeira e emocionalmente, tanto no período que morei em Niterói ou, posteriormente, no momento “intelectual desempregado” no Espírito Santo. Não me esquecerei das caronas de domingo à noite para a rodoviária, nem do afeto no retorno após algumas semanas em Niterói. Sem eles esta dissertação não existiria.

Não posso me esquecer das boas discussões e debates que tive nas disciplinas de professores como Guilherme Pereira das Neves, Virgínia Fontes e Sônia Mendonça. Nas aulas conheci pessoas de todo o Brasil com quem não só discuti os textos propostos, mas troquei informações e vivências que melhoraram o modo como compreendia a minha própria pesquisa. Devo mencionar a ajuda do colega Guilherme do Ceará que me passou os arquivos da *New Left Review* que foram muito úteis neste trabalho.

No período como “niteroiense”, devo mencionar a grande ajuda dos colegas da república *Green House*, Pedrão, Pietro, Lucas, Rafael, entre outros, que tornaram mais fácil a estadia e as idas e vindas do Bandejão.

Agradeço também a familiares, amigos e colegas que nestes dois anos torceram e me incentivaram a terminar a minha pesquisa. Seria injusto mencionar o nome de alguns como forma de ilustração, já que, nesta questão, tive o apoio de muitas pessoas que fizeram a vida deste pesquisador menos maçante e mais alegre.

Agradeço à orientação do professor Bernardo Kocher que aceitou a tarefa sobre um tema incomum e me deu liberdade e apoio na produção desta pesquisa. Aos professores Marcelo Badaró e Virgínia Fontes pela enriquecedora qualificação,

assim como o aceite para continuar na banca de defesa. Da mesma forma, aos professores Eurelino Coelho e André Laino por terem concordado em participar da banca de defesa.

Por fim, mas não menos importante, agradeço à Luiza. Uma mineirinha que apareceu cinco anos atrás na minha vida e me apoiou plenamente. Seu amor e carinho foram fundamentais neste processo. Com ela ao meu lado, espero enfrentar outras “batalhas”.

## RESUMO

O objetivo desta pesquisa é refletir sobre a teoria da história subjacente ao pós-marxismo de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Este fenômeno teórico nasce de uma junção entre o marxismo, de autores como Antonio Gramsci e Louis Althusser, e do pós-modernismo, de pensadores como Jacques Derrida e Richard Rorty. Desta união, entre matrizes teóricas tão distintas, emergem perspectivas que se amparam em um novo conjunto de categorias e conceitos para defender uma discursivização do real e o aprofundamento do discurso democrático como estratégia para a emancipação. O jogo que se estabeleceria na contemporaneidade seria o da hegemonia, onde um processo de eterna rearticulação dos discursos ocorreria sob uma condição contingente e fugidia.

No bojo da hegemonia, o nexos temporal passado-presente-futuro é representado de forma a valorizar a dimensão do presente, já que este é o *lócus* de rearticulação do discurso, e ainda porque o passado não deteria nenhuma positividade sobre o mesmo. Esta rejeição objetivaria libertar o jogo político da contemporaneidade das constrições da história sem, no entanto, abrir mão de uma agenda voltada para a emancipação social.

O pós-marxismo é investigado como produtor implícito de uma teoria historiográfica que mantém estreitos laços com uma teoria da história pós-moderna. Este trabalho não se furta a tecer considerações críticas ao pós-marxismo, o contrapondo a um *fazer* historiográfico que, inspirado no materialismo histórico, não cai nos becos sem saída que a teoria pós-marxista apresenta.

**Palavras-chave:** História do Marxismo, Pós-marxismo, Pós-modernidade, Teoria da História, Historiografia, Esquerda contemporânea.

## ABSTRACT

The purpose of this research is to discuss the theory of history subjacent to the post-marxism positions of Ernesto Laclau and Chantal Mouffe. This phenomenon arises from a theoretical link between Marxism, by authors such as Antonio Gramsci and Louis Althusser, and post-modern thinkers, especially the work of Jacques Derrida and Richard Rorty. From this union of distinct theoretical frameworks some perspectives emerge, founded on a new set of categories and concepts, to defend a discursivization of the real and the deepening of the democratic discourse as a strategy for emancipation. The game that would be established in the contemporaneity would be hegemony, where an eternal process of rearticulation of discourses would occur under a condition of contingency and transitoriness.

In the midst of hegemony the temporal link past-present-future is represented in order to appreciate the present scale since this is the locus of rearticulation of discourse and also because the past will not see it in a positive way. This rejection would aim to release the contemporary political game from the constrictions of history, without giving up an agenda toward social emancipation.

The post-Marxism is investigated as a producer of an implicit theory of historiography that has close ties with a postmodern theory of history. This work does not avoid being critical about post-marxism, contrasting it with a historiography which, inspired by historical materialism, does not fall into the blind alleys that the post-marxist theory presents.

**Keywords:** History of Marxism, Post-Marxism, Post-modernity, Theory of History, Historiography, Contemporary Left.



## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO 1- LUTA DE CLASSE, PÓS-MODERNISMO E CRISE DO MARXISMO (1945-1990)</b> .....	<b>15</b>
1.1 O MARXISMO: PROBLEMAS DE UMA PESQUISA HISTÓRICA .....	18
1.2 O “MARXISMO OCIDENTAL” .....	24
1.3 CAPITALISMO E LUTA DE CLASSES CONTEMPORÂNEAS (1945-1991) ....	34
1.3.1 A “era dourada” do capitalismo (1945-1973) .....	35
1.3.2 Crises e mutações do capitalismo: (1973-1991) .....	42
1.4 O MARXISMO NA BATALHA DAS IDEIAS .....	50
1.4.1 Marx e o admirável mundo novo .....	51
1.4.2 O Marxismo e o pós-moderno.....	68
1.5 A “CRISE DO MARXISMO” E O PÓS-MARXISMO .....	80
<b>CAPÍTULO 2- O PÓS-MARXISMO DE ERNESTO LACLAU E CHANTAL MOUFFE</b> .....	<b>85</b>
2.1 A DEMOCRACIA RADICAL DE LACLAU E MOUFFE .....	86
2.1.1 O marxismo contra a contingência.....	87
2.1.2 Hegemonia, Equivalência e Antagonismo .....	94
2.1.3 A democracia radical pós-marxista.....	104
2.2 OS EMBATES DO PÓS-MARXISMO .....	110
2.2.1 O Pós-marxismo na “ <i>New Left Review</i> ” .....	114
2.2.2 O Pós-marxismo: outros debates.....	130
<b>CAPÍTULO 3 - O FARD DO PASSADO CONTRA A EMANCIPAÇÃO</b> .....	<b>142</b>
3.1 O ESVANECIMENTO DA HEGEMONIA.....	143
3.2 A HISTÓRIA ENCONTRA O SEU FIM .....	154
3.3 A HISTÓRIA CONTRA O PÓS-MARXISMO .....	172
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>187</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>190</b>

## INTRODUÇÃO

O grupo de comédia inglês Monty Python lançou, em 1979, o filme *A vida de Brian (Life of Brian)*. Esta obra contava a história de um rapaz, o Brian do título, que na Judeia do século I participou de uma organização “revolucionária”, foi confundido com um messias e acabou crucificado. A comédia produzida pelos ingleses do *Python* sempre foram consideradas cortantes e ácidas em sua crítica da situação inglesa e mundial entre as décadas de 70 e 80 do século XX. Em uma das *sketchs* deste filme, esta capacidade se mostra notável. Nesta, um “partido de revolucionários” hebreus reúne-se para discutir estratégias para a “esquerda” local. Alguns temas inquietavam o grupo, entre eles, a incorporação das mulheres como membros ativos do movimento e a concorrência com as outras organizações da “esquerda”.

O momento “cômico” ocorre quando um homem do grupo afirma querer ser uma mulher e que, além disto, ele tem direito a gerar um filho. Inicialmente, uma voz mais racional afirma que tal coisa é impossível, só que é vencida por outros companheiros que defendem a legitimidade da causa, pois ele tem o direito de querer gestar um filho, mesmo que isto seja impossível. A causa é simbólica, mais do que real. Um membro atônito com o rumo da conversa a encerra com a seguinte declaração: “Talvez esta seja um símbolo da luta contra a realidade”<sup>1</sup>.

Esta pequena encenação poderia ser explorada de algumas maneiras. Como ilustração de um dos eixos a ser aprofundado nesta pesquisa, pode-se destacar o papel que as palavras, o *discurso*, passaram a ter nos movimentos de esquerda nas últimas décadas do século XX. A ênfase no discurso foi acompanhada por um relativo distanciamento da realidade, das condições concretas de existência dos homens. E, mesmo com todos os problemas que uma palavra como realidade apresenta, ela deve ainda ser um objetivo/limite dos esforços teóricos da esquerda.

A discursivização das teorias de esquerda, entre elas o marxismo, popularizou-se junto ao aparecimento de muitas teses que tinham por mote os termos: “pós” ou “fim”. Noções como *pós-modernismo* ou *fim da história* ficaram conhecidas nas últimas décadas do século XX e tornaram-se a última moda, consumidas com voracidade por intelectuais, jornalistas ou cidadãos bem

---

<sup>1</sup> *A vida de Brian (Life of Brian)*. Terry Jones, Grã Bretanha: Handmade films, 1979. 1 Dvd.

informados. Livros e mais livros, editoriais e mais editoriais, eram lançados em diversos mercados na esteira desta efervescência.

Uma das explicações para este processo estava na grande ansiedade que muitos tinham, em categorizar e conceituar as diversas transformações históricas, ao mesmo tempo em que, buscavam agir sobre estas. O “ineditismo” sepultaria antigas ideias e obliteraria velhas expectativas. A esquerda vivenciaria este processo intensamente, com o surgimento de teorias mais “radicais” e “atualizadas”. A própria história do socialismo, materializada na figura imponente e cambiante da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), mostrava-se como outra fonte de tensão que alimentava a espiral de crescente “discursivização”, “pósificação” e “finalização” das teorias sociais. Não se pode descartar que este processo, veio acompanhado por um revigorado conservadorismo que era encarnado nas figuras de Ronald Reagan (1911-2004) e Margareth Thatcher (1925-), nos Estados Unidos da América e na Grã-Bretanha, respectivamente.

O marxismo não passou ileso por esta tempestade. As novas ideias receberam uma acolhida que ia da leve incorporação a uma completa adesão das teses pós-modernas. A frase de Jean-Paul Sartre (1905-1980) que definia o marxismo como um “horizonte inescapável” dos intelectuais de sua época, tonava-se uma citação extremamente datada, ultrapassada pela “realidade” dos fatos<sup>2</sup>.

É dentro deste quadro que emergiu o pós-marxismo do historiador argentino Ernesto Laclau (1935-) e da cientista política franco-belga Chantal Mouffe (1943-). Formulado pela primeira vez em *Hegemony and Socialist Strategy: towards a radical democratic politics*<sup>3</sup>. Lançado no ano de 1985 pela Verso books, esta obra ganhou notoriedade por seu hibridismo teórico<sup>4</sup>. Nesta fundia-se marxismo e pós-modernismo e apresentava-se uma agenda política “modernizada” para o cenário delineado acima.

O termo pós-marxismo não era novo e inicialmente poderia ser usado para caracterizar todos que, de certo modo, abandonavam o referencial teórico originado

---

<sup>2</sup> SARTRE, Jean-Paul. *Crítica da Razão Dialética*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

<sup>3</sup> LACLAU, Ernesto & MOUFFE, Chantal. *Hegemony and Socialist Strategy: towards a radical democratic politics*. 2ª Ed. London, Verso, 2000. Não há tradução para o português.

<sup>4</sup> Em 2010, comemorou-se 25 anos de lançamento da obra, uma nova edição foi lançada com um novo prefácio. Foram realizados algumas palestras e simpósios comemorativos, entre eles um realizado na Universidade de Nova York que contou com a presença de Ernesto Laclau, Chantal Mouffe e outros intelectuais. Ressalte-se que *Hegemony* não foi traduzida para o português.

em Marx e Engels. Entre os marxistas, ele tinha conotações claramente negativas<sup>5</sup>. Contudo, esta primeira definição não esgotaria a polissemia inerente ao conceito. Ele também poderia ser empregado para definir a situação sócio-histórica do período posterior à queda do regime soviético - e os limites que este impõe sobre as posições de esquerda<sup>6</sup> -, bem como a um modelo de ativismo que fugiria da matriz teórica marxista<sup>7</sup>. Poderia, igualmente, representar intelectuais de esquerda que mantêm laços heterodoxos com o marxismo<sup>8</sup>.

O pós-marxismo de Laclau e Mouffe define-se como um fenômeno teórico que positiva o distanciamento das teses de Marx. Compreende que esta ruptura é o espaço de “atualização”, de incorporação da contingência ao marxismo. Para preencher os vazios, abraça tendências teóricas tão distintas como o pós-estruturalismo, a fenomenologia, a filosofia analítica, o pragmatismo, entre outras correntes. Esta mistura produz um complexo quadro que engloba a conformação e reconfiguração de novas categorias como hegemonia, articulação, equivalência, antagonismo, os pontos nodais, entre outras. Esta novidade foi acolhida de distintas maneiras, da rejeição dos marxistas “tradicionais” à conversão de muitos ao “pós-marxismo”, e gerou debates que tomaram de assaltos revistas e jornais acadêmicos.

O pós-marxismo e sua agenda de intervenção na contemporaneidade são o alvo desta dissertação de mestrado. Em especial, o modo como esta teoria se relaciona com a história. No pós-marxismo, o passado deixa de ser um referente importante, já que, para Laclau e Mouffe, o discurso não mantém lastro com o real. Esta exclusão de um “para além do discurso” é um movimento que visa abraçar a contingência e permitir o livre jogo da hegemonia. O discurso, igualmente, é descentrado, sem determinação ou representação, atuando por equivalência e diferenciação. Deste modo, a democracia como discurso colocaria em movimento esta lógica, e serviria a um processo de emancipação e difusão da igualdade.

Esta libertação do fardo do passado não é uma característica restrita a teoria

---

<sup>5</sup> Esta noção de ruptura ganha contornos e termos distintos como ortodoxia/heterodoxia, entre outras. Ver por exemplo ANDREUCCI, Franco. A difusão e a vulgarização do marxismo. In: HOBBSAWM, Eric [et. Al.]. *História do marxismo: o marxismo na época da Segunda Internacional*. Vol.2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

<sup>6</sup> POSTONE, Moishe. Rethinking Marx (in a Post-Marxist world) In: Camic, Charles (Ed.), *Reclaiming the Sociological Classics*, Cambridge, Mass Blackwell Publishers.

<sup>7</sup> PETRAS, James. Intelectuais: uma crítica marxista aos pós-marxistas. In: *Lutas Sociais*, nº 1, São Paulo: Xamã, 1999.

<sup>8</sup> LECHTE, John. *Fifty key contemporary thinkers: from structuralism to postmodernity*. London: New York: Routledge, 1994.

pós-marxista, mas está presente em outras tendências e na própria cultura de fins do século XX<sup>9</sup>. Não se pode perder de vista que estas transformações ocorreram dentro de uma dada correlação de forças estabelecida entre regimes distintos de produção do capital, das lutas de classes que ocorrem sob tais condições, bem como das modulações distintas que se entrelaçam no processo histórico. Portanto, mais que uma pesquisa que se debruça sobre a teoria e a história intelectual, almeja-se colocar o pós-marxismo na história. Para alcançar tal intento esta pesquisa se divide em três capítulos.

O *primeiro capítulo* visa compreender os eixos históricos e teóricos que fundamentaram a emergência do pós-marxismo na segunda metade do século XX. Uma primeira dimensão deste fenômeno é a própria história do marxismo, a saber, às transformações por qual passou a teoria de Marx ao longo do século XX. Para tanto, adota-se o conceito de *Marxismo Ocidental* que foi mais profundamente desenvolvido por Perry Anderson para entender a aproximação do pós-marxismo com o debate filosófico e sua grande preocupação com o debate teórico. Outro eixo é o desenvolvimento histórico do capitalismo e das lutas de classes no período delimitado, isto é, as mudanças nos regimes de extração de sobretrabalho, os revesses dos movimentos de esquerda e a emergência de “novos atores”, a hegemonização do credo neoliberal e o desmoronamento das sociedades socialistas na URSS e no Leste Europeu. Tais desdobramentos constituem um importante quadro de fundo para apreensão do fenômeno pós-marxista.

Um terceiro aspecto que se correlaciona diretamente à teoria de Laclau e Mouffe é o desenvolvimento de um conjunto de novas teorias, conceitos e categorias que visavam, em alguns casos, superar os pressupostos marxistas, em outros, anular a sua própria condição de existência. Termos ou conceitos como “sociedade pós-industrial”, “novos movimentos sociais”, “fim das classes”, “trabalho imaterial” entre outros, são em alguns casos, direta ou indiretamente, manipulados por Laclau e Mouffe, em *Hegemony*. Do mesmo modo, outras posições ancoradas em uma perspectiva filosófica pós-moderna radicalizavam suas afirmações defendendo uma crítica da ontologia e epistemologia moderna. Autores como Richard Rorty (1931-2007), Ludwig Wittgenstein (1889-1951), Jacques Derrida (1930-2004) e Michel Foucault (1926-1984) denunciavam as falsas premissas que ancoravam a filosofia e

---

<sup>9</sup> JAMESON, Fredric. *Pós-Modernismo: A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio*. Introdução. Editora Ática: São Paulo, 2004.

a teoria moderna. O pós-marxismo atrelaria-se de forma indelével a estes debates emergindo em um período definido como “crise do marxismo”.

O *segundo capítulo* propõe-se a apresentar as teses pós-marxistas enunciadas em *Hegemony and Socialist Strategy*. Nestas, articulam-se a desconstrução da teoria marxista, a (re)configuração de novas categorias e a defesa de uma nova agenda para a esquerda contemporânea. Na segunda parte deste capítulo, o foco volta-se para alguns debates desencadeados pela obra de Laclau e Mouffe, enfatizando-se, em especial, aqueles que ocorreram nas páginas da revista inglesa *New Left Review*. Contudo, o capítulo não se detém unicamente nos balanços negativos das teses pós-marxistas, mas também analisa as posições de autores e pensadores favoráveis a estas. O objetivo da exposição destes embates intelectuais é refletir sobre a coerência interna das ideias pós-marxistas, além de lançar luz sobre as implicações teóricas que a adoção destas teses traz ao marxismo.

O *terceiro capítulo* dedica-se a refletir sobre uma concepção historiográfica implícita no pós-marxismo. Destarte, inicialmente se aborda o esvanecimento da noção de hegemonia que perde relação com as condições histórico-concretas e é reconfigurada como uma relação aberta às múltiplas articulações que, por conseguinte, produzem novos sentidos sobre a estrutura discursiva. O momento da relação hegemônica é condicionado pelas demandas do presente, no qual o passado deixa de ser referente para o discurso, sendo incorporado pelas demandas pragmáticas da articulação discursiva. Partindo desta relação que o pós-marxismo estabelece com a história, investigam-se as afinidades que esta concepção tem com as perspectivas historiográficas pós-modernas. Autores como Hayden White (1928-), Keith Jenkins e Frank Ankersmit (1945-) ancoram posições que descartam a positividade do passado e diluem o real dentro de um jogo linguístico. Partindo desta situação, os autores defendem a existência de um período pós-histórico, no qual a história como conhecimento e disciplina deixa de ter relevância para as sociedades contemporâneas.

Ao fim deste capítulo, o pós-marxismo é colocado “à mercê da história”. Sua rejeição da história é contraposta a uma concepção da operação historiográfica que foge ao determinismo que assusta tanto a Laclau e Mouffe e não descamba para o ceticismo e o imobilismo advindo da teoria pós-marxista.

Assim sendo, esta dissertação rejeita uma concepção empirista da

historiografia, que a restringe ao trabalho com fontes e dados, cabendo a reflexão teórica aos cientistas sociais<sup>10</sup> ou aos filósofos<sup>11</sup>. Para enriquecer esta reflexão, o materialismo histórico ainda é uma importante referência, não um fardo, nem uma obsolescência filosófica, capaz de iluminar não só o campo da teoria, mas também o trabalho mais empírico. A preocupação com a totalidade e com o mundo para “além das palavras” é sem dúvida um dos motes que guiam os esforços despendidos nesta pesquisa.

---

<sup>10</sup> BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

<sup>11</sup> COLLINGWOOD, R.G. *A ideia de História*. Lisboa: Editorial Presença, 1981.

## **CAPÍTULO 1- LUTA DE CLASSE, PÓS-MODERNISMO E CRISE DO MARXISMO (1945-1990)**

O pensamento de esquerda contemporâneo está marcado, de forma indelével, pelas transformações e mudanças pelas quais passou o marxismo. Pensar nesta história é seguir um percurso iniciado por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), no século XIX, e levado à frente por um sem número de adeptos que lidaram com este corpo teórico de maneiras diversas produzindo reflexões que alternavam uma relação de tensão entre conservação e inovação, estando, quase sempre, atrelada de forma umbilical ao movimento operário e às ações de contestação à ordem do capital. Esta trajetória, se comparada com outras oriundas do século XIX, como as de Émile Durkheim (1858- 1917) e Max Weber (1864-1920), destaca-se pela sua força de romper com os fechados muros da academia e popularizar-se como guia de ação prático-revolucionária de diversas gerações ao redor do mundo. A compreensão deste percurso específico não é uma tarefa simples, pois apresenta não só problemas intrínsecos a sua trajetória histórica, mas também relacionados às diversas abordagens historiográficas possíveis.

Ao se tentar empreender uma análise do marxismo em um período mais recente, incorre-se em riscos que os historiadores conhecem bem, sendo o principal deles a falta de profundidade temporal. Tal problema torna a avaliação de eventos e processos uma tarefa por demais arriscada, sujeita a tomada de posições precipitadas e superficiais. Busca-se evitar cair em tais erros por meio de uma reflexão que não se limite a uma mera história das ideias ou elucubrações restritas ao reino da teoria<sup>12</sup>. Para tanto, se aposta no “chão da história” dos conflitos de classe e do processo global de expansão do capital no período entre a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a queda do regime socialista<sup>13</sup> na Europa (1989-

---

<sup>12</sup> Especificamente evita-se cair em um historicismo e filologismo exacerbado que impossibilite qualquer referência a um mundo exterior aqueles das ideias e das expressões. Tal postura está atrelada especialmente a obra dos historiadores Quentin Skinner e J.G.A. Pocock.

<sup>13</sup> Adota-se nesta pesquisa a expressão socialismo para caracterizar o tipo de desenvolvimento sócio-histórico de nações e regiões como URSS, o Leste Europeu, China, entre outros. Tal medida se justifica pela necessidade de se evitar cair em uma infinidade de classificações como socialismo real, capitalismo de estado, coletivismo de estado, totalitarismo, entre outras. Cada um deles com seus problemas teóricos e implicações políticas, o que não significa dizer, que a expressão socialismo não as possua. Para uma análise dos conceitos e expressões utilizados no “Ocidente” acerca da URSS. Ver VAN DER LINDEN, Marcel. *Western marxism and the Soviet Union: Survey of critical theories and debates since 1917*. Leiden: London: Brill, 2007.



1991). Isto, mais do que uma escolha, é uma necessidade da própria dimensão dual do marxismo como corrente intelectual e política, já que, além de sua presença no ambiente acadêmico, se tornou força motriz de movimentos de contestação à ordem do capital como sindicatos, partidos políticos e Estados nacionais. A relação entre estas duas esferas não pode ser entendida como mecanicamente articuladas, caracterizando-se mais como um complexo processo de influências e pressões que recobre tanto o plano abstrato quanto o concreto.

Esta dimensão da história do marxismo nada mais faz do que justificar a própria aspiração de Marx em sua 11ª tese sobre Ludwig Feuerbach (1804-1872) de que “Os filósofos têm apenas *interpretado* o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é *transformá-lo*.<sup>14</sup>” Para Eduardo Grüner, diferentemente de outros empreendimentos teóricos do Século XIX, que se fundamentavam na estreita separação entre sujeito/objeto, material/simbólico, pensamento/ação, a obra de Marx calcava-se na perspectiva de que o real possuía uma tensão dialética que não poderia ser obliterada como o pensamento liberal clássico realizava<sup>15</sup>.

Esta pesquisa inicia-se refletindo sobre a trajetória interna do marxismo objetivando manter as aspirações de Marx acerca da condição dialética dos fenômenos sociais. Os problemas suscitados por uma pesquisa historiográfica que tem o marxismo como objeto exigem uma precisa delimitação, já que um tema com tal amplitude necessita ser alvo de uma pesquisa que é por excelência limitada em seu escopo e em sua extensão. Neste caso, um olhar mais detido é dado às origens e aos significados de uma formulação historiográfica deveras importante para a compreensão da história do marxismo no século XX, a saber, o marxismo ocidental. O pós-marxismo não pode ser compreendido sem a devida referência às discussões e aos debates trazidos à tona graças ao “marxismo ocidental”.

Um segundo vértice deste percurso do marxismo na segunda metade do século XX não pode ser desassociado da emergência de corpos teóricos rivais, não só crítico aos seus pressupostos como, de modo mais amplo, aos fundamentos ontológicos e epistemológicos que guiaram a moderna teoria social do século XIX e XX. Por um lado, surgiram posições defensoras da ideia de que a obra de Marx foi

---

<sup>14</sup> MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. 1845. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>>. Consultado em: 10 de março de 2011.

<sup>15</sup> GRÜNER, Eduardo. Leituras culpadas: Marx(ismos) e práxis do conhecimento. In: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. (orgs.) *A Teoria Marxista Hoje: problemas e perspectivas*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

superada pelas transformações históricas e pelo ineditismo dos eventos, incompreensíveis à luz das categorias marxianas. Expressões como “sociedade pós-industrial”, “sociedade informacional”, “pós-fordismo”, “novos movimentos sociais”, entre outros, passaram a fazer parte das discussões e teses acadêmicas. De outro lado, se as origens do “mal estar pós-moderno” não podem ser encontradas somente neste período (1945-1991), sua afirmação e consolidação como eixo explicativo dos problemas contemporâneos tornou-se moeda corrente entre os círculos intelectuais de quase todas as instituições acadêmicas e meios de comunicação atrelados à nova crítica cultural. O marxismo lidou internamente com este desafio de formas distintas, ora rejeitando todas as pressuposições levantadas, ora aceitando e incorporando colocações críticas. A profundidade destas mudanças iria da inclusão de novas agendas políticas a um radical “cancelamento” dos paradigmas epistemológicos que sustentavam o próprio marxismo.

É na esteira desta relação que se pode compreender o surgimento do pós-marxismo de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, filho não só de leituras das teses acerca do fim da centralidade do trabalho como também do pós-modernismo contido nas posições de Jacques Derrida (1930-2004). Compreender tanto as novas teorias sociológicas como o pós-modernismo é de fundamental importância para a inteligibilidade dos novos marxismos e, especialmente, do pós-marxismo, objeto desta dissertação. Segundo Fredric Jameson (1934-), o atual período de capitalismo pós-moderno somente poderia ser enfrentado por um marxismo pós-moderno<sup>16</sup> que fosse suficientemente atrelado às transformações não só do mundo econômico e político como também da cultura pós-moderna. Investigar o que significa um marxismo pós-moderno e, neste caso, um pós-marxismo, é uma das tarefas desta pesquisa.

As transformações do capitalismo contemporâneo, o marxismo ocidental, as novas teorias sociológicas, a emergência do pós-modernismo contribuíram para o surgimento do que se convencionou chamar “crise do marxismo”. Este se tornou elemento de discussão tanto dentro quanto fora do mundo acadêmico. Pensadores mais radicais falaram em “morte” da tradição teórica marxista, de uma cisão intransponível entre a teoria e sua face política condenada por um DNA totalitário e autoritário. A “crise” teve como símbolo máximo a queda dos regimes socialistas da

---

<sup>16</sup> JAMESON, Fredric. Actually existing marxism. In: JAMESON, Fredric. *Valences of the dialectics*. London: Verso books, 2009, p.408-409.

U.R.S.S. e do Leste Europeu e, conseqüentemente, o fracasso do projeto socialista como alternativa ao capitalismo.

É na tensão surgida destes problemas que se visa explicitar os fundamentos históricos e teóricos do pós-marxismo. Reflexo de um rearranjo que refletia as vicissitudes de uma época de incertezas e desesperanças em relação às alternativas anteriores do marxismo, o pós-marxismo busca uma superação destes problemas mantendo a crença em um projeto emancipatório anticapitalista. Todavia, ao preço de ter que se livrar do “fardo histórico”, tanto da história do marxismo quanto da crença nos vínculos reais entre teoria e as relações concretas existentes no seio da sociedade capitalista.

### 1.1 O MARXISMO: PROBLEMAS DE UMA PESQUISA HISTÓRICA

Como assinala George Haupt, a expressão marxismo surge durante os acalorados conflitos da Primeira Internacional (1864-1876) entre os partidários de Marx e do anarquista Mikhail Bakunin (1814-1876). O termo emerge com uma forte carga negativa, usado para caracterizar a suposta facciosidade dos defensores das ideias de Marx (marxistas). O termo não apareceu sozinho, mas conjuntamente com expressões como “partido marxiano” que designava mais especificamente os seguidores do pensamento de Marx<sup>17</sup>. A carga negativa, segundo Haupt, sofrerá uma inversão nos debates da Segunda Internacional (1889-1914), dominados inteiramente por questões derivadas do pensamento de Marx e, especialmente, por meio da hegemonia do marxismo dentro do Partido Social-Democrata Alemão (SPD), que tinha na figura de Karl Kautsky (1854-1938) e Eduard Bernstein (1850-1932) seus principais líderes. É, segundo Haupt, neste momento de posituação do marxismo como teoria científica da revolução proletária que se pode perceber também os sinais de pluralidade interpretativa das teses de Marx.

Outras posições que mantinham um diálogo crítico com a luta política e teórica do SPD serão importantes para delimitar em um espectro mais amplo o que viria a ser conhecido como parte da tradição marxista, destacando-se, sem dúvida, a

---

<sup>17</sup> HAUPT, Georges. Marx e os marxismos. In: HOBBSAWM, Eric (org.). *História do marxismo: o marxismo no tempo de Marx*. Vol.1. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 349-351.

obra e o ativismo de Rosa de Luxemburgo (1871-1919) e de Vladimir Ilyitch Uliánov (Lênin) (1870-1924)<sup>18</sup>.

O período *fin-de-siècle* entre o século XIX e o XX marcou o predomínio do marxismo como *corpus* teórico capaz de sustentar o projeto socialista de uma nova sociedade. Obviamente, esta situação não apresentava um marxismo monolítico, mas posições de diversas matrizes, como o socialismo evolucionário de Bernstein, em que a revolução perdia sua necessidade histórica em detrimento de uma ação política dentro dos marcos do Estado Nacional, ou o projeto revolucionário de Lênin, que utilizava as teses de Marx para embasar a “adaptação” de uma teoria que garantisse a vitória do socialismo no contexto histórico russo.

É neste quadro conflitivo e revisionista<sup>19</sup> que se pode identificar o aparecimento pela primeira vez da expressão “crise do marxismo”. Cunhada para expressar não só o descompasso teórico entre algumas das hipóteses de Marx e os desdobramentos históricos posteriores, como também o arrefecimento da combatividade do movimento operário, que cada vez mais se mostrava disposto a apostar no caminho da negociação e das reformas legislativas via representação parlamentar<sup>20</sup>. A “crise do marxismo” expressava a diversidade de posições que se arrogavam deter a melhor e mais verdadeira compreensão da obra de Marx. Nesta situação, pode-se concordar que

Daí por diante “marxismo” será acompanhado de algum qualificativo e o conjunto comportará uma série de etiquetas: haverá o marxismo “verdadeiro” e “falso”, “estrito” e “amplo”, “ortodoxo” e “revolucionário”, “dogmático” ou “criador”. [...] A partir de então, ao invés de falar-se de marxismo em geral, talvez seja melhor usar o plural: marxismos.<sup>21</sup>

O século XX viu a situação da pluralidade de marxismos crescer enormemente. André Tosel exagera tal cenário ao afirmar que ao final do século XX

<sup>18</sup> Idem, *Ibidem*, p. 371-375.

<sup>19</sup> A expressão revisionismo como utilizado no texto não ganha o caráter do revisionismo *bernsteiniano*, todavia é utilizado para caracterizar o processo histórico de que as ideias e tradições legadas por gerações anteriores são revistas à luz dos eventos contemporâneos. Nestes termos, os marxistas da Segunda Internacional seriam todos revisionistas. Esta distinção está presente no verbete revisionismo. In: BOTTOMORE, Tom (org.) *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2001, p. 323-324.

<sup>20</sup> HOBBSAWM, Eric. A cultura europeia e o marxismo entre o Séc. XIX e XX In: HOBBSAWM, Eric [et. Al.]. *História do marxismo: o marxismo na época da Segunda Internacional*. Vol.2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 79-80.

<sup>21</sup> HAUPT, 1987, p. 375.

pôde-se constatar a existência de milhares de marxismos na contemporaneidade.<sup>22</sup> Seguir estas derivações é enveredar por uma estrada com caminhos pouco delimitados e sujeitos a constantes reconstruções. Para evitar a queda na fragmentação e no facciosismo dos diversos marxismos, opta-se por compreender este conceito, marxismo, como um singular coletivo<sup>23</sup>. Com isto, não se nega a diversidade de abordagens e interpretações no marxismo. Todavia, reconhece-se como essencial os elementos de unidade que ligam as diversas correntes. Além disto, a própria amplitude do conceito que engloba desde uma concepção mais ativística e revolucionária às posições teóricas mais intelectualizadas e “conservadoras”, não deixa de estar contido em um conceito unitário de marxismo.

Um benefício de se entender o marxismo como uma unidade com múltiplas determinações é o de evitar o processo de caça às bruxas, de necessariamente ter que identificar “heresias” e “hereges”, condicionando o trabalho historiográfico a uma verdadeira e incontestável exegese do texto de Marx. Obviamente, isto não significa afirmar que toda interpretação é válida e que todos os marxismos são equânimes em suas leituras de Marx. A última parte desta dissertação se dedica a esmiuçar exatamente os problemas do pós-marxismo.

Todavia, o que se pretende é ver as diversas abordagens dentro do marxismo como importantes índices para compreensão das correlações de forças de um dado período histórico. Os marxismos pensados e formulados, seja por intelectuais, políticos ou sindicalistas, são condicionados pelas condições históricas que tais sujeitos encontraram na sua situação real de existência. Investigar estas tendências é se debruçar sobre este problema. Como pensava Antonio Gramsci (1891-1937), acerca da filosofia da práxis, isto nada mais é do que a sua condição de ser, por excelência, um historicismo absoluto<sup>24</sup>.

---

<sup>22</sup> TOSEL, André. The Development of Marxism: From the End of Marxism-Leninism to a Thousand Marxisms -France-Italy, 1975–2005 In: BIDET, Jacques & KOUVELAKIS, Stathis. *Critical companion to contemporary marxism*. Leiden; Boston: Brill, 2008, p. 46.

<sup>23</sup> O historiador alemão Reinhart Koselleck utiliza tal definição para compreender o conceito de História, que possui uma dimensão múltipla e diversificada, incorporando aspectos da realidade concreta e da reflexão teórica. Ver KOSELLECK, Reinhart. *Historia/historia*. Madrid: Minima Trotta, 2004.

<sup>24</sup> O conceito de Benedetto Croce (1866-1952) foi lido de forma distinta por Gramsci que visava se distanciar dos cientificismos e positivismo que cercavam o marxismo. “O historicismo gramsciano desenvolve essa afirmação reconhecendo uma importância central à historicidade dos fatos sociais e dispondo-se a aplicar o materialismo histórico a si mesmo.” Ver BIANCHI, Alvaro. *O laboratório de Gramsci: Filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008, p.255.

Este processo de historização não deixa de ter posições em contrário. Uma delas, muito comum, utiliza-se de uma famosa frase de Marx, “O que é certo é que não sou marxista”, para defender uma exumação de suas ideias sem o fardo da trajetória histórica do marxismo<sup>25</sup>. Tal postura parte, muitas vezes, de uma tentativa de desatrelar Marx dos desvios que podem ser facilmente encontrados nas doutrinações da *diamat* stalinista ou nas ações repressivas que vitimaram milhares de dissidentes em muitas das repúblicas socialistas ao redor do globo<sup>26</sup>. O problema é que este retorno nunca é gratuito, é sempre condicionado a conjunturas históricas e, normalmente, arroga-se deter o “verdadeiro Marx”.

Tal expediente historiográfico, além disto, perde de vista que se sobre Marx não se pode imputar a filiação intelectual de um Stálin (1878-1953) ou de um Mao-Tsé-Tung (1893-1976), não se pode também perceber a rica filiação com a obra teórica de um Gramsci ou de um Lukács (1895-1971). O objetivo é escapar deste reducionismo buscando perceber como os diversos marxismos podem ser ricas formas de se compreender as expressões das correlações de forças em uma dada fase do processo de produção do capital, além de representarem modelos de embates teóricos e políticos que tomavam de assalto esferas tão distintas como dos partidos políticos, dos sindicatos, das praças públicas, das universidades, dentre outros locais.

Outra questão constantemente retomada quando de qualquer história do marxismo é o papel de Engels na formação deste corpo teórico. Uma conclusão comum é a de dar a ele o posto de primeiro marxista<sup>27</sup>. Seu papel de última palavra na Segunda Internacional garantiu-lhe um lugar político importante. Além disso, Engels exerceu destacada função de divulgador das teses de Marx. Obras como *Anti-During* e *Do socialismo utópico ao Socialismo científico* serviram para facilitar a compreensão de Marx para uma ampla gama de pessoas.

O “engelsianismo” surgiria para alguns críticos como o grande problema posterior para o claro entendimento do marxismo, pois deu a ele contornos mais

---

<sup>25</sup> A afirmação foi relatada por Engels em várias oportunidades, principalmente para opor-se a um tipo de socialismo fossilizado, desinteressado pela investigação empírica e histórica que se popularizava na França de meados do XIX. Ver a respeito o já citado HAUPT, 1987, p. 363;

<sup>26</sup> Tal posição pode ser encontrada na obra de BUEY, Francisco Fernández. *Marx(sem ismos)*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

<sup>27</sup> Ver por exemplo MUSSE, Ricardo. O primeiro marxista. In: TOLEDO, Caio Navarro de; BOITO JR, Armando; RANIERI, Jesus José; TRÓPIA, Patrícia Vieira. (orgs.) *A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações*. 1ª Ed. São Paulo: Xamã, 2000.

deterministas e naturalistas<sup>28</sup>. Em oposição a esta perspectiva, outros autores destacam a importância do processo de divulgação e popularização acreditando que este manteve vivas as teses de Marx. Considera-se aqui a indissociável relação entre Marx e Engels na formação do marxismo<sup>29</sup>. É falaciosa a tese de um Engels negativo e “pecador”, enquanto haveria um Marx positivo e “santo”. A organicidade da obra dos dois, enquanto se relacionavam em vida, ecoou nas perspectivas de Engels após a morte de Marx, o que não invalidava, por outro lado, a individualidade de Engels nas respostas às necessidades teóricas de seu período histórico.

Se a separação entre Marx e Engels é problemática, mais ainda é a cisão dentro da produção teórica de Marx. Tal tese foi popularizada, principalmente, com a clássica distinção realizada por Louis Althusser (1918-1990) entre, de um lado, a juventude e o idealismo de Marx em período formativo, de outro, a maturidade e a cientificidade do Marx *d'O Capital*<sup>30</sup>. Tal diferenciação é, ainda hoje, uma questão que levanta contendas no marxismo contemporâneo<sup>31</sup>. Tal posicionamento trazia no seu âmago debates sobre conteúdos importantes do legado marxiano como a existência ou não de um corte epistemológico, a influência do hegelianismo ao longo do percurso teórico de Marx, a relação de Marx com posições humanistas e subjetivas, entre outros aspectos. A adoção desta diferenciação produz uma fragmentação ainda maior do que aquela realizada entre Marx/Engels, pois coloca reticências sobre a própria obra de Marx abrindo espaço para um pluralismo teórico ainda maior.

As cisões na obra de Marx estão também relacionadas diretamente a um problema que gradativamente veio à tona durante o século XX, a saber, a publicação e popularização de obras, rascunhos e anotações realizados por Marx ao longo de seu percurso intelectual. Devem ser destacadas as publicações de *A Ideologia*

---

<sup>28</sup> Sem dúvida o principal crítico desta tendência foi Lukács. Para uma discussão mais ampla das ideias e debates que cercam a figura de Engels após a morte de Marx, ver NEGTE, Oskar. O marxismo e a revolução no último Engels. In: HOBBSAWM, Eric [et. Al.]. *História do marxismo: o marxismo na época da Segunda Internacional*. Vol.2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

<sup>29</sup> Para uma apresentação desta tese, ver ROCHA, Ronald. Dois violinos e uma só harmonia. In: TOLEDO, Caio Navarro de; BOITO JR, Armando; RANIERI, Jesus José; TRÓPIA, Patrícia Vieira. (orgs.) *A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações*. 1ª Ed. São Paulo: Xamã, 2000.

<sup>30</sup> ALTHUSSER, Louis. *A favor de Marx*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1979.

<sup>31</sup> Ver, por exemplo, GOULDNER, Alvin. *The two Marxisms: contradictions and anomalies in the development of theory*. New York, Seabury Press, 1980; VAISMAN, Ester. A obra de juventude e da maturidade: ruptura ou continuidade? In: TOLEDO, Caio Navarro de; BOITO JR, Armando; RANIERI, Jesus José; TRÓPIA, Patrícia Vieira. (orgs.) *A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações*. 1ª Ed. São Paulo: Xamã, 2000.

*Alemã e Os Manuscritos Econômicos - Filosóficos de 1844*, em 1932, e, posteriormente, dos esboços de Marx para *O Capital* e os *Gundrisse der Kritik der politischen Ökonomie*, publicados em 1953<sup>32</sup>. Tais obras só alcançaram uma importância relevante para o debate marxista no período pós-guerra, levantando questões que incitavam a novas leituras e, conseqüentemente, a novas tendências dentro do marxismo.

Estas discontinuidades podem produzir algumas indagações como, por exemplo: a não publicação destas obras anteriormente tornou o marxismo de Lênin, o de Rosa ou o de Kautsky mais “pobre” do que o de seus companheiros posteriores que tiveram acesso a este material? Se este empobrecimento é real, por que ainda hoje tais teóricos são revisitados e citados em debates?

O que parece inegável é que a força de uma dada vertente no marxismo está relacionada diretamente aos problemas que são colocados a ela pela conjuntura histórica do capital. As respostas pensadas e refletidas tendo em vista o enfrentamento e a superação do sistema capitalista não são invalidadas, mas passam a compor um rico corpo teórico que detém, mais do que a capacidade de responder, a possibilidade de colocar questões e problemas sobre o atual “estado das coisas”<sup>33</sup>.

Se as interrogações advindas da exegese do texto de Marx e Engels levantam tais incertezas para a história do marxismo, o processo de difusão do marxismo dentro das fronteiras dos Estados nacionais é ainda mais problemático, haja vista que é nesta esfera que muitas das reflexões teóricas inspiradas por Marx surgem, seja em consequência de contradições locais que o capitalismo suscita, seja por condições específicas de difusão e recepção da obra de Marx. Além disto, a ideologia nacionalista utilizada pelos Estados com o intuito de manter a sua hegemonia frente às diversas classes que o compõem sempre foi um elemento de desagregação e desafio à perspectiva universalista apregoada nos escritos marxianos.

---

<sup>32</sup> Datas de publicações retiradas de HOBSEBAWM, Eric. A fortuna das edições de Marx e Engels. In: HOBSEBAWM, Eric (org.). *História do marxismo: o marxismo no tempo de Marx*. Vol.1. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

<sup>33</sup> Atilio A. Boron defende que o marxismo é uma tradição teórico-prática que não se caracteriza unicamente por sua capacidade de dar resposta a uma dada situação, todavia ultrapassa isto ao colocar um conjunto de problemas e perguntas que devem ser feitas quando da existência de tal momento histórico. Ver BORON, Atilio A. Pelo necessário (e demorado) retorno ao marxismo. In: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. (orgs.) *A Teoria Marxista Hoje: problemas e perspectivas*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.



Um exemplo de tal queda de braço pode ser atestado pelos eventos que levaram à dissolução da Segunda Internacional cindida, nos anos anteriores à Primeira Guerra Mundial (1914-1918), por debates e posições que gravitavam em torno da adesão ou não dos trabalhadores aos esforços de guerras de seus respectivos países. Tal situação histórica evidencia que o desenvolvimento de uma dada corrente no marxismo não foge também das condicionantes espaciais e temporais de desenvolvimento desta corrente. São tais fatores estruturais que explicam como, por exemplo, a Inglaterra só viu o marxismo se desenvolver como uma corrente teórica expressiva a partir da década de 60 do século passado, enquanto outras regiões como a França e a Itália não só possuíam um rico debate teórico como também um movimento político atrelado ao marxismo<sup>34</sup>.

Os problemas aqui explicitados configuram, de forma esquemática, o quadro de complexidade que detém o marxismo como objeto de investigação. Para compreender as querelas despertadas pelo pós-marxismo de Laclau e Mouffe é necessário ter clareza na difícil tarefa de definir o que é o marxismo e sua história, já que os dois autores enveredam por este caminho com o intuito de defender seus respectivos pontos de vista. E o pós-marxismo é um fenômeno teórico que ancora sua agenda fundamentalmente dentro da esquerda e dos debates marxistas. É, neste caso, essencial apostar em uma teorização mais global da história do marxismo, notadamente nas delimitações temporais, espaciais e estruturais que condicionam este fenômeno. Para tanto, utiliza-se a clássica análise de Perry Anderson acerca do marxismo ocidental como capaz de iluminar os fundamentos teóricos e também históricos, que explicam o aparecimento de um projeto pós-marxista.

## 1.2 O “MARXISMO OCIDENTAL”

O termo “marxismo ocidental” foi utilizado inicialmente na primeira metade do século XX de forma difusa para caracterizar a produção teórica de autores marxistas que não habitavam os países socialistas do leste da Europa ou na U.R.S.S.<sup>35</sup>. Uma formulação mais acabada e densa teoricamente veio com a obra do

---

<sup>34</sup> CALLINICOS, Alex. Whither Anglo-Saxon Marxism? In: BIDET, Jacques & KOUVELAKIS, Stathis(orgs.). *Critical companion to contemporary marxism*. Leiden; Boston: Brill, 2008, p. 60.

<sup>35</sup> KELNER, Hans. Western marxism. In: HARRINGTON, Austin (org.) *Modern Social Theory: an introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 155.

filósofo francês Maurice Merleau-Ponty (1908-1961), na década de 50 e do inglês Perry Anderson (1938-), na década de 70 do último século. Deve-se destacar que o conceito surgiu *a posteriori* das principais obras e debates que marcaram esta corrente e não foi abraçado como uma escola ou vertente por seus supostos adeptos.

Merleau-Ponty em uma coletânea de textos intitulada *Adventures of The Dialectics*<sup>36</sup> desenvolve uma análise da obra de Georg Lukács e sua relevância para a definição de um novo caminho para o marxismo, sendo este muito distinto daquele entronizado pelo oficialato soviético. Segundo o filósofo francês, as reflexões de Lukács são fundamentais para uma compreensão menos dogmática e árida do marxismo. Este último deveria saber lidar melhor com a sua dimensão histórica, isto é, sua relatividade a uma determinada época e a determinados problemas. O cientificismo e o naturalismo empobrecerem a apreensão dos fenômenos históricos, pois acabariam por se tornar dogmas que não poderiam ser contrariados pelo desenrolar dos fatos da própria história<sup>37</sup>. Para Merleau-Ponty, seguindo as conclusões de Lukács, não se pode deixar o marxismo pairando como uma verdade absoluta, que detém todas as repostas para todos os problemas. Na visão de Merleau-Ponty, o marxismo não fugiria dos pressupostos utilizados por ele para compreender a realidade. Em sua visão, e para ele também a de Lukács,

The meaning of the revolution is to be revolution, that is to say, universal criticism, and, in particular criticism of itself. The characteristic of historical materialism, he said, is to apply itself to itself, that is to say, to hold each of its formulations as provisional and relative to a phase of development and, by constantly refining itself, to proceed toward a truth which is always to come<sup>38</sup>.

Tal afirmação estava direcionada claramente contra o “marxismo-leninismo”, credo oficial de diversos Partidos Comunistas e que era fortemente amparado em uma visão positivista e pragmática da mudança histórica. O fim da crítica e do

---

<sup>36</sup> A obra originalmente foi publicada em 1955 com o título *Aventures de la dialectique*. Nesta pesquisa, utiliza-se uma tradução em inglês do artigo citado. Ver: MERLEAU-PONTY, Maurice. Western Marxism. In: MERLEAU-PONTY, Maurice. *Adventures of The Dialectics*. Evanston: Northwestern, 1973.

<sup>37</sup> MERLEAU-PONTY, 1973, p. 39-44.

<sup>38</sup> [O significado da revolução é ser revolução, isto é, crítica universal, e, em particular, crítica de si mesmo. A característica do materialismo histórico, segundo ele (Lukács), é aplicar-se a si mesmo, isto é, manter cada uma de suas formulações como provisória e relativa a uma fase de desenvolvimento e, constantemente aperfeiçoar-se, para prosseguir em direção a uma verdade que está sempre por vir.] Tradução Livre. MERLEAU-PONTY, 1973, p.55.

autoquestionamento representaria um atrofiamento das bases teóricas do marxismo, isto é, a obliteração da *práxis*, da condição dialética do processo histórico. O marxismo só subsistiria e manter-se-ia vivo a partir de sua capacidade de se compreender como uma resposta finita e histórica ao desafio imposto a ele. É do lado desta visão mais filosófica, historicizada e relativizada do marxismo que Merleau-Ponty aposta estar os méritos do marxismo ocidental. Seu ensaio não tem a intenção de sistematizar ou refletir mais profundamente sobre o que é o marxismo ocidental, tarefa que foi levada a cabo pelo marxista inglês Perry Anderson duas décadas depois do texto do filósofo francês.

A história do marxismo ocidental em Anderson ganha contornos mais definidos e uma sistematização analítica que facilita a compreensão das semelhanças e diferenças existentes no seio do marxismo. Sua reflexão inicia-se pelo que ele denomina tradição clássica do marxismo, sendo esta dividida em gerações distintas, entretanto, articuladas por interesses e projetos muito semelhantes. Excluindo-se o próprio Marx e Engels, Anderson identifica neste período clássico duas importantes gerações. A primeira, composta por figuras como Antonio Labriola (1843-1904), Franz Mehring (1846-1919), Karl Kautsky (1854-1938), Georgi Plekhanov (1856-1918) que tiveram destacado papel no processo de difusão dos escritos de Marx. Nesta geração, a sistematização de um materialismo histórico, de certa forma, continua as últimas reflexões de Engels em torno de uma ciência concorrente à ciência “burguesa”, uma análise dialética muito próxima de um evolucionismo social, que tinha como uma de suas tarefas fundamentais dotar o movimento operário de um corpo teórico e político capaz de garantir o advento de uma nova sociedade. Este objetivo exigiu uma filiação estreita com partidos e sindicatos que passavam a ganhar destaque no cenário político das nações europeias<sup>39</sup>.

Sucedendo a este grupo, Anderson identifica uma segunda geração, que incluía figuras como Lênin, Rosa de Luxemburgo, Rudolf Hilferding (1877-1941) e Leon Trótski (1879-1940). Este grupo incluiria os tardios Otto Bauer (1881-1938), levguêni Preobrajenski (1886-1937) e Nikolai Bukharin (1888-1938). De forma geral, este grupo caracterizou-se por uma precoce filiação ao marxismo, por uma produção teórica que refletia as profundas mudanças do capitalismo no fim do século XX e, da

---

<sup>39</sup> ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental: Nas trilhas do materialismo histórico*. São Paulo: Editora Boitempo, 2004, p. 27-28.

mesma forma, começava a revisitar a obra de Marx a partir de um olhar mais crítico e exigente. Esta geração também apresentava um firme engajamento com as questões políticas de seu tempo participando ativamente não só das atividades burocráticas dos partidos como também dos esforços revolucionários exigidos para se alcançar uma sociedade socialista.

Um aspecto que para Anderson é de suma importância na caracterização do marxismo clássico era a relação entre a teoria e a prática política. A participação estreita destes pensadores no movimento operário alimentava um rico debate sobre as estratégias a serem seguidas para se desencadear uma revolução socialista.

Esta relação estreita levava também a um olhar mais detido sobre as transformações que o sistema capitalista passava nestes anos. Isto induzia à produção de novos conceitos e categorias como o de *Capital financeiro*, de Hilferding, ou a análise sobre o imperialismo de Lênin. Não havia, na visão de Anderson, uma grande divergência entre o mundo da reflexão teórica e o mundo da ação prática. Havia, pelo contrário, uma relação dialética bem estabelecida entre estas duas dimensões. Uma particularidade que afetava a muitos destes pensadores, e que garantia uma renovação do marxismo, era a origem geográfica mais ao centro ou ao leste da Europa. Isto obrigava a uma leitura de Marx que o colocava em realidades não teorizadas por ele com tanta acuidade, em comparação com suas análises do sistema capitalista do Ocidente<sup>40</sup>.

O ponto de ruptura para Anderson se encontra nos eventos que marcam as primeiras décadas do século XX: a Primeira Guerra Mundial e seus dilemas acerca da fidelidade à causa operária, dos horrores causados pela grande mortandade nos campos de batalhas; os fracassados levantes operários na Alemanha, Hungria, Áustria e Itália; o imperialismo e a anexação de territórios estrangeiros que trouxe uma complexa relação entre os interesses da causa operária e dos grupos colonizados; a vitória da revolução bolchevique, em 1917, que não conseguiu gerar politicamente um refluxo neste processo, pois, quando de sua consolidação no início da década de 20, já era comandada por Stálin que adotou uma política restritiva em relação à “exportação” da revolução; a crise de 29 que trouxe um cenário de desemprego em massa e acirramento da luta de classes; e, por último, um evento que criou uma forte pressão sobre a reflexão marxista foi a ascensão dos

---

<sup>40</sup> ANDERSON, 2004, p. 34-38.

movimentos de extrema direita que possuíam um discurso alinhado com muitas das aspirações operárias e conquistaram o poder em diversos países da Europa<sup>41</sup>.

O cenário delineado acima trouxe, na visão de Anderson, problemas novos a uma geração de intelectuais que amadureceram no pós-Primeira Guerra. Entretanto, o momento de consolidação do marxismo ocidental como uma corrente influente ocorreu somente no período do pós-Segunda Guerra Mundial. Esta nova vertente marca um deslocamento das influências, dos interesses e da base geográfica que compunha a geração clássica. A região ocidental da Europa passou a ser agora o *locus* formativo, tanto intelectual quanto materialmente, da esmagadora maioria dos adeptos de um marxismo de novo tipo.

Entre os pensadores identificados como pertencentes a este grupo tem-se a presença de Georg Lukács, Karl Korsch (1886-1971), Antonio Gramsci (1891-1937), Walter Benjamin (1892-1940), Max Horkheimer (1895-1973), Galvano Della Volpe (1897-1968), Herbert Marcuse (1898-1979), Henri Lefebvre (1901-1991), Theodor W. Adorno (1903-1969), Jean-Paul Sartre (1905-1980), Lucien Goldmann (1913-1970), Louis Althusser e o tardio Lucio Colletti (1924-2001). Obviamente, como o próprio Anderson reconhece, um coletivo tão grande de intelectuais não pode ser enquadrado em uma teoria global, se não houver generalizações que serve a apreensão didática desta tendência<sup>42</sup>.

Do mesmo modo que o marxismo clássico pode ser dividido, o marxismo ocidental desdobra-se em duas gerações. A primeira vivenciou os horrores e traumas da Primeira Guerra, indo de Lukács a Marcuse na sequência acima. Uma segunda geração foi marcada pela ascensão do fascismo e pela Segunda Guerra.

Coletivamente, a principal característica do marxismo ocidental, na visão de Anderson, é o seu distanciamento da prática política efetiva. Mesmo com pontuais exceções - Lukács, Korsch e Gramsci, em períodos diversos da vida - o marxismo destes intelectuais se distanciou da ação e dos interesses mais imediatos da classe operária. Isto se refletiu em uma linguagem mais hermética, voltada para problemas filosóficos, que bebiam principalmente nos textos do “jovem” Marx. As obras econômicas e políticas escassearam, dando lugar a uma interminável exegese do texto de Marx, popularizaram-se debates em torno de questões epistemológicas de um cada vez mais bem definido método marxista. A ênfase recaiu sobre os

---

<sup>41</sup> ANDERSON, 2004, p. 40-43.

<sup>42</sup> Idem, Ibidem, p.46-47.

problemas das superestruturas do modo capitalista de produção<sup>43</sup>. Na visão de Anderson,

A trajetória do desenvolvimento do próprio Marx foi paradoxalmente invertida pelo marxismo ocidental como um todo. Enquanto o fundador do materialismo histórico moveu-se progressivamente da filosofia para a política e então para a economia como terreno central de seu pensamento. Os herdeiros da tradição que apareceram depois de 1920 gradualmente afastaram-se da economia e da política para se aproximar da filosofia, abandonando o envolvimento direto com aquelas que foram as grandes preocupações do Marx da maturidade, quase tão completamente como este tinha abandonado o exame direto das questões filosóficas que o tinham interessado na juventude<sup>44</sup>.

Nesta inversão de Marx, que o marxismo ocidental perpetrava, o que chamava a atenção era a influência de diversas e, até certo ponto, antagônicas escolas filosóficas e teóricas, que iam de Nicolau Maquiavel (1469-1527), passando por Immanuel Kant (1724-1804), G. W. F. Hegel (1770-1831), Sigmund Freud (1835-1930), Ferdinand de Saussure (1857-1913) e Martin Heidegger (1889-1973). Assim, fica claro que o marxismo ocidental não teve problemas em produzir uma apropriação flexível de tendências teóricas não marxistas dentro de suas obras.

O cenário acadêmico em que muitos destes autores passavam a sua vida ativa era propício a estas situações, além de servir como um freio natural aos “radicalismos” da ação política concreta. Neste sentido é que se pode falar em um pessimismo latente a este grupo de intelectuais, muitos deles com um histórico de expulsão ou de relações conturbadas com os PCs de seus respectivos países<sup>45</sup>.

Neste aspecto, Anderson não deixa de destacar o papel restritivo exercido pela U.R.S.S. que, à frente da III Internacional, manteve rédeas curtas sobre os Partidos Comunistas de diversos países, cerceando a crítica e a pluralidade de pensamento em nome de um centralismo revolucionário.

No balanço que Anderson faz do marxismo ocidental, está claro o seu descontentamento com esta tendência, com suas limitações teóricas e seu encolhimento político. Esta tradição, considerada menor pela sua restrição territorial e teórica, deve ser superada por um marxismo mais universal, o que não o impede de reconhecer que o marxismo ocidental tem o mérito de não ter derrapado em um

---

<sup>43</sup> ANDERSON, 2004, p. 50-51.

<sup>44</sup> Idem, Ibidem, p. 72.

<sup>45</sup> Idem, Ibidem, p. 108.

revisão do tipo capitulacionista, mantendo uma constante pretensão de superação em “última instância” da estrutura capitalista.

O historiador inglês aposta nos eventos atrelados ao ano de 1968 como símbolos de uma possível mudança neste cenário, além de creditar a Leon Trótski (1879-1940) e seus discípulos, Isaac Deutscher (1907-1967) e Ernest Mandel (1923-1995), a capacidade de produzir obras “antenadas” com as questões econômicas e políticas de seu tempo, já que se interessavam por uma retomada da relação mais estreita entre teoria e prática revolucionária.

Ao fim de seu texto, Anderson explicita a sua esperança em um “novo” marxismo, em que os fios da relação teoria/prática seriam retomados. Para ele:

Quando um movimento verdadeiramente revolucionário nascer em uma classe operária madura, a “forma final” que a teoria assumirá não terá nenhum precedente exato. Tudo que se pode dizer é que, quando as próprias massas se manifestarem, os teóricos – do tipo que o Ocidente produziu nos últimos cinquenta anos- permanecerão necessariamente em silêncio<sup>46</sup>.

A teorização de Anderson do marxismo ocidental continuou em uma obra posterior, *In the Tracks of Historical Materialism*<sup>47</sup>, na qual realiza um balanço das conclusões expressas nas *Considerações*, além de incorporar uma análise de fenômenos intelectuais não abordados, como o estruturalismo e as posições de Jürgen Habermas (1929-). Uma autocrítica evidente, nas primeiras linhas, é direcionada a sua aposta em um ambiente intelectual propício, no início da década de 70, à emergência de um marxismo mais próximo da tradição clássica, alimentado por um movimento revolucionário de massa. Isto não só não aconteceu como surgiram mais oposições à tradição marxista, com revisionismos cada vez mais radicais que forçavam os limites das classificações tradicionais do que era definido como pertencente ao marxismo.

Anderson afirma dubiamente que o marxismo ocidental encerrou-se junto com os eventos da virada da década, como o ano de 1968 e o levante socialista de 1974 em Portugal. Todavia não nega que toda a tradição posterior não conseguirá fugir dos questionamentos e das conclusões que os marxistas ocidentais deram aos problemas de sua época. Para o autor, uma nova produção teórica marxista

<sup>46</sup> Idem, *Ibidem*, p. 125.

<sup>47</sup> No Brasil, esta obra possui uma primeira edição que teve o título alterado para *A crise da crise do marxismo*. Ver ANDERSON, Perry. *A crise da crise do marxismo*: introdução a um debate contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1985. Neste trabalho, utiliza-se a edição de 2004, da editora Boitempo. Ver ANDERSON, 2004.

emergia, especialmente nos países anglo-saxões, trazendo em seu bojo um novo interesse pelo concreto<sup>48</sup>.

Uma boa parte da obra citada é dedicada a discutir as posições da voga estruturalista francesa, incluindo também o pós-estruturalismo de Jacques Derrida. As preocupações de Anderson giram em torno de questões teóricas como o ofuscamento do sujeito na história, a hipertrofia da linguagem como eixo heurístico do real, a diacronia como performance da estrutura sincrônica. Em um dos capítulos, Anderson interessa-se por delinear melhor sua posição em relação à Escola de Frankfurt, em especial com seu rebento mais “novo”, Habermas, que desloca a perspectiva ontológica do trabalho para a linguagem. Mesmo com a pretensa “morte” do marxismo ocidental, o teoreticismo continuou a ser pedra angular no pensamento ocidental e, infelizmente para Anderson, não adveio nenhum novo modelo revolucionário. O que ocorreu, ao contrário, foi o advento de modelos utópicos distantes dos pressupostos marxistas.

Uma obra com a mesma temática é “*O Marxismo Ocidental*”, do diplomata José Guilherme Merquior (1941-1991). Trabalhando com um recorte muito semelhante ao realizado por Anderson, o autor busca explicitar os fundamentos do que constitui o marxismo ocidental a partir de uma análise mais pormenorizada das obras e percursos intelectuais dos pensadores enquadrados sobre esta rubrica. Busca relacionar o marxismo ocidental às suas raízes hegelianas e idealistas, retroagindo a problemática hermenêutica do século XIX, explicitada principalmente por Wilhelm Dilthey (1833-1911)<sup>49</sup>.

Merquior, do mesmo modo que Anderson, apresenta um forte espírito crítico ao marxismo ocidental, considerando-o por demais filosófico e idealista, distante da história. Para ele “[...]o marxismo ocidental é, de modo geral, um *Kulturkritik* sublimada em especulação vazia.<sup>50</sup>”

A crítica de Merquior radicaliza a possibilidade de permanência do marxismo ocidental no cenário contemporâneo. Segundo ele, “[...] em conjunto, o marxismo ocidental (1920-70) foi apenas um episódio na longa história de uma velha patologia

---

<sup>48</sup> ANDERSON, 2004, p. 156-164.

<sup>49</sup> MERQUIOR, José Guilherme. *O marxismo ocidental*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987, p. 18-19.

<sup>50</sup> MERQUIOR, p. 276.



do pensamento ocidental cujo nome é, e continua a ser, irracionalismo.<sup>51</sup>” A desapareição desta corrente já esta condicionada por suas bases irracionais.

Contrário a esta condenação, está o intelectual americano Russell Jacoby (1945-) que parte de uma história intelectual do marxismo para defender os “derrotados” ocidentais contra o paralisante sucesso do marxismo soviético, detentor de força política para impor o seu caminho único e verdadeiro. A análise de Jacoby busca sublinhar a relação contrária entre o marxismo soviético, detentor durante o século XX de uma máquina partidária global e do exemplo de “sucesso” de uma revolução, e o marxismo ocidental, fragmentário em suas exposições e, no geral, derrotado nas suas incursões revolucionárias.

A intenção é destacar o que o autor denomina de a dialética da derrota, inerente a estas duas tendências, a saber: seria possível que a vitória soviética servisse somente para promover um modelo que levava a derrotas no ocidente? E mais, seria plausível que as “derrotas” do marxismo ocidental possuíssem caminhos para as possíveis vitórias no futuro? É ancorado nestas questões que Jacoby busca defender os projetos “fracassados” do marxismo ocidental como possíveis saídas para a situação de impasse vivida pelo marxismo na década de 80, do século XX<sup>52</sup>.

Se Jacoby aceita as premissas de um marxismo ocidental para lhe conceder uma avaliação positiva, pode-se questionar a estrutura da análise de Anderson, principalmente em suas excessivas generalizações. Uma figura que é constantemente colocada do lado das exceções deste esquema é Antonio Gramsci, um personagem que, o próprio Anderson reconhece, em muitos momentos, não é enquadrado tão facilmente<sup>53</sup>. Uma crítica que recai sobre a análise de Anderson é a de valorizar em demasia uma visão cientificista do marxismo, entendendo a ação revolucionária válida unicamente quando pensada em bases de uma teoria social, descartando a especulação e a reflexão filosófica como guias para ação consciente das massas<sup>54</sup>.

Neste contexto de debates a respeito do marxismo ocidental é que se podem identificar os aspectos essenciais que ligam e distanciam esta tendência ao fenômeno do pós-marxismo. Como semelhanças identificáveis estão a preocupação

<sup>51</sup> Idem, *Ibidem*, p. 277.

<sup>52</sup> JACOBY, RUSSELL. *Dialectic of defeat: contours of western marxism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981, p.5-7.

<sup>53</sup> ANDERSON, 2004, p. 65;74;86.

<sup>54</sup> MUSSE, Ricardo. Teoria e Prática. In: LOUREIRO, Isabel & MUSSE, Ricardo (org.) *Capítulos do marxismo ocidental*. São Paulo: Editora UNESP, 1998, p. 14-15.

com os fundamentos filosóficos da teoria, a inquietação com o capitalismo contemporâneo e suas formas de reificação e uma origem essencialmente acadêmica. Contudo, o pós-marxismo distancia-se do marxismo ocidental ao abandonar por completo o papel da classe como elemento da mudança histórica, ao compreender o sujeito como incapaz de refletir sobre uma realidade diluída e fragmentada e ao propor um projeto de “democracia radical” como saída para os determinismos e totalitarismos da teoria marxista. Tal comparação expõe o desafio de se pensar as bases estruturais que sustentaram este duplo movimento de continuidade e ruptura entre o marxismo ocidental e o pós-marxismo.

Perry Anderson, ao analisar o marxismo ocidental, não deixa de lado a estreita relação entre história e teoria como um importante guia para a compreensão deste fenômeno, da mesma forma que é fundamental refletir acerca do pós-marxismo ancorado sobre um eixo histórico e teórico. Obviamente, estas duas dimensões encontram-se intrinsecamente relacionadas e a separação, quando realizada, faz-se estritamente por uma necessidade analítica. Partindo destas premissas é que se faz urgente, em primeiro lugar, uma reflexão que lance luz sobre o desenvolvimento do capitalismo e das lutas de classes na segunda metade do século XX, pano de fundo do surgimento do pós-marxismo.

Compreender este contexto é fundamental, já que é das correlações de forças existentes neste cenário que se pode entender a formulação de qualquer teoria que pensa em oposição a esta situação histórica.

É no período que vai do fim da Segunda Guerra até o início da década de 90 que ocorrem processos fundamentais como a descolonização dos países afro-asiáticos; o conflito bipolar entre E.U.A. e U.R.S.S.; crises do sistema capitalista que levaram a sua transformação estrutural; a emergência de movimentos de contestação que traziam uma agenda diversificada (feminismo, ecologismo, multiculturalismo, movimento pacifista, indigenista, entre outros) que minavam as tradicionais representações de classe; a emergência de novas nações socialistas, principalmente em regiões da periferia capitalista; a crise do modelo socialista do leste Europeu, incluindo aí, o núcleo duro do “marxismo-leninismo”, a U.R.S.S.

### 1.3 CAPITALISMO E LUTA DE CLASSES CONTEMPORÂNEAS (1945-1991)

Ao iniciar uma discussão sobre as transformações do capitalismo nas últimas décadas, qualquer historiador, cientista social, economista ou filósofo se depara com uma imensa dificuldade: a colossal quantidade de teorias e trabalhos que se debruçam sobre este problema. Se restringirmos esta análise ao espectro dos autores marxistas ou marxianos o problema não diminui em extensão, talvez até se complexifique, devido à discussão exegética do texto de Marx e de seguidores destacados como Lênin e Gramsci. Se a exegese se torna, algumas vezes, um problema, não se deve esconder que a análise de Marx é, sem sombra de dúvidas, a mais profunda e iluminadora reflexão sobre a ordem capitalista. Parte-se da constatação de que o capital passou por transformações, mas que estas não invalidaram as categorias desenvolvidas por Marx em sua trajetória intelectual.

Podem-se citar como importantes desdobramentos teóricos da obra de Marx *O capital financeiro*, de Hilferding, *O imperialismo, fase superior do capitalismo*, de Lênin, *A acumulação do Capital*, de Rosa de Luxemburgo, entre outras. No geral, estas obras mantiveram com acuidade o interesse pelos problemas que cercavam o *modus operandi* do capitalismo, sua expansão e as resistências que este suscitava.

Em período mais recente, autores como Paul Sweezy (1910-2004) e Paul Baran (1910-1964), em *O Capital monopolista*, e Ernest Mandel, em *O Capitalismo Tardio*, aprofundaram problemáticas anteriores a partir dos desdobramentos contemporâneos do capitalismo. É inegável que qualquer esforço para apreender os mais recentes movimentos do sistema capitalista tem que levar em consideração algumas destas obras, mesmo que correndo o risco de cair em discussões perigosas, exemplificado pelo debate acerca da queda tendencial da taxa de lucros, que é tratada de forma completamente oposta, por exemplo, nas obras de Sweezy & Baran em comparação com Mandel<sup>55</sup>.

Um problema adicional que se apresenta quando se pensa os últimos anos do século XX é o surgimento de uma contra teoria intrinsecamente ligada aos debates que perpassam o marxismo. Novas formulações teóricas como sociedade “pós-industrial”, “novos movimentos sociais”, “crise da sociedade do trabalho”, “sociedade informacional” emergiram como atualizações mais “precisas” das

<sup>55</sup> CALLINICOS, Alex. Periodizing capitalism and analyzing imperialism: classical marxism Capitalist evolution. ALBRITTON, Robert; ITOH, Makoto; WESTRA, Richard; ZUEGE, Alan. (orgs.) *Phases of capitalist development: booms, crises and globalizations*. New York: Palgrave, 2001.

análises realizadas por Marx. O que chama atenção nestas novas abordagens não é a tendência a desconsiderar ou a negar a obra de Marx, mas, ao contrário, a de se apresentarem como atualizações, *updates*, revisões que reconheçam a situação ultrapassada da teoria marxiana e defendiam “ajustes” as novas condições históricas. Tais teorias são analisadas com mais atenção na próxima seção.

A reflexão pretendida aqui se insere na interseção entre as análises das estruturas do capitalismo contemporâneo e das lutas de classe que no seio deste sistema agem tanto como causa e como consequência da nova condição histórica. Obviamente, a extensão do período delimitado que vai do término da Segunda Guerra até o fim dos regimes socialistas na Europa é extenso e não comporta nos termos desta dissertação um exame aprofundado de todos os desdobramentos da questão acima esboçada.

### 1.3.1 A “era dourada” do capitalismo (1945-1973)

O pós-Segunda Guerra Mundial trouxe aos habitantes da Europa e de outras partes do mundo problemas que iam da falta de mínimas condições de existência à perda de quase todos os laços familiares e territoriais. No aspecto econômico, as condições dos países da Europa e da Ásia aproximavam-se perigosamente da calamidade, enquanto os E.U.A. surfavam uma onda de expansão econômica, especialmente atrelada ao esforço industrial de guerra. Os países do Leste Europeu, em sua grande maioria, passaram a fazer parte da esfera de influência soviética adotando um modelo de economia planificada e de partido único no campo político. Sobre tal pano de fundo é que se desenvolve um processo de expansão do sistema capitalista sem precedentes na história.

O historiador Eric Hobsbawm (1917-) define de forma muito sintomática a conjuntura que vai da década de 50 a meados dos anos 70 como a “Era de Ouro” do capitalismo mundial<sup>56</sup>. A produção industrial expandiu-se de forma impressionante, alimentada por um crescente mercado consumidor. Tal período viu o comércio internacional ser multiplicado por dez, especialmente entre os países mais desenvolvidos. No plano político o modelo das democracias representativas se

---

<sup>56</sup> HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX:1914-1991*. São Paulo: Companhia das letras, 1995, p. 253-281.

tornava hegemônico, tendo como derivados de suas fragilidades internas, ditaduras militares pró-capitalistas.

No bojo desta “era dourada”, destacava-se o papel exercido pelos E.U.A. como potência econômica, política e militar que, entre outras tarefas, dava sustentação ao projeto das instituições supranacionais surgidas no pós-guerra. Como principal exemplo tem-se a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945. Como esta, surgiram, posteriormente, outras instituições como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a Organização dos Estados Americanos (OEA), além do Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, entre outras. Estas, de formas diversas, serviram ao processo de expansão do capital, constituindo-se como arenas privilegiadas tanto de controle quanto de expressão das contradições imanentes a este processo de expansão capitalista<sup>57</sup>.

É graças a esta condição de locomotiva do sistema capitalista que os EUA fazem valer sua posição de ator privilegiado na arena mundial. O acordo firmado em Bretton Woods, em 1944, estabeleceu, entre outros aspectos, a convertibilidade ouro-dólar como base da estabilidade cambial mundial. Segundo Coggiola,

A adoção do dólar como moeda de curso internacional a partir de Bretton Woods veio referendar a supremacia econômica e militar norte-americana no plano mundial: tinha em seu poder, nesse período, dois terços das reservas de ouro e respondia por cerca da metade do produto industrial mundial<sup>58</sup>.

A pujança estadunidense em matéria econômica materializou-se em medidas que garantissem que problemas parecidos com os ocorridos no pós-Primeira Guerra não se repetissem, como as volumosas somas de capitais ociosos e a ausência de medidas proativas em relação aos tradicionais aliados. O lançamento do plano Marshall (1948-1951) representava uma importante ferramenta para a manutenção da expansão dos EUA, já que destinava capitais aos países europeus arrasados pela guerra e garantia importantes vantagens às companhias estadunidenses. Estas se aproveitavam das oportunidades dadas, não só pelo acordo como também daquelas geradas pela própria guerra.

O capital americano não se aproveitou unicamente da situação favorável na Europa, mas igualmente de regiões periféricas como a América Latina e Ásia. O fim

---

<sup>57</sup> COGGIOLA, Osvaldo. *O Capital contra a História: gênese e estrutura da crise contemporânea*. São Paulo: Xamã: edições pulsar, 2002, p. 371.

<sup>58</sup> Idem, *Ibidem*, p. 370.

da guerra trouxe da mesma forma o desmantelamento das tradicionais estruturas coloniais. A expressão “descolonização” passou a fazer parte do discurso de intelectuais, políticos ou simples habitantes de países da África e Ásia. A reação das nações europeias gravitou entre a aceitação de uma transição relativamente pacífica e controlada a uma postura de negação agressiva de qualquer quebra dos laços coloniais. Em decorrência desta última atitude, muitas regiões foram incendiadas por movimentos de libertação nacional que, em sua grande maioria, tinham na ação armada a ferramenta de pressão necessária para garantir a sua almejada independência. Do mesmo modo que a reconstrução europeia não pode ser entendida nos termos de um simples plano de ajuda financeira, a “descolonização” não pode ser compreendida como um processo que garantia liberdade e independência as novas nações. Segundo Fredric Jameson,

[...] a descolonização caminhou historicamente de mãos dadas com o neocolonialismo e que o fim elegante, rancoroso ou violento de um imperialismo fora de moda decerto significou o fim de um dado tipo de dominação, mas evidentemente, também a invenção e a construção de um tipo novo – simbolicamente algo como a substituição do Império Britânico pelo Fundo Monetário Internacional<sup>59</sup>.

O capital em seu processo de perene transformação e busca por valorização modificava os termos que geriam as relações entre as nações do Primeiro e do Terceiro mundo. O imperialismo ganhava contornos mais complexos do que aqueles vaticinados por Lênin na virada do século XIX para o XX.

Um fator estrutural ainda não mencionado e que detém um peso fundamental na inteligibilidade do período é o conflito entre o bloco estadunidense e o bloco soviético sobre o modelo sócio-histórico a deter hegemonia no cenário mundial. A Guerra Fria é, sem dúvida, essencial para a compreensão de uma infinidade de eventos, como o Plano Marshall, a descolonização/neocolonização, as inúmeras guerras em regiões periféricas, as formas e estratégias da expansão capitalista. O embate entre as duas superpotências tinha influência direta sobre os aliados e adversários, as zonas de influências, os modelos de organização estatal e de regulação econômica. Como bem define Ruy Braga, tal contexto refere-se

[...] a uma historicidade marcada pelo acúmulo emergente de múltiplas contradições (envolvendo classes sociais, estruturas imperialistas, Estados

---

<sup>59</sup> JAMESON, Fredric. Periodizando os anos 60. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pós-modernismo e política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1991, p. 90.

centrais e subalternizados) *sobredeterminada* pela contradição entre blocos históricos hegemônicos em disputa, o capitalista e o coletivista de Estado<sup>60</sup>. Grifo do autor.

É no quadro deste conflito que a configuração do papel do Estado nos países capitalistas toma proporções distintas daquelas anteriormente adotadas. A intervenção estatal em áreas diversas passou a ser fundamental para contrabalancear as instabilidades e crises ocasionadas pelo mercado capitalista. Tal instabilidade servia como combustível para os defensores dos ideais encarnados no regime soviético.

Um campo em que os gastos cresceram exponencialmente em relação estreita com a Guerra Fria foi aquele ligado ao complexo industrial-militar. Este servia como importante *locus* de investimento e valorização de capitais, além de produzir inovações tecnológicas posteriormente adotadas no mercado de bens de consumo. O Estado não se restringia ao receituário liberal, ficando agora responsável pela garantia do pleno emprego, da submissão do mercado financeiro aos interesses nacionais e da construção de um aparato de “bem estar social”<sup>61</sup>.

Um dos principais objetivos deste novo rumo dado ao Estado estava no controle das massas trabalhadoras e das organizações que as representavam. Os problemas advindos da luta de classes deveriam ser inoculados por uma ação preventiva do Estado, que não se restringisse aos tradicionais cassetetes da polícia. Conquistar o operário através de um anteparo social era garantir a ele que o sistema capitalista funcionava e que era superior aos modelos rivais. O que se buscava assegurar era “[...] o encapsulamento das lutas de classes no interior de cada país<sup>62</sup>”. No ambiente interno do Estado-Nação, as lutas eram limitadas pelas legislações e ações governamentais. Todavia, as articulações internacionais do capital eram permitidas, quando não incentivadas.

Neste processo, o capitalismo transformava as estruturas produtivas de cada local, ao mesmo tempo em que interagia com as condições próprias de cada região, especialmente com o conflito entre as formas tradicionais de existência, que impunham resistências perenes às mudanças impostas. Novas hierarquias

<sup>60</sup> BRAGA, Ruy. *A restauração do capital: um estudo sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Xamã, 1996, p. 158.

<sup>61</sup> COGGIOLA, 2002, p. 380.

<sup>62</sup> FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: Teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010, p. 161.

articulavam-se, submetidas a interesses que estavam tanto dentro quanto fora do território nacional.

Um processo essencial que se aprofundava neste período era a mudança na composição orgânica do capital, que incorporava cada vez mais trabalho morto em detrimento de trabalho vivo. Em sua análise do capitalismo tardio, Ernest Mandel destaca o desenvolvimento da terceira revolução tecnológica como essencial para as transformações do processo produtivo. Além disto, uma série de importantes fatores como o crescimento do exército de reserva, o papel do Estado gerenciando os conflitos de forma pró-capital, a expansão gradativa do mercado mundial, entre outros fatores, favoreceram a onda expansiva dos anos 50 e 60<sup>63</sup>. Nos termos da teoria de Mandel, o Estado, neste período, exercia uma importante função ao evitar a emergência de crises profundas no sistema. Com o processo de agravamento da crise do capitalismo, as estruturas institucionais nacionais e internacionais são tensionadas por pressões difusas do capital e por transformações nas regulamentações impostas pelos Estados.

Esta pressão não veio unicamente da necessidade do capital por maiores taxas de mais-valia, mas ancorava-se também nas ondas de resistência vinda dos *campi*, fábricas, favelas e periferias ao redor do globo. O fim da década de 60, principalmente o ano de 68, ficou marcado pelo “surgimento” de movimentos sociais e de classe que traziam novas bandeiras à cena da política tradicional.

O pacifismo antiguerra do Vietnã mesclava-se com o desejo feminista por liberdade e igualdade, pela crítica à segregação racial e cultural, a defesa de uma relação mais harmônica com o meio ambiente, a rejeição do autoritarismo e conservadorismo das elites governantes. O movimento apoiava-se, sobretudo, em uma crescente massa de estudantes universitários e jovens insatisfeitos com os rumos que a vida deles e de seus colegas tomavam dentro das possibilidades reais de existência em seus respectivos países, o que não excluía a participação de grupos tradicionais, como os sindicatos e os partidos.

Não foram poucas as revoltas e manifestações indo dos *campi* das universidades americanas, passando pelo massacre de mexicanos na Praça de Tlatelolco às ruas do *quartier latin*, em Paris, até as avenidas de Praga apinhadas tanto de jovens, quanto de tanques do pacto de Varsóvia. Estes e outros eventos de

---

<sup>63</sup> MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. (Os economistas). São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 101.



contestação foram saudados e teorizados como símbolos de um novo tipo de movimento contestatório, que não se baseava mais em hierarquias políticas estanques ou em um projeto político de mudança global, com o protagonismo de uma determinada classe ou sujeito. A fragmentação e descentralização das ações expressavam-se nos bordões e frases pichados ou brandidos nas ruas e avenidas. “É proibido proibir”, “A imaginação no poder”, “A novidade é revolucionária, a verdade, também” foram algumas de uma série de expressões popularizadas ao redor do mundo.

Neste contexto, não foram poucos os pensadores que defenderam o surgimento de uma “nova esquerda”, calcada no pluralismo político, amparada em estratégias diversas, que defendiam um conceito amplo de democracia, defendendo a novidade e a ruptura com as antigas fórmulas como um caminho positivo e desejável para o futuro<sup>64</sup>. O que muitas vezes é excluído nestas teorizações é que as mobilizações deste período conturbado não estiveram, única e exclusivamente, restritas aos “novos movimentos sociais”. Entretanto, em países como França (greves que paralisaram o país) e Itália (*outono caldo*, de 1969) greves e passeatas aliadas às tradicionais pressões sindicais e classistas tiveram impactos tão ou mais importantes sobre o Estado e a capacidade de reação da burguesia.

Para compreender os eventos que ocorreram ao fim da década de 60, e as lutas de classe intrínsecas a este período, é necessário conhecer as transformações por que passava o capital, a tensão subjacente a este dentro do contexto geopolítico da Guerra Fria, assim como as correlações de forças existentes internamente a cada região ou país. Partindo desta posição compreende-se que os conflitos e manifestações que emergiram neste período, se não trouxeram agendas políticas tão inéditas ou desconhecidas, expressaram as tensões em diversas regiões do planeta, das articulações cada vez mais complexas do capital. Para Fredric Jameson,

[...] os anos 60 como um momento em que a expansão do capitalismo em escala global produziu simultaneamente uma imensa liberação ou desprendimento de energias sociais, uma prodigiosa escapada de forças

---

<sup>64</sup> Seria exaustivo fazer um balanço de todos que teorizaram ou que se engajaram diretamente no projeto político de uma “nova esquerda”. Pode-se incluir, em um dos lados ou nos dois, figuras como Herbert Marcuse, Régis Debray, Tariq Ali, Daniel Cohn Bendit, Tom Nairn, Perry Anderson, entre outros. Deve-se destacar que o uso da expressão foi mais popular entre os intelectuais anglo-saxões. Ver McMILLIAN, John & BUHLE, Paul. *The New Left Revisited*. Philadelphia: Temple University press, 2003.

não-teorizadas: as forças étnicas dos negros e das “minorias” ou dos movimentos que eclodiram por todas partes no Terceiro Mundo, os regionalismos, o desenvolvimento de novos e militantes portadores de *surplus consciousness* nos movimentos estudantis e de mulheres, bem como num sem-número de lutas de outro tipo<sup>65</sup>.

Na visão de Jameson, esta “energia não teorizada” produzida pelo capitalismo foi a responsável pelo advento de todas as revoltas da década de 60. É graças a esta força marginal à tradicional teoria da esquerda que emergem movimentos contestatórios com suas diversificadas bandeiras. Tal desprendimento de energia coloca uma questão relevante atrelada ao contexto amplo da Guerra Fria: seria possível a muitos destes movimentos escaparem da esfera polarizada estabelecida entre os EUA e URSS a toda e qualquer energia transformativa que emergisse? Poderia, principalmente, no campo da esquerda surgir uma alternativa factível ao encapsulamento produzido pelo projeto político soviético<sup>66</sup>?

A resposta pode ser encontrada nas reflexões da historiadora Virgínia Fontes. Para ela, o contexto truncado da Guerra Fria serviu como uma barreira à internacionalização e à unificação dos movimentos sociais, além de obscurecer o processo de expansão e transformação pelo qual passava o capital. Os tradicionais sindicatos e partidos estavam muito atrelados a uma plataforma política que provinha diretamente da burocracia moscovita. Com isto, posições marginais, que estavam integradas pelo capitalismo a certa dinâmica produtiva, não alcançaram canais que unificassem e amplificassem suas queixas e aspirações. Tal “bloqueio” não impediu que surgissem articulações pontuais e fugazes entre classes e frações de classe, como em alguns momentos do ano de 1968, na França<sup>67</sup>.

Partindo destas premissas é que se pode compreender que 68 já expressava uma situação de crise do sistema capitalista. Esta se configurou plenamente, como um problema a ser resolvido, nos anos 70 do século XX. As mutações por quais passava o capital cobravam um preço alto do modelo de Estado regulacionista que era adotado por boa parte dos países ocidentais. Se este foi útil anteriormente com o “controle” das lutas de classe, como gestor e saneador de necessidades estruturais, como produtor de demanda para diversos setores da economia e como ordenador de um sistema internacional de trocas controlado e

---

<sup>65</sup> JAMESON, 1991, p. 125.

<sup>66</sup> Considera-se aqui que nem o maoísmo ou o foquismo guevarista eram capazes de alavancar tal projeto, mesmo que tendo alcançado popularidade entre círculos intelectuais na Europa Ocidental e América Latina, respectivamente.

<sup>67</sup> FONTES, 2010, p. 177-179.

estável, na década de 70 o Estado passava a ser encarado como um entrave à produção de mais-valor no sistema capitalista.

### 1.3.2 Crises e mutações do capitalismo: (1973-1991)

Seguindo algumas das hipóteses deixadas por Mandel sobre a crise da década de 70, esta pode ser encarada como parte das ondas de expansão e retração por qual passou o capitalismo ao longo da sua história. Isto significaria uma queda na taxa média de lucro e, conseqüentemente, uma diminuição da mais-valia extraída sobre o trabalhador<sup>68</sup>. A crise não se restringiria, obviamente, a esta situação interna às relações de produção. Possuiria também condicionantes específicas e conjunturais que a tornariam diretamente relacionada a questões políticas, ideológicas e culturais.

Pode-se elencar uma série de eventos que compõem a expressão fenomênica dos problemas estruturais do capitalismo neste período. O abandono do câmbio fixo no governo de Richard Nixon (1913-1994), em 1971; as crises do petróleo desencadeadas, principalmente, pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), nos períodos de 1973-1975 e, posteriormente, em 1979-1981; o aumento da inflação e do desemprego que trouxeram o aprofundamento de problemas sociais como o crescimento dos desabrigados; a desigualdade social cresceu nos países ricos e explodiu junto com as dívidas externas em países do “Terceiro Mundo”<sup>69</sup>. Neste quadro de crise, muitos pensadores liberais como Frederick A. von Hayek (1899-1992) e Milton Friedman (1912-2006) já apontavam há algum tempo que o principal culpado eram os gastos e as interferências do Estado ampliado e principal sustentáculo do regime de bem-estar social.

Voltando-se para as transformações no âmbito do funcionamento do sistema capitalista, deve-se ressaltar que o processo de sua expansão e complexificação não foi unicamente obra das reformas neoliberais iniciadas como experimento, em

---

<sup>68</sup> Para Mandel, este processo somado ao crescimento do trabalho não produtivo (setor terciário) seria responsável pela queda constante nas taxas de lucro. Paulo Singer, na Apresentação da obra *Capitalismo Tardio*, resalta alguns erros que, em sua visão, Mandel comete na leitura de Marx. Especialmente, em considerar o setor de serviços como um todo improdutivo, como incapaz de produzir mais-valor, exceção feita ao setor de transportes. Ver SINGER, Paulo. Apresentação. In: MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. (Os economistas). São Paulo: Abril Cultural, 1982.

<sup>69</sup> Ver COGGIOLA, 2002, p. 381-183; HOBBSAWM, 2002, p. 394-396.

1973, no Chile, de Augusto Pinochet (1915-2006), e tornada credo, na Grã-Bretanha, de Margareth Thatcher, e nos EUA, de Ronald Reagan, mas que estas políticas potencializaram os efeitos da nova configuração do capital.

Seguindo tal postulado, pode-se afirmar, em consonância com Virgínia Fontes, que o capital em sua forma atual é por excelência imperialista. A historiadora desenvolve a tese de que, calcada na categoria capital portador de juros de Marx e nas reflexões de Lênin, o capital-imperialismo é um estado no qual ocorre uma expansão massiva do capital que hierarquiza e subjuga, com vistas à manutenção da expropriação e da reprodução ampliada. Significa também que o nível de concentração de capitais excede e muito as limitações dos territórios nacionais, atuando agora em uma esfera transnacional. Não ocorre uma oposição entre capital financeiro, capital industrial ou de serviços, porém desenvolve-se um entrelaçamento entre todos eles com vistas a aumentar o processo de valorização do capital<sup>70</sup>.

Na visão de Fontes, isto não significa negar ao capital monetário um papel destacado no processo de produção global de mais-valia. O capitalismo alcançava uma forma de propriedade exageradamente abstrata, da “*pura propriedade de recursos sociais de produção*”<sup>71</sup> onde os limites, antes tradicionais, entre as esferas do ciclo produtivo, diluíam-se. Assim,

Trata-se da formação internacional de massas crescentes de capital portador de juros, ou de capital que resultando da exploração de mais-valor, a ela precisa retornar, porém sob modalidades que em muito excedem suas bases de exploração prévia dada a massa impressionante de valor a valorizar<sup>72</sup>.

Com isto, passa a ser um contrassenso quando determinadas ações governamentais ou discursos inflamados de políticos, destacadamente da esquerda, pleiteiam o privilégio de uma dada forma do capital em detrimento de outra. O caso das empresas multinacionais é emblemático desta situação, já que passaram a atuar em áreas diferentes do globo, sobre regimes de extração de sobretrabalho dos mais diversos, beneficiando-se das políticas de desregulamentação e liberalização popularizadas na maré neoliberal com fito a produzir uma valorização diretamente proporcional à massa de capitais acumulados. Analisando o papel da multinacional, Francisco Teixeira e Celso Frederico, afirmam que

---

<sup>70</sup> FONTES, 2010, p. 190-198

<sup>71</sup> Idem, Ibidem, p. 155.

<sup>72</sup> Idem, Ibidem, p. 165.

Como capital em geral, ela é um lugar abstrato de valorização de valor, não importando a forma concreta que assume. Ela é capital-dinheiro, capital produtivo e capital comercial, sem deixar petrificar-se em nenhuma destas formas. Ela assume e abandona essas formas, sem se perder em nenhuma delas, porque as necessidades de valorização, assim, exigem. Todas são igualmente meios milagrosos para fazer do dinheiro mais dinheiro<sup>73</sup>.

Ao adotar-se uma análise focada nestes aspectos multidimensionais do capital, evita-se uma reflexão que caia nas conceituações mais tradicionais como globalização, mundialização financeira ou neoliberalismo. O que se buscou foi lastrear a crítica do cenário contemporâneo com a concretude dada pela reflexão dos aspectos internos às relações de produção, em especial das lutas de classe. O que não significa que as análises de François Chesnais sobre o processo de financeirização global não contribuam para o aprofundamento desta perspectiva, já que é na esfera dos mercados de ações, das especulações e dos investimentos que especularmente estes processos se apresentam<sup>74</sup>. A própria complexidade dos “produtos financeiros” passariam a dificultar a compreensão do processo de rotação do capital. É na esfera dos ganhos do mercado financeiro que alguns autores têm aprofundado a análise de Marx sobre o capital fictício, destacando os aspectos parasitários e rentistas deste processo<sup>75</sup>.

O conceito de globalização, que é por excelência polissêmico, possui uma amplitude teórica que engloba abordagens de espectros teóricos e metodológicos muito diversificada<sup>76</sup>. No que concerne ao de neoliberalismo, este pode ser encarado de forma mais ampla como fazem Gérard Duménil e Dominique Lévy ao conceituarem-no como uma nova ordem social, filha direta da crise generalizada das décadas de 70 e 80. Segundo os autores,

[...] neoliberalism is the expression of the desire of a class of capitalist owners and the institutions in which their power is concentrated, which we collectively call "finance," to restore-in the context of a general decline in popular struggles--the class's revenues and power, which had diminished

<sup>73</sup> TEIXEIRA, Francisco & FREDERICO, Celso. *Marx no século XXI*. 2ª ed. São Paulo: editora Cortez, 2009, p.42.

<sup>74</sup> Chesnais ressalta um fetichismo financeiro onde o mercado apresenta-se como único caminho para o progresso e o crescimento. CHESNAIS, François. *Mundialização: o capital financeiro no comando*. *Outubro*, São Paulo, n. 5, p. 7-28, 2001.

<sup>75</sup> Um exemplo pode ser encontrado em CARCANHOLO, Reinaldo A. & NAKATAMI, Paulo. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. In: *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v.20, nº 1, p.284-304, 1999.

<sup>76</sup> Ver para estas diversas abordagens a obra de IANNI, Octavio. *Teorias da Globalização*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

since the Great Depression and World War II. Far from being inevitable, this was a political action<sup>77</sup>.

A eliminação de gastos e regulações do período keynesiano de 50 a 70 seria um dos principais objetivos da estratégia neoliberal, combatendo o chamado pleno emprego, os gastos “não-produtivos”, como o sistema de saúde e educação, o fim das limitações sobre contratações e demissões, além de maior liberdade sobre as ações corporativas em termos de compras e fusões, privatizações e desregulamentação de mercados, antes controlados pelo poder estatal.

A precarização de antigos serviços prestados pelo Estado levava à criação de novos empreendimentos que tinham como objetivo ocupar tais espaços tornando-os *locus* de uma expansão do capital. Podem-se citar o crescimento dos fundos de pensão e dos planos de saúde como importantes elementos do capitalismo contemporâneo. A intenção era obviamente a retomada das taxas de lucros que haviam declinado com a crise. Neste caso, o que se precisava era melhorar as taxas de extração de mais-valia, declinantes em meados da década de 70 do século XX.

O grande problema para a classe capitalista é que o processo de incremento do trabalho morto sobre trabalho vivo na composição orgânica do capital produzia a diminuição do sobretabalho extraído para uma mesma porção de capital investido.

Como explicitado mais acima, o capital necessitou de estratégias para retomar os padrões anteriores de valorização e um primeiro problema seria o Estado e os encargos que este colocava sobre as empresas capitalistas. Um segundo elemento a ser combatido era a própria classe trabalhadora, que devido às lutas anteriores tinha consolidada uma situação de razoável amparo legal e social. Contra tais garantias reformas foram implementadas diminuindo a legislação trabalhista e criando novas modalidades de trabalho precarizadas. Um dos objetivos era a liberalização dos fundos públicos, restritos por legislações da lógica estatal, que poderiam ser colocados nos circuitos de valorização do capital.

As transformações tecnológicas no âmbito técnico informacional permitiam uma relação cada vez mais global entre regiões distantes. Símbolo da nova

---

<sup>77</sup> [...] neoliberalismo é a expressão do desejo de uma classe de proprietários capitalistas e das instituições na qual seus poderes estão concentrados, que coletivamente chamamos de "finanças", para restaurar, no contexto de um declínio geral nas lutas populares - as receitas da classe e poder, que havia diminuído desde a Grande Depressão e Segunda Guerra Mundial. Longe de ser inevitável, esta era uma ação política.] Tradução Livre. DUMÉNIL, Gérard & LÉVY, Dominique. *Capital Resurgent: Roots of the Neoliberal Revolution*. Cambridge: Massachusetts: Harvard University press, 2004, p. 1.

tecnologia, o microprocessador seria capaz de ir além da “máquina-ferramenta”, filha da primeira revolução industrial, podendo agora assumir funções de supervisão e manutenção<sup>78</sup>. A comunicação e o transporte entre regiões distantes fazia-se em velocidades cada vez menores, novos modelos de organização e flexibilização da produção e dos estoques (*just in time*). A expropriação de trabalho em escala global criava a possibilidade de conexões que iam além do modelo fordista tradicional e minavam as pressuposições tayloristas tradicionais. Isto não ficou imune a teorizações das mais distintas e que são abordadas mais à frente, neste capítulo. A Ásia, na década de 70 e principalmente 80, serviu como território privilegiado para extração de sobretrabalho, da expropriação de recursos naturais e de um crescente mercado consumidor<sup>79</sup>.

A classe trabalhadora dos países mais ricos via-se em relação contraditória com os trabalhadores de países periféricos. Eram competidores no processo de extração de sobretrabalho, ao mesmo tempo em que compartilhavam a situação de subordinação à ordem do Capital. Crescia também o número de migrantes de regiões mais pobres ou de ex-colônias para as metrópoles, criando uma “concorrência” com o assalariado nativo. Além disto, as novas tecnologias aprofundavam a hierarquização e fragmentação dentro do processo produtivo, separando gerentes, técnicos, operários e trabalhadores terceirizados.

Neste quadro de pressão contra a classe assalariada, a resistência materializava-se principalmente em ações de protesto contra o Estado, exprimindo o enfraquecimento de sindicatos e partidos e de greves contra indústrias e multinacionais. O problema é que no quadro de expansão do capital-imperialismo tais ações se mostravam ineficazes, sofrendo muitas vezes com uma ofensiva dual. De um lado, os cassetetes, de outro, uma ofensiva ideológica que visava uma desfiguração dos termos em que a luta era travada. Um exemplo dos novos tempos pode ser encontrado no governo de Thatcher ao lidar com as greves da indústria do carvão, nos anos de 1983-1984<sup>80</sup>.

---

<sup>78</sup> LOJIKINE, Jean. *A revolução informacional*. São Paulo: Cortez, 1995, p. 124-127.

<sup>79</sup> O historiador Eric Hobsbawm nota que muitos países da Ásia (*Tigres asiáticos*) foram os únicos a crescer durante o período de recessão mundial. Destacando-se o papel exercido pela China como polo produtivo e consumidor. HOBBSAWM, 2002, p. 395-396.

<sup>80</sup> A derrubada da *National Union of Mineworkers* representou um importante passo para consolidação das políticas neoliberais dos conservadores na Grã-Bretanha. BEYNON, Huw. The miners' strike in Easington In: *New Left Review*. Vol. 1, nº 148, november-december, 1984, p. 104-115.

No período de meados da década de 70 aos fins da década de 80 ocorreram também tentativas de construção de alternativas ao cenário bipolar da Guerra Fria, como a Revolução dos Cravos, em Portugal (1974), a Revolução Sandinista (1979) ou a Revolução Iraniana (1979). Mesmo angariando simpatizantes, especialmente na Europa Ocidental, tais movimentos não conseguiram consolidar uma posição alternativa ao pensamento de esquerda. No caso iraniano, pode-se afirmar um reforço de posições reacionárias a esta tendência.

Se a nova configuração do capitalismo trazia uma sufocante pressão para cima dos movimentos organizados da classe trabalhadora, estes tiveram um efeito de pressão sobre a URSS e os países do Leste Europeu.

Como já assinalado, não é intenção desta pesquisa debruçar-se profundamente sobre a complexa situação do socialismo no período delimitado. Todavia, é inegável a relação existente entre a retração dos movimentos de esquerda, destacadamente aqueles atrelados ao movimento operário, as transformações do capital e o processo de fragilização e crise do socialismo na Europa.

O socialismo na URSS e no Leste Europeu era tensionado por eventos que iam do recrudescimento das relações EUA e URSS durante o governo de Ronald Reagan (projeto “Guerra nas Estrelas”), até o início da ofensiva soviética no Afeganistão (1979), passando pela situação polonesa com o movimento dos trabalhadores (Sindicato Solidariedade), agravado pela recessão e estagnação econômica, aprofundadas pelo fosso tecnológico existente na comparação com as economias de mercado.

A tentativa de recuperação na URSS começou com o lançamento da *glasnost* e posteriormente da *perestroika*, planos lançados pelo secretário do partido, Mikhail Gorbachev (1931-), que chegou ao poder no ano de 1985. Tais planos objetivavam uma abertura política e uma liberalização do fluxo de informações e a promoção de uma retomada do crescimento, ao mesmo tempo em que visava modernizar e dar agilidade aos negócios e empreendimentos. Em consonância com este processo, outras nações socialistas se viam em situações parecidas, com problemas agravados pelo gradativo absentismo político e econômico da URSS<sup>81</sup>.

---

<sup>81</sup> RODRIGUES, Robério Paulino. *O colapso da URSS: um estudo das causas*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006, 295f. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História



O ano de 1989 e a liberalização dos regimes socialistas, seja de forma quase imperceptível como na Checoslováquia (chamada pela mídia de “Revolução de Veludo”) ou sangrenta e conturbada como na Romênia, foram condensadas nas imagens de alemães derrubando o muro que cortava a cidade de Berlim em duas partes. O agravamento da crise do socialismo soviético dois anos depois consolidou o fracasso de uma alternativa sócio-histórica ao capitalismo. Claramente, as consequências de tais eventos podem ser abordadas por prismas distintos, em especial, no aprofundamento do quadro de crise do marxismo, no que concerne a discussão até aqui desenvolvida sobre o capitalismo contemporâneo e a luta de classes atrelada a este.

Pode-se sinteticamente explicitar duas questões: a primeira delas reconhece que as regiões anteriormente sob regime socialista passaram a fazer parte da expansão do capital-imperialismo, como novos mercados consumidores, fornecedores de matérias-primas, de mão de obra especializada e barata, propícias às expropriações de empresas estatais, entre outras ações “liberalizantes”. Consequentemente, tal situação serviu como catalizador da expansão do processo de valorização do capital. O que tornava tal conjuntura mais árdua para os habitantes destas regiões era enfrentar a transição para um regime capitalista que era mais agressivo, complexo e voraz na forma como reestruturava estas regiões em nome de uma “modernização” e uma “democratização”.

Uma segunda questão está diretamente ligada às lutas de classe que emergem deste cenário. A derrota do projeto socialista por si só desencadeia uma sensação de fracasso e impotência na esquerda que ressoou mesmo naqueles grupos que mantiveram uma tradição crítica ao caminho trilhado pelo socialismo soviético. Como resultado óbvio, as organizações e partidos que defendiam projetos socialistas, sejam semelhantes, sejam com posições críticas ao modelo soviético, tiveram agravada a situação de refluxo político, que provinha da condição concreta das classes sob a égide do novo regime do capital. Além disto, a ausência de um contendor global ao capitalismo popularizava a tese de que “não havia alternativas”, pressionando as classes subalternas a se deparar com uma resistência por parte das classes dominantes calcadas no que eles mesmos chamavam um “realismo pragmático”.

A abordagem dada aqui a um período tão longo, do fim da Segunda Guerra ao desaparecimento do socialismo soviético, intencionou dar clareza às transformações por qual passou o capital em correlação com as lutas de classe, buscando explicitar a dialética complexa existente entre estas duas dimensões. O capitalismo tomou proporções gigantescas, globalizou-se, tornou-se mais abstrato e complexo, especialmente ao incorporar novas formas de produção de mais-valia.

Atuando como causa e ao mesmo tempo como consequência deste processo, a luta de classes pendeu favoravelmente para as classes dominantes. Estas desmontaram uma estrutura política e social fruto dos conflitos e lutas de gerações passadas, enfraquecendo os tradicionais *lócus* de representação como partidos e sindicatos. Estes, por sua vez, passaram a lutar contra a dureza dos “fatos” e da “realidade” que não permitiam utopias como base para projetos políticos.

É com base neste contexto sócio-histórico que o projeto pós-marxista defendeu o abandono das classes como categoria heurística da realidade e como detentora da condição de transformá-la.

Em consonância com este contexto emergem, no mesmo período de 1945 a 1991, um conjunto de teorias que defendem, seja uma ultrapassagem das teorizações ancoradas em Marx, seja o cancelamento dos pressupostos epistemológicos e ontológicos que nortearam sua obra. O surgimento de novos conceitos e problemáticas teóricas se mostrou tanto como um desafio ao marxismo como uma possibilidade de renovação. Termos como sociedade “pós-industrial”, “novos movimentos sociais”, “pós-fordismo”, “sociedade da informação”, “trabalho imaterial”, entre outros ganharam popularidade no meio acadêmico e até mesmo fora dele.

Da mesma forma, questões filosóficas e epistemológicas configuravam problemas e campos de investigação como o pós-modernismo, o pós-estruturalismo, o pragmatismo, a filosofia analítica, que tornavam-se populares por seu ineditismo ou por releituras que os atualizavam às vicissitudes da contemporaneidade. Fazer uma reflexão que abarque todos estes conceitos e correntes e suas correlações é tarefa monumental que está para além das possibilidades desta pesquisa. Contudo, não se pode compreender o pós-marxismo sem entender as teorias que sustentam tanto a “crise do marxismo”, como a formulação da estratégia pós-marxista de rejeição do passado como referente. Investigar algumas destas teses é o objetivo da próxima seção.

#### 1.4 O MARXISMO NA BATALHA DAS IDEIAS

Na obra *Hegemony and Socialist Strategy*, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe fazem uma reflexão genealógica acerca da tradição marxista e suas fissuras, destacando uma separação entre o mundo abstrato e totalizador da teoria e um mundo contingente e fragmentado da “realidade”. É a partir deste balanço historiográfico do marxismo que os autores posicionam a sua proposta como pós-marxista, tentando manter uma relação de tensão entre o marxismo, o seu passado e a “nova” condição histórica e teórica que se apresentava. Para os autores, tal empreendimento têm predecessores teóricos importantes, que eles classificam como *pós-marxismo* ou *pós-marxismo*. O jogo com o itálico é utilizado pelos autores como uma forma de enfatizar, respectivamente, seja uma tendência de ruptura maior com o marxismo em algumas obras, seja uma inclinação a se valorizar mais a continuidade em detrimento das rupturas<sup>82</sup>.

Traçar o contexto teórico que se entrelaça a emergência do pós-marxismo de Laclau e Mouffe é a tarefa desta seção. Deve-se ressaltar, contudo, que o interesse aqui é menos em fazer uma estreita genealogia da obra dos autores e mais em explicitar um contexto de conflito aberto entre posições teóricas distintas, assim como das “revisões” e “atualizações” que fazem parte deste processo.

Para tanto, se utiliza uma divisão didática entre duas tendências distintas em relação ao marxismo na segunda metade do século XX: de um lado uma tendência de aceitação de algumas teses ou categorias do marxismo. Todavia, estas seriam datadas e restritas a uma situação histórica já ultrapassada pela realidade dos fatos; outra posição mais radical defende que as condições ontológicas e epistemológicas pressupostas na obra de Marx e, de modo mais amplo, na teoria social moderna, não passam de conclusões arbitrárias, e que a “realidade” não daria sustentação a estas posições.

Na primeira, teríamos conceitos e problemáticas muito diversos como o de “sociedade pós-industrial”, “novos movimentos sociais”, “sociedade da informação”, “pós-fordismo”, “crise da sociedade do trabalho”, entre outros, todos interconectados com o debate da “crise do marxismo”.

---

<sup>82</sup> LACLAU, Ernesto & MOUFFE, Chantal. *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*. 2ª ed. London: New York: Verso books, 2001, p. 3-4.

Na segunda vertente, teríamos uma série de reflexões, especialmente de cunho filosófico, conhecidas popularmente como pós-modernas, defendendo uma crítica mais profunda e ampla, não se restringindo somente ao marxismo, mas englobando a tradição filosófica ocidental e a teoria social do século XIX.

Ressalta-se que esta divisão serve aos objetivos didáticos desta pesquisa e que incorre em problemas comuns a generalizações, decorrentes também da extensão do período e da diversidade de teorias abarcadas. Tal condição pode levar a questões aparentemente complexas e confusas, como exemplificada por Jürgen Habermas, um dos primeiros intelectuais a criticar abertamente o caráter conservador do pós-modernismo, mas que é considerado por muitos marxistas um pensador pós-moderno, depois de ter aderido à virada linguística<sup>83</sup>.

Jean-François Lyotard (1924-1998) é outro pensador que opera tanto como um questionador da teoria moderna e sua validade na contemporaneidade quanto um proponente de uma antiontologia e epistemologia<sup>84</sup>.

Os casos de Habermas e Lyotard não são isolados, e como eles vários outros autores gravitam entre perspectivas distintas acerca da situação teórica contemporânea. Todavia, a escolha de uma abordagem mais generalista explica-se pelo objetivo de compor um quadro amplo e geral das discussões que tanto abriram caminho quanto sustentaram o projeto pós-marxista de Laclau e Mouffe.

#### 1.4.1 Marx e o admirável mundo novo

As mudanças estruturais do período de 1945 a 1991 foram identificadas por diversos intelectuais como compondo o advento de uma nova época sócio-histórica. Foram inúmeras as teorizações acerca desta situação. No geral, destacando o ineditismo das transformações experimentadas neste período<sup>85</sup>. Um dos conceitos

---

<sup>83</sup> Habermas aponta o caráter conservador do pós-modernismo em um ensaio quando da sua vitória do prêmio Theodor W. Adorno, em 1980. Ver HABERMAS, Jürgen. In: *Arte em revista*, Ano 5/ nº 7, 1983. As posições revisionistas de Habermas se espalham por uma infinidade de artigos e livros, todavia o seu acerto de contas com o marxismo pode ser encontrado em HABERMAS, Jürgen. *Para a Reconstrução do Materialismo Histórico*. 2ª edição. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1990.

<sup>84</sup> LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympo, 1986.

<sup>85</sup> Entre outros TOFFLER, Alvin. *A terceira onda: a morte do industrialismo e o nascimento de uma nova civilização*, Rio de Janeiro: Record, 1980; GALBRAITH, John Kennedy. *The affluent society*. New York: Mariner Books, 1998. (primeira impressão 1958); Obras mais gerais Ver KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. 2ª Ed. Rio de Janeiro, 2006; WEBSTER, Frank. *Theories of information society*. London; New York: Routledge, 1995.

mais populares, e ainda muito utilizado, é o de “sociedade pós-industrial”, formulado pelos sociólogos Alain Touraine (1925-) e pelo estadunidense Daniel Bell (1919-)<sup>86</sup>. Sobre a paternidade do conceito é importante pontuar que os dois autores estavam interessados em questões diversas. Touraine preocupava-se com a relação entre a nova estrutura social e os “novos movimentos sociais”; Bell enfatizava as mudanças que marcavam a nova sociedade pós-industrial, especialmente para projetar os desdobramentos futuros desta.

O conceito de sociedade pós-industrial não é dos mais claros. Como todas as expressões que são formuladas com o prefixo “pós” ele possui uma forte carga polissêmica. Pode-se afirmar, como faz Victor Ferkiss, que Daniel Bell não tinha uma noção precisa das características deste conceito quando da sua formulação<sup>87</sup>. Mesmo com a falta de rigor e clareza o conceito conquistou muitos adeptos que garantiram seu sucesso acadêmico e, ainda hoje, continua a ser muito usado<sup>88</sup>. No geral, Bell busca definir um cenário não só da condição contemporânea, mas das possibilidades de desenvolvimento futuro. Constrói para tanto uma divisão da sociedade em três partes - estrutura social, política e cultural. Sua análise da sociedade pós-industrial recai especificamente sobre a estrutura social, deixando em segundo plano os aspectos políticos e culturais. Partindo da construção tipo-ideal weberiana, Bell define para seu esquema conceitual princípios e estruturas axiais, que visam explicitar a centralidade de determinado elemento dentro das articulações existentes entre os vários fatores de uma estrutura<sup>89</sup>.

É a partir destas premissas que Bell busca compreender as mudanças pelas quais passavam as sociedades contemporâneas, destacando-se o caso dos Estados Unidos. As transformações nas estruturas sociais seriam de um tipo tão novo e especial que romperiam com as características que tinham marcado a sociedade industrial. Neste novo contexto, haveria a expansão do chamado setor de serviços (transporte, saúde, pesquisa, educação, governo, entre outros) responsável por

---

<sup>86</sup> As teses sociológicas que advogavam este tipo de perspectiva tiveram como principais divulgadores as obras de TOURAINE, Alain. *La société postindustrielle*. Paris: Denoël, 1973 desdobrando-se posteriormente na obra de BELL, Daniel. *O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social*. Cultrix: São Paulo, 1977 (originalmente lançada em inglês em 1973).

<sup>87</sup> FERKISS, Victor. Daniel Bell's concept of post-industrial society Theory, myth and ideology. In: *Political Science Reviewer*, 9, fall, 1979, p. 66. O próprio Bell usa ao longo de sua trajetória categorias como capitalismo e sociedade da informação.

<sup>88</sup> Esta situação foi constatada no novo prefácio escrito para uma nova edição de 1999. Ver BELL, Daniel. *The coming of post-industrial society: a venture in social forecasting*. Basic Books: New York, 1999.

<sup>89</sup> BELL, 1977, p. 22-25.

dinamizar e controlar o processo de desenvolvimento econômico da sociedade. Em decorrência deste, os trabalhadores deixariam de ficar concentrados em setores ocupacionais ligados à produção primária e secundária.

Utilizando-se de um forte aparato estatístico, o autor busca comprovar que setores ligados à prestação de serviços estariam sendo responsáveis por incrementar o processo de crescimento econômico da sociedade<sup>90</sup>. Como prerrogativa para este processo de mudança ocupacional está um aspecto essencial: a valorização do conhecimento teórico como eixo da nova sociedade.

Segundo Bell,

A sociedade pós-industrial organiza-se em torno do conhecimento, a fim de exercer o controle social e a direção das inovações e mudanças; e isto tudo dá origem, por sua vez, a novos relacionamentos sociais e a novas estruturas, as quais têm de ser politicamente dirigidas<sup>91</sup>.

O novo trabalhador da sociedade pós-industrial tem como requisito para sua ativa participação o domínio dos sistemas abstratos de raciocínio e símbolos, significados restritos e essenciais para a movimentação de toda a estrutura social. Esta nova classe profissional não seria mais julgada e medida pela sua capacidade produtiva, mas por seu potencial em tomar decisões baseadas em dado conhecimento racional, produzido mais por reflexões teóricas do que por conclusões advindas da empiria<sup>92</sup>.

Na esteira destas mudanças desenvolve-se uma “tecnologia intelectual” que se caracterizaria por ser a “substituição por algoritmos (regras para a solução de problemas) dos julgamentos intuitivos”<sup>93</sup>. Com isto, buscava-se definir uma situação em que a complexidade da realidade passava gradativamente a ser quantificada e pensada abstratamente, abandonando-se características intuitivas e passionais. A vida seria “tecnicamente” planejada por cientistas e burocratas, que se moveriam por objetivos mais próximos de um suposto interesse coletivo, destituído de arroubos passionais<sup>94</sup>.

Neste sentido, as teses acerca da sociedade pós-industrial são complementares às conclusões produzidas em uma obra anterior de Bell, *O fim das*

---

<sup>90</sup> BELL, 1977, p. 28-29.

<sup>91</sup> Idem, *Ibidem*, p. 32.

<sup>92</sup> Idem, *Ibidem*, p.40-41.

<sup>93</sup> Idem, *Ibidem*, p. 45

<sup>94</sup> Idem, p. 47-48

*ideologias*, onde o planejamento neutro do futuro substituiria de forma gradual a opção por projetos ideológicos carregados de utopia e de pouca praticidade real<sup>95</sup>.

A sociedade como pensada por Bell nas três décadas posteriores a Segunda Guerra Mundial caminharia rumo a um cenário de harmonia planejada pelo desenvolvimento intelectual e teórico da sociedade. O conflito e a luta de classes seriam subsumidos sob a racionalização objetiva dos problemas e das desigualdades que afligiam a sociedade. Para Bell,

Se existe um desgaste da classe trabalhadora na sociedade pós-industrial, como se poderá manter a visão marxista da mudança social? E se a classe operária não herdar o mundo (possibilidade que, de fato, está-se distanciando), como se poderá justificar a “ditadura do proletariado” e o papel do Partido Comunista como “vanguarda” da classe operária? Não se pode salvar a teoria insistindo em afirmar que quase todo mundo faz parte da “nova classe operária”<sup>96</sup>.

Nestes termos, a teoria marxista e sua ênfase em relação a luta de classes não deteriam capacidade analítica e, principalmente, revolucionária. Como o próprio Bell admitiu, a teoria a ser engendrada a partir daquele momento seria, primordialmente, uma teoria pós-marxista<sup>97</sup>. A teoria da sociedade pós-industrial, como advogada por Bell, desempenha um papel importante no processo de obliteração das contradições intrínsecas ao modo de produção capitalista.

Não se pode pensar a “crise do marxismo” como se esta fosse única e exclusivamente fruto de problemas internos ao marxismo, tanto no plano teórico quanto histórico. A produção de teorias alternativas de viés liberal, conservador e, principalmente, de uma revisão de esquerda foram fundamentais durante o século XX no confronto contra uma teoria de caráter anticapitalista como o marxismo.

Entre os diversos aspectos que poderiam ser colocados em xeque dentro da teorização da sociedade pós-industrial, destaca-se o processo de desmaterialização dos conflitos em prol de um processo de iluminação via difusão do conhecimento técnico-informacional. Em outras palavras, o chão que estrutura e condiciona os conflitos entre as diversas classes que compõem a sociedade poderia ser apagado por via de um processo de difusão e domínio do “conhecimento técnico” que agiria para diluir as contradições da sociedade.

---

<sup>95</sup> BELL, Daniel. *The end of ideology: on the exhaustion of political ideas of fifties*. Cambridge: Harvard Press, 1960.[ed. Brasileira. BELL, Daniel. *O fim da ideologia*. Brasília: editora da UNB, 1980.]

<sup>96</sup> BELL, 1977, p. 56

<sup>97</sup> Idem, p. 70.

Como uma tese correlata que aprofunda estas características, a “sociedade da informação” seria fruto de um quadro, como aventado por Bell, em que o saber, o significado e os dados se tornariam elementos centrais da dinâmica estrutural da nova sociedade, de um determinado “modo de comunicação”. Mais do que uma disputa por matérias-primas e de bens de produção, o novo contexto seria marcado pela disputa em torno da capacidade de produzir e gerenciar uma imensidão de informações que garantiriam o funcionamento da dinâmica social.

Calcada no desenvolvimento tecnológico e no aumento da velocidade dos meios de comunicação e transporte, muitas teorias<sup>98</sup> que advogam a existência da sociedade da informação passaram a defender que neste novo contexto os conflitos de classe deixam de ter razão de existir, já que foram gradativamente diluídos e anulados, tanto pelos novos cargos e ocupações quanto pela queda em importância das funções executivas de produção. A informação configurar-se-ia enquanto uma rede que deitaria raízes sob as diversas esferas da existência social, borrando as fronteiras entre o privado/público, casa/rua, ócio/trabalho, tornando complexa a produção das identidades sociais e de classe. Um “novo” modelo de sociabilidade estaria emergindo obliterando as antigas estruturas sociais.

Uma abordagem crítica foi dada pelo marxista Jean Lojikine que considera este “novo” papel da informação na sociedade contemporânea como capaz de exercer uma função subversiva, ao criar um novo tipo de trabalhador industrial que deteria não só o domínio das funções práticas e executivas, mas também das funções pensantes e organizacionais. Isto significaria uma descentralização das antigas hierarquias, que lutavam constantemente para manter controle e direcionar os fluxos de informação em benefício da produção do capital<sup>99</sup>.

Se Lojikine compreende que este processo complexificou a crítica e a organização de uma ação revolucionária, que ainda tem como alvo a superação do capitalismo, outro marxista como Adam Schaff (1913-2006) viu na revolução

---

<sup>98</sup> Deve-se destacar a diversidade de teorias que trabalham com as ideias da sociedade de informação. Segundo Frank Webster, a principal distinção pode ser estabelecida entre os autores que defendem a sociedade da informação como uma nova realidade histórica, inédita em suas características, em oposição aos autores que defendem que o processo de difusão da informação está submetido a um processo histórico anterior, de continuidade com estruturas pregressas. Defendem a primeira perspectiva autores como o já citado Daniel Bell, Jean Baudrillard e muitos pós-modernistas, Michael Piore e Charles Sabel, e as teses da especialização flexível, Manuel Castels, entre outros. Na segunda corrente podem ser encontrados intelectuais como Anthony Giddens, Michael Aglietta, David Harvey e outros marxistas, Jürgen Habermas, entre outros. Ver WEBSTER, Frank. *Theories of information society*. New York: London: Routledge books, 1995, p. 3-5.

<sup>99</sup> LOJIKINE, 1995.



tecnológica e informacional um aspecto de anulação da teoria da mais-valia, já que a automação e a informatização retiravam a importância do processo de extração de sobretrabalho dos trabalhadores. Alocado agora sobre a necessidade de gerenciamento das informações e dos processos automatizados de produção, a luta de classes e a alienação, inerente ao conflito classista, se extinguiriam em nome de uma sociedade planejada e racionalizada, sem a tradicional divisão do trabalho, agora nas mãos de cientistas, engenheiros e administradores <sup>100</sup>.

Se a problemática da sociedade da informação está mais focada nas mudanças advindas do avanço tecnológico e do papel central que a informação e o conhecimento passaram a exercer na contemporaneidade, outro *locus* de debates e tensões se deu sobre as transformações ocorridas nas relações de produção do capital nas últimas décadas do século XX. O debate sobre um novo modelo de produção industrial ficou muito popular com as teses da escola regulacionista francesa <sup>101</sup> e com os estadunidenses Michael Piore e Charles Sabel <sup>102</sup> na década de 70 e 80 do século XX.

Uma das principais comprovações das teses dos autores estaria no que se convencionou chamar a “terceira Itália”, região norte oriental do país que congregava um florescente número de pequenas empresas e oficinas que funcionavam por meio de técnicas avançadas, com pequeno número de trabalhadores, seguindo uma demanda volátil do mercado ou de outras indústrias e contratantes <sup>103</sup>. Além disto, a região era servida por um bom sistema de amparo social, o que garantia ótimas condições de vida ao assalariado tradicional que, especificamente nesta região, não tinha participação tão ativa em sindicatos e partidos classistas.

---

<sup>100</sup> SCHAFF, Adam. *A sociedade informática: as consequências sociais da segunda revolução industrial*, São Paulo: Brasiliense, 1990.

<sup>101</sup> A escola regulacionista francesa tem na obra de Michael Aglietta *Regulação e crise do capitalismo americano* (1976) uma de suas primeiras e principais obras. Teoricamente é fruto de um casamento entre uma certa leitura de Marx e de John Maynard Keynes. Grosso modo, a escola da regulação pressupõe uma análise do funcionamento econômico que leva em consideração as relações de produção (regime de acumulação) em correlação com determinações provenientes do Estado e de outras instituições (regime de regulação). Partindo desta premissa formulam-se diferentes modos de desenvolvimento que correspondem ao resultado dos conflitos e compromissos que emergem tanto da esfera da acumulação quanto da regulação. O pós-fordismo significaria uma situação de crise neste relação de forças. ALTAMIRA, César. *Os marxismos do novo século*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 93-102.

<sup>102</sup> O título da obra dos autores já indicava a sensação de novidade e importância do novo modelo produtivo. PIORE, Michael & SABEL, Charles. *The second industrial divide: possibilities for prosperity*. New York: Basic books, 1984.

<sup>103</sup> KUMAR, 2006, p.76-77.

Havia, ao mesmo tempo, um forte apoio governamental e institucional (bancos e financeiras) em benefício deste modelo descentralizado e descontínuo. Para os apologistas, esta “novidade” significava muito mais do que somente uma rearticulação estritamente produtiva, mas dizia respeito também a um novo caminho sócio-histórico que pudesse representar uma alternativa às crises econômicas e sociais inerentes ao fordismo, dominante no sistema capitalista.

Neste aspecto, o fordismo representaria um modelo caracterizado pela tradicional linha de montagem, com trabalhadores superespecializados, produzindo produtos homogêneos em grandes quantidades. O tempo seria controlado por uma rígida rotina de ações e procedimentos visando à otimização dos resultados (taylorismo). O trabalho seria dividido entre elaboradores de um lado e executores de outro. A unidade de produção concentraria o máximo de processos e operações com o intuito de aumentar a velocidade do ciclo produtivo<sup>104</sup>. O “pós-fordismo”, exemplificado pela “terceira Itália”, e também pelas teorizações em torno do toyotismo<sup>105</sup> (ohnismo) e da experiência sueca da fábrica da Volvo, em Kalmar, seria marcado por uma “especialização flexível”, no qual as novas tecnologias possibilitariam um processo produtivo descentralizado, mais eficiente, calcado em um trabalhador apto a desempenhar múltiplas tarefas, produzindo descontinuamente em pequenas equipes. A produção deveria não só ser capaz de dar conta de demandas mais globais como deveria ser capaz de atender aos interesses regionais e localizados.

Segundo Ricardo Antunes, o pós-fordismo é “[...] um modelo produtivo que recusa a produção *em massa*, típico da *grande indústria* fordista, e recupera uma concepção de trabalho que, sendo mais flexível, estaria isenta da alienação do trabalho intrínseca à acumulação de base fordista.<sup>106</sup>”

O pós-fordismo surgiria para muitos teóricos como consequência natural da crise capitalista da década de 70 e, em decorrência desta, inauguraria uma nova fase de relações de produção no sistema. A expansão do capital-imperialismo, como já apresentado mais acima, está relacionada diretamente às novas formas de

---

<sup>104</sup> ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 25.

<sup>105</sup> Não é intenção produzir uma caracterização completa do toyotismo, especialmente das diferenças teóricas e procedimentais entre os diversos modelos de especialização flexível. Para uma abordagem mais aprofundada Ver ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do capitalismo*. São Paulo: Editora Boitempo, 2000.

<sup>106</sup> ANTUNES, 2003, p. 25. Grifos do autor.

produção de mais-valia, porém estas não obliteravam as antigas formas e, principalmente, não significavam o fim da extração de sobretrabalho.

Como um corpo teórico, o pós-fordismo foi em muitos sentidos apresentado como uma plataforma política para uma agenda reformista, especialmente para partidos da esquerda tradicional<sup>107</sup>. Uma questão que aparece ao se analisar o pós-fordismo é semelhante às indagações que emergem com a sociedade pós-industrial e informacional: Qual a medida da novidade e da ruptura com as antigas estruturas? Poder-se-ia pensar realmente em uma condição histórica inédita, que necessitava de um corpo teórico completamente novo?

Para tais questionamentos uma interessante resposta é dada por David Harvey (1935-). Ao analisar o que denomina a “condição pós-moderna”, o autor desenvolve uma análise do pós-fordismo que está submetida à necessária perspectiva de totalidade dada pelo marxismo. Harvey defende que as novas formas de produção, chamada por ele de “acumulação flexível”, não podem ser encaradas como um modelo supremo e universal, estando no topo de uma escala evolutiva, nem que esta nova situação signifique a anulação das categorias desenvolvidas por Marx para se compreender as engrenagens de funcionamento da ordem do capital.

Segundo ele,

[...] a acumulação flexível parece enquadrar-se como uma recombinação simples das duas estratégias de procura de lucro (mais-valia) definidas por Marx. A primeira, chamada de mais-valia absoluta, apóia-se na extensão da jornada de trabalho com relação ao salário necessário para garantir a reprodução da classe trabalhadora num dado padrão de vida. A passagem para mais horas de trabalho associados com uma redução geral do padrão de vida através da erosão do salário real ou da transferência do capital corporativo de regiões de altos salários para regiões de baixos salários representa uma faceta de acumulação flexível de capital<sup>108</sup>.

Na perspectiva de Harvey, não se pode acreditar que o capital, após as mudanças nas relações de produção e com o incremento tecnológico, passaria a funcionar sem a necessidade de extração de mais-valia. Ao contrário, as estratégias denominadas pós-fordistas surgiram como consequências da necessidade de modificar os termos deste processo. Do mesmo modo, o fordismo e outras formas de extração do sobretrabalho não deixaram de existir ou foram subjugadas por um

<sup>107</sup> RUSTIN, Michael. *The Politics of Post-Fordism: or, The Trouble with 'New Times'*. In: *New Left Review*. Vol. 1, nº 175, may-june, 1989.

<sup>108</sup> HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 16ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992, p. 174.

sistema pós-fordista, mas passaram a coabitar um mesmo cenário, seja no espaço local, nacional ou internacional. A tradicional linha de montagem, com seu tempo racionalizado e trabalhadores especializados, articula-se com os processos produtivos quase artesanais, feitos por pequenos grupos que se utilizam da alta tecnologia no processo de produção e transportes. O que guia estes processos é a própria voracidade do capital, que não flexibilizou a sua perene necessidade de produção de mais-valia<sup>109</sup>.

Outra questão que está implícita nas afirmações de Harvey é que o capital necessita de um constante incremento de trabalho vivo, isto significa a produção de novas lutas de classe, que neste novo contexto, aparecem sobre modalidades ainda mais complexas e hierarquizadas. Todavia, o cenário teórico da década de 60 do século XX consolidou a ideia de que “novos movimentos sociais” emergiam com as mudanças nas estruturas econômicas, políticas e culturais, e que estes poderiam ser tanto causa como consequência da sociedade pós-industrial, informacional ou pós-fordista.

Neste contexto, haveria a necessidade de se pensar os sujeitos e sua ação em sociedade a partir de uma posição que ia além do seu local nas relações de produção. Neste “novo mundo” as classes não poderiam mais ser capazes de nortear a transformação da sociedade que, devido às mudanças, estaria muito distante das características sócio-históricas da era industrial do capitalismo clássico.

Por outro lado, as “novas” sociedades exigiriam um novo tipo de ação política, uma forma inédita de pensar os sujeitos históricos e seu potencial de influir no processo de mudança social. Os “antigos movimentos sociais” dariam lugar aos “novos movimentos sociais”.

No bojo desta teoria está a crença de que as transformações estruturais geradas pelo desenvolvimento do aparato técnico-informacional teriam uma contrapartida na forma como os sujeitos se articulam na contemporaneidade. Seguindo este raciocínio, as novas condições históricas seriam marcadas por um mundo fluído de informações, pela valorização de bens culturais, pela aceleração do tempo tanto na relação homem/natureza quanto na relação entre os próprios homens. Não se poderia então pensar uma continuidade linear na forma como os sujeitos se articulariam nestas novas sociedades. Esta separação reforça a fé no

---

<sup>109</sup> HARVEY, David, 1992, p. 184.

ineditismo destes movimentos, dando a eles uma legitimidade calcada no seu frescor.

Pode-se identificar sobre a rubrica de “novos movimentos sociais” uma grande variedade de grupos que atuariam principalmente em uma dimensão local e regional, existindo algumas pequenas exceções que extrapolariam tais fronteiras. Tipicamente caracterizados dentro deste contexto estariam: as lutas sociais urbanas, os ecologistas, as feministas, os homossexuais, os movimentos pacifistas, as revoltas culturais ligadas a jovens e estudantes, os grupos étnicos e tradicionais como indígenas, entre outros. No geral, a consequência óbvia desta pluralidade de grupos e interesses foi a dificuldade dos pensadores e teóricos em articular um projeto político transformador mais amplo e universal.

Ao se abandonar os pressupostos estruturantes de uma dada condição histórica, especialmente as relações sociais de produção, privilegiavam-se, como alternativa, a produção de bens culturais e o controle sobre o processo de difusão de informação e conhecimento<sup>110</sup>. Para Alain Touraine, esta situação sinalizaria o abandono das tradicionais formas de ação das diversas representações de classe.

Segundo ele,

Enquanto os antigos movimentos sociais, sobretudo o sindicalismo operário, se deterioraram, seja em grupos de pressão política, seja em agências de defesa corporativa de setores da nova classe média assalariada, de preferência e categorias mais desfavorecidas, esses novos movimentos sociais, mesmo quando lhes falta uma organização e uma capacidade de ação permanente, já deixam transparecer uma nova geração de problemas e de conflitos ao mesmo tempo sociais e culturais. Não se trata mais de lutar pela direção dos meios de produção, e sim sobre as finalidades dessas produções culturais que são a educação, os cuidados médicos e a informação da massa<sup>111</sup>.

O deslocamento defendido por Touraine leva à valorização de questões culturais e identitárias, o que se materializaria na perspectiva de que o alvo das disputas deva ser o controle sobre os mecanismos de produção de sentido. Em uma suposta sociedade pós-industrial ou informacional, o controle sobre a produção dos discursos hegemônicos se torna central para as ações dos “novos movimentos sociais”. Estes se articulam muitas vezes tentando controlar o fluxo de informações e

---

<sup>110</sup> TOURAINE, Alain. Na fronteira dos movimentos sociais. In: *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n. 1, abr. 2006. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-6992-006-000100003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-6992-006-000100003&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em: 08 jan. 2011. doi: 10.15 90/S0102-6992 2006001 00003.

<sup>111</sup> TOURAINE, Alain. *Crítica da modernidade*. 7ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1994, p. 260.

criticando a ilusão proporcionada pelo consumismo contemporâneo. No bojo destas críticas, muitas das teorias que amparam estes “novos movimentos” acabariam por valorizar o desenvolvimento tecnológico como um meio que, em si mesmo, seria capaz de transformar as relações sociais existentes.

Passou-se, gradativamente, a lutar pela politização de múltiplas identidades fragmentadas por diversos interesses. Esta situação, ao mesmo tempo em que abriu terrenos de lutas antes não pensadas, levou do mesmo modo a um processo de antipolítica na esfera do Estado<sup>112</sup>. Organizações Não Governamentais (ONG) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) passaram a ser consideradas instâncias privilegiadas de promoção das novas políticas de identidade. A democracia liberal passaria a ser horizonte essencial da maior parte dos projetos políticos destes movimentos, que visariam reformas pontuais ou a legitimação política via parlamento das lutas e causas em jogo.

O resultado teórico de um investimento tão grande nesta miríade de grupos e identidades é a descrença em perspectivas teleológicas e causais da ação social. Os “novos movimentos”, já que desprovidos de nexos estruturais, passaram a defender ações marcadas pela necessidade de articulações circunstanciais. Os antagonismos sociais seriam marcados pela sua efemeridade, por uma situação de perene mudança, tanto nos modelos organizativos quanto nos objetivos a serem conquistados. Reforçava-se a crença na fragmentação e fluidez destes movimentos, que seriam antissistêmicos. A aposta era cada vez mais na consciência e autonomia dos agentes como o principal vetor de transformação<sup>113</sup>.

As posições trazidas à tona, na segunda metade do século XX, tiveram uma forte influência dentro do pensamento de esquerda. O marxismo, ancorado no conceito de classe e luta de classes, foi rejeitado ou revisado em muitos de seus princípios teóricos. Um aspecto fundamental foi colocado em xeque com estas teorias, a centralidade do trabalho para a reprodução da sociedade capitalista. Os trabalhadores e a extração de sobretrabalho realizada pelas classes dominantes deixariam de ser fundamentais para compreensão dos mecanismos que

---

<sup>112</sup> PICHARDO, Nelson A. New Social Movements: A Critical Review. In: *Annual Review of Sociology*, Vol. 23 (1997), pp. 411-430.

<sup>113</sup> LACLAU, Ernesto. *Os Novos Movimentos Sociais e a Pluralidade do Social*. Texto apresentado no *workshop* promovido pelo CEDLA (Centro de Documentação Latino-Americano) de Amsterdã, Holanda, em outubro de 1983, sob o título "Novos Movimentos-Sociais e Estado na América Latina" IN: <[http://www.anpocs.org.br/porta1/publicacoes/rbcs\\_00\\_02/rbcs02\\_04.htm](http://www.anpocs.org.br/porta1/publicacoes/rbcs_00_02/rbcs02_04.htm)>. Acessado em 01/05/2008.

governariam a sociedade contemporânea. A teoria do *valor-trabalho* seria substituída por uma teoria do *valor-conhecimento*. O gerenciamento de informações e de processos automatizados de produção passaria a ser exigência mínima para o trabalhador assalariado na nova estrutura social<sup>114</sup>. Esta questão, que perpassa as teorias até aqui analisadas, seria um dos núcleos da “crise do marxismo” dos fins do século XX.

Diversas abordagens foram dadas ao “fim da sociedade do trabalho” envolvendo intelectuais de diversas matrizes. Entretanto, as que mais chamaram atenção foram as revisões feitas no seio dos debates marxistas<sup>115</sup>. Entre os diversos autores que confluíram para este tema, André Gorz (1923-2007) era uma das figuras que mais popularizou a tese de uma suposta “morte do trabalho”, além de que, simbolizava pessoalmente o revés com que o marxismo tinha que lidar dentro de suas fileiras. Sérgio Prieb, em uma análise da obra de Gorz, destaca que o percurso do autor da década de 50 aos anos 80 do século XX foi marcado por uma inquietação com muitas das teses de Marx, especialmente aquela que dava papel destacado ao proletariado industrial. Para Gorz, esta classe só teria condição de ser realmente revolucionária no contexto do capitalismo industrial clássico, e que, para ele, as reformas e as lutas por melhorias parciais seriam um entrave natural à consciência dos trabalhadores por um projeto completo de transformação<sup>116</sup>.

Sua obra de referência, *Farewell to the working class*<sup>117</sup>, representava a definitiva cisão de Gorz com o marxismo. Seu adeus à classe trabalhadora era calcado em uma defesa da superação das condições históricas que possibilitariam o desaparecimento do capitalismo. Segundo ele, Marx errou ao acreditar que o desenvolvimento das forças produtivas criaria as bases para uma sociedade socialista e que o caminho até ela residia na capacidade da classe trabalhadora.

---

<sup>114</sup> SILVA, Josué Pereira da. A crise da sociedade do trabalho em debate. In: *Lua Nova*, São Paulo, n. 35, 1995. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451995000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451995000100008&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em: 11 Jan. 2011.

<sup>115</sup> Podem-se citar como proponentes de algum tipo de revisão do papel do trabalho na sociedade contemporânea a obra de autores como Jürgen Habermas, Clauss Offe, Benjamin Coriat, Robert Kurz, André Gorz, Domenico De Mais, Adam Schaff, Alain Touraine, entre outros.

<sup>116</sup> PRIEB, Sérgio. *O trabalho à beira do abismo: uma crítica marxista à tese do fim da centralidade do trabalho*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005, p. 39-41.

<sup>117</sup> Utiliza-se aqui a tradução inglesa da obra. GORZ, André. *Farewell to the working class: an essay on post-industrial socialism*. London: Sidney: Pluto press, 1987. O título original em francês é *Adieux au Proletariat* lançada em 1980. No Brasil há uma tradução em português intitulada *Adeus ao proletariado* sendo a primeira impressão de 1982 pela editora Forense.

Na nova sociedade pós-industrial, o saber técnico e científico e o conhecimento abstrato dos processos automatizados de produção teriam retirado a centralidade exercida pelo trabalho industrial e assalariado. O fator fundante de tal situação seria a revolução microeletrônica que diminuiria a quantidade de trabalho necessário no processo produtivo, além de retirar do trabalhador a relação direta com a matéria e a natureza. Neste cenário, o trabalho torna-se um automatismo, perdendo o papel central como garantidor da existência da sociedade, deixando de ser fonte de poder para o trabalhador, relegado cada vez mais a uma condição passiva e submissa aos processos tecnológicos de produção<sup>118</sup>.

Como a classe operária perde sua força, submetida que está ao sistema, Gorz identifica o surgimento de uma “não classe de não trabalhadores”. Este “neoproletariado” não é fruto de uma posição na estrutura produtiva, mas sim da crise desta, que institui novas relações de trabalho, nas quais os expelidos do sistema, os desempregados e subempregados defrontar-se-iam com as condições “privilegiadas” dos operários tradicionais alocados em empregos formais. Trabalhariam em funções que muitas vezes estariam abaixo de suas qualificações, submetidos a jornadas de trabalho de duração das mais diversas.

De acordo com Gorz,

While the industrial proletariat derived an objective power from the transformation of matter, so that it perceived itself as a material force underpinning the whole course of society, the neo-proletariat can be defined as a non-force, without objective social importance, excluded from society<sup>119</sup>.

Tal situação significa a impossibilidade de se pensar a superação da alienação na sociedade capitalista por meio de uma classe dotada de condição concreta para executar tal missão. Entretanto, o autor reconhece que há um dilema colocado pelo desenvolvimento tecnológico, uma dualidade entre a autonomia e a heteronomia. Para Gorz, não haveria possibilidade de superação completa de uma condição heterônoma, mesmo em sociedades socialistas. Todavia, o desenvolvimento tecnológico e a racionalidade subjacente a este criariam condições cada vez maiores de se aumentar a autonomia dos indivíduos. O que significaria a

---

<sup>118</sup> PRIEB, 2005, p. 50-51.

<sup>119</sup> [Enquanto o proletariado industrial derivou um poder objetivo da transformação da matéria, assim este percebeu-se com uma força material subjacente a todo o curso da sociedade, o neo-proletariado pode ser definido como uma não-força, sem importância social objetiva, excluída da sociedade.] Tradução livre. GORZ, 1987, p. 73.



possibilidade de submissão, e não extinção, do “reino da necessidade” pelo “reino da liberdade”.

Por fim, a libertação do homem da prisão do trabalho heterônomo e o fim do predomínio da lei do valor, conduzem à utilização do tempo de vida dos indivíduos a não mais ser regido pelo tempo de trabalho, mas sim, o trabalho é que deve adequar-se, de forma subordinada, ao projeto de vida dos indivíduos. A essência desta transformação é que a libertação do trabalho conduzirá a libertação *no* trabalho<sup>120</sup>.

A utopia gorziana defende uma “sociedade do tempo livre” garantida pelo avanço tecnológico. Esta seria a única a permitir a otimização do tempo para o pleno desenvolvimento individual. No bojo desta nova sociedade, o trabalho não exerceria o papel de centralizar as expectativas de vida dos indivíduos.

Nas querelas que cercaram o debate sobre a centralidade do trabalho, uma categoria que passou a fazer parte das formulações de alguns autores, especialmente aqueles ligados ao *operaismo* italiano da década de 70 e 80 do século XX, foi a de trabalho imaterial. No bojo das mudanças que garantiram o surgimento de uma sociedade pós-industrial e informacional e, como visto, levaram a queda em importância do trabalho, na verdade, de um determinado tipo de trabalho relacionado diretamente à produção concreta e material. Em compensação, ocorreu um processo de supervalorização das operações cognitivas, das atividades abstratas e subjetivas, como definido por Maurizio Lazzarato e Antonio Negri<sup>121</sup>, do trabalho imaterial.

Tanto em Bell, e sua perspectiva mais conservadora, quanto em Gorz, mais libertário no seu posicionamento, a informatização e o incremento tecnológico trouxeram uma estrutura produtiva cada vez mais automatizada e racionalizada. Com isto, o trabalhador distanciava-se do contato direto com a atividade produtiva, com a transformação direta e braçal da natureza em produto. Um tema relevante, e polêmico, que marcou os debates que seguiram o conceito de trabalho imaterial, era a utilização do Marx dos *Grundrisse* como pai intelectual desta categoria. Retoma-se, para tanto, a ideia de um “*General intellect*” surgido do amadurecimento do capitalismo e de seu processo de mecanização<sup>122</sup>. O trabalho imaterial operaria em

<sup>120</sup> PRIEB, 2005, p. 64.

<sup>121</sup> LAZZARATO, Maurizio & NEGRI, Antonio. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2001.

<sup>122</sup> Não é possível fazer uma apresentação acerca dos debates que emergem da relação de Marx e o conceito de trabalho imaterial. Para tanto Ver: MELLO, Gustavo Moura de C. *Algumas respostas teóricas para as vicissitudes do capitalismo contemporâneo: crítica ou fetichismo?* São Paulo:

uma dimensão intelectual coletiva, pois o conhecimento não poderia ser confinado funcionando como uma rede que deita suas raízes por várias dimensões da sociedade. Destarte, a produção do valor entra em crise, já que não pode ser medido nem mensurado, ele é criatividade, afetividade, comunicação e linguagem<sup>123</sup>.

Para Lazzarato e Negri, esta condição não significaria a morte do trabalho ou de sua centralidade, porém este se configuraria de forma distinta nos novos tempos pós-industriais, passando a ser determinante o trabalho vivo intelectualizado, detentor de um potencial revolucionário intrínseco à imaterialidade do saber e da informação. Para os autores, neste novo panorama o conhecimento possibilitaria uma forma inédita de ação revolucionária, amparando uma ação que visaria dominar os aparelhos de difusão e domínio da comunicação e do discurso<sup>124</sup>.

Ao discorrer sobre algumas das teorias que surgiram durante a segunda metade do século XX pode-se perceber uma estreita relação com as teses derivadas de Marx. O marxismo foi alvo de críticas, revisões, reformas e abandonos, seja em alguns aspectos, seja no seu todo. O principal motivo que teria gerado tais mudanças foram as novas condições históricas, um “novo mundo”, não importando se pós-industrial, pós-fordista, pós-trabalho, que “caducava” muitas das categorias marxianas, que fazia surgir derivações no seio do marxismo que tensionava categorias fundamentais provenientes de Marx.

Neste cenário, fazer uma avaliação de conjunto não é tarefa simples. Contudo, permanecer preso ao contexto fragmentado é colocar-se no mesmo beco sem saída a que muitas destas vertentes teóricas conduzem.

Ruy Braga reflete sobre um conjunto de teorias muito parecido com as analisadas nesta dissertação. Utilizando-se de categorias gramscianas, o autor percebe uma excessiva valorização das transformações tecnológicas como as fundamentais detentoras de capacidade de transformação da totalidade social. O avanço do aparato técnico-científico constituiria, na base das forças produtivas, um processo de apagamento do fator humano e, principalmente, das lutas de classe em

---

Universidade de São Paulo, 2007, 236 f. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, p. 38-60.

<sup>123</sup> Idem, *Ibidem*, p. 26-29.

<sup>124</sup> LAZZARATO & NEGRI, 2001, p. 39-40.

detrimento de um progresso “neutro” e “pacífico”, capaz de garantir o fim das desigualdades e da exploração.

Contra as vozes destoantes, emergiria um forte pensamento economicista, que garantiria que o caminho seguido é único e irrevogável, já que fruto da razão e do desenvolvimento técnico<sup>125</sup>. A economia e seu reino estariam apartados das questões político-sociais. Constituíam-se, assim, um bloco de pensamento que ancorava o paralisante lema de que não há alternativa, escamoteando o papel fundamental das correlações de forças existentes nas relações sociais de produção. O que parece comum é que muitos destes teóricos acusavam Marx ou o marxismo por serem excessivamente deterministas. Porém, para garantirem a superação deste excesso, caíam no mesmo tipo de erro ao defenderem um tipo de “progressivismo tecnológico” que garantiria o fim progressivo do capitalismo ou pelo menos de suas características mais nefastas.

A avaliação de István Mészáros (1930-) coaduna-se, em muitos aspectos, com a de Braga. Para ele, o problema era o modo como estas teses sobre uma sociedade “burocratizada”, “eugenizada” e “tecnificada” constituíam-se como imagens não ideológicas, porém escamoteavam o mais claro discurso ideológico, e, principalmente, os embates e conflitos entre as forças sociais. Segundo Mészáros,

Em geral, quanto mais forte a dinâmica objetiva das confrontações sociais das forças hegemônicas fundamentais da sociedade, mais diretamente as conceituações cultural-ideológicas levam sua marca, e vice-versa. Nesse sentido, o discurso ideológico orientado para si mesmo e predominantemente abstrato de um período histórico específico – que tenta resolver seus problemas sem nenhum apelo a forças sócio-históricas tangíveis, pretendendo “negar” as tentativas anteriores através de sua própria “pós”-versão do que ainda ontem era a “pós”-solução mais atual- não aparece na própria ideologia. Tem suas origens nas contradições e crises historicamente específicas dos movimentos sociais potencialmente emancipatórios e no relacionamento problemático entre esses movimentos sociais e as ações cultural-ideológicas atuantes na sociedade<sup>126</sup>.

Outro aspecto que deve ser destacado no conjunto de teses analisadas é a sua tendência de “planificar” o mundo, de tomar as experiências europeias ou estadunidenses como o cume do desenvolvimento histórico, acreditando que tal estágio é, além de determinante, autossuficiente. Oblitera-se o processo expropriativo típico do capital-imperialismo em regiões periféricas, e, sobretudo, a funcionalidade destas regiões para o processo de “informatização” ou “pós-

<sup>125</sup> BRAGA, 1996, p. 79-81.

<sup>126</sup> MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo editorial, 2004, p. 115.

industrialização” em curso. Para cada designer de calças jeans em uma sala com a mais moderna das tecnologias, existe, em algum canto da China ou Taiwan, um exército de funcionários recebendo em torno de um dólar o dia trabalhado<sup>127</sup>. Ao apagar os vínculos e hierarquias entre as diversas classes, regiões e nações, algumas destas teorias empobrecem a análise e a crítica da totalidade social.

Ao se considerar um conjunto de teses e teorias tão diversas, sabia-se das dificuldades, ainda mais quando estas são vistas de forma tão geral e resumidas. Entretanto, era de fundamental importância compreender as teorias que embasaram críticas e revisões ao marxismo, que tiveram um papel destacado na constituição de um quadro de “crise do marxismo”, especialmente ao se apresentarem como saídas mais factíveis aos “becos sem saídas” postos por Marx em sua obra. O núcleo que articula a relação destas teorias com o marxismo é a defesa de que os novos tempos, a nova condição histórica é por demais distinta e inédita para poder ser compreendida por meio de categorias ou reflexões provenientes de um autor do século XIX. Seriam necessárias não atualizações à luz da obra de Marx, assim como fizeram Lênin ou Gramsci, mas revisões mais ao estilo de Bernestein ou George Sorel (1842-1922).

Contudo as teorias de um “novo mundo” operavam ainda dentro do mesmo mundo de Marx. No geral, o problema era que Marx tinha ficado ultrapassado, condicionado que estava pelo seu tempo. O capitalismo teria se transformado de tal forma que não se podia utilizar o velho Marx da mesma forma. Ele precisava ser revisado, descartava-se o que não servia, utilizava-se o que ainda era funcional.

Para a maioria dos autores analisados, a teoria social moderna ainda era o ponto de ancoragem de todo o debate sobre as mudanças históricas e a sua relação com a teoria. O racionalismo, o realismo, o sujeito histórico consciente faziam parte de um mesmo contexto epistemológico, tanto de Marx quanto de seus críticos. Entretanto, pode-se delinear outra vertente crítica que subvertia tais pressupostos. O pós-modernismo, especialmente nas suas tendências filosóficas, pressupunha muito mais que um novo mundo, defendia a existência de “outro mundo”, uma “realidade” que sempre esteve aí, mas que devido às “más teorias”, foi escamoteado em nome de uma razão totalitária e arbitrária.

---

<sup>127</sup> Exemplar para tal constatação é o documentário *China Blue*. Dir. Micha X. Peled. Estados Unidos, 2005, 86 min.

A sociedade moderna e suas teses sociológicas, historiográficas, econômicas e científicas não passavam de discursos, construções coletivas baseadas em representações sem fundamento no real. A crítica invalidava todo o arcabouço que fundamentava o marxismo e outras teorias sociais do século XIX e XX. Analisar algumas das características desta teoria pós-moderna e a forma como esta fundamenta a sua crítica ao marxismo é tarefa da próxima seção.

#### 1.4.2 O Marxismo e o pós-moderno

O prefixo “pós” se tornou, nos últimos 50 anos, um elemento muito popular no mundo acadêmico e fora dele. Podem-se citar como termos notórios que fazem uso deste expediente: pós-modernidade, pós-modernismo, pós-socialismo, pós-materialismo, pós-revolucionário, pós-marxismo, pós-industrial, pós-histórico, entre outros. Um emaranhado de expressões que criam dificuldades a qualquer um que queria analisar o cenário teórico contemporâneo. Além disto, destacando-se um termo como pós-modernidade, pode-se encontrar o uso deste em áreas como a arquitetura, música, filosofia, cinema, arte, história, sociologia, entre outras disciplinas.

Neste intrincado jogo conceitual, não é de se estranhar que um pensador marxista como Alex Calinicos (1950-) afirmasse ter uma profunda irritação com “tudo isto”<sup>128</sup>. Tenta-se, na medida do possível, evitar uma irritação *a priori* com “tudo isto”, todavia, sabe-se das dificuldades ao se abordar tal quadro. Uma tarefa que não pode ser iniciada sem se fazer um processo de definição conceitual em torno dos termos que possuem este prefixo.

Ambiguidades conceituais presentes nas formulações acerca da pós-modernidade fazem parte das diversas querelas intelectuais que cercam este fenômeno. Mike Featherstone localizou alguns pares utilizados para caracterizar esta situação, entre eles: moderno/ pós-moderno, modernidade/pós-modernidade, modernismo/pós-modernismo, modernização/pós-modernização<sup>129</sup>. Para a presente pesquisa interessa, especialmente, as últimas partes dos pares modernidade/pós-modernidade e modernismo/pós-modernismo. Tanto a pós-modernidade quanto o

<sup>128</sup> CALINICOS, Alex. *Contra el postmodernismo*. Bogotá: El Ankorá, 1998, p. 15.

<sup>129</sup> FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Editora Nobel, 1995, p. 19-20.

pós-modernismo são entendidos como teorias que, como as analisadas na seção anterior, visam dar sentido às transformações históricas ou de sentido que a segunda metade do século XX experimentou.

Especificamente no primeiro termo, pós-modernidade, entende-se uma transformação da matriz sócio-histórica da sociedade ocidental. Qualitativamente, haveria uma crise da lógica racional e do ideal de progresso econômico e político, além de transformações estruturais que dariam um ar de novidade ao novo período.

O segundo termo é o de pós-modernismo, comumente utilizado para distinguir transformações no espectro cultural e intelectual que teriam levado a um novo *modus operandi* nas artes, nos comportamentos e nas sensibilidades <sup>130</sup>. Um alerta importante é a de não considerar estas definições como absolutas e, pior ainda, como definitivas.

Um aspecto que deve ser lembrado é que tanto os ideólogos de uma pós-modernidade quanto os arautos do pós-modernismo vivenciam uma situação de “círculo virtuoso” para os dois termos, já que, para muitos, é o surgimento de uma pós-modernidade que explicaria a cultura pós-modernista, e, para outros, seriam estas manifestações culturais do pós-modernismo a principal prova de que vivenciamos uma época pós-moderna.

Obviamente, existem correlações dialéticas importantes entre os aspectos sociológicos e culturais dos conceitos, porém isto não significa que estes podem ser explicados unicamente por suas autorreferências. Os próprios termos são, muitas vezes, utilizados de forma confusa por muitos dos autores que analisam este fenômeno. Isto se explica pelo caráter antitotalizador da pós-modernidade (ismo), o que dificulta uma teorização global das implicações deste fenômeno.

O uso do termo pós-modernismo foi feito esparsamente nas primeiras décadas do século XX. Em 1917, o alemão Rudolf Pannwitz (1881-1969) usou a expressão para descrever o niilismo do século passado. No mundo hispânico, em 1930, Federico de Onís (1885-1966) fez uso do termo no contexto de crítica cultural ao modernismo<sup>131</sup>. No mundo de língua inglesa, o termo pós-modernidade foi utilizado pelo historiador Arnold J. Toynbee (1889-1975), em 1934. A utilização

<sup>130</sup> A distinção entre pós-modernidade e pós-modernismo é operacionalizada também por EAGLETON, Terry. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1998, p. 7.

<sup>131</sup> Sobre a etimologia Ver CAHOONE, Lawrence E. Introduction In: CAHOONE, Lawrence E. *From modernism to postmodernism: an anthology*. Oxford: Blackwell, 1996, p. 3; ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1999, p.10.

distinta feita por estes intelectuais já demarcava características diferenciadas nos usos destes conceitos. Para Pannwitz, havia uma conotação filosófica; Onís utilizava o termo em um contexto estético; Toynbee buscava caracterizar um período histórico e temporal <sup>132</sup>. Estas múltiplas origens etimológicas expressam a complexidade de se abordar um fenômeno que finca raízes por diversos campos do conhecimento humano.

Pode-se, nesta busca por definição, destacar a estreita relação entre as noções de modernidade e modernismo. A modernidade seria um período sócio-histórico caracterizado por um processo de progresso, racionalização e abstração associado à emergência de uma sociedade de novo tipo, sendo teorizado principalmente na obra de sociólogos como Max Weber e Ferdinand Tönnies (1855-1936).

Grosso modo, o período renascentista iniciado no século XIV e as reformas religiosas do século XVI são marcos do surgimento desta nova época. Entretanto, o amadurecimento e consolidação deste mundo moderno teria se dado com o Iluminismo e as Revoluções Burguesas do século XVIII<sup>133</sup>. O capital e o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção fariam parte do processo de constituição da sociedade moderna. O marxismo, como crítica interna deste processo de transformações, faria parte das várias formas de se pensar este processo.

Já o modernismo, normalmente caracterizado como uma expressão estético-cultural das transformações da modernidade, não pode ser um simples reflexo da estrutura sócio-histórica moderna. Há uma intrincada relação que nubla, muitas vezes, os limites entre o que pode ser teorizado como parte do modernismo e aquilo que já seria parte de um pós-modernismo<sup>134</sup>.

O autor que popularizou o termo pós-moderno e se tornou referência para o debate dentro das ciências humanas e sociais foi o francês Jean François Lyotard. Este lançou em 1979 a obra *La condition postmoderne*<sup>135</sup>. Neste livro, o autor anuncia a morte dos chamados “metadiscursos” da modernidade. O projeto

---

<sup>132</sup> ANDERSON, 1999, p.10-11.

<sup>133</sup> Para uma apresentação sucinta deste processo, ver TOURAINE, Alain. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002, p. 15-95.

<sup>134</sup> O que chama atenção nas obras de muitos pós-modernistas é a busca por pais fundadores. Alguns teóricos incluem das mais variadas tendências filosóficas e artísticas como detentoras desta situação. Ver: EVERDELL, William R. *Os primeiros modernos: as origens do pensamento do século XX*. Rio de Janeiro: São Paulo: Editora Record, 2000.

<sup>135</sup> Utiliza-se neste trabalho a tradução brasileira. LYOTARD, 1986.

racionalista, apoiado no desenvolvimento das ciências com a crença no progresso e nas revoluções como forma de se alcançar um paraíso terreal, seria utópico, sem sentido em um mundo transformado pela tecnologia e pela difusão global da informatização. No mundo pós-industrial, os seus desdobramentos discursivos se apresentariam a partir de uma cultura pós-moderna<sup>136</sup>. Esta cultura se caracterizaria pela ausência de referentes que a ancorassem em torno de discursos globalizantes, tanto no aspecto político quanto no aspecto científico. Segundo Lyotard,

A “crise” do saber científico, cujos sinais se multiplicam desde o fim do século XIX, não provém de uma proliferação fortuita das ciências, que seria ela mesma o efeito do progresso das técnicas e da expansão do capitalismo. Ela procede da erosão interna do princípio de legitimação do saber<sup>137</sup>.

O projeto lyotardiano, ao se amparar sobre uma teorização da sociedade que leva em conta aspectos estruturais como a mudança no sistema produtivo e de comunicações, dá a sua definição de pós-moderno uma base sócio-histórica. Segundo o autor, o processo de representação do real não pode mais ser encarado como factível, já que ocorreu a perda dos referenciais externos que sustentavam o discurso moderno. Proliferar-se-ia uma miríade de jogos de linguagem, fragmentados em paralogias, em microrrelatos desprovidos de qualquer relação com a concretude histórica, avaliados pelo sucesso que possuem em se fazer entender em um mundo cada vez mais dominado pela comunicação. O amparo teórico que daria sustentação ao pós-moderno de Lyotard e outros viria principalmente das teorias sobre a sociedade pós-industrial ou informacional. Todavia, a abordagem pós-modernista radicalizaria posições antes somente aventadas. Aborda-se tal radicalização mais a frente.

No mesmo contexto, Jean Baudrillard (1929-2007) percebeu um cenário de diluição das representações tradicionais da realidade. Segundo ele, a contemporaneidade seria a era dos simulacros, estes sendo entendidos como a construção de imagens não materializadas, legitimadas pelo próprio contexto de produção de símbolos e imagens da cultura midiática.<sup>138</sup> Guy Debord (1931-1994) expressa tais questões com o conceito de “sociedade do espetáculo” que significaria

---

<sup>136</sup> LYOTARD, 1986, P. 3.

<sup>137</sup> Idem, *Ibidem*, p. 71.

<sup>138</sup> SOUZA, Ricardo Timm de. “A Filosofia e o pós-moderno: algumas questões e sentidos fundamentais” In: GUINSBURG, Jacó & BARBOSA, Ana Mae. (orgs.) *O pós-modernismo*. São Paulo: Perspectiva, 2008.



“[...] o sequestro da vida e a cisão do mundo em realidade e imagem, aprisionando necessidades e fantasias humanas, nos limites da produção das imagens”<sup>139</sup>.

Refletindo sobre estes mesmos problemas, Fredric Jameson buscou produzir uma reflexão que partia do marxismo como o principal referencial teórico. Para ele, não há uma pós-modernidade, mas um pós-modernismo, sendo este último reflexo de uma nova fase do capitalismo. Esta distinção se explica, pois a tese de uma nova fase sócio-histórica é rejeitada, assumindo-se uma nova fase cultural. Calcado nas teses de Mandel, Jameson advoga que as mudanças nos modos de produção da sociedade contemporânea, o Capitalismo Tardio, geraram mudanças culturais entendidas como pós-modernas<sup>140</sup>. Jameson com isto evitava propugnar a tese da sociedade pós-industrial mantendo uma ligação genética com a crítica de Marx à ordem do capital. Partindo desta posição, Jameson identifica como característica desta cultura o surgimento do pastiche, um tipo de paródia destituída de um referente crítico, do eclipse do sujeito nas manifestações artísticas e de uma nova configuração espacial e arquitetônica, marcados por um forte ecletismo e um ar *Kitsch*<sup>141</sup>.

Segundo Jameson, ocorre “[...] um conseqüente enfraquecimento da historicidade tanto em nossas relações com a história pública quanto em nossas novas formas de temporalidade privada [...]”<sup>142</sup>. Esta característica foi percebida também pela crítica cultural Linda Hutchcon (1947-) que defende ser o pós-moderno um fenômeno anistórico. Segundo ela,

O que a escrita pós-moderna da história e da literatura nos ensinou é que a ficção e a história são discursos, que ambas constituem sistemas de significação pelos quais damos sentido ao passado (“aplicações da imaginação modeladora e organizadora”). Em outras palavras, o sentido e a forma não estão nos acontecimentos, mas nos sistemas que transformam esses “acontecimentos” passados em “fatos” históricos presentes. Isso não é um “desonesto refúgio para escapar à verdade”, mas um reconhecimento da função de produção do sentido dos constructos humanos<sup>143</sup>.

<sup>139</sup> Verbete em SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (orgs) [et al]. *Enciclopédia de guerras e revoluções do século XX: as grandes transformações e mudanças do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

<sup>140</sup> Jameson defende que esta relação não é calcada na tradicional relação infraestrutura (economia) e superestrutura (cultura). Para ele, ocorre uma fusão entre estas áreas nesta última fase do capitalismo. Ver JAMESON, Fredric. *Pós-Modernismo: A lógica do capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Ática, 2004, p. 25.

<sup>141</sup> JAMESON, Fredric. Pós-modernismo e sociedade de consumo. In: JAMESON, Fredric. *A virada cultural: reflexões sobre o pós-moderno*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2006.

<sup>142</sup> JAMESON, 2004, p. 32.

<sup>143</sup> HUTCHCON, Linda. *Poética do Pós-modernismo: História, teoria, ficção*. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1988, p. 122.

O que se revela nesta posição é que a teoria que trata da pós-modernidade e do pós-modernismo não definiria somente um novo tipo de condição social, econômica, política e cultural, mas questionaria também os fundamentos teóricos e epistemológicos que, durante quase toda a história ocidental, foram arrolados como produtores de um conhecimento científico, a saber, a existência de estruturas sociais passíveis de serem racionalizadas e transformadas; o sujeito cognoscente e cognoscível; o realismo epistemológico; o universalismo dos sentidos; as utopias sociais emancipatórias e igualitárias.

Neste ponto, pode-se perceber o segundo vértice das teorias pós-modernas que é a defesa de uma nova condição para a humanidade, o surgimento de uma “nova natureza humana”. Outro “mundo” ou “realidade” que nunca foi percebido pela teoria social moderna ou pela filosofia clássica. Indo além, estas teorias e reflexões teriam se calcado em falsas premissas e agora um “novo olhar” menos científico, racional e totalizador, deveria interpretar, mais do que explicar, as vicissitudes da experiência histórica.

Isto implica a perspectiva presente de forma difusa ou explícita na obra de alguns teóricos pós-modernos de que a pós-modernidade ou o pós-modernismo não se resumiria a ser um fenômeno histórico, consequência de dada conjuntura. Na verdade, seria uma nova explicação sobre os pressupostos ontológicos e epistemológicos que norteiam as ciências humanas e sociais. O que aparece como complicador para se entender esta questão é que há uma rejeição congênita nestes pós-modernismos a qualquer ideia de que o que fazem se aproxime de uma nova epistemologia, ou, pior ainda, de uma ontologia.

No bojo desta perspectiva podem-se destacar três matrizes filosóficas importantes que enveredam por este caminho: O neopragmatismo estadunidense, popularizado por Richard Rorty (1931-2007); a filosofia analítica inglesa, desenvolvida por Ludwig Wittgenstein (1889-1951); e o pós-estruturalismo francês, propalado por Michel Foucault (1926-1984) e Jacques Derrida. Um vínculo entre estas tendências se encontra no *linguistic turn* do século XX, o que, rudemente, significa a valorização da linguagem, seja por meio de seus significantes, seja através dos significados, como fundamental para a produção e compreensão da realidade.

Seria uma temeridade explicitar uma análise mais profunda e completa sobre cada uma das correntes supracitadas, ainda mais por possuírem especificidades que

vão além do terreno intelectual, tendo raízes em questões políticas, espaciais, temporais e culturais. Para ilustrar as teses levantadas acerca da pós-modernidade, escolhe-se a corrente pós-estruturalista francesa, destacando-se o filósofo Jacques Derrida e sua defesa da desconstrução da tradição ocidental. A escolha justifica-se pela forte influência que a obra derridiana exerceu sobre os autores de *Hegemony and Socialist Strategy*.

No contexto da década de 60 do século passado, o pensamento estruturalista se tornava hegemônico na França. Originário das teses de Ferdinand de Saussure (1857-1913) acerca do sistema linguístico, este movimento intelectual pode, como delineado por Elizabeth Roudinesco (1944-), ser caracterizado como uma geração que comungava, além da matriz teórica, um projeto de questionamento das instituições acadêmicas e intelectuais francesas<sup>144</sup>. Globalmente, pode-se definir o movimento estruturalista a partir das seguintes características:

A tese de que a linguística, ou mais exatamente certos aspectos de versões particulares da linguística são de importância fundamental para a filosofia e a teoria social como um todo; a ênfase na natureza relacional das totalidades, ligada à tese do caráter arbitrário do signo e da primazia do significante sobre o significado; a descentralização do sujeito; a preocupação especial com a natureza da escrita e, portanto, com o material textual; e o interesse no aspecto temporal como algo constitutivamente integrante da natureza dos objetos<sup>145</sup>.

Pensadores como Claude Lévi-Strauss (1908-2009), Jacques Lacan (1901-1981), Louis Althusser e Roland Barthes (1915-1980) comungavam de certas leituras do *Curso de lingüística geral*, de Saussure. Um movimento de radicalização com esta posição pode ser encontrada especialmente nas obras de Michel Foucault e Jacques Derrida. O movimento operado pelos autores foi de ruptura com a pretensa cientificidade das teses estruturalistas, defendendo a existência de um abismo entre o mundo das palavras e o mundo das coisas<sup>146</sup>.

Michel Foucault (1926-1984), por exemplo, defende em *As palavras e as coisas* que existe um corte epistemológico irremediável entre o discurso produzido e o real. Além disso, em outras obras, reconfigura a própria noção de poder ao localizá-lo nas mais diversas instâncias da atividade humana. Tanto em sua defesa

<sup>144</sup> ROUDINESCO, Elizabeth. *Filósofos na Tormenta*: Canguilhem, Sartre, Foucault, Althusser, Deleuze e Derrida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2007, p. 7-12.

<sup>145</sup> GIDDENS, Anthony. "Estruturalismo, pós-estruturalismo e a produção cultural" In: GIDDENS, Anthony & TURNER, Jonathan (orgs). *Teoria Social Hoje*. São Paulo: Editora da Unesp, 1999, p. 282.

<sup>146</sup> François Dosse denomina este movimento de "ultra-estruturalismo". Ver: DOSSE, François. *História do Estruturalismo*. Vol. 2. O canto do cisne de 1967 aos nossos dias. Bauru: EDUSC, 2007.

de uma arqueologia, quanto da genealogia, Foucault apresentava uma crítica cortante dos pressupostos que formatavam o paradigma moderno. Para ele, os historiadores teriam se acostumado a uma narrativa de causas e efeitos destituída de um questionamento do seu papel social e dos usos da história enquanto instrumento de poder. Haveria uma linearidade e uma positividade no saber histórico que não seriam comprovadas de fato. Para Foucault, cada período produziria um enunciado discursivo que poderia ou não estar conectado com o período histórico posterior<sup>147</sup>.

A chamada “virada linguística” ganhava contornos mais radicais ao apostar na separação entre os conjuntos de significantes e a possibilidade de se alcançar a origem destes. No bojo de tal movimento, Derrida afirmava que

[...] deve-se sem dúvida ter começado a pensar que não havia centro, que o centro não podia ser pensado na forma de um sendo-presente, que o centro não tinha lugar natural, que não era um lugar fixo mas uma função, uma espécie de não-lugar no qual se faziam indefinidamente substituições de signos<sup>148</sup>.

Para Derrida, este “centro-origem” não seria alcançado pelos esforços de teóricos e pesquisadores, que, realmente, pretendiam alcançar tal saber. O que sobra é uma estrutura de suplementações, de camadas de conceitos e significantes que almejavam dar estabilidade e sentido ao vazio, mas que nunca alcançam a posição de um verdadeiro centro. A suplementação não atua como um complemento, mas acaba por gerar uma ampliação do sentido ao elemento suplementado. Este processo do mesmo modo não é linear nem progressivo, não havendo como julgar a suplementação como melhor/pior, boa/má, correta/incorreta entre outros julgamentos caros à filosofia ocidental<sup>149</sup>.

Para Derrida, o texto é uma estrutura diferencial em que o sentido se mostra em suas divisões, na alteridade dos “significantes-significados”. Como resultado, o máximo que se pode alcançar é o *traço*<sup>150</sup> que, como afirma Sonia Borges Vieira da

<sup>147</sup> FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 9ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

<sup>148</sup> DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 1971, p. 232.

<sup>149</sup> GOULART, Audemaro Taranto. Notas sobre a desconstrução em Derrida. Disponível em: <http://www.ich.pucminas.br/posletras/Producao%20docente/Audemaro/Derrida%20-%20Desconstruca%20o.pdf>. Acessado: 12 de junho 2011.

<sup>150</sup> Algumas traduções para o português, da obra de Derrida, trazem a expressão *rastro*, em vez de *traço*. Segundo Eduardo Gusmão Quadros a expressão *rastro* está carregada de uma carga ontológica, que não havia na palavra original *trace*. No presente artigo, entende-se, como Quadros

Motta, se constitui em um eterno “vir a ser” nunca alcançando um exterior essencial e presencial, mas como “nesse caso, um signo só remete a outro signo. Não há nenhum solo de não-significação, de presença, de verdade anterior ao signo, a que ele viesse remeter.”<sup>151</sup>

Com isto, “O ‘*rastró*’ é, portanto, a abertura para a exterioridade em geral. A temida abertura para ‘o *fora*’, que a metafísica rejeitou, a enigmática abertura para o outro e a desconstrução da presença plena no *logos*. ”<sup>152</sup> O texto deixaria de ser manifestação e representação especular do *logos* e da razão cartesiana, pronto a ser metodologicamente investigado para que sua Verdade seja desvelada, sendo posteriormente transcrita para um texto aberto a este mesmo processo de descoberta. Para Derrida, isto se assemelharia mais a um *jogo*,<sup>153</sup> no qual uma verdade transcendente e metafísica seria impossível de ser encontrada.

Para expressar os problemas das teses arraigadas na linguística, forja-se a expressão “*différance*”<sup>154</sup> derivada da palavra francesa *differéce*, as duas sendo pronunciadas de forma idêntica, mas graficamente diferentes. Segundo Stuart Sim, “To Derrida, what was revealed at this point was the inherent indeterminacy of meaning. Linguistic meaning was an unstable phenomenon: at all times, and all places, *différance* applied.”<sup>155</sup> São epifenômenos linguísticos que nunca poderão ser determinados pelo pesquisador, já que este se encontraria preso dentro de um jogo que o impediria de se posicionar acima deste persistente jogo de significantes.

Para Derrida, a filosofia em sua história nada mais fez do que afirmar estas aporias. Como forma de se contrapor a este cânone, ele defende a desconstrução da chamada metafísica da presença<sup>156</sup>, com o objetivo de amplificar as fissuras, e, principalmente, as ausências presentes neste processo. Não se deve entender a

sugere, que os dois termos são sinônimos. QUADROS, Eduardo Gusmão. “Gramatologia e crítica histórica” In: *Revista de Teoria da História*. Ano 1, Número 2, dezembro/ 2009.

<sup>151</sup> MOTA, Sonia Borges Vieira da. A Gramatologia, uma ruptura nos estudos sobre a escrita. *DELTA*, São Paulo, v. 13, n. 2, ago. 1997. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-44501997000200006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501997000200006&lng=pt&nrm=iso)> . Acesso em 24 jul. 2010.

<sup>152</sup> MOTA, 2010.

<sup>153</sup> “Poderíamos denominar jogo a ausência do significado transcendental como ilimitação do jogo, isto é, como abalamento da onto-teologia e da metafísica da presença” DERRIDA, 1973, p. 61.

<sup>154</sup> Esta teria em uma tradução livre o significado de diferença e diferimento.

<sup>155</sup> SIM, Stuart. “Postmodernism and philosophy” In: SIM, Stuart (org). *The Routledge Companion to postmodernism*. New York, Routledge, 2001, p.5.

<sup>156</sup> A metafísica da presença seria a crença arraigada na História da Filosofia ocidental de que haveria uma necessária correlação entre significante-significado no processo de pensar a realidade. Haveria a presença refletida do real na fala e na Escritura. Na primeira parte da *Gramatologia* Derrida faz uma enfática crítica destes pressupostos. Ver DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

desconstrução como o “método” de Derrida, pois seu pensamento não caminha na direção de tal sistematização.

Segundo Eduardo Gusmão Quadros,

[...] na ótica derridiana, a desconstrução é mais um acontecimento que uma idéia(sic). Está mais para uma noção que tende para o aconceitual, para uma “definição” que não define porque nega o “é”. Não se trata, portanto, de formular novos conceitos, reunidos sob o título de gramatologia ou qualquer outro, mas de questionar a própria ordem conceitual, sua importância, constituição, funções, recalques e disfarces.<sup>157</sup>

As teses de Derrida apresentadas até aqui, podem ser compreendidas exatamente por sua tentativa em evitar a sua “essencialização” em um constructo racional e conscientemente determinado. Fluidez e fugacidade seriam objetivos mais próximos de suas reflexões. Esta linguagem hermética e imprecisa, marcada por neologismos, levou muitos críticos a definirem seu pensamento como calcado em falácias e imposturas filosóficas<sup>158</sup>. A situação de instabilidade da escrita em Derrida inspirou a Rafael Haddock Lobo a utilizar a definição do “úmido”, em Francis Bacon (1561-1626), como forma de expressar o pensamento derridiano.<sup>159</sup> Esta situação do “não ser”, incerto e indeterminado, nem seco, nem molhado, expressa bem a problemática da obra de Derrida<sup>160</sup>.

Haveria por trás de toda esta situação de valorização da instabilidade um claro componente de crítica aos tradicionais modelos de ação da modernidade.

Segundo Ernest Breisach,

the world of postmodernity would be one where differences could no longer lead to hegemony and oppression because of the impossibility to legitimize such behavior in the new world of *différance*. Deconstruction expressed that awareness and supplied the instruments of realization. *Différance* and deconstruction guaranteed the fluid world.<sup>161</sup>

<sup>157</sup> QUADROS, 2009, p.16.

<sup>158</sup> Uma apresentação crítica das teses de Derrida pode ser encontrada no verbete Desconstrução In OUTHWAITE, William & BOTTOMORE, Tom (org.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1996. Já uma análise das teses pós-modernas como um todo, será encontrada em CARDOSO, Ciro Flamarion. “Críticas de duas questões relativas ao anti-realismo epistemológico contemporâneo” In: CARDOSO, Ciro Flamarion. *Um historiador fala de Teoria e Metodologia: ensaios*. Bauru: EDUSC, 2005.

<sup>159</sup> LOBO, Rafael Haddock. *Para um pensamento úmido: A filosofia a partir de Jacques Derrida*. 2007.453p. Tese (Doutorado em Filosofia). Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

<sup>160</sup> Como corolário das teses de Derrida está sua defesa de Marx como um espectro, uma fantasmagoria que está a espreitar qualquer tipo de pensamento de esquerda, tanto hoje, quanto no futuro. Ver: DERRIDA, Jacques. *Espectros de Marx: o estado da dívida, o trabalho do luto e a nova internacional*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

<sup>161</sup> BREISACH, Ernest. *On the future of history: the postmodernist challenge and its aftermath*. University Press Chicago, 2003, p.105.

As conclusões supracitadas levaram o desconstrutivismo a ser visto por muitos intelectuais como importante ferramenta de um novo ativismo político em contraposição às tradições políticas modernas, tanto de direita, quanto de esquerda. Exemplo de uso pela política de esquerda é a defesa de um projeto pós-marxista, pelos pensadores alvos desta pesquisa, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Estes defendem a desconstrução como caminho para que os novos movimentos sociais se contraponham aos discursos hegemônicos da sociedade capitalista.

É deveras importante compreender que o “antifundacionismo” e “antiessencialismo” propugnado nas teses dos teóricos do pós-modernismo se deparam com um paradoxo nada simples. Como uma reflexão que subverte todos os pressupostos ontológicos e epistemológicos da teoria social moderna pode evitar se tornar também uma nova ontologia ou epistemologia? Como produzir uma reflexão ou apresentação que não faça uso de categorias e procedimentos forjados no processo de racionalização intrínseco ao criticado paradigma iluminista? Como entender então a fusão entre marxismo e as teses pós-modernas no pensamento pós-marxista de Laclau e Mouffe? As questões levantadas serão abordadas com mais atenção nos próximos capítulos desta dissertação, todavia, um esboço pode ser tentado.

O pós-modernismo, que até aqui foi alvo de debate, não deixa de ser um reflexo do processo de transformações do capitalismo na segunda metade do século XX. Um capital que se tornava cada vez mais complexo, permeando as relações sociais em esferas da vida social das mais diversas, fortalecendo um senso comum que acreditava ser possível manter o sonho dourado de um processo de produção de capital que alcançava o almejado D-D'. Surgia, com isto, torpor e preguiça por um pensamento mais denso, que almejasse a totalidade e a concretude dos processos sociais. Segundo Ellen Meiksins Wood,

Ao estudar o capitalismo, a insistência pós-modernista em que realidade é fragmentária e, portanto, acessível apenas a “conhecimentos” fragmentários é desarrazoada e incapacitante. A realidade social do capitalismo é “totalizante” em formas e graus sem precedentes. Sua lógica de transformação de tudo em mercadoria, de acumulação, maximização do lucro e competição satura toda ordem social. E entender esse sistema “totalizante” requer exatamente o tipo de “conhecimento totalizante” que o marxismo oferece e os pós-modernistas rejeitam<sup>162</sup>.

---

<sup>162</sup> WOOD, Ellen Meiksins. O que é a agenda “pós-moderna”? In: WOOD, Ellen Meiksins & FOSTER, John Bellamy. *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1999, p. 19.

O ceticismo pós-moderno sobre qualquer tipo de teoria que defenda um projeto revolucionário igualitário é alimentado pelo otimismo dos novos “produtos” financeiros e pelos braços de uma mão de obra mais barata. O pós-modernismo, ao buscar construir um tipo de pensamento que cancela e inválida as outras perspectivas teóricas, não possui condições de ancorar saídas factíveis a crises contemporâneas. Isto não significa que as causas e temas catapultados pelos teóricos do pós-moderno não tivessem validade no contexto em que foram expostas. Entretanto, restringiam-se a sua dimensão particularizada e localizada, deixando de lado a perspectiva de totalidade.

Uma consequência é a convergência para o conservadorismo, uma agenda que descarta a possibilidade de apostar em sujeitos reais como capazes de atuar sobre as condições reais de existência<sup>163</sup>. O marxismo teve que lidar com estas questões, seja incorporando as novas temáticas, seja rejeitando-as em seu todo, seja revisando suas posições epistemológicas, como fazem Laclau e Mouffe.

É no contexto do conflito com as teses pós-modernas que o marxismo deparou-se entre as décadas de 70 e 90, sendo que este conjunto difuso de teorias exerceu um importante papel na amplificação da “crise do marxismo”. Como visto, para os pós-modernistas o cancelamento de todas as teses modernas leva de roldão o marxismo, que para muitos destes teóricos representava a mais “totalitária” das teorias surgidas no século XIX.

É neste contexto de crise que novos marxismos emergem, o pós-marxismo, como já citado, mas também o neomarxismo associado às correntes italianas do *operaismo*, e o marxismo analítico no mundo de língua inglesa<sup>164</sup>. Retomar o marxismo e a sua dimensão interna nas décadas de 70 e 80 do século XX, destacando o que é convencionalmente chamado “crise do marxismo”, é o objetivo da última parte deste primeiro capítulo.

---

<sup>163</sup> MORAES, Maria Célia Marcondes de. O renovado conservadorismo da agenda pós-moderna. In: *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 122, p. 337-357, maio/ago. 2004.

<sup>164</sup> Uma ótima análise da história do marxismo e das correntes mais recentes pode ser encontrada em AMADEO, Javier. Mapeando o marxismo In: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. (orgs.) *A Teoria Marxista Hoje: problemas e perspectivas*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.



## 1.5 A “CRISE DO MARXISMO” E O PÓS-MARXISMO

O final do século XX foi um dos momentos de maior tensão para os pensadores e ativistas, que tinham nas teses de Marx a sua fonte de inspiração. A “crise do marxismo” tomava de assalto as discussões na academia, sindicatos e partidos. Um termo que em outros momentos do século XX já tinha feito aparições, como no estrangulamento soviético das revoltas da Hungria, em 1956, e a Primavera de Praga, em 1968, ou nas confissões do terror stalinista, por Nikita Khrushchev (1894-1971), em seu discurso no vigésimo congresso dos PCU's.

O reaparecimento na década de 80 do século XX trazia em seu bojo condições históricas peculiares: um esgotamento da alternativa soviética ao socialismo, o surgimento de novas teorias sociológicas e filosóficas que eram mais “atuais” na análise e na crítica das condições sócio-históricas vividas, uma expansão e complexificação do capitalismo, que demandava uma crítica para além dos manuais ortodoxos, uma expressão política agressiva (neoliberalismo) frente às conquistas históricas das lutas da classe trabalhadora e o próprio enfraquecimento da capacidade de combatividade dos trabalhadores e de suas organizações classistas. A reação à crise foi rastreada por Barbara Freitag e Maria Francisca Pinheiro como indo da negação completa de qualquer problema com a teoria, passando por uma tentativa por atrelar o marxismo ao destino do capitalismo, até a capitulação e o completo abandono de Marx frente à “crise do marxismo”<sup>165</sup>.

Nos termos desta pesquisa, a “crise do marxismo” não pode ser entendida nem como um simples rótulo direitista, nem, por outro lado, como um colapso da teoria frente à realidade dos fatos. Mais do que um simples pensamento, o marxismo atrelou-se de forma única aos eventos, às revoluções e às lutas que marcaram o século XX, e, é óbvio, que mais do que qualquer outro corpo teórico, respondeu de forma distinta a estas experiências.

O historiador Eurelino Coelho, em sua pesquisa de doutorado, analisa o modo como determinadas frações do Partido dos Trabalhadores (PT) responderam aos eventos do fim do século XX. Para ele, um elemento fundamental para se compreender este processo foram as derrotas do proletariado frente às novas correlações de força do Capital. Segundo Coelho,

---

<sup>165</sup> FREITAG, Barbara & PINHEIRO, Maria Francisca. Introdução. In: FREITAG, Barbara & PINHEIRO, Maria Francisca. *Marx morreu: viva Marx!* Campinas: Papirus, 1993, p. 9.

O projeto marxista de socialismo, em seus próprios termos, só pode ser viabilizado através da luta política dos trabalhadores. Sendo assim, um contexto de refluxo dessas lutas significa um óbice real para aquele projeto. Por outro lado, os efeitos da reestruturação produtiva e da desregulamentação sobre a classe trabalhadora, na medida em que alteram as condições da luta, aportam desafios teóricos e organizativos novos para o pensamento político marxista<sup>166</sup>.

Não se pode refletir sobre o marxismo como um pensamento desencarnado, pairando como uma teoria atemporal que deve dar respostas automáticas aos problemas históricos. Ele está imbricado diretamente com os processos históricos e com as lutas que são travadas no seio do capitalismo. É inegável que se as vitórias são exemplares de um reforço do ideal socialista e da confiança nas teses oriundas da teoria marxista, as derrotas são uma força paralisante nas organizações de esquerda e de desconfiança sobre o marxismo.

Uma resposta comum era um reforço da ortodoxia, como muitos que proclamaram a inexistência de qualquer tipo de crise ou problema com o marxismo. Com isto, rejeitavam a dimensão histórica deste pensamento, apostando em uma postura fantasmagórica para a tradição marxista, colocando-o acima das situações históricas concretas e das classes que o sustentavam.

Entretanto, as derrotas no cenário histórico concreto das lutas de classes não validariam posições como a de Ronald Aronson que vê em todo este processo de retração uma prova da incapacidade da teoria de Marx de lidar com as transformações estruturais do capitalismo. Para o autor, como outros já citados neste capítulo, o núcleo teórico e epistemológico do marxismo sucumbiu frente ao novo avanço do capitalismo e o surgimento dos “novos movimentos sociais”. A saída é abandonar o barco, rumo a um pensamento de esquerda renovado<sup>167</sup>. Como argutamente percebeu Terry Eagleton (1943-).

---

<sup>166</sup> COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005, 548 f. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2005, p. 199.

<sup>167</sup> Aronson, em um artigo na *New Left Review*, na década de 80 do século XX ainda tentava um revisionismo dentro de pressupostos “marxistas”. Segundo ele, o marxismo desapareceria por sua condição datada historicamente. Em seu lugar dever-se-ia defender um “materialismo histórico” que significaria uma expansão filosófica de pressupostos materialistas para inclusão de grupos diversos da sociedade em nome da transformação da sociedade. Ver ARONSON, Ronald. Historical materialism, Answer to marxism’s crisis. In: *New Left Review*. I- nº 152, July- August 1985, p. 74-94. Na década de 90 o autor abandona de vez qualquer filiação com o pensamento marxista. Ver: ARONSON, Ronald. *After Marxism*. Guilford Press, 1994.

Assim, do ponto de vista do próprio marxismo, o que o fez parecer redundante foi exatamente o que confirmava sua relevância. A razão para lhe ter sido mostrada a porta não era que o sistema reformara a si mesmo, tornando supérflua a crítica socialista. Havia sido descartado por uma razão exatamente oposta a essa. O que levou a que muitos desistissem de uma mudança radical foi o fato de parecer difícil demais derrotar o sistema, e não que este houvesse mudado suas posições<sup>168</sup>.

É no seio deste derrotismo que “novas” alternativas e marxismos florescem, destacando-se o pós-marxismo de Laclau e Mouffe. Vivenciando um estado de fronteira entre o abandono e a sustentação do projeto marxista, o pós-marxismo é tanto resultado desta conjuntura de crise, como, para os seus formuladores, uma alternativa. Segundo Gramsci, em uma análise da “crise de autoridade” das classes governantes frente às classes subalternas, “The crisis consists precisely in the fact that the old is dying and the new cannot be born ; in this interregnum a great variety of morbid symptoms appear<sup>169</sup>.”

Em tal contexto, este primeiro capítulo, buscou definir de forma clara as correlações históricas e teóricas que possibilitaram a emergência da “crise do marxismo”, e, conseqüentemente, do pós-marxismo.

Primeiramente, o marxismo e seu processo de ocidentalização significou um distanciamento da teoria dos processos reais de ação política e revolucionária. A academia e os escritos filosóficos foram o refúgio de um marxismo condicionado pelas derrotas da revolução socialista no ocidente capitalista. É filiado aos debates e questões filosóficas do marxismo ocidental que as teses pós-marxistas de Laclau e Mouffe são formuladas. Estes, como outros marxismos dos fins do século XX, são herdeiros diretos do marxismo ocidental e sua tendência à filosofia.

Muitos dos problemas levantados dentro do marxismo nas últimas décadas do século XX referenciavam-se, muitas vezes, a posições tomadas por marxistas ocidentais. É impossível pensar uma descontinuidade na história do marxismo no ocidente capitalista que exclua de forma definitiva e total as relações entre o marxismo ocidental e os marxismos posteriores a eles. Neste caso, dois pensadores são essenciais para esta ponte, Gramsci e Althusser. Tal filiação será abordada com

---

<sup>168</sup> EAGLETON, Terry. *Depois da Teoria: um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 70.

<sup>169</sup> [A crise consiste precisamente do fato de que o velho está morrendo e o novo ainda não pode nascer; neste interregno aparece uma grande variedade de sintomas mórbidos] In: GRAMSCI, Antonio. *Selections from the prisons notebooks*, New York: International Publishers, p. 276.

mais atenção nos próximos capítulos, ao se abordar o pós-marxismo na pena de seus autores e críticos e na peculiar formulação de hegemonia do pós-marxismo.

As transformações nas estruturas de funcionamento da ordem capitalista significam um segundo aporte para a inteligibilidade da situação da crise, já que o capital-imperialismo em sua forma global e massiva de produção de mais-valia colocava um desafio histórico novo à classe trabalhadora e, conseqüentemente, às reflexões internas ao marxismo.

Não há como negar os resultados nefastos do processo de desmonte do Estado de bem-estar realizado sobre a bandeira neoliberal, da precarização do trabalho sobre o regime do capital, da Guerra Fria como imobilizadora dos movimentos contrários à ordem do capital, do fim dos regimes socialistas na União Soviética e Leste Europeu, representantes para o bem ou para o mal das teorias oriundas de Marx.

No campo do conflito teórico não se pode deixar de notar a articulação complexa e arriscada do marxismo com novas perspectivas intelectuais. Um primeiro corpo de teorias visou aprisionar Marx a uma camisa de força, ou, no melhor dos casos, tornar o marxismo adequado às especificidades do presente, restringindo sua teoria a uma dada configuração histórica que, devido às vicissitudes do tempo, não é mais capaz de compreender, explicar e transformar a atual situação contemporânea. Teorias e conceitos como sociedade “pós-industrial”, “sociedade da informação”, “sociedade pós-fordista” e “novos movimentos sociais”, muitas vezes, serviam como substitutos mais “atuais” a categorias como “modo de produção”, “relações de produção” e “classe trabalhadora”.

Outra postura no seio desta relação do marxismo com outras teorias foi analisada ao se abordar as posições pós-modernas, que, mais do que a revisar ou historicizar Marx, defendiam o cancelamento pela raiz das questões ontológicas e epistemológicas que nortearam a sua empreitada teórica. O materialismo histórico e as lutas de classe seriam meras imposições do intelecto de Marx sobre a condição fugidia, fragmentária e inalcançável da “verdadeira realidade”. O marxismo seria um pensamento sem referente, uma suplementação da suplementação, sem um chão histórico concreto, já que estaria preso em um infinito processo de exegese de textos e citações, incapacitado de representar os anseios reais de uma dada classe ou de amparar um projeto de transformação revolucionária da sociedade.

O pós-marxismo surge como uma expressão do contexto sócio-histórico de revesses políticos das classes trabalhadoras, de batalhas teóricas que envolviam posições conservadoras ou reformistas, das mudanças que o próprio marxismo passava ao se tornar cada vez mais distante de sua dimensão combativa e revolucionária. Para compreender ainda mais o pós-marxismo é necessário, então, se deter sobre a lógica que este enuncia, sua agenda política e as críticas que ele suscitou, seja favoravelmente, seja negativamente. Tarefa do próximo capítulo.

## CAPÍTULO 2- O PÓS-MARXISMO DE ERNESTO LACLAU E CHANTAL MOUFFE

O contexto histórico e teórico debatido no primeiro capítulo desta dissertação teve como principal intuito identificar as raízes que sustentam e explicam o projeto pós-marxista formulado por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe.

Neste segundo capítulo, o objetivo é explicitar de forma mais clara e precisa o que significa o pós-marxismo, destacando os seus pressupostos teóricos, suas implicações políticas e as respostas que suscitou em intelectuais da esquerda.

Para alcançar tal escopo, este capítulo está dividido em duas partes: na primeira, analisa-se a obra de Laclau e Mouffe *Hegemony and Socialist Strategy* explicando o seu significado teórico e o claro projeto político que o acompanha. Para tanto, enfatiza-se a compreensão e a reflexão de conceitos fundamentais para o livro, como o de *hegemonia*, alvo de uma leitura peculiar por parte de Laclau e Mouffe, como também o de *democracia radical*, tido como central para o entendimento da plataforma política defendida no último capítulo do livro. Esta reflexão visa especialmente destacar o hibridismo teórico típico de *Hegemony* destacando, na medida do possível, o tratamento dado às novas formas de representação do passado, o endosso ao “adeus” à classe trabalhadora, e a crença em uma possível articulação entre os diversos discursos indenteditários que floresceram no pós-Segunda Guerra. Outras obras ou artigos, em conjunto ou individualmente, de Laclau e Mouffe, são consultados de forma que auxiliem a refletir sobre as teses pós-marxistas contidas em *Hegemony*. Evita-se, entretanto, uma análise aprofundada da trajetória intelectual do pós-marxismo após a obra referida.

Em uma segunda parte deste capítulo, o objetivo recai sobre as discussões incitadas diretamente pela obra analisada. Destacam-se os artigos que fazem parte da revista *New Left Review*, onde Laclau e Mouffe debateram suas ideias com pensadores como Norman Geras (1943-) e Nicos Mouzelis (1939-). Outras intervenções importantes dando uma avaliação mais crítica e negativa foram encontradas em Ellen Meiksins Wood (1942-) e Terry Eagleton acerca do pós-marxismo. Outro conjunto de interpretações da obra de Laclau e Mouffe pode ser extraído de autores mais favoráveis às teorias e aos projetos políticos delineados em *Hegemony*, tais como Stuart Sim, Philip Goldstein, Joanildo A. Burity e Anna Marie Smith que se amparam nas teses de Laclau e Mouffe para defender a validade e relevância do projeto pós-marxista.

Deste rico debate, objetiva-se alcançar uma definição mais precisa do significado histórico do pós-marxismo, partindo das teses que este advoga. Ao completar tal tarefa, espera-se explicitar as claras relações entre este peculiar tipo de marxismo e o contexto histórico que o engendrou. Principalmente como formulou um novo modelo de representação do passado que se calcava na mescla de elementos da voga pós-moderna e do marxismo para produzir um tipo específico de superação da história. Tal questão será alvo do terceiro capítulo desta pesquisa.

## 2.1 A DEMOCRACIA RADICAL DE LACLAU E MOUFFE

A obra *Hegemony and Socialist Strategy: towards a radical democratic politics* foi lançada no ano de 1985 pelo historiador argentino Ernesto Laclau e a belga Chantal Mouffe. A obra surgiu no meio de uma tendência revisionista que, como visto no primeiro capítulo, pululava no seio da esquerda nos atribulados anos 80. Uma característica que logo se destacou foi a fusão de matrizes teóricas tão distintas como Wittgenstein, Rorty e Derrida com autores como Marx, Lênin e Gramsci. As últimas tendências da filosofia pós-moderna e uma das mais sólidas tradições teóricas modernas entrelaçavam-se pelas penas de Laclau e Mouffe. Segundo os autores, no prefácio da edição em espanhol, o alvo desta empreitada era

la crítica al esencialismo filosófico, el nuevo papel asignado al lenguaje en la estructuración de las relaciones sociales y la deconstrucción de la categoría de «sujeto» en lo que respecta a la constitución de las identidades colectivas<sup>170</sup>.

Lançava-se timidamente um novo termo para tal compromisso: pós-marxismo. Este deixava de lado uma carga negativa e seus antigos usos que designavam, em sua maioria, “heresias” e revisões heterodoxas no marxismo e passava a representar uma nova condição do marxismo no novo contexto pós-industrial, concomitantemente à incorporação de desdobramentos teóricos e filosóficos mais apurados. Mantendo uma tensão entre continuidade e ruptura, a expressão foi gradativamente incorporada aos debates nos termos do significado dado por Laclau e Mouffe.

Em uma segunda edição lançada em 2001, os autores escreveram um novo prefácio no qual reafirmam boa parte das teses enunciadas em 1985. Segundo eles,

---

<sup>170</sup> LACLAU, Ernesto & MOUFFE, Chantal. *Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Madid: letra e, 1987, p. Viii.

o pós-marxismo é compreendido “as the process of reappropriation of an intellectual tradition, as well as the process of going beyond it<sup>171</sup>”.

Como especificado, esta tensão é central para a reflexão que norteia *Hegemony and Socialist Strategy*, pois há sempre a necessidade de se revisar a história do marxismo colocando pontos de ancoragem e ruptura, ao mesmo tempo em que há um esforço constante para se apresentar aos leitores uma nova gama de conceitos e reflexões que visam ocupar o espaço deixado pelo uso do martelo da crítica.

No processo de delimitar o terreno onde o pós-marxismo encontra-se dentro da pregressa tradição marxista, Laclau e Mouffe utilizam dois dos quatro capítulos para empreender uma revisão da historiografia marxista englobando figuras conhecidas e canônicas como Lênin, Luxemburgo e Gramsci e autores marginais e periféricos como George Sorel e os austro-marxistas Max Adler (1873-1937) e Otto Bauer (1881-1938). Compreender este processo de reflexão teórica e seu resultado para a obra de Laclau e Mouffe é o alvo da próxima seção.

### 2.1.1 O marxismo contra a contingência

Um dos principais esforços realizados por Laclau e Mouffe em sua obra é o de revisar a tradição marxista e o que, para eles, se configurava como um dos principais problemas desta corrente. A saber, a sua condição intrinsecamente determinista no que tange à realidade social, pressupondo a existência de estruturas sociais inteligíveis à teoria e suscetíveis à transformação por parte de um determinado agente (classe trabalhadora), que tanto seria resultado de tal situação como também força ativa na sua transformação. O resultado da ação teleológica da classe seria a construção de uma realidade social “melhorada” (comunismo), na qual as contradições sistêmicas chegariam a uma resolução final, nos termos de Laclau e Mouffe, inspirados pela terminologia lacaniana, uma sutura da realidade social<sup>172</sup>. A

<sup>171</sup> [como o processo de reapropriação de uma tradição intelectual, como também o processo de ir além desta] Tradução Livre. LACLAU & MOUFFE, 2001, p.ix.

<sup>172</sup> Os autores tomam o conceito de sutura da teoria lacaniana. Este se remete a uma dupla dimensão: primeiro, está inserido na produção do sujeito em uma determinada cadeia discursiva que nunca está fechada, sempre abarcando novas discursividades. Segundo, sutura também possui uma dimensão de tensão que é a de preenchimento deste sujeito com uma identidade fixa e estável. Em uma situação de hegemonia, há um esforço permanente para se encontrar a sutura do social, que significaria alcançar a totalidade. É esta situação dual que caracteriza o conceito de sutura. LACLAU & MOUFFE, 2001, p. 88.



contingência entendida como uma perene e irrefreável historicidade que gera a indeterminação dos fenômenos sociais seria característica fundamental da “realidade”<sup>173</sup>, impossibilitando empreendimentos teóricos que visem ocultar ou forçar uma estabilização deste processo.

O esquema causal marxista, delineado acima, seria incompatível com o desenrolar dos eventos históricos que marcaram o século XX. Para os autores de *Hegemony*, tal problemática não ficou imperceptível à reflexão de diversos marxistas, que implicitamente buscavam uma saída para o impasse teórico posto pela teoria de Marx. É no bojo das fissuras desta teoria que vários pensadores marxistas gestaram o conceito de “hegemonia”, formulado de forma silenciosa na obra de muitos deles, mas que ganhou um tratamento mais acabado a partir dos esforços de Gramsci.

Os autores se debruçam sobre a tradição marxista com o objetivo de fazer uma genealogia dos momentos de tensão que geraram estas “novas” formulações e reflexões. Sem dúvida, a principal vítima deste movimento é a categoria de classe e luta de classes. Nesta pesquisa, esta é entendida como uma unidade dialeticamente relacionada, posição esta rejeitada pelo pós-marxismo. Para Laclau e Mouffe, as classes e a luta de classes seriam símbolos do essencialismo, do determinismo e do fundacionismo do marxismo ao pressuporem tanto uma dimensão estrutural determinada e fechada como o elemento teleológico de transformação.

Partindo destas premissas, Laclau e Mouffe negam à classe uma condição ontológica e epistemológica superior a outras categorias analíticas. Com isto, rejeitam um dos pontos cardiais da tradição marxista, que é, grosso modo, a tese de que o modo como os homens se organizam para garantir a sua existência é um fator causal fundamental para a inteligibilidade do processo histórico, nos termos dos autores, a infraestrutura econômica da sociedade. Indo além, Laclau e Mouffe recusam a tese de que a ação coletiva do proletariado é um dos principais vetores de pressão e de superação das contradições da sociedade capitalista. Como afirmam,

Only if we renounce any epistemological prerogative based upon the ontologically privileged position of a 'universal class', will it be possible seriously to discuss the present degree of validity of the Marxist categories . At this point we should state quite plainly that we are now situated in a post-

---

<sup>173</sup> Como visto no primeiro capítulo, realidade aqui é a condição dos jogos de linguagem derridianos, da infinita contraposição de textualizações destituídas de um centro fundante.

Marxist terrain<sup>174</sup>.

Isto não significaria um abandono completo da classe, mas o reconhecimento de sua identidade contingente e provisória. A identidade de classe de um determinado sujeito não é entendida como uma identidade fundante que subordina todas as outras identidades deste mesmo sujeito. Por trás desta afirmação, reside a crença no caráter fluído das identidades, não havendo mais, na visão de Laclau e Mouffe, uma essência ou determinação que garantiria uma previsibilidade do agir social. Este passaria a estar completamente imune a qualquer perspectiva teleológica. A sociedade não pode ser governada ou moldada por um ato fundador de caráter político, econômico ou cultural. Como já explicitado, a sociedade nunca é suturada, nunca alcança a completude, sendo a partir daí até um contrassenso falar em sociedade, já que esta só pode ser apreendida em seus momentos, nunca como uma totalidade<sup>175</sup>.

Partindo destes pressupostos não se poderia mais falar em um discurso único e verdadeiro sobre o real. Isto significa que as pretensões do marxismo não podem ser verdadeiras. Utilizando-se de operações preconizadas por Jacques Derrida e Michel Foucault, Laclau e Mouffe desconstroem a história do marxismo rastreando fissuras e articulações que prefigurem, nos seus termos, o advento do discurso sobre a hegemonia.

Na leitura de Laclau e Mouffe, o marxismo teve sempre um grande problema ao tentar explicar o aparecimento de uma consciência social e de classe a partir da situação estrutural das relações de produção. Em outras palavras, o *locus* econômico não gerava automaticamente um desempenho revolucionário que correspondesse a esta situação. A partir deste ponto, os autores, traçam uma genealogia das tentativas que visariam resolver tal problema, todas em maior ou menor medida, recorrendo a um elemento externo ao viés econômico. Esta “fuga” prefiguraria o que os autores denominam espaço da hegemonia<sup>176</sup>.

O ponto de partida histórico é o período da Segunda Internacional Socialista (1889-1914). Neste cenário, uma das primeiras figuras que teria percebido e

---

<sup>174</sup> [Somente se nós renunciarmos a qualquer prerrogativa epistemológica, baseada sobre a posição privilegiada ontologicamente de uma ‘classe universal’, será possível seriamente discutir o grau presente de validade das categorias marxistas. Sobre este ponto nós devemos afirmar plenamente que estamos situados em um terreno pós-marxista.] Tradução Livre. LACLAU & MOUFFE, 2001, p.4.

<sup>175</sup> Idem, Ibidem, p. 95-96.

<sup>176</sup> Idem, Ibidem, p. 4-5.

criticado o determinismo econômico foi Rosa de Luxemburgo. Segundo os autores, o “espontaneísmo” advogado por Rosa seria o elemento que garantiria a possibilidade da dispersão e indeterminação no processo de gestação de uma revolução. Esta situação levaria à tese de que a classe não possuía a mesma unidade pensada anteriormente, pois não seria mais reflexo amorfo da produção econômica, já que, do contrário, ter-se-ia facilmente um sujeito revolucionário bem definido. As greves e experiências proletárias extrapolariam os limites da unidade econômica, sendo a classe uma unidade simbólica, múltipla em seus significados e possibilidades<sup>177</sup>.

Já Kautsky e Plekhanov desenvolveram teses que visavam resolver a distância existente entre a subjetividade da classe operária e os ideais revolucionários. Para tanto, reforçaram teses que descambavam para o cientificismo e a teleologia no seio do marxismo. Com eles ocorreu a naturalização da necessidade a partir da fusão com o darwinismo. A diversidade é reduzida a singularidades determinadas *a priori*. Cria-se a ideia de leis inelutáveis, de um futuro que acontecerá sem sombra de dúvidas<sup>178</sup>.

Todavia os autores não deixaram de incorporar elementos exógenos ao esquema do determinismo infraestrutural. No caso de Kautsky, por exemplo, a figura do intelectual teria o papel de garantir o espaço da contingência, o elemento externo capaz de instruir o proletariado de sua situação de classe.

A Segunda Internacional e os debates que emergem com ela, mesmo reconhecendo o papel problemático da teoria sobre a contingência histórica, não alcançaram um ponto de reflexão que resolvesse a contento tal problema. As soluções teóricas foram, no geral, provisórias: Labriola lançou mão de uma análise morfológica, introjetando elementos que aumentavam a complexidade social do conceito de classe; o austro-marxismo seria paradigmático para se entender a abertura da ortodoxia, pois geraria uma leitura do marxismo que tentava explicar as contradições nacionais e de classe do império Austro Húngaro, sendo que estas peculiaridades locais dificultavam a transposição teórica do modelo ortodoxo e incentivavam o processo de reformulação; Bernstein e seu revisionismo seriam marcados pelo reconhecimento de que as mudanças no sistema capitalista não permitiriam a emergência de uma identidade de classe, que seria conquistada pela intervenção política do proletariado como cidadão, dentro da lógica política do

---

<sup>177</sup> LACLAU & MOUFFE, 2001, p.10.

<sup>178</sup> Idem, Ibidem, p. 19-20.

Estado democrático <sup>179</sup>.

Georges Sorel, segundo Laclau e Mouffe, defende que esta situação contraditória e irremediável entre contingência e determinismo, por um lado, reforçava o proletariado como o único capaz de salvar a sociedade burguesa da decadência; por outro, seria a principal ideologia responsável por direcionar para uma grande greve que funcionaria para dar consistência e identidade à classe. Além disso, para Sorel, a divisão de classes não é um dado da estrutura econômica, todavia consequência de uma divisão moral.

Para os autores de *Hegemony*, a questão central que emergiria das posições dos autores supracitados é: Por que a reconstrução política de um sujeito tem que ser necessariamente focada na classe? Instigados por esta pergunta, os autores, seguindo as posições críticas de Perry Anderson, enxergam no conceito de hegemonia, surgido no contexto da social democracia russa e que é teorizado com mais acuidade por Gramsci, como sendo fundamental para a manifestação de uma nova lógica política.

A constituição da identidade dentro da relação hegemônica, para Laclau e Mouffe, se dá especialmente de uma forma aberta e suscetível à contingência, não estando condicionada por nenhum fator prioritário na estrutura social. Para os autores, pensadores como Trotsky e Lênin buscariam remediar a situação do descompasso entre a explicação estrutural dos modos de produção e a situação revolucionária russa, por meio de elementos exógenos à “narrativa” tradicional marxista <sup>180</sup>. Teses como da “revolução permanente” buscavam redistribuir os papéis que caberiam a cada uma das classes, tendo por intenção manter o mesmo resultado revolucionário.

De certo modo, o mesmo valeria para a tese da “revolução burguesa sem burguesia”, de Lênin, que enfatizava o papel do partido como capaz de guiar o povo russo ao socialismo. O que ficaria claro nos esforços teóricos de Lênin e Trotsky seria o espaço de tensão entre, de um lado, a classe que detém o seu papel “natural” de hegemonização, e, de outro, a classe que cumpre o papel que caberia às outras classes na formação de um bloco hegemônico. Estas duas situações não são logicamente articuladas para os autores pós-marxistas, não haveria nem papéis determinados nem a possibilidade de se usurpar a “função” de outrem, pois não

---

<sup>179</sup> LACLAU & MOUFFE, 2001, p.23-35

<sup>180</sup> Idem, Ibidem, p.51.

existem “funções” preestabelecidas<sup>181</sup>.

Na visão de Laclau e Mouffe, a constituição da identidade dentro da relação hegemônica ocorreria especialmente por meio de um processo contingente e relacional, não condicionado por nenhuma especificidade estrutural. O que ocorreria dentro da social democracia russa seria um processo de posituação desta alteridade sistêmica que fugia às tradicionais etapas do processo revolucionário.

Este potencial para a contingência não foi utilizado no decorrer da história russa, pois o privilégio era dado à lógica determinista caracterizada pela ideia do partido como guia da história, como representante do interesse de classe, sendo esta conhecedora da verdade universal.

Segundo Laclau e Mouffe, para superar a tensão colocada sobre o movimento socialista é necessário abandonar o “etapismo” e o crédito dado à condição privilegiada das classes operárias<sup>182</sup>.

O ponto de dissolução deste modelo iniciou-se no período entre guerras, dentro das lutas contra o fascismo. Popularizou-se a ideia de um protejo político que não se restringia mais ao papel da classe, que ganhava contornos mais democráticos e populares. Neste contexto, não era de se estranhar que vários partidos e revoluções fizeram-se conhecidos a partir destas palavras, em detrimento de expressões classistas<sup>183</sup>.

No bojo destas transformações, surgiriam antagonismos que não mais se fundamentavam sobre a lógica dos estágios, do determinismo econômico e do papel das classes trabalhadoras. Existiria o que Laclau e Mouffe chamam de equivalência que confere a cada grupo de oposição ao polo dominante uma posição de igualdade no conflito e na construção de novos projetos. Estes antagonismos se constituem a partir de articulações conjunturais em relação ao inimigo em comum destes mesmos grupos<sup>184</sup>. Tais questões serão retomadas mais a frente ao se abordar o núcleo teórico das teses pós-marxistas.

Para dar conta destas diferenças, dever-se-ia trocar a lógica da representação (uma classe representa o interesses de outras devido a suas condições ontológicas superiores) pela noção de articulação, em que há uma perspectiva de contingência que permite pensar diferentes lutas e conflitos dentro de limites não mais

---

<sup>181</sup> LACLAU & MOUFFE, 2001, p. 56.

<sup>182</sup> Idem, Ibidem, p.58.

<sup>183</sup> Idem, Ibidem, p. 60-61.

<sup>184</sup> Idem, Ibidem, p.63

estruturados pelo determinismo econômico.

Para Laclau e Mouffe, Gramsci e Althusser foram teóricos que abriram caminho para a emergência deste novo modelo de articulação política. O primeiro produziu uma série de novos conceitos que não condicionariam o sujeito a sua condição produtiva. Além disso, refletiu sobre o processo de emergência do poder hegemônico dentro da sociedade contemporânea. Para os autores, Gramsci não reduz as ideias a um reflexo do econômico, ao invés disto, lhes dota de certa materialidade<sup>185</sup>. A formulação do conceito de “guerra de posição” seria um exemplar claro da necessária ampliação do escopo da ação política dentro das sociedades contemporâneas. Entretanto, como em outros casos analisados, Laclau e Mouffe reconhecem que Gramsci não se libertou completamente de certo determinismo, pois ainda subjaz em sua análise um elemento de unificação das hegemônias, sendo esta prerrogativa dada às classes sociais.

De Althusser, os autores se utilizam do conceito de sobredeterminação para amparar a tese de uma identidade que escapa do condicionante econômico, isto é, que seja alvo de múltiplas determinações ao ponto de não ter nenhuma. Na próxima seção, será abordada a sobredeterminação em sua configuração pós-marxista. Como na interpretação acerca de Gramsci, Althusser também seria culpado, segundo Laclau e Mouffe, por derrapar em uma determinação em última instância do econômico.

O que caracteriza em um primeiro momento o pós-marxismo é a sua negação da classe e da luta de classes como um dos principais produtos da moderna sociedade capitalista. Como proposta alternativa,

[...] it is necessary to analyze the plurality of diverse and frequently contradictory positions, and to discard the idea of a perfectly unified and homogenous agent, such as the 'working class' of classical discourse. The search for the 'true' working class and its limits is a false problem, and as such lacks any theoretical or political relevance<sup>186</sup>.

Para Laclau e Mouffe, um dos principais problemas da tradição marxista seria o de acreditar que, para compensar a falta de uma natural consciência de classe, fosse necessário apostar em um agente externo (intelectual, partido,) que seria um

<sup>185</sup> LACLAU & MOUFFE, 2001, p.67.

<sup>186</sup> [...] é necessário analisar a pluralidade das diversas, e frequentemente, posições contraditórias, e descartar a ideia de um agente perfeitamente unificado e homogêneo, tal como a 'classe operária' do discurso clássico. A procura pela 'verdadeira' classe operária e seus limites são um falso problema, e como tal lhe falta qualquer relevância política e teórica. Idem, Ibidem, p.84.

representante da verdade objetiva e que não haveria necessidade de articular com outras posições sociais não reduzidas à esfera econômica.

Neste contexto de revisão da tradição marxista, os autores de *Hegemony* calcaram-se em uma interpretação exageradamente restritiva do marxismo. Este foi pensado como uma teoria engessada por um determinismo econômico que se apoia em uma identidade social fixa (proletários), sendo esta detentora de uma condição ontológica exageradamente privilegiada, única capaz de levar à frente uma revolução que garantiria um novo estágio de organização social que cancelaria todas as antigas contradições e tensões sociais. Esta leitura acerca do marxismo permeia a obra de Laclau e Mouffe e mais à frente, nesta dissertação, algumas críticas endereçadas a esta situação serão exploradas.

Ao empreender a sua revisão da tradição marxista explicitando o que consideravam as fissuras da teoria, os autores fizeram uso de um arsenal teórico que tinha a dupla função de apontar problemas e indicar soluções. Um elemento que pode definir a peculiaridade da obra foi a combinação entre a teoria marxista e as perspectivas pós-modernas. O hibridismo teórico de Laclau e Mouffe tentava ser não só uma resposta factível ao período pós-industrial, como também um reconhecimento dos buracos existentes em boa parte da teoria de esquerda tradicional. Investigar as categorias e os conceitos do projeto pós-marxista é tarefa da próxima seção.

### 2.1.2 Hegemonia, Equivalência e Antagonismo

*Hegemony and Socialist Strategy* ampara-se em uma suposta disfuncionalidade entre a teoria de Marx, o marxismo desenvolvido por seus seguidores e a experiência concreta da ação política<sup>187</sup>. Segundo os autores, as “brechas” e “fissuras” no arcabouço teórico marxista deram origem a suplementações que rompiam com as matrizes tradicionais do marxismo ao defenderem uma valorização dos elementos superestruturais e um novo rearranjo do papel exercido pelas classes trabalhadoras no processo de transformação da sociedade.

O conceito de hegemonia gestado de forma implícita por muitos autores e

---

<sup>187</sup> É interessante notar que Laclau e Mouffe endereçam poucas críticas diretas a Marx.

explicitado na bibliografia de Lênin e Gramsci é para Laclau e Mouffe o conceito que explica as correlações de forças existentes no cenário contemporâneo, ou, em termos mais pós-marxistas, a forma como o jogo político deve ser jogado neste período.

Laclau e Mouffe fazem um uso próprio do conceito de hegemonia, retomando elementos do marxismo e incorporando um referencial filosófico pós-moderno. O primeiro aspecto ressaltado na argumentação dos autores é a de que a hegemonia não é a resolução dos problemas que o discurso marxista engendrou, nem muito menos é a sutura definitiva para os antagonismos entre os diversos sujeitos sociais. Para compreender o que os autores entendem por hegemonia é preciso, primeiramente, conhecer o significado da categoria articulação.

Dialogando com a filosofia de Hegel, os autores criticam as derrapadas teóricas que muitos marxistas incorreram ao supor ser possível através da dialética manter, de um lado, uma relação entre a totalidade e a estabilidade de um sistema, e, de outro, a contingência e o movimento. A ambiguidade já estaria na obra de Hegel que identifica estes dois momentos e tenta infrutiferamente uma costura. Para Laclau e Mouffe, neste caso, a contingência dos processos sociais impossibilitaria a existência de uma totalidade como, por exemplo, a noção de sociedade. O que significaria não haver identidades estáveis e fixas, nem um fator externo que determinasse uma articulação ordenada e estável, o que daria origem ao conceito de sociedade. O social, neste caso, passa a ser uma negatividade, um espaço sem centro e sem origem, calcado na diferenciação e nas múltiplas articulações possíveis dentro de uma dada estrutura discursiva<sup>188</sup>.

Para compreender melhor este processo, deve-se ter ciência das influências da virada linguística e, em especial, de Jacques Derrida. Como núcleo teórico, os autores defendem a tese de que a realidade social é uma força caótica e fragmentada, que não mantém nenhuma relação consciente, necessária e direta com as representações feitas acerca dela. Em outras palavras, os discursos que articulam as subjetividades dos sujeitos sociais não são reflexos diretos das estruturas sociais que condicionam estes mesmos sujeitos, mas, ao contrário, é exatamente este fluxo de discursos que constituem continuamente os “sujeitos”. Destarte, o discurso opera por diferenciação e não por representação de uma

---

<sup>188</sup> LACLAU & MOUFFE, 2001, p. 96.



realidade original. Percebe-se aí a clara influência derridiana<sup>189</sup>.

Isto não significa um relativismo do tipo “não existe nada lá fora”. Todavia, define que este exterior não pode diretamente ser vinculado ao discurso que se faz dele, nem pode ser alvo de uma ação confiável de transformação. Não haveria mais a positividade do social como uma representação do real, como núcleo a ser transformado, e que garantiria, por tabela, uma completa mudança nos discursos produtores das subjetividades. É no âmbito desta discursividade que se pode pensar a prática da articulação.

A necessidade de descentralizar a causalidade do social vai ser afirmada através do empréstimo do conceito de sobredeterminação “adaptado” ao marxismo por Louis Althusser. Tal noção foi desenvolvida a partir de duas matrizes teóricas, a linguística e a psicanálise, tendo por objetivo contrapor-se à perspectiva hegeliana de totalidade. Para Althusser, a inversão de Hegel, preconizada por Marx e Engels, vai além da metáfora espacial muitas vezes implícita nesta afirmação. Para o marxista francês, haveria uma completa ruptura, um corte que não é do tipo guardar o válido (método, a dialética), rejeitar o descartável (ganga mística, a especulação)<sup>190</sup>. Seria necessário respeitar as especificidades teóricas das categorias que Marx desenvolveu.

Com este movimento, Althusser descartava a ideia de totalidade, dialeticamente determinada, calcada na perspectiva de uma contradição simples portadora da capacidade de gerar a mudança. É contra o que ele considera um reducionismo que elabora o conceito de sobredeterminação, visando sublinhar as diferenças entre o arcabouço teórico elaborado por Marx e o de Hegel.

Althusser acredita que toda contradição é sobredeterminada, condicionada por fatores que escapam ao nível do infraestrutural. Para ele, a economia age em última instância como fator determinante. Entretanto, não se pode creditar a ela uma capacidade privilegiada de modificar as estruturas sociais. Segundo ele,

Em Marx a identidade tácita (fenômeno-essência-verdade-de...)do econômico e do político desaparece em proveito de uma *concepção nova* da relação das instâncias determinantes no complexo estrutura-

---

<sup>189</sup> No primeiro capítulo da obra de Anna Marie Smith, ela localiza a distinção entre a posição estrutural e a posição do sujeito, sendo que o último termo representa o espaço do discurso, único a poder ser referenciado e articulado através de um projeto de mudança. Ver SMITH, Anna Marie. *Laclau e Mouffe: The radical democratic imaginary*. London: New York: Routledge, 1998.

<sup>190</sup> ALTHUSSER, Louis. *A favor de Marx*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1979, p. 76-80.

superestrutura que constitui a essência de toda formação social<sup>191</sup>.

O conceito de sobredeterminação é utilizado por Laclau e Mouffe como uma importante ferramenta no processo de destituir o discurso marxista de sua crença fundacionista na estrutura econômica. Objetivava-se defender uma multiplicação dos fatores estruturais a ponto de se diluir qualquer privilégio dado a um elemento em detrimento de outro. Criar-se-ia um espaço de equivalência entre as causas que explicam um determinado fenômeno social. Obviamente, esta obliteração da infraestrutura econômica é muito mais um objetivo do projeto de Laclau e Mouffe do que uma realidade do texto althusseriano que mantém, no fim, o papel destacado da determinação em última instância do econômico. Para os autores,

The problem is that if the 'economy' is determinant in the last instance for every type of society, it must be defined independently of any specific type of society; and the conditions of existence of the economy must also be defined separately from any concrete social relation<sup>192</sup>.

Os autores afirmam que Althusser caía nos erros que criticara nos marxistas tradicionais ao hipostasiar a determinação em última instância. Esta fundação no econômico se apresentava como um problema, pois seria um fator determinante sobre a totalidade do social, o que impediria as relações de equivalência que pressupõe, ao contrário, uma correlação entre os elementos (classes, instituições, identidades, entre outros) que não seja fixa, determinada e hierarquizada. Deve-se perceber também que estes elementos não podem ser encarados como entidades essencializadas. Todavia, mesclam-se, transformam-se e diferenciam-se, borrando as fronteiras que a teoria marxista tradicional tentou impor sobre eles.

Para Laclau e Mouffe, "Objects appear articulated not like pieces in a clockwork mechanism, but because the presence of some in the others hinders the suturing of the identity of any of them<sup>193</sup>."

É baseado nesta perspectiva que o conceito de articulação extrai seu núcleo central, isto é, a crença em que o estabelecimento de uma relação entre diversos elementos produz uma modificação em sua identidade, decorrente de uma prática

<sup>191</sup> LACLAU & MOUFFE, 2001, p. 97.

<sup>192</sup> [O problema é que se a "economia" é determinante em última instância para cada tipo de sociedade, ela deve ser definida independentemente de qualquer tipo de sociedade, e as condições de existência da economia devem também ser definidas separadamente de qualquer relação social concreta.] Tradução livre. Idem, *Ibidem*, p. 98.

<sup>193</sup> [Objetos aparecem articulados não como peças de um mecanismo de relógio, ao contrário a presença de alguns objetos nos outros dificulta a sutura da identidade de qualquer um deles.] Idem, *Ibidem*, p. 104.

articulatória. A estruturação de uma totalidade de práticas articulatórias é chamada de *discurso*, já as diferentes posições adotadas por cada elemento dentro do discurso é chamado *momento*<sup>194</sup>. Este quadro teórico constitui-se como o âmago do empreendimento de Laclau e Mouffe. Fica patente o estreito vínculo estabelecido com as teorias advindas da virada linguística. Para dimensionar tal filiação, pode-se seguir a importância que a categoria de discurso ganha como fator de inteligibilidade da reflexão pós-marxista acerca de uma dada condição histórica.

A estrutura discursiva é compreendida como uma regularidade de práticas articulatórias dispersas e diferenciadas, existente entre múltiplos elementos. Estabelece-se que toda identidade produzida a partir desta interação é relacional, contingente e provisória, já que sempre é fruto de uma articulação dentro da estrutura discursiva. As posições adotadas em cada momento por estes elementos não significam um fechamento ou encerramento do próprio processo. O que explicita a inexistência subjacente a este de um fator externo que coloca esta estrutura discursiva em movimento, pois, para os autores, não existe uma externalidade ao discurso, ou seja, não há um “mundo não-discursivo”. É somente a partir das práticas articulatórias que se pode entender o processo de constante transformação. É graças a esta estrutura discursiva que se expressa a condição contingente dos sujeitos e seus antagonismos, pois esta é calcada no aspecto relacional de todos os elementos e na ausência de uma origem ou centro para a formação discursiva<sup>195</sup>.

Buscando romper com o relativismo pós-moderno, os autores defendem que o campo discursivo não está restrito somente à esfera ideal, mas é também uma prática material. Tal dualidade ampara-se principalmente na teoria dos *speech acts*, nos jogos de linguagem de Wittgenstein e no desconstrutivismo de Derrida<sup>196</sup>. Ao atrelar o discurso em seus aspectos materiais, os autores anseiam fugir de um relativismo linguístico que poderia levar a uma posição niilista e cética em relação à teoria pós-marxista e seu projeto de mudança.

Ao dotar uma dada estrutura discursiva de um coeficiente material, o pós-marxismo passaria a pensar como plano principal da mudança às articulações e antagonismos que se estabelecem no plano discursivo. Laclau e Mouffe ressaltam que esta correlação não é direta e muito menos pode ser alvo de qualquer tipo de

---

<sup>194</sup> LACLAU & MOUFFE, 2001, p. 105.

<sup>195</sup> Idem, Ibidem, p. 107-109.

<sup>196</sup> Idem, Ibidem, p. 108.

pensamento teleológico, pois só é transformada por fatores contingentes somente percebidos no momento mesmo da articulação. O receio aqui é cair novamente em um tipo de pensamento estrutura-superestrutura. Segundo Laclau e Mouffe,

The main consequence of a break with the discursive/extra-discursive dichotomy is the abandonment of the thought/reality opposition, and hence a major enlargement of the field of those categories which can account for social relations<sup>197</sup>.

Ao propor a diluição das oposições apontadas acima, o pós-marxismo rejeita todas as teorizações que se constituem tendo por base tal oposição. Um exemplo dado pelos autores, e já citado, é a rejeição ao termo sociedade como categoria válida para se compreender o social. Este estado de indeterminação seria exatamente a expressão da impossibilidade de uma sutura, tanto de uma fixação quanto de uma não fixação no processo de diferenciação que, como visto, se estabelece entre as diferentes posições dos sujeitos dentro do campo discursivo.

Um problema que surge, já que este processo não permite um fator causal exterior às relações de articulação, nem uma fixação definitiva, é o de uma identidade que acarretaria um processo de eterno fluxo e perene contingência. Como forma de contrabalancear tal questão, Laclau e Mouffe defendem que surgem pontos nodais (*nodal points*), que são fixações parciais dentro de um dado discurso. Os pontos nodais, mesmo que detendo certa centralidade em uma dada prática articulatória, ainda estão abertos ao processo de rearticulação, haja vista a constante fluidez do processo no campo discursivo, que invariavelmente articula novos elementos dentro do jogo da diferenciação, o que gera necessariamente uma nova prática articulatória.

É neste ponto que a argumentação de Laclau e Mouffe chega à conclusão de que toda prática articulatória dentro de certa discursividade visa à construção de pontos nodais que centralizariam determinado campo discursivo. Este esforço é sempre incompleto e irrealizável. É neste sentido que se pode pensar em um processo de hegemonização, que abrigaria diversas articulações histórico-discursivas e admitiria a formação até mesmo de diversos “blocos históricos”. Ao mesmo tempo, não se necessitaria mais de um fator causal que recorreria a um

---

<sup>197</sup> [A principal consequência de uma ruptura com a dicotomia discursivo / extra-discursivo é o abandono da oposição pensamento / realidade e, portanto, um grande alargamento do campo das categorias que podem explicar as relações sociais] Tradução Livre. LACLAU & MOUFFE, 2001, p. 110.

sujeito transcendental<sup>198</sup>.

Partindo desta reflexão, Laclau e Mouffe preocupam-se em afirmar que a categoria sujeito se diferencia e muito das definições da teoria social moderna. Inicialmente, o sujeito pensado pelo pós-marxismo ancorava-se na crença que este não era mais consciente e transparente a si mesmo, inexistindo uma unidade e homogeneidade em relação às suas posições e uma óbvia incapacidade do sujeito ser o fundamento das relações sociais.

Neste quesito, os autores não deixaram de mostrar a clara filiação de suas ideias com a crítica pós-moderna iniciada por pensadores como Nietzsche e Heidegger. O sujeito passa a ser a posição que ele ocupa dentro da estrutura discursiva, não existindo uma realidade exterior que referencie esta posição. Esta disposição do sujeito no discurso é sempre sobredeterminada, condicionada pelas outras posições que se entrelaçam nesta relação<sup>199</sup>.

Para Laclau e Mouffe, a categoria homem é um exemplo de um ponto nodal do pensamento moderno, monopolizando práticas articulatórias que operaram discursos, tanto com o objetivo emancipatório quanto opressivo. Da mesma forma que buscam defender o discurso e seu processo de articulação como calcado na indeterminação, os autores de Hegemony defendem que

The category of subject is penetrated by the same ambiguous, incomplete and polysemical character which overdetermination assigns to every discursive identity. For this reason, the moment of closure of a discursive totality, which is not given at the 'objective' level of that totality, cannot be established at the level of a 'meaning-giving subject', since the subjectivity of the agent is penetrated by the same precariousness and absence of suture apparent at any other point of the discursive totality of which it is part. 'Objectivism' and 'subjectivism'; 'holism' and 'individualism' are symmetrical expressions of the desire for a fullness that is permanently deferred<sup>200</sup>.

A teorização acerca do sujeito na teoria pós-marxista não deixa de ser um complemento importante às reflexões mais gerais acerca do discurso. O conflito na teoria pós-marxista é configurado através da categoria antagonismo, que do mesmo

<sup>198</sup> LACLAU & MOUFFE, 2001, p. 113-114.

<sup>199</sup> Idem, Ibidem, p. 117.

<sup>200</sup> [A categoria de sujeito é penetrada pelo mesmo personagem ambíguo, incompleto e polissêmico que a sobredeterminação atribui a cada identidade discursiva. Por esta razão, o momento de fechamento de uma totalidade discursiva, o que não é dado ao nível "objetivo" desta totalidade, não pode ser estabelecida ao nível de um "sentido-dando-o-sujeito", uma vez que a subjetividade do agente é penetrado pela precariedade e ausência de sutura aparente em qualquer outro ponto da totalidade discursiva da qual faz parte. "Objetivismo" e "subjetivismo", "holismo" e "individualismo" são expressões simétricas do desejo de uma plenitude que é permanentemente adiada. ] Idem, Ibidem, p. 121.

modo existe dentro do discurso. Para Laclau e Mouffe, as reflexões do filósofo Lucio Colletti servem como amparo para uma crítica da lógica da contradição, que tenha por base o hegelianismo e suas tendências idealistas. Conforme Laclau e Mouffe, o grande problema que se apresenta é a crença de que os antagonismos e contradições sejam por excelências fenômenos reais, que são frutos de conflitos materiais e físicos como um choque entre carros.

Como visto, o pós-marxismo rejeita completamente tal hipótese, pois nega uma divisão real/ideal que pressuporia uma hierarquia entre os termos. Tal posição não significa que para Laclau e Mouffe não existam contradições nas estruturas discursivas em um dado período histórico. Entretanto, esta existe nos termos do discurso e não fora dele.

Assim o antagonismo é “the presence of the 'Other' prevents me from being totally myself.”<sup>201</sup> A afirmação ressalta a preocupação pós-marxista em defender o processo relacional existente entre as posições dos sujeitos e sua condição de indeterminação. Assim, o antagonismo funcionaria como um limite para a própria objetividade, haja vista que impossibilitaria a plena realização da identidade dos sujeitos, sua sutura e sua positivação<sup>202</sup>.

Este processo de antagonismo põe em ação duas lógicas que atuam concomitantemente dentro do discurso, impedindo da mesma forma o completo fechamento do social e sua positivação. A primeira, entendida como de equivalência, relaciona elementos diversos sobre uma relação de similaridade identitária, já que, antagonisticamente constituídos, produzindo a possibilidade de subversão de suas posições discursivas anteriores; a segunda lógica é a da diferença que, de forma distinta, opera diferenciando os elementos, opondo as posições dos sujeitos que, do mesmo modo, são antagonisticamente relacionados.

No espaço político, a generalização destas lógicas pode levar ora à simplificação das relações estabelecidas, quando opera a lógica da equivalência, ora à complexificação das posições do sujeito, quando sobre influência da lógica da diferenciação<sup>203</sup>.

Utilizando as ideias esboçadas acima, Laclau e Mouffe refletem sobre as possibilidades abertas para análise do cenário histórico contemporâneo. Para eles,

---

<sup>201</sup> [a presença do “Outro” me previne de ser totalmente eu mesmo.] LACLAU & MOUFFE, 2001, P. 125.

<sup>202</sup> Idem, Ibidem, p. 120-126.

<sup>203</sup> Idem, Ibidem, p. 128-130.

quanto mais instável uma dada situação social de concatenação do discurso, mais antagonismos ela vai gerar, dificultando a produção de uma cadeia de equivalência. O mesmo raciocínio se daria em uma situação com os fatores invertidos a estes. Neste caso, os autores produzem até uma tipologia para classificar quando ocorreria o surgimento de dois campos antagônicos bem delimitados (*popular subject position*) e quando os antagonismos fazem-se claros, mas não se polarizam em dois campos (*democratic subject position*). O último caso é mais comum às sociedades industrializadas, enquanto o primeiro ocorre em momentos mais raros de grande tensão como revoluções ou revoltas que oponham estruturas discursivas extremamente antagônicas. Mais a frente aborda-se com mais atenção a agenda política que pode ser articulada discursivamente pelo pós-marxismo<sup>204</sup>.

As categorias apresentadas até aqui— articulação, discurso, sobredeterminação, equivalência, diferenciação— são essenciais para a compreensão da noção de hegemonia sobre o prisma do pós-marxismo. Neste caso, algumas conclusões podem ser auferidas. Primeiro, a hegemonia pressupõe a incompletude e a abertura do social, sua perene situação de ser uma prática articulatória que se ampara em equivalências, que antagonisticamente se opõe a outras práticas articulatórias. Deste modo, é fundamental a existência da possibilidade de equivalência entre os discursos como também uma fronteira cambiante entre os mesmos<sup>205</sup>.

Com isto, as categorias gramscianas tradicionais ganhariam novas leituras do quadro teórico pós-marxista. Seguindo tal revisão, tem-se que quando um dado conjunto de identidades relacionais em um espaço político se enfraquece e dá origem a outras identidades que flutuam sem aí estabelecer articulações mais estáveis é correspondente ao termo “crise orgânica”. Já quando um determinado ponto nodal estabelece certa unidade em um campo de identidades relacionadas, têm-se um “bloco histórico”. Deve-se ressaltar a constante preocupação dos autores em destacar a inexistência de um *a priori* estrutural ou um elemento transcendental que seria o responsável por hegemonizar um dado discurso ou plataforma política<sup>206</sup>.

O conceito de “guerra de posição” é recuperado com ressalvas, pois se ele é essencial para se compreender a articulação da ação dentro do espaço político a

---

<sup>204</sup> LACLAU & MOUFFE, 2001, p.131.

<sup>205</sup> Idem, Ibidem, p.134.

<sup>206</sup> Idem, Ibidem, p.136

partir de um cenário de identidades cambiantes e relacionais, há ainda a pressuposição da existência de uma divisão dual do campo do social, como se este não fosse cindido por diversas práticas articulatórias que colocam em movimento discursos antagônicos e equivalências que complexificam a possibilidade da validade plena da categoria citada.

O movimento de ruptura com Gramsci foi feito principalmente com o objetivo de rejeitar a tese de que os sujeitos são constituídos tendo por base as classes sociais e a crença de que haveria um centro estruturante para uma dada hegemonia. O resultado é o esvaziamento da concretude do conceito de hegemonia. Para Laclau e Mouffe, isto significa que

Hegemony is, quite simply, a *political type of relation, a form*, if one so wishes, of politics; but not a determinable location within a topography of the social. In a given social formation, there can be a variety of hegemonic nodal points. Evidently some of them may be highly overdetermined: they may constitute points of condensation of a number of social relations and , thus ,become the focal point of a multiplicity of totalizing effects<sup>207</sup>.

Esta forma de articulação no espaço político é para o pós-marxismo o modelo a ser seguido na contemporaneidade. Do mesmo modo, o Estado é pensado sobre estes pressupostos que lhe dotam de uma pluralidade de articulações, de pontos nodais, permeado por formas de discurso em claro antagonismo. Neste ponto, os autores claramente criticam o debate sobre a “autonomia relativa do Estado”, popular na década de 70, sob a pena de Nicos Poulantzas (1936-1979), que pressupunha ainda a tese de um centro ou base econômica para toda a estrutura do político. A “autonomia”, neste caso, só poderia ser alcançada a partir de uma prática hegemônica que não originasse da crença de uma sutura do social, de uma autonomia que tivesse como parâmetro as antigas teses sobre a unidade e positividade dos sujeitos dentro do espaço do político, mas que reconhecesse que a própria noção de autonomia é fruto de uma articulação discursiva.<sup>208</sup>

Da mesma forma, os chamados “novos movimentos sociais” só poderiam ser pensados como parte de uma prática articulatória que tem por interesse alcançar uma formação hegemônica. Com isto, a pretensa autonomia que alguns deles se

---

<sup>207</sup> [Hegemonia é, simplesmente, um tipo de relação política, uma forma, se se quer assim, da política, mas, não um local determinável dentro da topografia do social. Em uma dada formação social, pode haver uma variedade de pontos nodais hegemônicos. Evidentemente, alguns deles podem ser altamente sobredeterminados: eles podem constituir pontos de condensação de uma série de relações sociais e, assim, se tornar o ponto focal de uma multiplicidade de efeitos totalizantes.] Tradução livre. LACLAU & MOUFFE, 2001, p. 158.

<sup>208</sup> Idem, Ibidem, p.140.



arrogam em seu espaço político é muito mais uma prática discursiva com objetivos pontuais e delimitados do que uma prática que objetiva a articulação hegemônica<sup>209</sup>.

Deve-se ressaltar que o pós-marxismo rejeita a crença de que a prática hegemônica, quando realizada por supostos sujeitos identitários, levaria a uma estabilidade ou, nas palavras dos autores, a um fechamento do sistema. A própria natureza relacional e entrelaçada das identidades articuladas geraria uma nova tensão e novos antagonismos que deveriam ser rearticulados pela lógica da equivalência e da diferença.

Para os autores, o espaço do político não tem fundamento; é um espaço não preenchido. Tais ideias foram popularizadas pelo filósofo Claude Lefort (1924-2010) que defendia que o político na democracia deveria ser pensada como um espaço aberto, nunca submetido à pressão de um centro que por excelência buscaria o controle total deste espaço<sup>210</sup>.

A formação da hegemonia, então, é um processo em constante mudança e mutação que, devido às relações explicitadas, estaria sempre redefinindo os seus limites e fronteiras. Do mesmo modo, nunca poderia ser visto como um projeto político de um único grupo e muito menos como um projeto nos termos tradicionais de grupo consciente e transparente que almeja estabelecer uma nova correlação de forças. No último capítulo, a questão da hegemonia é retomada, contrastando as definições de Gramsci e do pós-marxismo, como igualmente o tratamento dado à história na formação da hegemonia.

Contra os supostos essencialismos e determinismos do marxismo tradicional, o pós-marxismo defende um novo modelo de ação política que seja mais aberto e plural, reconhecendo os limites fugidios do social, sua condição de eterna contingência, em que uma agenda política deve refletir tais questões. É calcado neste “núcleo duro” que o pós-marxismo ancora o projeto de uma democracia radical como a solução factível para os novos tempos históricos.

### 2.1.3 A democracia radical pós-marxista

Toda a imbricada relação teórica estabelecida pelo pós-marxismo entre as

---

<sup>209</sup> LACLAU & MOUFFE, 2001, p. 141.

<sup>210</sup> Para uma análise mais clara da relação entre Lefort e Laclau e Mouffe ver MARCHART, Oliver. *Post-Foundational Political Thought: Political difference in Nancy, Lefort, Badiou and Laclau*. Edimburg: Edimburg University, 2007.

teorias pós-modernas e o marxismo tem a intenção de servir de base para o lançamento de uma agenda política de intervenção na contemporaneidade. Assim sendo, o pós-marxismo desde o início se distancia da defesa de projeto socialista, ou, em outras palavras, este ideal passa a ser submetido a um projeto mais amplo que é o de uma democracia radical.

Para dar sustentação a este novo objetivo, os autores precisaram refletir sobre a formação do discurso a respeito da democracia. O marco para entender este processo é, para os autores, o período que vai da Revolução Francesa, em 1789, à chamada “Primavera dos Povos”, de 1848, onde a democracia tornava-se um discurso que trazia à tona “o povo” como uma embrionária articulação de movimentos populares dos mais variados tipos. Posteriormente a este período, ocorreu o surgimento do discurso socialista sustentado pelos partidos sociais democratas que apostavam no papel da classe como detentora de prioridade na articulação de um movimento de mudança<sup>211</sup>.

Seguindo as conclusões do historiador Arthur Rosenberg (1889-1943), Laclau e Mouffe acabam por perceber a valorização exacerbada da figura do trabalhador fabril como o grande pecado do discurso de esquerda na Europa, especialmente, nas primeiras décadas do século XX. Tal escolha acabou impedindo articulações hegemônicas em muitos países da Europa e enfraqueceu não só o movimento classista como, da mesma forma, todos os outros movimentos antagonistas do período. O grande erro teria sido a falta de percepção do novo cenário que se constituía pluralizado e fragmentado, marcado pela expansão do discurso democrático e de novas articulações e antagonismos.

Se anteriormente à revolução o cenário político acabava por ser polarizado em uma bem estabelecida divisão *ancien régime/plebe*, na qual as identidades eram estabelecidas exteriormente a partir da figura de Deus e da ordem, a Revolução transforma este panorama que ganha contornos múltiplos com a emergência de novos discursos que se articulavam não mais a partir de um sistema fechado, mas por meio de articulações abertas ao jogo da hegemonia.<sup>212</sup>

Entretanto, alguns discursos articularam-se em torno da crença em uma transcendentalidade. O projeto de uma democracia radical visa romper com estes discursos, em especial com a crença jacobina e marxista em um único fator

---

<sup>211</sup> LACLAU & MOUFFE, 2001, p.149.

<sup>212</sup> Idem, Ibidem, p.150-151.

fundante. Do mesmo modo, com a restrição do político a um espaço determinado da existência humana. Em oposição, o que se defende é a indeterminação e a pluralidade do social, a impossibilidade de se adotar, após o período da revolução democrática, qualquer tipo de sujeito privilegiado.

Para apreender a forma como esta situação se apresenta no cenário contemporâneo, instaura-se uma divisão entre relações de *subordinação*, *opressão* e *dominação*. As relações de *subordinação* são aquelas em que determinado sujeito está submetido às decisões de outrem- ex: mulher com um homem, empregado com seu empregador. Já as relações de *opressão* são aquelas que passaram por processos de transformação, saindo de uma relação de subordinação para um *locus* de antagonismo. Por sua vez, as relações de *dominação* são aquelas em que relações de subordinação são consideradas ilegítimas do ponto de vista de um ator externo à relação<sup>213</sup>.

Para Laclau e Mouffe, o principal problema é compreender como a relação de subordinação se torna uma relação de opressão. Nos termos pós-marxistas, isto significaria um processo de articulação “consciente” de uma nova estrutura discursiva amparada nos pressupostos da revolução democrática. Para que esta transição ocorresse, haveria a necessidade de construção de um discurso exterior às relações de subordinação, ao conjunto de positivities sociais que vedam, por sua própria constituição, o antagonismo.

Para os autores, este papel fundamental passou a ser exercido na contemporaneidade pelo discurso democrático dos fins do século XVIII que funcionou como alavanca de um movimento de equivalência e articulação dos direitos dos grupos subordinados. Com isto, o discurso democrático se tornou um ponto nodal na produção de novos antagonismos. Uma nova matriz do imaginário social. A lógica da equivalência entre os vários discursos, que habitavam um mesmo campo, transformou-se em principal instrumento de produção do social<sup>214</sup>.

A lógica da equivalência, em proveito do discurso democrático, atuou através das desigualdades políticas existentes entre grupos e regiões diferentes, criando articulações que conseguiam levar de uma condição de subordinação para a de opressão. Para Laclau e Mouffe, a desigualdade econômica é um exemplo de relação de subordinação que, através do discurso socialista, alcançou a posição de

---

<sup>213</sup> LACLAU & MOUFFE, 2001, p. 152-154.

<sup>214</sup> Idem, Ibidem, p. 155.

opressão. Deste modo, o socialismo nada mais seria do que um dos filhos diretos das articulações surgidas com a revolução democrática.

No quadro esboçado por Laclau e Mouffe, o período do pós-Segunda Guerra não seria marcado por um processo de homogeneização das identidades a reboque do sucesso do capitalismo do “bem estar social”. Ao contrário, este foi marcado pelo surgimento de novas equivalências, da transição das relações de subordinação para a de opressão. Este processo está atrelado à difusão de discursos igualitários e à satisfação de diversas demandas sociais vinculadas a este período. O exemplo deste processo de democratização foi a emergência dos discursos rotulados como constituindo os “novos movimentos sociais”. Estes são um claro momento nas quais novas articulações e equivalências exigiriam uma nova formação hegemônica.

Os “novos movimentos sociais”, pelo prisma do pós-marxismo, podem ser compreendidos como tendo uma clara dualidade. De um lado, de continuidade–relacionada diretamente ao processo de igualitarismo difundido pelo discurso democrático– por outro, de descontinuidade- os novos antagonismos surgem a partir das transformações do Estado e do capitalismo contemporâneo<sup>215</sup>.

O pós-marxismo, com isto, não deixa de ser uma resposta teórica para as mudanças que levaram a sociedade pós-industrial a um tipo de capitalismo que criou uma mercantilização de diversas esferas da vida, da burocratização e da homogeneização da existência social. Para eles, tais características criariam um quadro ainda mais complexo de antagonismos e equivalências, no qual ocorreriam articulações entre os diversos discursos e uma exigência para a formação hegemônica.

Neste sentido, o surgimento de um discurso pluralista é a grande base para um projeto de contestação. Como expresso na longa citação abaixo, é no seio deste processo que se percebe o entrelaçamento entre todas as esferas da identidade.

Only if it is accepted that the subject positions cannot be led back to a positive and unitary founding principle - only then can pluralism be considered radical. Pluralism is radical only to the extent that each term of the plurality of identities finds within itself the principle of its own validity, without this having to be sought in a transcendent or underlying positive ground for the hierarchy of meaning of them all and the source and guarantee of their legitimacy. And this radical pluralism is democratic to the extent that the autoconstitutivity of each one of its terms is the result of displacements of the egalitarian imaginary. Hence, the project for a radical and plural democracy ,in a primary sense, is nothing other than the struggle

---

<sup>215</sup> LACLAU & MOUFFE, 2001, p. 161-164

for a maximum autonomization of spheres on the basis of the generalization of the equivalential-egalitarian logic<sup>216</sup>.

É neste sentido que a revolução democrática significa a expansão da lógica da equivalência, de um imaginário que coloca em jogo as relações de opressão, mobilizando discursos identitários autonomistas. Contudo, o receio do pós-marxismo de cair em um utopismo teleológico o faz negar qualquer sentido a este projeto que, da mesma forma, não pode ser taxado como anacrônico ou desviante, pois não há um caminho pré-determinado, uma estrutura concreta para julgar os desdobramentos futuros do movimento. Assim, estes poderiam descambar para uma tendência de esquerda ou de direita, já que os antagonismos têm uma tendência flutuante. Em outras palavras, “Every antagonism, left free to itself, is a floating signifier, a 'wild' antagonism which does not predetermine the form in which it can be articulated to other elements in a social formation.”<sup>217</sup>

É neste contexto teórico que Laclau e Mouffe compreendem o surgimento de uma ofensiva antidemocrática, direcionada diretamente contra a “colonização” iniciada no século XIX, da ideia de liberdade pelo discurso democrático. O chamado neoliberalismo propalado por autores como Friedrich Hayek e Milton Friedman teve como objetivo articular novos significados sobre a estrutura do discurso democrático. Termos como “liberdade”, “igualdade” e “justiça” são redefinidos e passam a compor um novo campo de equivalências que contribuem para a formação hegemônica do discurso liberal-conservador. Este pressupõe como um de seus pontos nodais a articulação de um bloco hegemônico ao redor de uma definição individualista do direito e uma concepção negativa de liberdade<sup>218</sup>.

É em resposta a esta articulação que a democracia radical é pensada como uma alternativa factível para a esquerda.

---

<sup>216</sup> [Só se for aceito que as posições do sujeito não podem ser levadas de volta a um princípio fundador positivo e unitário- só então pode ser considerado o pluralismo radical. O pluralismo é radical apenas na medida em que cada termo da pluralidade de identidades encontra dentro de si o princípio da sua própria validade, sem que isso tenha de ser procurado em um fundamento transcendente ou uma subjacente positividade para a hierarquia de significados de todos eles e a origem e garantia de sua legitimidade. E esse pluralismo radical é democrático na medida em que a autoconstituição de cada um de seus termos é o resultado dos deslocamentos do imaginário igualitário. Assim, o projeto de uma democracia radical e plural, em um sentido primário, não é senão a luta por uma autonomização máxima das esferas tendo como base a generalização da lógica de equivalência-igualitária] Tradução livre. LACLAU & MOUFFE, 2001, p. 167.

<sup>217</sup> [Todos os antagonismos, deixados livres para si, são significantes flutuantes, antagonismos "selvagens" que não predeterminam a forma em que podem ser articulados a outros elementos em uma formação social.] Tradução Livre. LACLAU & MOUFFE, 2001, p. 171.

<sup>218</sup> Idem, *Ibidem*, p. 174-176.

Um primeiro movimento é se colocar no campo da revolução democrática e expandir a cadeia de equivalências entre as diversas lutas contra a opressão. O pós-marxismo não descarta por completo o discurso revolucionário; ele é rearticulado no discurso democrático despido de sua matriz fundacionista e pensado gramscianamente como uma “guerra de posição” sem um estágio final a ser alcançado ou conquistado. O socialismo também faria parte deste projeto democrático ao defender o igualitarismo e o distributivismo no seio da estrutura produtiva. Contudo, seu discurso seria mais um entre outros que compõem a democracia radical<sup>219</sup>.

Para Laclau e Mouffe, não existe teoria que detenha papel privilegiado no processo de formação hegemônica. Ela seria pragmaticamente utilizada ao sabor das condições de equivalência e das possibilidades de articulação. A própria incerteza teórica leva a um terreno movediço para a esquerda e para a direita, sempre surgindo novos discursos que exigiriam novas equivalências e antagonismos rearticulando todo processo de formação hegemônica.

The important point is that inasmuch as the field of 'society in general' has disappeared as a valid framework of political analysis, there has also disappeared the possibility of establishing a general theory of politics on the basis of topographic categories - that is to say, of categories which fix in a permanent manner the meaning of certain contents as difference which can be located within a relational complex<sup>220</sup>.

O objetivo é reforçar a tese de que não há um fechamento do social, uma sutura que de forma determinista suprimiria a contingência e aprisionaria a diferença, confinando a mudança em um tempo congelado. Os espaços democráticos devem ser plurais, não podendo ser reduzidos a um único *locus* de orientação.

A *democracia radical* só pode ocorrer em um espaço político destituído de centro, onde discursos aparentemente tão estranhos quanto o feminista, o étnico e o ecológico consigam encontrar pontos de equivalência que produzam uma formação discursiva hegemônica. Esta formação discursiva deve ter como um de seus resultados uma relação balanceada entre autonomia e liberdade para cada um dos campos discursivos particulares, sem com isto significar restrição e hierarquização

<sup>219</sup> LACLAU & MOUFFE, 2001, p. 178-179

<sup>220</sup> [ O ponto importante é que na medida em que o campo da "sociedade em geral" desapareceu como um quadro válido de análise política, desapareceu também a possibilidade de se estabelecer uma teoria geral da política, com base em categorias topográficas - isto é, de categorias que fixam, de modo permanente, o significado de determinados conteúdos como diferenças as quais pode ser localizadas dentro de um complexo relacional.] Tradução livre. Idem, Ibidem, p.180.

de um campo para com o outro. Para se alcançar tal objetivo seria essencial a renúncia do discurso universalista e da confiança em uma verdade última implícita a este<sup>221</sup>.

A democracia radical do pós-marxismo é então uma agenda política que seria “[...] affirmation of the contingency and ambiguity of every 'essence' , and on the constitutive character of social division and antagonism.”<sup>222</sup> Não há um ponto de chegada para o projeto, haja vista que o objetivo deste está sempre em mutação, assim como as articulações discursivas que dão sustentação a este. O espaço do político torna-se um eterno jogo com os jogadores mudando suas posições, relações e objetivos. Este jogo, como afirmam Laclau e Mouffe, é o da hegemonia<sup>223</sup>.

## 2.2 OS EMBATES DO PÓS-MARXISMO

O pós-marxismo de Laclau e Mouffe, como exposto na obra *Hegemony and Socialist Strategy*, não foi recebido com indiferença dentro do campo intelectual da esquerda, na década de 80. Sua mistura de filosofia pós-estruturalista e marxismo gramsciano, para ficar na união mais simples e óbvia, desencadeou um conjunto de debates que foram marcados por acaloradas críticas e defesas igualmente passionais a este novo desdobramento das teses marxistas.

O pós-marxismo passava a ser, após a publicação da obra de Laclau e Mouffe, um fenômeno teórico que mantinha uma relação de tensão com o marxismo em suas mais diversas expressões. O debate que se segue à publicação da obra, as objeções de marxistas “tradicionais” ao “mal” pós-marxista, palavras de Norman Geras<sup>224</sup>, as críticas de autores próximos ao pós-marxismo como Slavoj Žižek (1949-), e as respostas dadas por Laclau e Mouffe a algumas destas censuras é o cerne desta segunda parte.

Obviamente, como já explicitado, a intenção não é seguir o pós-marxismo em toda sua trajetória ao longo da década de 80 e 90, chegando até mesmo aos dias atuais, mas construir um quadro crítico que nos permita compreender o que está em jogo no campo da teoria da história e da historiografia quando da adoção dos pressupostos defendidos na obra de Laclau e Mouffe. Tal ênfase não significa

<sup>221</sup> LACLAU & MOUFFE, 2001, p. 181-184.

<sup>222</sup> [afirmação da contingência e da ambigüidade de cada "essência", e sobre o caráter constitutivo da divisão social e do antagonismo.] Tradução livre. Idem, *Ibidem*, p. 193

<sup>223</sup> Idem, *Ibidem*, p. 191-193.

<sup>224</sup> GERAS, Norman. Post-Marxism? In: *New Left Review*. Nº 163. Maio-Junho 1987, p. 42.

abandonar os embates que surgiram com afirmações que defendiam o “Adeus” à classe operária e a submissão do projeto socialista a uma “democracia radical”, já que, no bojo destas questões, está a concepção de história do pós-marxismo.

Uma primeira ação para definir melhor os debates que cercam o pós-marxismo é o de esboçar rapidamente a trajetória intelectual do argentino Ernesto Laclau e da franco-belga Chantal Mouffe.

No primeiro capítulo, o objetivo foi o de ancorar o fenômeno do pós-marxismo dentro de um quadro sócio-histórico e teórico mais amplo, explicitando as transformações no plano do Capital, e a emergência de teorias e categorias internas e externas ao marxismo que prefiguravam um cenário pós-marxista.

Neste capítulo, a tarefa é, em certo sentido, menor, já que visa apresentar e definir um campo intelectual mais explicitamente atrelado ao pós-marxismo, respondendo diretamente à *Hegemony and Socialist Strategy* e às questões levantadas por esta. Assim, um pequeno esboço da biografia dos autores pode ser de grande valia para uma contextualização dos problemas desta obra.

A trajetória de Ernesto Laclau é marcada pelas transformações históricas por que passava a América Latina, e, em especial, a Argentina da segunda metade do século XX. Não é preciso ir muito longe para identificar como elementos importantes desta época o debate em torno do peronismo e o papel das massas de “descamisados” na política, assim como a relação entre esta realidade e a teoria marxista clássica. Sua graduação ocorreu entre a década de 50 e 60, no curso de História, da Faculdade de Filosofia e Letras, em Buenos Aires, onde travou contato com a militância socialista. Participou do periódico “Política de Esquerda e Luta Trabalhista” atrelado ao Partido Socialista de Esquerda Nacional ao qual foi associado até fins da década de 60. Neste período, conheceu Chantal Mouffe, nascida em Charleroi, na Bélgica, nos anos 40, que viajava e militava pela América Latina.

Mouffe, ao longo de sua carreira, se especializou na área de teoria política, lecionando em universidades como Louvain, Paris e Essex, entre outras. Suas posições de esquerda a levaram a apoiar partidos e movimentos ao redor do mundo, especialmente na América Latina. Destaca-se que o contato entre os dois gerou uma



parceria não só no mundo acadêmico como na vida pessoal.<sup>225</sup>.

No início da década de 70, Laclau transferiu-se para Oxford com o apoio do historiador Eric Hobsbawm, onde deu continuidade a seus estudos em teoria política. Lançou como grande obra deste período o livro *Política e Ideologia na Teoria Marxista*<sup>226</sup> na qual se filiou firmemente as teses de Gramsci e Althusser como influências essenciais para se pensar os problemas e dilemas da teoria marxista. Na *Introdução* de seu livro, Laclau ainda operava dentro de uma perspectiva marxista “tradicional”. Todavia, já expressava uma crescente crítica ao que considerava os excessos da teoria. Segundo o autor,

O abandono da caverna platônica do reducionismo de classe exige, atualmente uma crescente formalização teórica das categorias marxistas, rompendo de uma vez por todas com as articulações conotativas do discurso político e com a postulação de relações paradigmáticas entre conceitos. Esta tentativa, por sua vez, só será benéfica para a prática política socialista, em uma época em que o proletariado abandone uma perspectiva de classe estreita e se apresente como uma força hegemônica para as grandes massas em busca de reorientação política radical, na etapa do declínio mundial do capitalismo<sup>227</sup>.

Percebe-se no trecho acima uma clara tendência purgatória em relação ao marxismo, como já visto em *Hegemony and Socialist Strategy*. Entretanto, tal tarefa se dá em nome de uma posição que tem na classe um elemento de determinação do projeto socialista. Não haviam desenvolvido ainda as teses acerca da democracia radical como uma nova agenda para a esquerda e da hegemonia como um jogo desprovido de determinações estruturais. Para Stuart Sim, historiador do pós-marxismo, o Laclau deste momento ainda está preso a sua herança marxista, a certo viés determinista que posteriormente foi renegado<sup>228</sup>.

A atuação de Laclau e Mouffe no cenário intelectual anglo-saxão pode ainda ser destacada pelo papel exercido na criação do que se convencionou chamar de *Escola do Discurso de Essex*. Tal escola amparou-se no estruturalismo saussuriano, no desconstrutivismo derridiano e no lacanianismo como forma de analisar e criticar o discurso. Este entendido enquanto única instância de articulação

<sup>225</sup> Informações biográficas extraídas do site: <<http://www.psi.uba.ar/academica/carrerasdegrad/psicologia/informacionadical/electivas/087problemassociologicos/biografiaautores.php>>. Acesso em: 18/11/2011.

<sup>226</sup> LACLAU, Ernesto. *Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

<sup>227</sup> LACLAU, 1978, p. 16.

<sup>228</sup> SIM, Stuart. *Post-Marxism: An intellectual history*. London: New York: Routledge, 2000, p 42-45.

e expressão dos sujeitos e de sua “materialidade”. Entre teóricos associados diretamente a esta escola podem-se destacar nomes como o de Aletta Norval, David Howarth, Jason Glynos, Yannis Stavrakakis, Oliver Marchart e Jacob Torfing.

Neste caso, fica clara a capacidade das reflexões de Laclau e Mouffe em dar origem a uma nova tendência teórica, em romper dentro de um dado campo intelectual com o espaço estabelecido de discussões e em conquistar adeptos e seguidores. Tal empreitada não ocorreu somente no espectro intelectual, mas ganhou legitimidade institucional neste caso, como afirma Pierre Bourdieu:

Sin embargo, se realiza la objetivación progresiva de la intención creadora y se integra este sentido público de la obra y del autor, conforme al cual el autor se define y con relación al cual debe definirse, solo en y através de todo el sistema de relaciones sociales que el creador sostiene con el conjunto de agentes que constituyen el campo intelectual en un momento dado del tiempo<sup>229</sup>.

Seguindo os argumentos de Bourdieu, o agente criador da teoria não paira sobre seus pares como um iluminado detentor de boas novas, mas age dentro de um campo em que existem correlações de forças que garantem ou não o sucesso de uma obra. Isto incluiria fatores como o contexto histórico do lançamento da obra, questões estilísticas, a recepção dos pares e do público ordinário, a capacidade interna ao próprio texto de se fazer entender e de impor uma marca, entre outras questões. Não nos cabe estender em demasia tais discussões no campo da sociologia do conhecimento. Entretanto, não se pode negar a relevância de uma fuga da discussão restrita somente ao debate teórico, interno às categorias e argumentos aos intelectuais em disputa.

O esforço realizado nesta dissertação é exatamente o de conjugar estas duas dimensões do projeto pós-marxista. No primeiro capítulo, optou-se por destacar os elementos históricos e teóricos de uma perspectiva mais geral, contextualizando o aparecimento da obra de Laclau e Mouffe. Neste segundo capítulo, além da apresentação das teses dos autores, como visto na primeira parte, enfoca-se o debate direto suscitado por ela. É nos conflitos e embates intelectuais que se expõe a representação do tempo histórico pós-marxista.

---

<sup>229</sup> BOURDIEU, Pierre. *Campo de poder, campo intelectual: Itinerario de un concepto*. Montessor, 2002, p. 25.

### 2.2.1 O Pós-marxismo na “*New Left Review*”

A primeira grande crítica à obra de Laclau e Mouffe veio do cientista político Norman Geras. Ele escreveu um extenso artigo na revista inglesa “*New Left Review*” criticando diversos pontos da obra de Laclau e Mouffe. Posteriormente, os autores de *Hegemony* escreveram uma réplica contra as ácidas críticas de Geras, publicando-o na mesma revista. Nicos Mouzelis fez um balanço da contenda tentando julgar os argumentos de ambos os lados. A tréplica de Geras não tardou e estendeu a querela para mais um artigo. É este primeiro debate que se acompanha nas próximas páginas.

Geras não mede as palavras ao afirmar que o pós-marxismo é um mal, uma doença contemporânea no seio da esquerda. O empreendimento de Laclau e Mouffe assemelhar-se-ia ao expediente de renúncia anteriormente realizado por Eduard Bernstein. Recorrendo rapidamente à sociologia do conhecimento, Geras identifica, como um dos grandes fatores que explicaria a guinada pós-marxista, a pressão existente sobre teóricos como Laclau e Mouffe por alcançar status profissional e atrelar-se aos ventos da última moda intelectual. No afã de responder estas necessidades é que se gestou a eclética mistura existente em *Hegemony and Socialist Strategy*<sup>230</sup>.

O pós-marxismo rejeitaria as relações de classe como *lócus* privilegiado de determinação das estruturas sociais e políticas. Deste modo, não haveria uma relação hierárquica entre estrutura (economia) e superestrutura (ideologia e política). O projeto socialista de abolição das relações capitalistas de produção e de construção de uma sociedade emancipada e igualitária seria, da mesma forma, cancelado em detrimento de um jogo democrático de soma zero.

Este balanço, feito por Geras, sobre as renúncias do pós-marxismo, estabelece a posição do autor, no artigo, como defensor, por oposição, das teses rejeitadas. Isto não significa que Geras seja um ortodoxo, no sentido stalinista do termo, mas que encara o marxismo como capaz de comportar tradições diversas e produzir análises que lidem com a complexidade do real de forma satisfatória.<sup>231</sup>

Um grave problema na análise pós-marxista seria a sua crença na possibilidade de superar o marxismo por este deter um único e fundamental princípio

---

<sup>230</sup> GERAS, 1987, p. 41-43

<sup>231</sup> Idem, *Ibidem*, p. 43-44

unificador, uma essência explicativa e causal. Para Geras, o pós-marxismo cai no mesmo tipo de reducionismo ao estruturar sua análise teórica do marxismo e ao propor a superação deste por uma prática articulatória sempre aberta. Inverte-se a operação, no entanto, não altera o resultado da equação.

Com isto, Geras rejeita a tese de que o marxismo seria um pensamento que visa à sutura do social e que, igualmente, o pós-marxismo seria uma teoria que escaparia de tal armadilha. Tal maniqueísmo é, na visão de Geras, uma influência direta da obra teórica de Louis Althusser, que pressupunha, de um lado, um mundo da verdade teórica e científica, onde a complexidade seria abarcada pelo rigor e a determinação seria matizada por uma “sobredeterminação”, e, de outro, um mundo da especulação e do engano filosófico, de crença em uma pretensa totalidade que poderia ser definida por um único fator especulativo.

Contudo, Geras não culpa Althusser pelas conclusões de Laclau e Mouffe. Segundo ele,

Despite its abuses, Althusser's expressive totality was at least intended in an enlightening spirit: as a putative contribution to the project of scientific reason and research; in the old and worthy effort to understand and explain. Laclau and Mouffe have embraced an obscurantism, capable of disparaging every explanatory project, because an 'essence' will always be discoverable in whatever principle or principles of explanation it may put forward<sup>232</sup>.

A classificação do marxismo por Laclau e Mouffe como um bloco homogêneo, que reluta em aceitar a lógica da hegemonia como a regra do jogo *par excellence*, leva à generalização de que as contribuições positivas do marxismo são todas elas externalidades a esta teoria. Em outras palavras, quando a teoria marxista não alcança uma justa compreensão do real e, com isto, dá vazão ao jogo da contingência é que se chega a um uso a contento da teoria de Marx. O erro se deve à forma reducionista, economicista e essencialista com que o marxismo é representado na obra de Laclau e Mouffe.

Neste caso, não seria um absurdo a sua rejeição. Geras vai mais longe criticando o uso retórico das capitulares em palavras como classe e revolução de

---

<sup>232</sup> [Apesar de seus abusos, a totalidade expressiva de Althusser era ao menos intencionada por um espírito de esclarecimento com a clara intenção de contribuir para o projeto da razão científica e de pesquisa, no antigo e válido esforço de compreender e explicar. Laclau e Mouffe abraçaram o obscurantismo, capazes de descartar qualquer projeto explicativo, pois uma “essência” será sempre descoberta, não importando o princípio ou os princípios de explicação que se possa colocar a frente.] Tradução livre, GERAS, 1987, p. 47.

forma a dotá-las de um significado transcendental<sup>233</sup>. O dilema então é que

This poses an uncomfortable choice for Marxists, naturally. Unable to say 'nothing' and remain what they are, they will have to say 'everything' and be criticized for reductionism. Or if, knowing they are not reductionists, they are unable to say 'everything', they must renounce the assumption of there being basic determinants ('the premise of a sutured society') and with it their Marxism<sup>234</sup>.

Geras nega a existência de tal dilema, pois para ele a determinação não é um determinismo essencialista. A determinação condicionaria certos contextos, o que não significaria a oclusão das possibilidades de manobra e ação. Assim, o grande vilão do pensamento marxista, para Laclau e Mouffe, é a categoria de classe e luta de classes, símbolo do reducionismo teórico e do essencialismo.

Para os autores, a classe é exemplar de como um determinismo no plano das teorias pode gerar políticas equivocadas de partidos e de movimentos revolucionários que viam nesta a única forma de ação e mobilização revolucionária. Os “novos movimentos sociais” que emergem no cenário contemporâneo são um importante remédio para os males de tal reducionismo.

O reducionismo expressa, para Geras, na forma como Laclau e Mouffe caricaturizam, a consciência de classe no marxismo entendida como ou sendo totalmente transparente ou não existindo, sobrando espaço somente para a hegemonia.

Para Geras, ao construir este quadro geral dualista acerca do marxismo, Laclau e Mouffe acabam por criar uma ferramenta teórica que os permite capturar todas as tendências marxistas dentro deste. Com isto, retira-as das correlações de forças que as engendraram. Deste modo, a história do marxismo seria uma fuga do monismo rumo a uma brecha dualista.

O jogo entre o monismo e o dualismo é simétrico em excesso, pois pressupõe uma oposição entre os ortodoxos reducionistas *versus* os heterodoxos ecléticos. Cria-se uma situação em que quanto mais eclético menos reducionista, e vice-versa. Geras é categórico ao afirmar que Laclau e Mouffe são reducionistas e que com suas conclusões impossibilitam uma reconstrução positiva do marxismo.

---

<sup>233</sup> GERAS, 1987, p. 48-49.

<sup>234</sup> [Isto põe, naturalmente, uma escolha desconfortável para os marxistas. Impossibilitados de dizer “nada” e permanecer o que são, eles deverão dizer “tudo” e ser criticados por reducionismo. Ou se, sabendo que não são reducionistas, eles são impossibilitados de dizer “tudo”, eles devem renunciar a afirmação de serem simples deterministas (“a premissa de uma sociedade suturada”) e com isto seu marxismo.] Tradução livre. Idem, *Ibidem*, p. 49.

Esta leitura retroativa trouxe uma situação em que o pós-marxismo é a culminância de toda uma tradição torta que só pode desaguar neste fenômeno teórico. “Lacking a proper, historical sense of either measure or modesty, this privileging has led here to a view of the whole progression of Marxism since the turn of the century as being preparatory to the advent of Laclau and Mouffe<sup>235</sup>”.

O corolário desta torção teórica é o uso do conceito de hegemonia feito pelo pós-marxismo. Este ganharia características muito distintas daquelas concebidas por Gramsci.

As consequências desta nova abordagem serão tratadas com mais atenção no próximo capítulo. Todavia, um argumento enfatizado na crítica de Geras é que o uso de Gramsci como um dos principais teóricos a prefigurar o pós-marxismo tem relação direta com a necessidade de se legitimar moralmente no ambiente de esquerda<sup>236</sup>. Indo mais fundo em seus argumentos, Geras aponta nos aspectos epistemológicos o ponto fulcral de derrapagem nos argumentos de Laclau e Mouffe.

Para ele, o problema é a *discursivização* do real que nos termos do pós-marxismo significa 1) a fusão entre o ideal e o material em uma única categoria, e 2) a defesa de que toda articulação é por excelência discursiva. Afirma-se a partir daí um cenário de relativização extrema. Segundo Geras,

This foundation once removed, one simply slides into a bottomless, relativist gloom, in which opposed discourses or paradigms are left with no common reference point, uselessly trading blows. The most elementary facts of existence become strictly unthinkable without the aid of more or less elaborate theoretical sophistries<sup>237</sup>.

Outra contradição na obra de Laclau e Mouffe seria que, ao almejar colocar por terra todas as antigas Ontologias, o pós-marxismo acabaria por fundar uma nova<sup>238</sup>. Esta, por sua vez, calcada em um idealismo discursivo, crente em um voluntarismo e em um projeto emancipatório que não detém fundamentos nem objetivos, apenas o jogo articulatório dos discursos. Existiria, então, um duplo vazio

<sup>235</sup> [Na falta de um bom sentido histórico de qualquer medida ou modéstia, esse privilégio levou aqui para uma vista de toda a progressão do marxismo desde a virada do século como sendo preparatória para o advento de Laclau e Mouffe] Tradução Livre. GERAS, 1987, p. 59.

<sup>236</sup> Idem, Ibidem, p. 64.

<sup>237</sup> [Esta fundação, uma vez removida, simplesmente desliza em uma escuridão sem fundo, relativista, no qual discursos ou paradigmas são deixados sem ponto de referência comum, inutilmente trocando golpes. Os mais elementares fatos da existência humana tornam-se estritamente impensáveis sem a ajuda de sofismas teóricos mais ou menos elaborados] Tradução Livre, Idem, Ibidem p.67

<sup>238</sup> Ver o trabalho de MARCHART, 2007, p. 11-13.

no pós-marxismo: o primeiro, de caráter teórico, e o segundo, de posição ético-normativa.

Distinções como elementos e momentos que pressupõe a existência de um não discursivo e um discursivo seriam completamente despropositadas quando analisadas sobre o prisma dos fundamentos epistemológicos da obra de *Hegemony and Socialist Strategy*. O medo de cair nos essencialismos e determinismo leva a um eterno dualismo que pode ser resumido na máxima “If society is not totally possible, neither is it totally impossible.”<sup>239</sup>

Critica-se da mesma forma a ausência de um limite na teoria dos autores pós-marxistas, de uma base histórica concreta, de uma determinação para além do mundo discursivo. O que Geras percebe é que em alguns momentos Laclau e Mouffe acenam com a possibilidade da existência deste limite, citam o capitalismo e outras questões exteriores ao jogo hegemônico. Geras se pergunta se isto não seria um “retorno dos que não foram” ou um reconhecimento da falta de concretude do conceito de hegemonia.

A inexistência desta realidade exterior leva a uma questão que assombra este fenômeno teórico, a saber, como pensar uma posição progressista para o pós-marxismo se este minou as bases que sustentariam um projeto de tal envergadura? Geras acredita que a resposta para tal questão é negativa. Não há condições para um projeto emancipatório sem tal núcleo epistemológico, impossibilitando, assim, a agenda política do pós-marxismo, ameaçada pelo jogo aleatório dos discursos.

Se por um lado ocorreria uma relativização dos discursos, por outro, não se deixaria de privilegiar a democracia radical, fenômeno de articulação discursiva dos fins do século XVIII, desencadeado pelos revolucionários franceses. Esta valorização do imaginário democrático se faz à custa, no pós-marxismo, de uma hipervalorização do político e da democracia em seus contornos liberais como capaz de produzir uma sociedade emancipada.

Como em um jogo de espelho invertido, se a democracia liberal é vista como positiva e dotada de pressupostos “radicais”, a democracia pensada pelos marxistas é concebida como um arremedo, uma tentativa frustrada de dar conta de tensões entre o determinismo e a contingência.

---

<sup>239</sup> [Se a sociedade não é totalmente possível, nem é esta totalmente impossível] Tradução Livre. GERAS, 1987, p.73.

Geras discorda completamente desta posição afirmando a relação estreita do socialismo com um conceito de democracia que, ao longo dos séculos XIX e XX, graças às lutas de trabalhadores e sindicatos, forçou mudanças de rotas e legislação dentro das experiências históricas do modelo liberal-democrático. Para Geras, em tal discurso de apostar numa democracia desencarnada, calcada em um jogo discursivo e pragmático, ressoa as demandas surgidas com os “novos movimentos sociais” que pluralizaram os objetivos da esquerda, ao mesmo tempo em que, muitas vezes, descartaram os movimentos classistas tradicionais.

Segundo Geras,

As for the ‘retreat from class’, this is undoubtedly where the potential appeal of *Hegemony and Socialist Strategy* lies and it will be responsible for whatever political resonance the book turns out to have. A would be philosophy for contemporary, or new, social movements and struggles, it is overtly addressed to the variety of their concerns, whether of gender or ethnicity, ecology, nuclear power, war and peace<sup>240</sup>

O pós-marxismo, pelas lentes de Norman Geras, é um fenômeno teórico negativo, promovido por intelectuais descompromissados com um projeto real de transformação da sociedade capitalista, encantados com o brilho das últimas modas do mercado do pensamento<sup>241</sup>. Indo além, julga o pós-marxismo um antimarxismo, um fenômeno que não visa à superação, mas a oclusão das teorias e teses suscitadas pelas obras de Marx e Engels. Para Geras, não se pode cair neste “canto de sereia”, pois não há como quebrar a estreita relação entre as lutas de classes e a defesa de um projeto socialista, de construção de uma sociedade emancipada.

A combatividade e a acidez de Geras não deixaram de receber uma resposta por parte de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Publicado na *New Left Review*, o artigo *Post-marxism without apologies*<sup>242</sup> tinha por mote defender o projeto pós-marxista. O artigo inicia-se contextualizando o pós-marxismo ao novo período

<sup>240</sup> [Quanto ao "reco da classe", isto é, sem dúvida, onde o apelo de *Hegemony and Socialist Strategy* reside e será responsável por qualquer ressonância política que o livro acabe por ter. A filosofia seria para contemporâneas, ou novos, movimentos e lutas sociais, abertamente dirigida à variedade de seus interesses, seja de gênero ou etnia, ecologia, energia nuclear, guerra e paz] Tradução Livre. GERAS, 1987, p. 80.

<sup>241</sup> Cabe aqui uma pequena nota acerca da trajetória intelectual de Norman Geras. Se na década de 80 do século XX o autor tomava para si a tarefa de defender o marxismo de assaltos como os perpetrados por Laclau e Mouffe, em anos mais recentes, Geras se aproximou do governo de Tony Blair e defendeu, entre outras causas, a invasão estadunidense do Iraque no ano de 2003. Geras ironicamente acabou ele mesmo, se não um pós-marxista, um intelectual muito distante do engajamento e da coerência teórica exigida por ele em seu artigo.

<sup>242</sup> LACLAU, Ernesto & MOUFFE, Chantal. Post-marxism without apologies In: *New Left Review*. Nº 166. Novembro-Dezembro. 1987. Pp. 79-106.



histórico que o gestou, das transformações do capitalismo pós-industrial à emergência dos novos movimentos de contestação. Este clima seria mais propício para o abandono das teorias que se apresentam como “verdades absolutas” da História.

Neste sentido, dois passos devem ser dados: o primeiro, aceitar a novidade da época em que vivemos; segundo, acolher o presente como *lócus* privilegiado para se buscar a genealogia deste no passado. Neste processo, o passado ganha novos contornos, “It is in this way, by making the past a transient and contingent reality rather than an absolute origin, that a tradition is given form.”<sup>243</sup>.

Este presente estendido e as especificidades da representação do passado no pós-marxismo são alvo do próximo capítulo desta dissertação. Todavia, pode-se já identificar a importância que Laclau e Mouffe dão a esta nova inteligibilidade da história.

Uma preocupação do artigo de Laclau e Mouffe é esclarecer os conceitos e categorias utilizados em *Hegemony*. A primeira a ser abordada é a categoria de discurso que para os autores é mal compreendida por Geras. O discurso, visto como uma totalidade de elementos linguísticos e extralinguísticos, não pode ser dissecado entre o discursivo e o não discursivo, e taxado como um puro idealismo que ingenuamente seria todo poderoso. Para o pós-marxismo, o importante é destacar o aspecto de construção social do discurso, a forma entrelaçada como o significado “aparece” às pessoas.

This totality which includes within itself the linguistic and the non-linguistic, is what we call *discourse*. In a moment we will justify this denomination; but what must be clear from the start is that *by discourse we do not mean a combination of speech and writing, but rather that speech and writing are themselves but internal components of discursive totalities*<sup>244</sup>. Grifo dos autores

Nos termos apresentados, é a totalidade do discurso que faz com que a materialidade tenha um significado diferente em situações diversas. Aderindo-se às teses de Wittgenstein, advoga-se que as palavras têm seu sentido diretamente

<sup>243</sup> [É desta forma, fazendo do passado uma realidade transitória e contingente em vez de uma origem absoluta, que uma tradição é dada forma.] Tradução Livre. LACLAU & MOUFFE, 1987, p. 80.

<sup>244</sup> [Essa totalidade que inclui em si o linguístico e o não linguístico é o que chamamos discurso. Em um momento futuro se justificará essa denominação, mas o que deve ser claro desde o início é que pelo discurso não queremos dizer de uma combinação de fala e escrita, mas sim que a fala e a escrita são eles próprios componentes internos da totalidades discursiva] Tradução Livre. Idem, *Ibidem*, p. 82.

relacionado ao contexto linguístico empregado, defendendo-se, neste caso, que o uso, a pragmática é que determina o significado das palavras. Assim mesmo, os fatos naturais do mundo físico são também discursivamente *performados*, estão intrincados em um jogo discursivo que é contingente historicamente.

Laclau e Mouffe defendem que Geras compreendeu erroneamente as teses acerca do papel do discurso. Para os autores, este não exclui a existência material, todavia esta somente pode ser pensada nos termos do discurso. Rechaçam nesta afirmativa as acusações de relativismo, pois para que este ocorra é necessária a existência de uma condição fundante para o Ser e a igualdade neste plano entre diversos elementos. Isto, para Laclau e Mouffe, é um falso problema, já que não existe tal coisa como uma essência fundadora. O campo discursivo pressupõe a articulação de todos os elementos que o compõe. Assim “In other words, the ‘truth’, factual or otherwise, about the being of objects is constituted within a theoretical and discursive context, and the idea of a truth outside all context is simply nonsensical<sup>245</sup>.”

Partindo das premissas acima apresentadas, Laclau e Mouffe rejeitam por completo qualquer acusação de que são idealistas. Primeiro, que tal afirmação feita por Norman Geras parte de uma falsa premissa, isto é, que ele considera idealismo sinônimo de antirrealismo. Algo que Laclau e Mouffe recusam, pois, como visto, para o pós-marxismo a realidade exterior existe. Todavia, esta somente pode ser articulada discursivamente. Um segundo julgamento equivocado de Geras é o de considerar que no suposto idealismo pós-marxista, como também no idealismo clássico, a natureza dos objetos se coadunaria a uma forma simetricamente igual no plano do pensamento. Contudo, Laclau e Mouffe fecham questão em defender que o pós-marxismo tem como um de seus objetivos criticar tais ideias. Levando ao extremo, o próprio Marx cairia em tal idealismo, já que acreditava que poderiam existir universais no plano do pensamento que representassem o real.

Defende-se, por outro lado, que é impossível pensar a forma como aquela essência idealista isolada e racional. Para o pós-marxismo, a situação de eterna relação na totalidade discursiva é o que garante a impossibilidade de uma completa relação entre a forma e o objeto. A forma, conceito base do idealismo, não está

---

<sup>245</sup> [Em outras palavras a 'verdade', factual ou não, sobre o ser dos objetos, é constituída dentro de um contexto teórico e discursivo, e a ideia de uma verdade fora de todo contexto é simplesmente absurda] Tradução Livre. LACLAU & MOUFFE, 1987, p. 85

imune a ser colocada em xeque por um sistema diferencial de novos discursos. Com tal movimento, o pós-marxismo postula a precariedade de qualquer tentativa de absolutizar o ser dos objetos<sup>246</sup>.

Outra preocupação de Laclau e Mouffe é a de negar a acusação de que são reducionistas ou deterministas. Defendem que a lógica do antagonismo previne qualquer tipo de essencialismo e determinismo ao entrelaçar a constituição dos sujeitos dentro de uma totalidade discursiva. Não haveria nem completa determinação nem completo individualismo, neste caso, ocorrendo a constituição de pontos nodais, que serviriam como adensamentos discursivos no transcurso temporal.

Para Laclau e Mouffe, Geras nada mais fez do que travestir o pós-marxismo de teses e conclusões equivocadas ou estranhas ao debate proposto em *Hegemony*. Exemplar para os autores destes equívocos é a incriminação de que são dualistas na abordagem da história do marxismo. Pelo contrário, “Our book presented the history of Marxism, on the contrary, as a sustained effort to escape the ‘either/or’ logic of determinism. It is exactly in these terms that we refer to the increasing centrality and area of operativity of the concept of ‘hegemony’<sup>247</sup>”.

Por conseguinte, a forma como Geras lida com o marxismo, ora como ciência absoluta, ora como adoração, é problemático e perigoso. O uso por sua parte de categorias atemporais é, igualmente, temerária como uma solução válida para a situação política da contemporaneidade.

Outro alvo de discórdia se dá sobre o modo como o pós-marxismo vê o projeto de uma sociedade socialista. Para Laclau e Mouffe, a democracia radical, como proposto em sua obra, reflete a condição contemporânea de contingência, de articulação discursiva e de construção hegemônica da emancipação. O socialismo, neste esquema, aparece como um estágio de articulação que perenemente modifica-se e influencia os novos discursos, que não escapa do imaginário democrático desencadeado em fins do século XVIII.

---

<sup>246</sup> LACLAU & MOUFFE, 1987, p.88-91

<sup>247</sup> [Nosso livro apresenta a história do marxismo ao contrário, como um esforço sustentado para escapar de tanto/ou da “lógica do determinismo”. É exatamente nestes termos que se referem à crescente centralidade e a área de operacionalização do conceito de “hegemonia”.] Tradução Livre. Idem, *Ibidem*, p. 95.

Laclau e Mouffe ressaltam que a defesa de um projeto calcado na democracia radical se dá sem a existência de um fundamento externo que sirva como eixo de definição do que é válido e do que não é. Segundo os autores,

If it is a question of a foundation that enables us to decide with apodictic certainty that one type of society is better than another, the answer is no, there cannot be such a foundation. However, it does not follow that there is no possibility of reasoning politically and of preferring, for a variety of reasons, certain political positions to others. (It is comical that a stern critic of 'either/or' solutions such as Geras confronts us with exactly this type of alternative.)<sup>248</sup>

Os argumentos defendidos acerca do imaginário da democracia e seu processo de articulação contemporâneo levam à rejeição de que o *lócus* de transformação privilegiado estaria no seio das relações de produção. Sendo assim, a relação de extração de sobretabalho só é antagonista se o trabalhador resistir ao processo de extração e se este articular suas demandas através de um discurso, já existente ou não. Este discurso não é “puro”, é entrelaçado e antagonizado a outros discursos, que demandam novas articulações. Isto significaria que não seria possível estabelecer nenhuma relação entre a posição na estrutura produtiva e a criação de uma ação contestatória. Como consequência, não se pode falar em um sujeito *a priori* nem em uma luta anticapitalista global que seja ancorada por um único grupo em conflito. Daí a figura de Bernstein, um desertor nas letras de Geras, ser importante, já que, na leitura pós-marxista, ele teria percebido tal quadro teórico<sup>249</sup>.

Por fim, Laclau e Mouffe defendem que a construção de um projeto emancipatório não pode buscar soluções em categorias transcendentais ou essências imutáveis. Deve, sim, lutar (articular discursivamente) dentro das condições dadas (totalidade discursiva), nunca esperando alcançar um ponto de chegada ou uma resolução definitiva das questões em conflito.

O debate Geras /Laclau e Mouffe não deixou de chamar a atenção de outros intelectuais da esquerda. Nicos Mouzelis redigiu um artigo que tem por mote ponderar os argumentos manejados pelos dois lados da contenda. Seu artigo *Marxism or post-Marxism?* publicado na revista *New Left Review*, a mesma dos

---

<sup>248</sup> [Se é uma questão de uma base que nos permita decidir com certeza apodíctica que um tipo de sociedade é melhor que outro, a resposta é não, não pode haver tal fundamento. No entanto, não se segue que não há qualquer possibilidade de raciocínio politicamente e de preferência, para uma variedade de razões, algumas posições política aos outros. (É engraçado que um crítico severo de 'ou / ou soluções como Geras nos confronta com exatamente esse tipo de alternativa.)] Tradução Livre. LACLAU & MOUFFE, 1987, p. 102.

<sup>249</sup> Idem, *Ibidem*, p. 103-104.

artigos já apresentados, esforça-se por produzir um balanço equilibrado das teses levantadas na disputa em torno do pós-marxismo. O autor, entretanto não se furta de tomar partido e defender alguns princípios teóricos e políticos. O primeiro deles é a rejeição de que o marxismo seria uma teoria monista. Para o autor, a ideia de que o marxismo intenta a redução da realidade a um único princípio é uma caricatura do pensamento derivado de Marx e Engels.

Para Mouzelis, qualquer teoria é por excelência uma redução do real a determinados termos, e o marxismo não foge a isto, sendo até mais claro na forma como determina e opera este processo. Todavia, esta redução não é fechada a ponto de descartar a experiência concreta. Um erro que Laclau e Mouffe cometem é o de substituírem a lógica determinista por uma lógica da contingência. Assim sendo, Mouzelis adere as acusações feitas por Geras ao pós-marxismo. Por outro lado, Mouzelis rejeita a acusação feita a Laclau e Mouffe de que eles são intelectuais mais preocupados em “surfear” uma moda intelectual do que em produzir um novo rearranjo teórico válido para a contemporaneidade. O pós-marxismo não deixa de ser importante, pois dá vazão a uma tensão que se estabeleceu entre o marxismo e as novas tendências intelectuais e políticas pós-68<sup>250</sup>.

Para Mouzelis, o marxismo comporta dentro de suas categorias e conceitos as condições de lidar tanto com os aspectos estruturais e sistêmicos da realidade, como das condições fugidias da ação e da agência. Exemplar desta situação, para o autor, pode ser encontrado no conceito de relações de produção que dialeticamente relaciona meios de produção e relações de classe. O problema, em sua visão, é que muitas vezes os marxistas operam por meio de um reducionismo a uma destas esferas como núcleo determinante da teoria. Destarte, a abertura pós-marxista ao contingente se enquadraria neste mesmo problema de excessivo reducionismo de um aspecto da teoria.

Por conseguinte, o pós-marxismo não desenvolveu de forma clara e precisa as categorias que advoga como mais adequadas para o novo período histórico. Para Mouzelis, o problema se agravava, já que a ausência de uma base histórica concreta liberaria o jogo articulatório para ocorrer em qualquer direção política, sobre as mais

---

<sup>250</sup> MOUZELIS, Nicos. Marxism or post-Marxism? In: *New Left Review*. Nº167. Janeiro – Fevereiro. 1988. P.107-123.

diversas bandeiras, impossibilitando o próprio projeto emancipatório propugnado pelos autores<sup>251</sup>.

Mouzelis destaca que se o pressuposto economicismo marxista é rejeitado por Laclau e Mouffe, a autonomia do político passa a ser uma instância fundamental de reflexão pós-marxista. O político em sua dimensão expandida englobaria diversas dimensões da existência humana, e não só a sua vertente institucional. O problema é novamente a queda em uma inversão empobrecedora do econômico para o político. Segundo Mouzelis,

[...] they reject the economy/polity distinction altogether. Politics in the broad sense of the term permeates all social spaces (there is a 'politics' of production, of the family, of the school etc.), and all distinctions between institutional spheres are discursively constructed<sup>252</sup>.

A posição de Mozelis é, como a de Geras, rejeitar tal reducionismo e defender a tradição iniciada por Marx como plural e diversificada e totalmente capaz de lidar com as vicissitudes da realidade histórica. O grande temor que perpassa o artigo de Mouzelis é a associação errônea entre a noção de totalidade e de holismo e certa propensão ao autoritarismo político que emerge na reflexão pós-marxista destas noções. O autor não nega que certas expressões e passagens na obra de Marx poderiam resvalar para tal tendência. Todavia, isto de forma alguma é o núcleo da obra marxiana.

O jogo de palavras comum ao pós-marxismo entre determinismo/mecanicismo e cientificismo/ autoritarismo não pode ser livremente assimilado como a busca da totalidade e das intenções metodológicas holísticas. Contra isto “What is more important is that Marx’s work as a whole provides the *conceptual means* for looking in a theoretically coherent manner at social formations and their overall reproduction/transformation from both an agency and a structural/institutional point of view.”<sup>253</sup>

<sup>251</sup> MOUZELIS, 1988, p.113-114.

<sup>252</sup> [...eles rejeitam a distinção economia / política completamente. Política, no sentido amplo do termo, permeia todos os espaços sociais (há uma 'política' de produção, da família, da escola etc), e todas as distinções entre as esferas institucionais são discursivamente construídas.] Tradução Livre. Idem, Ibidem, p. 119.

<sup>253</sup> [O que é mais importante é que a obra de Marx como um todo fornece os meios conceituais para olhar de uma forma teoricamente coerente em formações sociais e sua reprodução total / transformação de pontos de vista tanto da agência quanto no aspecto estrutural / institucional.] Tradução Livre. Idem, Ibidem, p. 122.

O artigo de Mouzelis se aproxima mais claramente das críticas de Geras do que das réplicas de Laclau e Mouffe. Sua maior diferença estaria no tom das colocações dirigidas ao pós-marxismo, que em seu texto são menos ácidas e irônicas do que as realizadas por Geras. Além disto, não deixa de destacar a validade de certas demandas do pós-marxismo, como a crítica ao determinismo e a valorização de novos sujeitos políticos.

Se Mouzelis é mais comedido em sua avaliação do pós-marxismo, Geras, em sua tréplica, retoma o tom combativo de seu primeiro artigo. Em *Ex-marxism Without Substance: Being a real reply to Laclau e Mouffe*, publicado em 1988, na *New Left Review*, Norman Geras, mantendo o tom cortante e direto do texto anterior, retoma suas censuras ao pós-marxismo e questiona a réplica produzida por Laclau e Mouffe a seu primeiro artigo<sup>254</sup>.

O texto mantém o mesmo viés de rejeição do pós-marxismo e de suas teses. Todavia, denúncia também a incapacidade de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe de dar respostas coerentes e fundamentadas para as críticas postas ao pós-marxismo no artigo *Post-marxism?*. Para Geras, a réplica de Laclau e Mouffe coloca em funcionamento um jogo de artimanhas intelectuais que, entre outras coisas, torce os conceitos e as críticas apresentadas por ele em seu primeiro artigo, esforçando-se para não responder diretamente as questões suscitadas. Um exemplo deste expediente é a forma como tratam a questão do interesse objetivo. Pelo prisma pós-marxista, este existiria de um modo natural, irrefletido e determinado nos agentes ou não existiria de forma alguma.

Geras defende que não se pode pensar de jeito tão reduzido e dualista a questão da objetividade, ainda mais quando ela é posta sobre o viés da própria condição humana de conhecer o mundo. Esta posição se torna mais crítica especialmente quando feita por intelectuais pretensamente mais abertos teoricamente e pluralistas politicamente.

No bojo desta apreciação, outro problema é a representação pós-marxista do marxismo como calcado exclusivamente em uma posição de onipotência da relação base e superestrutura, descartando outras vertentes e tradições que mediam tais situações. Este marxismo só se “esclareceria” através de elementos externos ao próprio, recorrendo a teorias provenientes de campos tão distintos quanto a

---

<sup>254</sup> GERAS, Norman. *Ex-marxism Without Substance: Being a real reply to Laclau e Mouffe*. In: *New Left Review*. Nº 169. May-June 1988.p. 34-61.

psicologia, a filosofia, as ciências sociais, entre outros<sup>255</sup>.

Para Geras, uma das questões centrais de sua crítica e que não é adequadamente abordada é a que tange o dualismo que perpassa toda a teoria pós-marxista. Laclau e Mouffe definiram a lógica dual determinismo/contingência e polarizaram tal distinção, valorizando o último termo em detrimento do primeiro. Geras explicita que mesmo os autores afirmando que o pós-marxismo foge a tal dualismo, na prática, isto não ocorreria e o dualismo ainda serviria como forma de classificar deterministas e exaltar os defensores de uma teoria da contingência. Para o autor, o problema de Laclau e Mouffe é que mais que produzirem uma réplica, eles se preocuparam em encená-la.

A tréplica de Geras rejeita a acusação de que a história das ideias, pensada por ele, comportaria julgamentos afinados com termos como traição ou heresia. Por trás de tal declaração, esconder-se-ia uma visão comum ao pensamento de Laclau e Mouffe, notadamente, de que as novas tendências teóricas e políticas incorporadas ao marxismo são positivas e que as defesas feitas tendo por base um arcabouço marxista, com categorias diretamente produzidas por Marx ou derivadas delas, seriam ações em nome de um dogma empreendidas por fiéis. Neste debate, a principal acusação pós-marxista é a de que os marxistas derrapam no essencialismo. Segundo Geras, este pode ser definido de duas formas na obra dos autores.

For, 'essentialism' functions doubly in the discourse of *Hegemony and Socialist Strategy*: as concept and as stigma—and these two are, so to put it, dislocated. As concept, it is roughly given by the notion of 'expressive totality'. It is monism, reduction of apparent complexity to the underlying simplicity of an essence, explanation of the whole by reference to one part, and so on. As stigma, however, 'essentialism' is compatible with *not* explaining everything by reduction to one essence. It is merely some categorial discrimination, within social 'plurality', between more and less important<sup>256</sup>.

No caso do essencialismo, como de outros conceitos, operaria uma prática comum à análise historiográfica pós-marxista que é a de olhar o passado do

<sup>255</sup> GERAS, 1988, p. 39-42.

<sup>256</sup> [Pois, "essencialismo" funciona duplamente no discurso de *Hegemony and Socialist Strategy*: como conceito e como estigma- e esses dois são, desta forma, deslocados. Como conceito, é dado aproximadamente pela noção de "totalidade expressiva". É o monismo, redução de uma aparente complexidade para a simplicidade subjacente de uma essência, a explicação da totalidade por referência a uma parte, e assim por diante. Como estigma, no entanto, "essencialismo" é compatível com o não explicar tudo através da redução de uma essência. É apenas alguma discriminação categorial, dentro da 'pluralidade' social, entre mais ou menos importante.] Tradução Livre. Idem, *Ibidem*, p. 46.



marxismo com uma perspectiva fortemente *presentista*, descartando o que por ventura seriam os problemas e questões que levaram o marxismo a tradições e correntes distintas. Em outras palavras, o marxismo é teleologicamente inquirido tendo por objetivo respaldar e justificar a emergência do pós-marxismo. Com isto, ideias exógenas são inseridas no quadro intelectual de pensadores marxistas. Logo, o próprio dualismo comum ao argumento pós-marxista seria empobrecedor da obra de autores como Gramsci, Lênin, Trotski e Althusser<sup>257</sup>.

Outro grave problema da réplica de Laclau e Mouffe seria o de não esclarecerem o uso de suas categorias. Para Geras, tal atitude é funcional, pois permite abarcar uma infinidade de situações ao mesmo tempo em que atende aos interesses de momento da obra teórica. Este espectro ampliado dado às categorias pós-marxistas levaria também a uma dificuldade de se definir uma base para o que é uma causa progressista, reacionária ou conservadora. A lógica da articulação geraria, por exemplo, uma multiplicidade de discursos e uma situação de crise onde a ausência de uma base concreta impossibilitaria a articulação de um projeto emancipatório. A própria razão tornar-se-ia um discurso entre outros discursos. Concluir-se-ia, então, que o pós-marxismo operaria dentro de uma explícita contradição, a saber, ser um discurso anti-humanista que defende o humanismo sem se assumir como tal.

Na réplica produzida por Laclau e Mouffe, a questão epistemológica teria sido supervalorizada já que esta representaria somente 5% do seu texto. Quanto aos argumentos apresentados na réplica pós-marxista, estes teriam os mesmos problemas que os levantados no primeiro artigo crítico. Geras rejeita a afirmação de que é a condição do discurso que dota as *Coisas* do seu sentido e que para além disto não há a *Coisa* em si. Defende-se, ao contrário, que a relação diferencial da *Coisa* no seu aspecto positivo é também responsável por definir a condição da mesma, ainda que não incorporada dentro de um sistema discursivo.

Esta “despositivação” do discurso geraria situações temerárias como a equalização entre o discurso religioso e o científico. Criaria problemas práticos, pois tornaria complicado o julgamento de afirmações originadas no fundamentalismo religioso ou como a crença de que a AIDS é um tipo de consequência dos pecados da humanidade<sup>258</sup>.

---

<sup>257</sup> GERAS, 1988, p. 48.

<sup>258</sup> Idem, *Ibidem*, p.53-57.

Ao fim de sua tréplica, Geras recusa o que considera o grande problema do pós-marxismo que é o de assimilar o marxismo ao autoritarismo, ao reducionismo e ao essencialismo. Por outro lado, como um espelho invertido, o pós-marxismo seria um pensamento marcado pela democracia, pela pluralidade teórica e política. Para Geras, tal dualidade é pobre e irreal necessitando de um claro contraponto. Para ele,

[...] unlike faith or dogma, genuine knowledge is always provisional, subject to revision in the light of new information and evidence, needing periodically to be restructured, fallible; open therefore to 'pluralist' discussion and criticism, yet at the same time, pending possible rebuttal or revision, *knowledge so far as we have managed to get*<sup>259</sup>.

O Socialismo derivado das teses de Marx e Engels não fugiria, para Geras, dessas condicionantes e seria rico e forte exatamente por isto. De certa forma, o debate que tomou de assalto às páginas da *New Left Review*, na década de 80, já explicitava a tensão que o projeto pós-marxista suscitava no seio do marxismo. Posições que, pelo visto nas páginas acima, dialogavam partindo de pontos extremados da teoria social. A preocupação fundamental de Geras era a de evitar o alastramento das teses pós-marxistas pelo campo marxista. Já o *leitmotiv* de Laclau e Mouffe era o de abrir espaço e legitimar, na medida do possível, os pressupostos propalados em *Hegemony and Socialist Strategy*.

Os argumentos utilizados no debate cobriram um amplo espectro de questões sensíveis ao marxismo, indo da questão da luta de classes contemporânea, passando pelo problema da mobilização política revolucionária e de questões epistemológicas e ontológicas que permearam a história do marxismo.

O painel apresentado tendo por base a *New Left Review* é importante para o esforço de pensar o pós-marxismo e sua negação da História. Para adensar o quadro crítico sobre o pós-marxismo, outras posições podem ser agregadas, provenientes de períodos distintos entre a década de 80 e a primeira década do século XXI. Estes debates são o objeto da próxima seção deste capítulo.

---

<sup>259</sup> [...ao contrário de fé ou dogma o conhecimento genuíno é sempre provisório, sujeito a revisão, à luz de novas informações e evidências, necessitando periodicamente de ser reestruturada, falível; aberto portanto, 'pluralista' na discussão e na crítica, mas ao mesmo tempo, pendente a possível refutação ou revisão do conhecimento, tanto quanto conseguimos obter.]Tradução Livre. Idem, *Ibidem*, p. 59.

## 2.2.2 O Pós-marxismo: outros debates

As críticas ao pós-marxismo de Laclau e Mouffe não se restringiram obviamente aos artigos de Geras e Mouzelis e materializaram-se também em outras obras e artigos. Um livro que respondeu aos argumentos de *Hegemony* quase paralelamente a seu lançamento foi *The retreat from Class a new “true” socialism*<sup>260</sup>, da cientista política Ellen Meiksins Wood. A autora se preocupa em analisar um fenômeno mais amplo que é o processo de abandono do referencial teórico marxista clássico em detrimento de “novas” e “aperfeiçoadas” categorias e conceitos. Tal quadro compõe o “Verdadeiro e Novo Socialismo” (VNS) que se torna uma vertente popular na esquerda e, segundo Woods, materializava-se através das obras dos já citados Laclau e Mouffe, de Nicos Poulantza, Barry Hindess, Paul Hirst, Gareth Stedman Jones, entre outros.

No geral, o VNS é marcado pelo abandono da classe como categoria heurística e política. Descarta-se a existência de uma relação entre as esferas econômicas e políticas. O socialismo poderia ser amparado por uma série de “batalhas” democráticas que objetivavam um bem universal distante do reducionismo da classe<sup>261</sup>.

O pós-marxismo é compreendido por Woods como um dos pilares deste novo socialismo. Sua preocupação recai sobre a excessiva valorização da ideologia e do discurso como fundadores da realidade histórica. Para a autora canadense, tais condicionantes já apareciam na primeira obra de Laclau<sup>262</sup>. A luta de classe seria muito mais uma luta intelectual que operaria diretamente relacionada à expansão dos pressupostos da democracia liberal. Colabora para tal visão “discursivista” a tendência de Laclau e Mouffe de estimar em demasia o determinismo tecnológico como eixo central da obra de Marx. O que para Woods não é um feito inédito nas fileiras do marxismo, mas que no pós-marxismo torna-se um espelho invertido de rejeição do marxismo e de reconstrução da agenda pós-marxista.

A grande contradição no pós-marxismo seria a diluição da realidade social em um caldo discursivo que, para Woods, levaria a uma negação do processo histórico e da própria história.

---

<sup>260</sup> WOOD, Ellen Meiksins. *The retreat from Class: A new “true” Socialism*. London: New York; Verso books, 1986.

<sup>261</sup> Idem, *Ibidem*, p. 3-4.

<sup>262</sup> LACLAU, 1978.

A careful consideration of the 'clear alternatives' offered by Mouffe and Laclau, between a simplistic revolutionary chiliasm and a total denial of any organic connection between working-class interests and socialism – indeed, a denial of working-class interests *tout court* – reveals a remarkable conception of historical and social process, or, more precisely, the absence of any such conception at all. What it effectively means is that, where there is no simple, absolute, mechanical, unilinear, and non-contradictory determination, there is no determinacy, no relationship, no causality at all. There are no historical conditions, connections, limit, possibilities. There are only arbitrary juxtapositions, 'conjunctures', and contingencies. If anything holds the discrete and isolated fragments of reality together, it is only the logic of discourse<sup>263</sup>.

Esta perspectiva sobre o processo histórico é para Wood, como também para Geras e Mouzelis, uma ameaça ao projeto emancipatório defendido pelo próprio pós-marxismo. Este apagamento mais que libertador é temerário, pois reduz o processo de transformação da realidade a um simples jogo de articulação de identidades fantasmáticas que se hegemonizam por meio de um conceito esvaziado de democracia. O papel central neste processo seria desempenhado pelo intelectual e pela ação de uma difusa força popular que, articulados, poderiam transformar as relações capitalistas de produção. O que leva a conclusão, rejeitada veementemente por Wood, que a condição social de existência não é determinante para a produção de um projeto de antagonismo ao capitalismo, sendo muito mais relevante a possibilidade de articulação de um discurso democrático e emancipatório.

O VNS de Laclau e Mouffe leva o socialismo a uma posição quase caricatural, de mais um discurso entre tantos outros discursos. O pós-marxismo mesmo apostando tão alto na esfera do político não ancora tal posição na concretude das relações sociais de produção.

In fact, there is no social basis for *any* kind of politics. Discourse is all. And, indeed, Laclau and Mouffe emphasize that the various social struggles which are now taking place could as easily be 'articulated' with anti-democratic as democratic discourse. In the final analysis, everything

---

<sup>263</sup> [Um exame cuidadoso das 'claras alternativas' oferecidas por Mouffe e Laclau, entre um milenarismo revolucionário e simplista e uma negação total de qualquer ligação orgânica entre os interesses da classe operária e o socialismo- na verdade, uma negação dos interesses da classe trabalhadora *tout court* - revela uma concepção notável de processo histórico e social, ou, mais precisamente, a ausência de qualquer concepção de todo. O que isto significa é que efetivamente, onde não há determinação simples, absoluta, mecânica, unilinear, e não-contraditórias, não há nenhuma determinação, nenhuma relação, sem causalidade de todo. Não há condições históricas, conexões, limite, possibilidades. Há apenas justaposições arbitrárias, 'conjunturas', e contingências. Se alguma coisa tem os fragmentos discretos e isolados da realidade juntos, é apenas a lógica do discurso.]Tradução Livre. WOOD, 1986, p. 62.

depends upon the success of intellectuals in conducting a 'complex set of discursive-hegemonic operations'<sup>264</sup>

As críticas de Wood à valorização exacerbada do discurso receberam a adesão de Terry Eagleton, marxista conhecido pelos trabalhos na área da crítica literária e cultural. Em *Ideologia*, o autor associa o fenômeno pós-marxista a outras tendências da década de 70 e 80, notadamente às teses de Hindess e Hirst. Sua crítica volta-se especialmente para o papel que o conceito de hegemonia desempenha no pós-marxismo. Para ele, *Hegemony and Socialist Strategy* trabalha com usos distintos para este conceito, especialmente na forma como ora defende a condição social determinante para o interesse político hegemônico, ora descarta tal *locus* e aposta na visão de que é a articulação hegemônica que dota de sentido as determinantes sociais<sup>265</sup>.

Neste último caso, a hegemonia seria tão totalizadora quanto a determinação econômica criticada no marxismo tradicional. Para Eagleton, os autores de *Hegemony* tentam manter uma tensão entre estas duas dimensões. Entretanto, muitas vezes, caem em lapsos e incongruências textuais.

Outra questão problemática é a maneira como Laclau e Mouffe trabalham o conceito de "interesse objetivo". Este significaria "[...] algo como interesses automaticamente oferecidos a nós pela nossa localização nas relações de produção, e, é claro, estão muito certos em rejeitar a noção como forma de reducionismo econômico."<sup>266</sup>

Esta visão estreita, para Eagleton, limita a capacidade teórica do pós-marxismo, pois este, acreditando romper com o objetivismo, cai em uma perspectiva de ceticismo na qual só há interesses desencarnados articulando-se hegemonicamente. Isto leva a uma agenda eclética que tudo pode abarcar, já que a condição concreta dos sujeitos históricos não é relevante para as lutas e as ações empreendida por eles.

O núcleo teórico da proposta pós-marxista é para Eagleton, como também para Geras e Wood, a expansão do discurso sobre a realidade social. Neste caso,

<sup>264</sup> [Na verdade, não existe uma base social para *qualquer* tipo de política. O discurso é tudo. E, de fato, Laclau e Mouffe enfatizam que as diversas lutas sociais que estão ocorrendo agora poderiam facilmente ser "articuladas" tanto como antidemocrática quanto como discursos democráticos. Em última análise, tudo depende do sucesso dos intelectuais na condução de um "conjunto complexo de operações discursivo-hegemônicas".] Tradução Livre. WOOD, 1986, p. 74.

<sup>265</sup> EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Editora UNESP: Editora Boitempo, 1997, p. 188-189.

<sup>266</sup> Idem, *Ibidem*, p. 190.

A categoria do discurso é inflada a ponto de imperializar o mundo todo, elidindo a distinção entre pensamento e realidade material. O efeito é solapar a crítica da ideologia – pois se as ideias e a realidade material são dadas indissolivelmente juntas, não pode haver a questão de perguntar de onde vêm as ideias sociais<sup>267</sup>.

A discursivização torna-se uma nova totalidade que plasma a compreensão dos fenômenos sociais, cancelando qualquer crítica que recorra a uma origem ou a um fator que escape a esta condição. Partindo desta premissa e escrevendo do campo dos estudos culturais, Paul Bowman defende que o problema não é a inflação do discurso, mas a ausência no pós-marxismo de um lastro de clareza sobre o lugar institucional que gesta e ampara o seu próprio discurso.<sup>268</sup> O autor reconhece a influência decisiva do pós-marxismo sobre a origem dos Estudos Culturais e sobre o principal teórico deste campo, Stuart Hall. No entanto, destaca que os Estudos Culturais desenvolveram uma capacidade de reconhecer e criticar o lugar de sua própria fala, o espaço de onde a teoria é enunciada.

Para Bowman, o pós-marxismo não realiza este movimento de autorreflexão se colocando em uma posição cômoda de levitar sobre a realidade social e histórica, mesmo que objetive a crítica desta situação e a formulação de uma agenda de ação sobre ela. Isto significa que “[...] post-Marxist discourse theory does not consider itself as discourse, or as being in discourse. It does not reflect on the politicality of itself. It doesn’t directly address the impact of itself as politicality consequential intervention.”<sup>269</sup>

O não reconhecimento de suas condições institucionais levaria a uma queda no *politicismo* abstrato de um discurso teórico de esquerda. Uma das origens de tal diferença estaria na forma como a desconstrução derridiana funcionaria nas duas tendências teóricas. Nos Estudos Culturais, esta opera partindo do texto como realidade, enquanto no pós-marxismo age dentro de um quadro que privilegia o discurso.

Na visão de Bowman, o texto apresentaria uma visão mais restrita e limitada. Já o discurso teria por excelência uma tendência a ser mais expansivo em sua compreensão da realidade. Mesmo com tais problemas teóricos, o pós-marxismo

<sup>267</sup> EAGLETON, 1997, p. 192.

<sup>268</sup> BOWMAN, Paul. *Post-marxism versus cultural studies: theory, politics and intervention*. Edinburgh: Edinburgh University press, 2007, p.

<sup>269</sup> [...teoria do discurso pós-marxista não se considera como discurso, ou como dentro de um discurso. Ele não reflete sobre o *politicidade* de si mesmo. Ele não aborda diretamente o impacto de si mesmo como intervenção politicamente consequente.] Tradução Livre. Idem, *Ibidem*, p. 133.

seria ainda um alternativa teórica relevante no cenário contemporâneo. Para Bowman, o produtivo seria uma articulação entre os estudos culturais e o pós-marxismo como saída ao reducionismo e a utilização de forma mais efetiva da desconstrução para os males da apatia e do conservadorismo contemporâneo<sup>270</sup>.

Uma posição intelectual interessante no debate que cerca o pós-marxismo é dada por Slavoj Zizek. Inicialmente, o pensador esloveno acolheu muitas das teses de *Hegemony*, o que influenciou na escrita de uma de suas primeiras obras em língua inglesa de fins da década de 90 do século XX, *The Sublime object of ideology*, que contou, na introdução da primeira edição inglesa, com a apresentação de Ernesto Laclau<sup>271</sup>. Nesta obra, o autor problematiza a questão da ideologia e do discurso ancorado por uma forte leitura Hegel-lacanianana, criticando regimes totalitários e apontando a democracia como uma saída política para a crise contemporânea da esquerda.

A trajetória de Zizek posterior a esta obra é de gradativa rejeição das teses de *The sublime* e de construção de uma visão (pós) marxista peculiar. Como o objetivo não é se debruçar sobre as teses de Zizek, mas sim sobre as críticas que este dirige ao pós-marxismo, deve-se ter claro que o autor ao longo de sua trajetória se posiciona claramente contrário às teses de que a democracia é o único caminho válido para a esquerda. Defende, inversamente, que o capitalismo exerce um papel de metadiscurso sobre a realidade e que, mais que outros sujeitos identitários, são os trabalhadores os mais afetados pelo sistema do capital, sendo também os que detêm condições de se opor com mais força contra tal processo<sup>272</sup>.

O diálogo entre as posições de Zizek e Laclau foram materializados através do livro *Contingency, Hegemony and Universality*, escrito pelos dois autores

---

<sup>270</sup> BOWMAN, 2007, p. 186-211.

<sup>271</sup> ZIZEK, Slavoj, *The Sublime object of ideology*. London: Verso Books, 1989. [Tradução brasileira: ZIZEK, Slavoj, *Eles não sabem o que fazem: O sublime objeto da ideologia*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1992.] A edição brasileira ao que parece é uma sobreposição de duas obras de Zizek a primeira *The sublime object of ideology* e *For they know not what they do: enjoyment as a political factor* de 1991. Deve-se ressaltar que a versão brasileira é originária de uma edição francesa de 1991.

<sup>272</sup> A crítica de Zizek à democracia parte de seu background laciano e pressupõe uma rejeição da democracia como Coisa, o que significa a negação de sua dimensão sagrada, de significante capaz de garantir a sutura da sociedade. Para Zizek o papel de prevenir tal processo de entronização da democracia cabe a luta de classes. Ver WEBER, Barret. Laclau and Zizek On democracy and populist reason. In: *International Journal of Zizek Studies*, vol. 5, nº 1, 2011.

juntamente com a pensadora Judith Butler e lançado em 2000<sup>273</sup>. A obra é composta por uma série de artigos escritos em forma de debate entre os autores. Em uma de suas intervenções, especificamente no texto *Class struggle or Postmodernism? Yes, Please!*, Slavoj Zizek deixa claro que diferentemente do que pensam os pós-marxistas as novas subjetividades hegemônicas não são antitéticas ao regime do Capital. Ao contrário, tais movimentos que se amparam em uma rejeição da totalidade e da luta de classes são promovidos e articulados pelo próprio capitalismo. Uma questão teórica que, para Zizek, é problemática é a tocante à existência da lógica da hegemonia que no texto pós-marxista aparece tanto como elemento intemporal e, *a priori*, como fruto de um processo histórico de crise do marxismo em conjunção com as mudanças da sociedade pós-industrial.

No mesmo livro, Laclau responde a algumas das posições esboçadas por Zizek. Sua principal desconfiança em relação às conclusões do esloveno são direcionadas sobre o uso que este faz de categorias como *capitalismo, luta de classe, proletariado e ideologia* dotando-as de uma condição autoexplicativa e expandindo sua abrangência a uma dimensão quase transcendente.

Para Laclau, Zizek *fetichiza* tais categorias negligenciando até mesmo os desenvolvimentos teóricos marxistas que atualizaram tais constructos. Neste caso, Laclau cita diretamente o trabalho realizado por Gramsci. A classe, por exemplo, é trazida por Zizek como um *deus ex machina* que tem o papel de gerar uma transformação benéfica e universal em oposição ao multiculturalismo fragmentário e reformista. Todavia, para Laclau, o texto de Zizek, com seus maneirismos, não traz uma clara definição do que é classe e como esta se relaciona com as diversas instâncias políticas e econômicas da contemporaneidade<sup>274</sup>. Os debates entre os dois autores se mantiveram durante boa parte da década e na primeira década do século XXI por meio de artigos, resenhas ou citações em livros<sup>275</sup>.

---

<sup>273</sup> ZIZEK, Slavoj. *Class struggle or Postmodernism? Yes, Please!* In: BUTLER, Judith; LACLAU, Ernesto; ZIZEK, Slavoj. *Contingency, Hegemony, Universality: Contemporary dialogues on the left*. London: New York: Verso, 2006.

<sup>274</sup> LACLAU, Ernesto. Structure, history and the political. In: BUTLER, Judith; LACLAU, Ernesto; ZIZEK, Slavoj. *Contingency, Hegemony, Universality: Contemporary dialogues on the left*. London: New York: Verso, 2006.

<sup>275</sup> Um recente debate envolvendo os dois autores ocorreu na revista *Critical Inquiry* em torno de um dos últimos livros de Laclau *On populist Reason* lançado em 2006. Neste livro Zizek era acusado de ser um niilista político. As respostas vieram nos artigos que se seguem. Ver: ZIZEK, Slavoj "Schlagend, Aber Nicht Treffend!," *Critical Inquiry* nº 33, Autumn (2006); ZIZEK, Slavoj, "Against the Populist Temptation," *Critical Inquiry* nº32, Spring (2006); LACLAU, Ernesto. Why Constructing a People Is the Main Task of Radical Politics In: *Critical Inquiry* nº 32, Summer (2006).



Em uma de suas mais recentes obras, Zizek deixa clara sua rejeição ao pós-marxismo. Para ele,

Laclau e Mouffe, ao contrário, propõem uma nova versão do lema arqui-revisionista de Eduard Bernstein, “o alvo é nada, o movimento é tudo”: o perigo real, a tentação a que se deve resistir, é a própria noção de um corte radical por meio do qual o antagonismo social básico será dissolvido e a nova era de uma sociedade autotransparente e não alienada chegará. Para Laclau e Mouffe, essa noção nega não só o político como tal, o espaço do antagonismo e luta pela hegemonia, como também a finitude ontológica fundamental da condição humana como tal; é por isso que toda tentativa de realizar esse salto deve acabar em desastre totalitário. <sup>276</sup>

O erro de Laclau e Mouffe seria pensar que, opostamente, é possível superar a existência de essencialismos e determinismos em nome de uma sociedade utópica composta por sujeitos com identidades fluídas, hegemonizados por causas particulares que se universalizam provisoriamente. Zizek aposta exatamente na possibilidade de uma transformação revolucionária da sociedade, de uma grande ação de mudança dos parâmetros societários do sistema do Capital.

Se boa parte da bibliografia apresentada é deveras reticente em relação ao pós-marxismo, outro conjunto de reflexões tendeu a adesão e a defesa do fenômeno teórico pós-marxista. Uma série de intelectuais partiu das conclusões expostas em *Hegemony* e no percurso intelectual de Laclau e Mouffe a *posteriori* para defenderem os ganhos teóricos e políticos de uma guinada em direção ao pós-marxismo. Muitos deste eram ex-alunos de Laclau ou Mouffe que frequentaram cursos e disciplinas em diversas universidades ao redor do globo.

Nas próximas páginas, apresenta-se uma série de reflexões e críticas que tomam o pós-marxismo como fenômeno positivo.

Anna Marie Smith, em *Laclau e Mouffe: the radical democratic imaginary*, apresenta uma visão de conjunto da obra teórica de Laclau e Mouffe<sup>277</sup>. A autora de origem canadense deixa clara a importância do pós-marxismo para o pensamento de esquerda e para a situação histórica contemporânea. Destaca-se em seu texto especialmente as qualidades do pós-marxismo em ser uma teoria política que reconhece o papel de sujeitos que não eram abarcados pela teoria da esquerda tradicional, a saber, movimentos pacifistas e de gênero, ambientalistas, ativismos de origem étnica, racial e cultural.

<sup>276</sup> ZIZEK, Slavoj, *A visão em paralaxe*. São Paulo; Boitempo, 2008, p. 351.

<sup>277</sup> SMITH, 1998.

A posição de Smith é a de adotar a adjetivação positiva do termo pós-marxismo. Com isto, abraça muitas das posições expostas em *Hegemony*, notadamente que “[...]the image of the democratic revolution as a subversive force that can be spread throughout the social in the form of an infinite series of contingent recitations.<sup>278</sup>” A autora esforça-se para contextualizar os aspectos teóricos da obra em consonância com os desdobramentos históricos que dariam validade ao esforço de Laclau e Mouffe. Smith reforça a dimensão democrática do projeto pós-marxista, já que para ela,

They propose complex processes of democratization as each progressive movement would renegotiate its identity by incorporating the others' demands, and by forging temporary blocs according to the tactical conditions at hand, but without ever imposing the disciplining leadership of preselected dominant group over the emerging historical bloc as a whole<sup>279</sup>.

Nesta visão, a democratização seria um processo fluído, descentralizado, aberto e não reducionista. Comparando a leitura de Smith em contraposição a de Geras, percebem-se os problemas que a exegese de um texto pode gerar, além da importância que o *background* teórico, histórico e intelectual tem para a avaliação de um fenômeno como o pós-marxismo.

De um lado, temos o pós-marxismo como um projeto progressista, de outro, o mesmo é visto como reacionário em todas as suas premissas. Rompendo com a última visão, Philip Goldstein tentou ampliar o escopo do pós-marxismo mantendo a posição de destaque de Laclau e Mouffe, todavia, valorizando o papel dos *founding father's* Althusser e Foucault e de prosélitos como Judith Butler, Pierre Macherey, Tony Bennett e John Frow<sup>280</sup>. A preocupação de Goldstein é apresentar o pós-marxismo como uma saída importante no campo da crítica literária e dos estudos culturais ao marxismo tradicional. O autor rejeita uma abordagem realista dos fenômenos sociais defendendo que a influência pós-estruturalista fez bem ao marxismo ao incorporar questões referentes ao discurso e à relação poder/conhecimento.

<sup>278</sup> [...a imagem da revolução democrática como uma força subversiva que podem ser espalhados por todo o social na forma de uma série infinita de recitações contingentes.]Tradução Livre. SMITH, 1998, p. 05.

<sup>279</sup> [Eles propõem complexos processos de democratização, como cada movimento progressivo renegociaria a sua identidade, incorporando demandas dos outros, forjando blocos temporários de acordo com as condições táticas a mão, mas sem nunca impor a liderança do grupo disciplinar dominante pré-selecionado ao longo do bloco histórico emergente como um todo.]Tradução Livre. Idem, *Ibidem*, p. 26.

<sup>280</sup> GOLDSTEIN, Philip. *Post-Marxist Theory: an introduction*. New York: New York press, 2005.

Goldstein defende que um mérito do pós-marxismo é reconhecer que os conflitos discursivos são mais importantes que os conflitos de classe. Esta condição de formação do sujeito através do discurso, para o autor, é determinante na emergência de um antagonismo na contemporaneidade. Uma das tarefas da nova esquerda é trabalhar dentro desta dimensão discursiva, defendendo tanto a desconstrução dos discursos tradicionais, como a articulação de hegemonias emancipatórias. Para Goldstein, esta batalha se inicia no texto, no mundo dos debates intelectuais e nas engrenagens que produzem e institucionalizam os discursos. Do mesmo modo que Anna Marie Smith, o autor se posiciona de forma entusiasmada com as teses pós-marxista, defendendo o papel de destaque desta teoria para o Ocidente capitalista<sup>281</sup>.

Assim como os autores já citados, Stuart Sim propõe através de algumas obras a adoção do pós-marxismo como um caminho profícuo entre as tendências intelectuais dos fins do século XX. Em seu *Post-marxism: an intellectual history*, o autor constrói uma obra de análise historiográfica da teoria desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. A obra de Sim é um empreendimento que ambiciona, de forma positiva, afirmar e expandir uma posição para o pós-marxismo dentro do debate intelectual contemporâneo. O autor se preocupa em marcar posição neste debate rejeitando críticas como as professadas por Geras, Wood e Eagleton.

Destarte, o erro seria a “fé” exagerada que os autores depositam no corpo teórico originado em Marx. Sim não deixa de defender que a perspectiva de que o capitalismo possa vir a desaparecer é ingênua, para dizer o mínimo. Segundo este autor, uma formulação tão usada para descrever os últimos desenvolvimentos como o Capitalismo Tardio,

[...] gives the impression that capitalism's demise is imminent, but after several generations of effort that can seem like wishful thinking- a false consciousness internal to classical Marxism. Post-Marxism is an acknowledgement that the wishful thinking has to stop, and that other more radical tactics, and 'redimensionings', have to be tried<sup>282</sup>.

---

<sup>281</sup> GOLDSTEIN, 2005, p. 110-114.

<sup>282</sup> [...Dá a impressão de que o fim do capitalismo é iminente, mas após o esforço de várias gerações pode parecer um pensamento exageradamente positivo- um falso dilema interno ao marxismo clássico. Pós-marxismo é o reconhecimento de que o pensamento positivo tem que parar, e que outras táticas mais radicais, e 'redimensionamentos', tem que ser tentados.] Tradução Livre.SIM, Stuart. *Post-Marxism: An intellectual history*. London: New York: Routledge, 2000, p.88.

O pós-marxismo operaria dentro da dimensão do “possível”. O pluralismo é uma condicionante que não pode ser mais renegada pelos marxistas. Tal constatação materializada por via da obra de Laclau e Mouffe levou a crítica a se autonomizar, a ganhar uma situação de distanciamento principalmente dos fatores causais da política e da economia. Em outras palavras, uma teoria sem uma *práxis* determinada. Pode parecer contraditório pensar tal afirmação para o pós-marxismo, já que o mesmo propõe uma agenda emancipatória. Todavia, esta operaria dentro de um contexto “contingente”, de articulações provisórias destituídas de qualquer teleologia, expressando-se em micronarrativas. Ao fim, o valor do pós-marxismo estaria na sua capacidade de negociação, ou melhor “[...] negotiation *plus* persuasion of the general public of the virtues of the spirit of Marxism. Again, not show biz: but an acknowledgement of a messy, complex, on-the-edge-of-chaos, reality which resists ‘one big idea’ fixes<sup>283</sup>.”

Esta condição de ser mais “adequado” ao mundo atual é destacada pela maioria dos teóricos que enveredam pelos debates teóricos pós-marxistas. O cientista político Joanildo A. Burity defende um aprofundamento das teses de Laclau e Mouffe por via de uma leitura mais acurada da obra de Jacques Derrida. O objetivo é o de valorizar o processo de “crise do marxismo” dos fins do século XX com o feitiço de disseminar outras leituras e aumentar as possibilidades de articulação de novos discursos na esquerda tradicional.

Burity leva as conclusões acerca do discurso democrático a um ponto de desenvolvimento que vão além das posições esboçadas no pós-marxismo. Para ele, a lógica democrática deve ser suplementada por uma política de instituição social que ancore uma nova ordem realmente emancipada. O interessante no artigo de Burity é a sua preocupação em propor o arcabouço teórico construído por Laclau e Mouffe para analisar o processo de liberalização do regime militar brasileiro, o retorno ao processo democrático eleitoral e as liberdades civis na década de 90 do último século<sup>284</sup>.

O quadro estabelecido até este momento é o de apresentar a correlação de forças no debate teórico e intelectual que cercou, e cerca, o pós-marxismo. No geral,

<sup>283</sup> [negociação mais persuasão do público em geral das virtudes do espírito do marxismo. Novamente, não é *show biz*, mas um reconhecimento de um confuso, complexo, no-limite-do-caos, realidade que resiste às correções de "uma grande ideia".] Tradução Livre. Idem, Ibidem, p.171

<sup>284</sup> BURITY, Joanildo A. Desconstrução, hegemonia e democracia: o pós-marxismo de Ernesto Laclau. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/nabuco/joan7.rtf>> Acesso em: 15 julho 2009.

a rejeição do marxismo “tradicional” gira em torno da prática de esvanecimento que a teoria de Laclau e Mouffe adota em relação às categorias do marxismo, produzindo em seu lugar novos constructos teóricos que pressupõem um mundo destituído de condições históricas determinadas e concretas, que amparariam uma *práxis* revolucionária.

Os defensores do pós-marxismo, por sua vez, exaltam justamente a capacidade deste fenômeno teórico em adequar-se aos novos ventos da sociedade pós-moderna e pós-industrial, todavia sem cair em um niilismo absoluto e propondo uma agenda política para estes novos e conturbados tempos.

A primeira parte deste capítulo teve a finalidade de apresentar o pós-marxismo e suas implicações teóricas, advindas em especial do livro *Hegemony and Socialist Strategy*. Já a segunda parte, se deteve com mais atenção sobre os debates desencadeados após a obra de Laclau e Mouffe.

A querela sobre a validade ou não do pós-marxismo como alternativa contemporânea mobilizou muitos intelectuais que, tendencialmente, na sua imensa maioria, pendiam para a esquerda. Entre as inúmeras possibilidades de se analisar teoricamente o projeto pós-marxista e, como visto, tal diversidade de questões foi levemente exposta nas páginas acima, esta dissertação defende que um dos elementos mais relevantes deste projeto é o modo como o pós-marxismo lida com o nexos temporal. Isto é, como representa a relação passado-presente-futuro, em especial, a maneira como nesta relação o passado é descartado como referente em detrimento do presente da articulação hegemônica.

O historiador catalão Josep Fontana, em seu livro *História análise do passado e projeto social*, aponta algumas das interrogações que movem o próximo capítulo desta dissertação. Em sua obra, o autor defende que toda forma de representação do passado, de narração ou descrição sobre os acontecimentos transcorridos em um dado período, detém em seu bojo um projeto social, um modo consciente ou inconsciente de selecionar e ordenar os fatos do passado partindo das correlações de força que se estabelecem no presente daquele que escreve sobre o passado<sup>285</sup>.

Assim, o pós-marxismo é, além de um fenômeno que se apresenta como uma intervenção teórica sobre o presente, uma teoria que elabora uma visão sobre a história.

---

<sup>285</sup> FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: EDUSC, 1998, p. 9-10.

Além desta perspectiva sobre o *labor* historiográfico, Fontana defende que no bojo deste processo se encontra o que ele chama “economia política”, um modo de explicar as relações entre os homens em torno do processo de produção e trabalho e de legitimar uma noção de progresso e ordem social. Tal relação de forças se expressa por meio de um projeto político que visa garantir uma intervenção sobre a esfera social.

Para Fontana, as três esferas - história, “economia política” e projeto político - se encontram indissociáveis na forma como a História é produzida. A oclusão ou a valorização de um destes elementos em detrimento dos outros faz parte do próprio processo de construção de uma historiografia enviesada, produto de uma dada condição histórica em que este processo se legitima.

O pós-marxismo não se furta de valorizar a afirmação já clássica de Marc Bloch de que a história se escreve no presente. Por este ângulo, a distância seria pequena entre as teses de Fontana e Laclau e Mouffe. Contudo, há uma grande diferença na forma como cada um destes autores lida com o passado e suas evidências e rastros. Se para Fontana não há como negar a positividade destes elementos como importantes e fundamentais para a escrita da história, o pós-marxismo pressupõe uma discursivização destes elementos, uma antiepistemologia que dilui o real, em nome de um projeto emancipatório.

O terceiro e último capítulo desta dissertação aborda o modo como o pós-marxismo representa e esvanece o passado através da rearticulação da categoria de hegemonia. Além disto, correlaciona o pós-marxismo a teorias da chamada historiografia pós-moderna, exemplificada por figuras como Hayden White e Keith Jenkins que advogam teses semelhantes no campo da teoria da história e que, algumas vezes, até se coadunam em um tipo de teoria pós-histórica. Ao fim espera-se descortinar o projeto social que o pós-marxismo propugna como intervenção válida para a crise contemporânea, a “vingança” da História sobre as pretensões do pós-marxismo.

### CAPÍTULO 3 - O FARDAMENTO DO PASSADO CONTRA A EMANCIPAÇÃO

O pós-marxismo como entendido até aqui é um fenômeno teórico que traz em seu bojo uma mistura entre o marxismo e as teorias pós-modernas. Seu surgimento, como visto no primeiro capítulo, responde às contradições históricas do capitalismo *fin de siècle* e das teorias pós-modernas, pós-estruturalistas, pós-industriais, entre tantas outras “pós-alguma coisa” que popularizaram-se na segunda metade do século XX.

O segundo capítulo teve como objetivo apresentar não só as teses pós-marxistas, mas especialmente o embate intelectual suscitado por elas no ambiente acadêmico e político da esquerda contemporânea.

Neste terceiro capítulo, o pós-marxismo, compreendido como uma teoria com uma correlata agenda política, é analisado em sua representação do tempo histórico, isto é, na forma como lida e explica o nexos temporal dotando este de um sentido e uma funcionalidade no arcabouço teórico pós-marxista.

Obviamente, o objetivo da obra de Laclau e Mouffe não era a de fazer uma intervenção no campo da História. Não há uma específica teorização acerca da historiografia ou da teoria da história como institucionalizadas atualmente no mundo acadêmico, mesmo que Laclau seja, por formação, um historiador. O passado, ou a *res gestae*, é compreendido pelo pós-marxismo de modo novo, visto como um fenômeno da esfera do discurso. Diluído de sua condição positiva, ele passa a fazer parte de uma *rerum gestarum* articulada ao sabor das vicissitudes de um presente em constante mutação.

O receio do pós-marxismo é cair em pecados como o materialismo, o determinismo, o essencialismo e a teleologia que, na visão de Laclau e Mouffe, contaminaram e reinaram nos debates marxistas. Deve-se ter em vista que a categoria central para a compreensão deste processo é a de hegemonia, que funciona no pós-marxismo de uma forma distinta daquela originalmente pensada por Gramsci. É preciso estabelecer de forma clara o papel que a hegemonia desempenha na obra de Laclau e Mouffe, suas peculiaridades em relação à concepção gramsciana e a forma como este conceito é capital para o modo como o pós-marxismo representa o passado, mas engendra também a sua visão de presente e seu projeto de futuro.

Em um segundo momento deste capítulo, espera-se definir as correlações e afinidades entre o modo como o pós-marxismo lida com o tempo histórico e o que atualmente se convencionou chamar historiografia pós-moderna. Não sem motivos, historiadores como Hayden White, Keith Jenkins, Alun Munslow defendem que o historiador deve se libertar do “fardo” de um passado positivado, prisão para investigações infundáveis, enquanto que a matéria prima seriam a linguagem, a forma e o discurso no qual os historiadores inescapavelmente estariam agrilhoados. Tais intervenções levariam, até mesmo, a um questionamento da história enquanto área e disciplina relevante do conhecimento humano, um período pós-histórico marcado pela condição pragmática do discurso sobre o passado, destituído de qualquer capacidade de determinar ou limitar um projeto emancipatório.

Por fim, espera-se chegar a uma reflexão do que está em jogo no campo da História ao se adotar uma posição pós-marxista acerca do tempo histórico. Como suscitado por Josep Fontana (1931-), qual o projeto social desvela-se por detrás do horizonte pós-marxista. A posição presentista e pós-histórica em sua teoria não deixam de ser uma forma de intervenção na realidade, respondendo de um modo específico as correlações de forças de uma dada condição histórica. Assim, apresenta-se como uma novíssima “estratégia socialista” que visa promover a emancipação da sociedade e pretende defender tal agenda por meio de uma nova concepção de tempo histórico, muito distante do materialismo histórico de Marx e Engels.

### 3.1 O ESVANECIMENTO DA HEGEMONIA

O pós-marxismo, como exposto na obra *Hegemony and socialist strategy*, nasce da constatação de que o marxismo tradicional, restrito a um determinismo mecanicista, não alcançava de forma adequada a dimensão contingente e fugidia da realidade. Para Laclau e Mouffe, é Gramsci quem elabora de forma mais precisa a necessidade de suplementar a teoria marxista. O conceito de hegemonia, como pensado pelo pensador sardo, esboçaria de forma mais acabada este movimento de revisão. Mesmo tendo sido pela primeira vez elaborada dentro dos debates da social-democracia russa e aparecido nas reflexões de Lênin sobre o processo revolucionário, é com Gramsci que esta noção ganha centralidade dentro de um corpo teórico derivado da obra de Marx.



No quadro da obra de Gramsci, a hegemonia emergiu das experiências histórico-concretas com a qual se deparavam adeptos da “filosofia da práxis” nas sociedades do tipo ocidental e no anseio destas em levar a contento uma estratégia revolucionária e a construção de uma “sociedade regulada”. Como defende Lincoln Secco, a hegemonia é um processo, e não um conceito ambíguo carregado de múltiplos sentidos adaptável a qualquer tipo de situação e necessidade<sup>286</sup>.

Por conseguinte, Gramsci recorre a uma reflexão que parte da distinção entre a formação histórica Ocidental e Oriental para defender que não se pode transpor de forma automática uma estratégia revolucionária de sucesso no oriente, a guerra de movimento, para um contexto complexo e multifacetado como no ocidente, onde seria necessário um tipo distinto de ação revolucionária, a guerra de posição.

Para formular esta especificidade, Gramsci dialoga diretamente com Lênin e recorre à experiência russa como igualmente à Revolução Francesa e o *Risorgimento* em busca de elementos que ancorassem sua intervenção. Hugues Portelli explicitou de modo didático as semelhanças e as diferenças entre os dois autores. Gramsci e Lênin estariam de acordo em valorizar o caráter de classe da hegemonia, em propor a sua organização intelectual, em ver a hegemonia como ampliação do número de grupos e classes aliadas, e, por fim, na necessária concretude da hegemonia a um determinado contexto histórico<sup>287</sup>.

Se estas eram afinidades teóricas entre dois dos principais teóricos do marxismo acerca do processo que leva a hegemonia, não se pode negar uma fundamental diferença, qual seja a direção cultural e ideológica que determina a hegemonia. Segundo Portelli, Lênin pensa a hegemonia principalmente em seu aspecto político. O objetivo é a conquista da sociedade política e é em torno deste objetivo que se articulam as alianças e as ações das classes hegemônicas.

Já em Gramsci, a luta ocorre no campo da sociedade civil, através de um processo que abrange a transformação do senso comum por meio da expansão dos pressupostos que ancoram a filosofia da *práxis* através do papel destacado do partido, o “príncipe moderno”<sup>288</sup>. Se Portelli percebe diferenças, estas não devem ser absolutizadas como antitéticas, mas sim como estratégias distintas, e, até certo

---

<sup>286</sup> SECCO, Lincoln. *Gramsci e a revolução*. São Paulo: Alameda, 2006, p. 46.

<sup>287</sup> PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 63-64.

<sup>288</sup> Idem, *ibidem*, p. 65.

ponto, complementares dentro de um contexto conflituoso teoricamente, que era a IIIª Internacional.

A hegemonia em Gramsci tem como elemento fundamental para sua inteligibilidade a noção de Estado integral ou ampliado. Recusava-se com esta formulação a visão um tanto quanto reducionista da tradição marxista até os debates da III Internacional, que pensava o Estado, grosso modo, como um comitê dos interesses da burguesia. Gramsci expande esta definição incorporando como elemento essencial e indissociável do Estado a sociedade civil.

Neste caso, o Estado ganharia a característica de ser a articulação dialética entre sociedade política e sociedade civil. Operaria, neste processo, a necessidade de ir além da esfera da coerção e da ditadura, tão associada ao Estado nos escritos dos marxistas. Além disso, pensar o processo em que as classes dominantes constroem uma base de consenso através de aparelhos privados de hegemonia, tão distintos quanto jornais, igrejas, sindicatos, entre outros. Esta hegemonização não se dá sem a existência de compromissos, às vezes incorrendo em perdas para a classe dominante. Todavia, segundo Gramsci,

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica<sup>289</sup>.

Na citação acima, Gramsci deixa claro que a hegemonia não é somente um processo que ocorreria em um suposto mundo da “superestrutura”, mas que é na esfera das relações sociais de produção que está o “fundamento” que garante a direção sobre a hegemonia. Além disto, tal compromisso tem um limite, que é o controle sobre a atividade econômica. O Estado ampliado ou integral funcionaria não só por um processo de direção cultural e intelectual da classe hegemônica, mas, do mesmo modo, por meio do domínio, expresso através do controle dos instrumentos de correção existentes no Estado. Pode-se pontuar uma primeira diferença notória entre a hegemonia gramsciana e a pós-marxista, que é a inexistência na última de

---

<sup>289</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: volume 3. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 48.

qualquer tipo de “ancoragem” da hegemonia junto às relações concretas de produção e nos embates de classes decorrentes destas, como elaborado por Gramsci e expresso na citação acima<sup>290</sup>.

A hegemonia não pode então ser entendida, conforme muitos liberais o fazem, como um simples consenso destituído de instrumentos de coerção, amparada no aceite mecânico e adestrado das massas. A hegemonia existe na história, no processo de lutas de classes, de constante conservação e transformação das bases que dão sustentação a uma classe hegemônica. Como bem define Secco,

[...] hegemonia é geralmente entendida como a capacidade que uma classe, uma fração ou conjunto de frações de classe, um grupo social ou mesmo um partido tem dirigir outros segmentos sociais e eventualmente oprimir ou liquidar aqueles que não aceitam pacificamente a sua direção. Entende-se muitas vezes uma classe que é hegemônica como também dominante, ou seja, aquela que *conduz* toda a sociedade<sup>291</sup>.

É importante perceber que, para além de uma possível articulação de discursos distintos sobre um projeto comum, a hegemonia envolve do mesmo modo a coação, o uso da força como garantidora de uma dada correlação de forças. Negligenciar tal condição é apagar as trincheiras e barreiras que impedem a construção da contra hegemonia das classes subalternas. Para Gramsci, a “guerra de posição” não pode negligenciar a “guerra de movimento” se esta se fizer necessária na conjuntura do conflito hegemônico.

Esta pequena definição em torno da hegemonia em Gramsci se fez necessária para marcar posição com a forma distinta como o pós-marxismo abordou a noção de hegemonia. Como visto no segundo capítulo, a hegemonia aparece no processo de crise que o marxismo vivenciava no início do século XX. A “crise do marxismo” levou, na visão de Laclau e Mouffe, a diversas tentativas de sair do território fechado e engessado da teoria marxista, recorrendo-se a posições que privilegiavam a contingência e a dimensão não determinada da existência humana. A hegemonia em Gramsci apareceria, então, como uma saída, já que buscaria ampliar

---

<sup>290</sup> Em outra importante passagem dos Cadernos do Cárcere, Gramsci explicita de forma clara sua posição acerca da relação estrutura-superestrutura. Uma noção muito utilizada por ele para compreender isto é a de relações de força. Em seu processo reflexivo defende que as relações de força podem ir do estrutural, “independente das vontades dos homens”, passando pela relação de forças políticas, que engloba tipos distintos de consciência política como o econômico-corporativo, de solidarização de interesses e de universalização, indo até as relações de forças militares. Explicita-se aqui mais uma diferença entre as teses de Gramsci e o discursivismo pós-marxista. Ver: Idem, *Ibidem*, p. 40-43.

<sup>291</sup> SECCO, 2006, p. 43.

o escopo da estratégia socialista, ao mesmo tempo em que não se contentaria em permanecer restrita à estrutura das relações de produção.

A hegemonia pós-marxista aparece, então, primeiro como um processo de rearticulação teórica condicionada pelas transformações históricas (sociedade pós-industrial) e ontológicas (sujeito descentrado e linguisticamente *performedo*) que emergem na segunda metade do século XX. Analisando tal processo, Ana Rodrigues C. Alves afirma que

[...] Laclau e Mouffe, desenvolvem uma nova abordagem da hegemonia que tenta ligar a lógica político-interpretativa de Gramsci à crítica filosófica radical, ancorando-se, para tanto, nas reflexões do pós-estruturalismo, principalmente no desconstrucionismo de Derrida e na teoria lacaniana. O novo enfoque se funda no privilégio do momento da articulação política e concebe a hegemonia como uma prática articulatória. Para se situar firmemente no campo da articulação, os autores assumem uma perspectiva ontológica distinta da encontrada no marxismo, que concebe a sociedade como totalidade que determina todo tipo de arranjo estrutural através de suas leis internas. Em contraposição, eles consideram a abertura do social como constitutiva, como “essência negativa” do existente. Não existe um espaço suturado que possa ser concebido como “sociedade”, uma vez que o social carece de essência<sup>292</sup>.

A fusão descrita acima gera um novo entendimento sobre o que é a hegemonia, que mantém certas similitudes com a elaboração original de Gramsci e muitas diferenças. De partida, a leitura historiográfica empreendida por Laclau e Mouffe, em *Hegemony*, concebe todo o empreendimento gramsciano como uma fuga inconsciente dos grilhões da teoria marxista. A hegemonia seria uma lufada de ar fresco sobre um arcabouço teórico fadado a conceber a sociedade como uma totalidade casualmente determinada pelas exigências do reino da necessidade.

Seguindo esta reflexão, e como apontado por Norman Geras, o pós-marxismo é a culminância de um processo gradativo de abandono das categorias fundamentais do marxismo e prefigurada na obra de vários pensadores que seriam pós-marxistas *avant la lettre*.

A hegemonia pós-marxista é reconfigurada tendo por princípio rejeitar a fundamentação nas relações sociais de produção que Laclau e Mouffe consideram um ranço determinista no pensamento de Gramsci. Como visto no segundo capítulo, o pós-marxismo discerne neste tipo de afirmação uma tentativa frustrada de suturar

<sup>292</sup> ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. *A (des)continuidade da tradição marxista no pós-marxismo de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe*. 2011. 127 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Sociologia. Universidade Federal de Pernambuco, 2011, p. 83.

o social, de produzir uma relação objetiva de causa-efeito entre a posição do sujeito nos meios de produção e sua ação política frente a sua condição de existência.

Seguindo as reflexões de Raymond Williams, pode-se matizar as conclusões de Laclau e Mouffe acerca do determinismo, que estaria presente por todo o pensamento marxista. Para Williams, é impossível pensar o marxismo sem certa dose de determinação. Todavia, ele se tornaria da mesma forma inviável como empreendimento teórico-prático se fosse multiplamente determinado.

Para o pensador inglês, deve-se estabelecer uma distinção entre determinismo e determinação. O primeiro termo seria relacionado ao estabelecimento de leis, uma objetividade abstrata que no marxismo ficou conhecida como economicismo. A determinação seria entendida como o estabelecimento de limites, uma objetividade histórica que se modifica através das diversas condições históricas de uma época<sup>293</sup>. O objetivo de Williams é o de valorizar a riqueza teórica do marxismo, sem negligenciar os possíveis exageros. Contudo, sem desconsiderar que estes só ocorrem dentro de um quadro histórico, em que muitas vezes certa vertente teórica se torna uma das formas de se lidar com a realidade contraditória do capitalismo.

Laclau e Mouffe não operam tal distinção, julgando o determinismo como parte da natureza do próprio pensamento marxista. Como alternativa à possibilidade de uma deriva teórica, os autores utilizam o conceito de sobredeterminação. Isto significaria que não haveria elementos essencialmente distintos um dos outros, mas que todos eles se constituem em consonância uns com os outros, não havendo fixação de identidades ou posições. A hegemonia, portanto, operaria de forma sobredeterminada sem uma fonte de determinação da articulação.

O que sobraria neste expurgo é a condição de pensar a hegemonia como uma articulação entre sujeitos de distintas posições, que se formam e se transformam, negando-se qualquer tipo de essencialismo que por ventura pudesse intervir neste processo. O máximo de estabilidade provém de pontos nodais, estabilizações provisórias do discurso. Tal condição do sujeito se dá, pois no pós-marxismo a realidade é discursivamente construída. O que significaria uma reconfiguração da própria noção de sujeito, que o distanciaria da perspectiva da teoria moderna.

---

<sup>293</sup> WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979, p. 88-89.

Deste modo, é importante recapitular que o discurso em Laclau e Mouffe é uma categoria totalizante, que descarta a distinção entre o discursivo e o extradiscursivo. O discurso deteria uma dupla natureza, qual seja, é tanto material quanto ideal. Indo além, o discurso como pensado por muitos filósofos da pós-modernidade não poderia ser açambarcado por tais classificações excessivamente ligadas à teoria social moderna. Com isto, não há como comparar a afirmação de Gramsci acerca da condição material das ideologias, já que o pós-marxismo rejeitaria tanto a aceção negativa de ideologia como “falsa consciência” como a definição de visão de mundo. Ambas seriam diretamente atreladas à existência de um “para além discursivo”, o que não condiz com as afirmações do projeto teórico pós-marxista de desconstrução do realismo epistemológico.

O que garantiria a contingência de qualquer arranjo hegemônico seria a lógica da equivalência e da diferenciação, que, como visto no segundo capítulo, impossibilitaria uma sutura do social. A consequência é a perene flutuação dos significados. Entretanto, isto não significa a ausência de tentativas de controle, pois estas ocorreriam em torno dos pontos nodais.

Destarte, os discursos que alcançam uma articulação hegemônica só o fazem por meio da existência de um antagonismo que garante, por meio das lógicas citadas acima, que o processo hegemônico não alcance plenitude ou total identificação. Neste caso, a própria “contra-hegemonia” só pode existir por um movimento que conjugue as mesmas lógicas que levam à hegemonia dominante, o que significa o mesmo que um processo contingente e provisório de hegemonia.

O que é deveras importante para a pesquisa aqui desenvolvida é que a hegemonização é, por excelência, um momento produtor de sentido, tanto para “representação” do passado, quanto para a prefiguração do futuro. Com isto, não há dado ou fonte, esta só tem o seu sentido quando do momento da articulação discursiva, da hegemonização. Uma nova hegemonização significa uma rearticulação dos discursos, consequentemente um novo sentido para os “dados” do passado. Isto ocorre, pois, como explicitado na obra de Laclau e Mouffe, a articulação é uma prática discursiva que modifica a identidade dos discursos articulados.

Partindo destas posições, a história, no sentido das ações e feitos realizados pelos homens no passado, a *res gestae*, não é relevante e determinante para a articulação hegemônica, já que, a hegemonia, como prática sincrônica de

articulação, é uma forma de resignificar o passado, de organizar a dispersão de discursos em torno de um arranjo provisório. Este processo também não possuiria um centro, um sentido determinado previamente, o que impossibilitaria qualquer tipo de teleologia. Igualmente não existiria uma condicionante para além do discurso que limitasse o processo de produção de novos significados, que, conseqüentemente, flutuam segundo o jogo da hegemonia. Operar-se-ia a valorização e expansão do tempo presente, visto como aquele que produz sentido, arena do jogo de articulação e diferenciação entre os discursos. Isto significa uma historicização que dilui o próprio tempo histórico, produzindo uma profusão de narrativas pensadas como autônomas em relação ao mundo objetivo. Não há regularidade, determinação ou estrutura que impeça o jogo da hegemonia.

O núcleo de tal *démarche* está na afirmação epistemológica pós-marxista de que o discurso não detém relação direta com algo como a realidade objetiva<sup>294</sup>. O real e sua representação direta ou indireta, consciente ou inconsciente, através dos discursos, são negados pelo pós-marxismo. Vê-se o social como discursivamente performado, sendo a própria ideia de um “real” fruto desta condição.

Segundo Matthew Nash,

Hegemony, as conceived by Laclau and Mouffe at the discursive level, is the struggle for political power through discursive re-articulation, the battle for the ideological constitution of identities through this sort of discursive subjectivization within various particular social formations. In a purely structural way, we can say that hegemony involves the transformation of elements into moments of that discursive formation, hence their articulation within the order<sup>295</sup>.

A batalha no campo discursivo envolve uma constante “guerra de posição” pelos sentidos e significados dos discursos. Entretanto, como Laclau e Mouffe constantemente afirmam, esta guerra não tem ponto de chegada. A hegemonia que

<sup>294</sup> O debate em torno das posições subjetivistas presentes na obra de Gramsci levou muitos intérpretes a supervalorizar estes elementos. O “filósofo da vontade” estaria prefigurando as conclusões pós-modernas do fim do século. Ver por exemplo a obra de HOLUB, Renate. *Antonio Gramsci: beyond marxism and postmodernism*. London: New York: Routledge, 1992. Alvaro Bianchi defende que Gramsci não cai em tal armadilha, ele teria clara consciência da distinção entre o real e o real pensado, um problema que o próprio pensador sardo via como problemático na obra de Giovanni Gentile. BIANCHI, 2008, p. 84-88.

<sup>295</sup> [Hegemonia, tal como concebido por Laclau e Mouffe no nível discursivo, é a luta pelo poder político através da rearticulação discursiva, a batalha para a constituição ideológica de identidades através deste tipo de subjetivação discursiva dentro das várias formações sociais particulares. De um modo puramente estrutural, podemos dizer que a hegemonia envolve a transformação de elementos em momentos desta formação discursiva, portanto, a sua articulação dentro da ordem.] Tradução Livre. NASH, Matthew. *Interrogating post-Marxism: Laclau and Mouffe, Foucault and Zizek*. 2009. 65f. Dissertation (Master)- Virginia Polytechnic Institute. 2009.

em Gramsci é uma categoria que se constrói por meio da análise das correlações de força existente na história concreta, torna-se propedêutica para a reflexão da *práxis* comunista em respeito a estas características.

No pós-marxismo, a hegemonia ganha o caráter de um processo de rearticulação discursiva, destituída de materialidade, evanescida de sua condição histórico-concreta, um jogo linguístico em movimento constante. Esta distinção produz óbvios problemas para o tipo de estratégia que são extraídas das conclusões de Gramsci e de Laclau e Mouffe. O primeiro vê a sociedade regulada como meta e reflete sobre as distintas formas como em uma sociedade industrial avançada tal objetivo pode ser alcançado. A agenda pós-marxista, representada por Laclau e Mouffe, defende um tipo específico de “guerra de posição” que visa garantir a expansão e a radicalização do discurso liberal-democrático.

Em uma leitura profícua do pensamento de Gramsci, Carlos Nelson Coutinho defende que o pensador sardo utiliza duas acepções de política, sendo uma mais “ampla” e outra mais “restrita”. A primeira está diretamente atrelada a uma visão ontológica das relações de poder, que se apresenta indissociável da existência humana. Para Coutinho, o processo dialético que leva do objetivo ao subjetivo, da necessidade à liberdade, que em Gramsci é conhecido como “catarse”, representa a principal contribuição da filosofia da *práxis* para a compreensão do político. No sentido “restrito”, Gramsci é um crítico da “ciência política” a entendendo como historicamente transitória, um fazer que deva ser alvo de transformação por parte da filosofia da *práxis*, já que este tipo de política está entranhada no *modus operandi* da sociedade capitalista<sup>296</sup>.

Para o pós-marxismo de Laclau e Mouffe, deve-se operar uma crítica da dimensão ontológica tradicional da teoria social moderna. A política deve ser compreendida como ausente de centro e com fundações provisórias, impossível de ser essencializada, totalizada ou guiada por uma reflexão transcendental. Ela também se apresentaria em uma dimensão “restrita” significando os acontecimentos, regulações e ações que se desdobram na esfera do Estado<sup>297</sup>.

No contraste entre o político em Gramsci e no pós-marxismo, pode-se perceber claras diferenças entre o caráter dialético da relação

---

<sup>296</sup> COUTINHO, Carlos Nelson. O conceito de política nos *Cadernos do Cárcere*. In: COUTINHO, Carlos Nelson & TEIXEIRA, Andréa de Paula. *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003, p. 70-72.

<sup>297</sup> Ver as conclusões de MARCHART, 2007, p. 134-153.



estrutura/superestrutura em oposição à visão planificada e desconstruída como o pós-marxismo enxerga a dimensão ontológico política. Gramsci, do mesmo modo, vê a política, em sua dimensão restrita, como alvo de uma crítica imanente. A mesma que Marx empreendeu contra economia política como um momento transitório, pensando o Estado integral como característico da ordem do Capital. Sua superação seria um objetivo fundamental da filosofia da *práxis*.

Já Laclau e Mouffe defendem que o processo de produção de um discurso democrático, desencadeado com a Revolução Francesa, que é símbolo de uma ontologia pós-fundacional, deve ser aprofundado e incorporado como parte da agenda política da esquerda contemporânea. Não há superação nem crítica imanente, mas a necessidade de um processo de infinita rearticulação discursiva.

A reformulação do conceito de hegemonia feita por Laclau e Mouffe é o eixo condutor de sua agenda política. Para Ana Rodrigues Cavalcanti Alves, o desacordo entre as duas tendências “[...] é que, enquanto em Gramsci a hegemonia remete à unidade de todo bloco histórico, Laclau e Mouffe questionam todo tipo de sutura, pois consideram que isso seja impossível. Toda tentativa de fechamento e de fixação de sentido é ideológica<sup>298</sup>.” Mais que isto, há entre as duas noções de hegemonia uma diferença de base ontológica e epistemológica o que gera uma incompatibilidade que vai muito além dos desejos de filiação pretendidos pelas afirmações de Laclau e Mouffe.

Uma pista relevante para tal distanciamento é dada pelas conclusões de Peter D. Thomas, que compreende como consequência das infinitas releituras da obra gramsciniana, um enfraquecimento da força teórica desta. Gera-se uma mentalidade do tipo “caixa de ferramentas” cujo corpo teórico articulado pode ser destrinchado em partes e peças que podem, ao bel prazer do teórico, serem utilizadas em uma infinidade de novos contextos. Para ele,

This is not to refuse *a priori* the many fertile and useful fields of investigation that have focused upon one or another of Gramsci's formulations. This will continue to play an important part in the reception of Gramsci and thus constitute one of the signs of his 'actuality'. It is, however, to suggest that such a decontextualised reading risks dissolving the search for Gramsci's 'organic concepts' into so many moments of indeterminate postmodern *jouissance* or, what is the same thing, instrumentalising his thought for

---

<sup>298</sup> ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. In: *Lua Nova* :revista de cultura e política. Nº 80, 2010, p. 94.

purposes wholly other, and sometimes directly antithetical, to the fundamental commitments of his intellectual and political practice.<sup>299</sup>

A hegemonia no pós-marxismo perde sua condição processual e histórica e ganha contornos de um processo sincrônico de rearticulação dos discursos. As relações históricas concretas que condicionam a existência dos seres humanos são plasmadas por um prisma discursivo, destituídas de sua positividade e tornadas figuras de uma narrativa sempre suscitada pelo ponto de vista do momento da hegemonia. Deixam de ter relevância às lutas entre as classes e suas frações como elemento dinamizador do processo histórico. O discurso ganha uma clara condição amorfa, voltado para os momentos de enunciação e não de sua produção.

Delineiam-se nesta concepção de hegemonia as influências pós-estruturalistas e pragmatistas que o pós-marxismo abraçou como forma de renovar o marxismo. Pode-se claramente perceber um furor pela libertação da teoria de suas condicionantes estruturais e a aposta de que um projeto emancipatório só pode existir por meio da liquidação destes “grilhões”.

O pós-marxismo não é uma teoria que se preocupa em pensar a História no seu aspecto disciplinar. Entretanto, um dos objetivos desta dissertação foi exatamente o de descortinar a posição implícita do pós-marxismo sobre a História. É a partir da constatação deste modelo de refletir sobre o passado, enquanto parte de um grande presente afogado na sincronia do discurso, que esta pesquisa volta-se para as afinidades que se estabelecem entre o pós-marxismo e uma teoria historiográfica pós-moderna.

Autores como Hayden White, Keith Jenkins, Frank Ankersmit e Alun Munslow afirmam, cada um a seu modo, um tipo específico de liquidação do passado, de defesa de uma dimensão linguística ou discursiva do conhecimento que os homens elaboram acerca da sua existência pregressa. O presente passa a ser visto sempre como o espaço de articulação das várias narrativas. Em alguns casos, a afinidade com a obra de Laclau e Mouffe é somente teórica e originada das diversas

---

<sup>299</sup> [Isto não é recusar *a priori* os muitos campos férteis e úteis de investigação que se concentraram em uma ou outra das formulações de Gramsci. Este processo vai continuar a desempenhar um papel importante na recepção de Gramsci e, portanto, constituem um dos sinais da sua "atualidade". É, no entanto, sugerido que tais leituras descontextualizadas arriscam dissolver a busca dos "conceitos orgânicos" de Gramsci em tantos momentos de indeterminado gozo pós-moderno indeterminado ou, o que é a mesma coisa, instrumentalizando seu pensamento para fins inteiramente outros e, às vezes, diretamente antitéticas para os compromissos fundamentais de sua prática intelectual e política.] THOMAS, Peter D. *The Gramscian Moment: Philosophy, Hegemony and Marxism*. Leiden: Boston: Brill, 2009, p. 46.

influências em comum que estes autores partilham. Em outros, como em Keith Jenkins, a relação é direta, com o pós-marxismo servindo tal qual uma corrente essencial para a sua proposta do *fazer* historiográfico.

O resultado do quadro teórico delineado é uma definição do passado como fardo, como restrição do livre agir dos homens e bloqueio da produção de alternativas à condição contemporânea. Para muitos destes autores, esta crença nas estruturas como capazes de determinar a existência humana não é completamente infundada. Todavia, não pode ser extraído daí nenhum tipo de narrativa verdadeira ou explicação totalizante que, por ventura, possa amparar um projeto de transformação política. Neste caso, a crença na positividade de fontes ou dados produzidos pelo trabalho do historiador é vista como uma ingenuidade advinda das premissas popularizadas pela escola metódica do século XIX.

No bojo destas reflexões, surgem afirmações de que viveríamos um período pós-histórico cujo conhecimento sobre o passado deixaria de ter relevância para a vida dos homens e para a ação na contemporaneidade. Por conseguinte, a História, enquanto disciplina institucionalizada, deveria, do mesmo modo, ou aceitar uma mudança completa de seus paradigmas, ou sucumbir frente a sua completa inutilidade para os novos tempos.

### 3.2 A HISTÓRIA ENCONTRA O SEU FIM

A historiografia contemporânea foi fortemente desafiada pelo que comumente se designa de virada linguística (*linguistic turn*). Uma profusão de posições teóricas e epistemológicas emergiu com a perspectiva de que o universo linguístico não era um elemento neutro no processo de produção do conhecimento<sup>300</sup>. O pós-marxismo está, como já visto, entrelaçado em questões advindas deste debate. Como citado acima, a hegemonia detém um papel chave para a discursivização do real e a produção de uma nova configuração do nexa temporal.

O historiador Ernst Breisach produziu uma interessante análise acerca dos desafios enfrentados pela historiografia no bojo das afirmações pós-modernas<sup>301</sup>. O autor defende que existem dois modelos distintos de movimento intelectual pós-moderno no trato do tempo histórico: o primeiro, chamado de pós-modernismo

---

<sup>300</sup> Ver o bom livro de CLARK, Elizabeth A. *History, theory, text: historians and the linguistic turn*. Massachusetts: London: Harvard University Press, 2004.

<sup>301</sup> BREISACH, 2003.

estrutural (*Structural Postmodernism*), é entendido como parte de muitas filosofias da história que preveem um futuro marcado pela continuidade e aprofundamento das características da sociedade moderna, uma realidade de extrema estabilidade, de valorização da razão e da liberdade, de previsibilidade científica. Neste primeiro grupo de pensadores, o autor classificou figuras tão distintas como Alexandre Kojève, Hendrik de Man, Arnold Gehlen e Francis Fukuyama.

A segunda tendência na intelectualidade pós-moderna é classificada como pós-modernismo pós-estruturalistas (*poststructuralist postmodernism*) que tende a amparar as teses de que o período pós-moderno é marcado por uma extrema fluidez das relações sociais, econômicas, políticas, entre outras. Tem o caráter cambiante das identidades, dos projetos políticos ancorados nos preceitos universalistas como liberdade e igualdade. O passado perde relevância frente ao presente e o futuro se torna opaco e nublado. Entre os diversos pensadores filiados a esta tendência, podem-se citar figuras como Roland Barthes, Jacques Derrida, Michel Foucault, Jean Baudrillard, entre outros. Deve-se ressaltar que o autor dedica um capítulo de seu trabalho para analisar a situação do marxismo frente a estas preposições. Para ele, o pós-marxismo não deixa de ser uma expressão da tendência pós-moderna e pós-estruturalista dentro do marxismo<sup>302</sup>.

Para Breisach, o grande problema está no núcleo epistemológico que ampara a distinção entre os pós-modernos estruturalistas e pós-estruturalistas. Os primeiros não teriam feito um ataque à epistemologia moderna nem teriam proposto um novo tipo de ontologia para este novo período histórico. Já a segunda tendência propugna uma distinção profunda neste debate entre o moderno e pós-moderno. Para esta vertente, os teóricos modernos se baseavam em falsas premissas epistemológicas construindo uma “Ciência” que almejava o conhecimento verdadeiro, objetivo da realidade. Acabar-se-ia caindo em uma perspectiva que valorizava o aspecto fluído da existência humana, destituída de sentido e de qualquer estrutura perceptível ao olhar retroativo. Como consequência, não haveria mais ação ancorada por um conhecimento “cientificamente” amparado<sup>303</sup>.

Breisach traça um panorama deveras interessante acerca do que está em jogo com as teses pós-modernas pós-estruturalistas. O pós-marxismo não deixaria de ser, do mesmo modo, parte desta corrente teórica e com ela manter afinidades. O

---

<sup>302</sup> BREISACH, 2003, p. 176.

<sup>303</sup> Idem, ibidem, p. 59-60.

modo de conceber o nexa temporal, a liquidação do passado enquanto positividade foi pensada por historiadores antes e posteriormente ao lançamento de *Hegemony*. Uma figura de destaque é sem dúvida Hayden White (1928-), historiador estadunidense que lançou, na década de 70 do século XX, a obra *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX*, e foi um dos primeiros a defender uma “libertação” da história denunciando a falsa crença em um sentido intrínseco ao passado e sua materialidade<sup>304</sup>.

Antes do lançamento desta obra muito conhecida, White lançou na revista *History and Theory* um artigo que já deixava claro as suas posições teóricas em relação ao labor historiográfico<sup>305</sup>. Em “O fardo do passado”, publicado em 1966, o autor já delineava algumas críticas ao *fabianismo* reinante entre os historiadores, haja vista que, dependendo do adversário e seu julgamento, o historiador tecia uma defesa que pendia, ora para as características mais artísticas, ora para as mais científicas da história<sup>306</sup>.

Para White, este engodo tramado na constituição da própria disciplina histórica no século XIX, não conseguia se sustentar frente ao desenvolvimento de outras áreas do conhecimento. Sua posição é que o século XX trouxe questionamentos que exigiriam dos historiadores uma mudança de postura teórica e política em relação a sua área do saber. Para ele,

[...] a história, tal como se costumava concebê-la, é um tipo de acidente histórico, um produto de uma situação histórica específica, e de que, desfeitos os mal-entendidos que deram origem a essa situação, a história talvez perca a sua condição de modo de pensamento autônomo e autolegitimador<sup>307</sup>.

Os argumentos que levanta para esta mudança partem da análise do surgimento da disciplina histórica no século XIX e das correlações que esta estabelece ao longo do século XX com outras áreas como a ciências e as artes. Tanto cientistas quanto literatos e artistas, segundo White, rejeitariam o estatuto conservador do trabalho historiográfico, além das falsas premissas que este emprega para legitimar seu trabalho. Um exemplo emblemático deste processo de

<sup>304</sup> WHITE, Hayden. *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX*. 2ª Ed., São Paulo: EDUSP, 1995.

<sup>305</sup> No Brasil o artigo foi lançado em uma coletânea de textos do autor. É esta edição que é utilizada na elaboração desta dissertação. Ver WHITE, Hayden. O fardo do passado In: WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 1994.

<sup>306</sup> Idem, *Ibidem*, p. 39-40.

<sup>307</sup> Idem, *Ibidem*, p.41.

rejeição se encontra nos aforismos de Nietzsche. Para ele, a história funcionaria como uma camisa de força sobre a imaginação e a criatividade do homem, limitando sua vontade de transformação sobre o mundo em que vive, já que os atos e feitos heroicos já haviam sido realizados e eram, infelizmente, rememorados como exemplos aos vivos. A resposta de Nietzsche seria a necessidade de se odiar a história<sup>308</sup>.

White elenca outros sem número de perspectivas desabonadoras do ofício do historiador. O núcleo desta exposição de testemunhos é corroborar a sua tese de que a História prendeu-se em pressupostos que não se sustentam frente aos desenvolvimentos intelectuais do século XX. Um dos principais é que o passado não tem existência fora da consciência, ele é tecido pelos discursos e pelas formas que este se apresenta em dada época. A ideia de uma consciência histórica, detendo uma historicidade própria e carregada de índices de eventos passados que permearia a escrita do historiador ao longo do tempo é, para White, risível. O historiador deve voltar-se completamente para o presente, pois é nele que estão os problemas a serem resolvidos por ele. Contudo, o que a História tem a oferecer a sua época não parece tanto, já que, para White, o lugar da disciplina histórica seria definido pelo espaço que a arte e as ciências ocupariam em seu tempo, “uma voz no diálogo cultural contemporâneo<sup>309</sup>”.

Esta tendência mestiça da história se explicaria pela sua concepção errônea e datada do que é a Arte e a Ciência. Enquanto estes campos abandonaram gradativamente premissas como o romantismo e o positivismo a história continuou presa a elas. A objetividade almejada pelos historiadores na tessitura de uma narrativa linear e explicativa de causas e efeitos das ações humanas passadas seria fruto deste apego a um espelhamento dos axiomas ultrapassados de outras áreas. Para White, mais que a distinção entre verdadeiro e imaginário a história poderia se dedicar a apreender as metáforas e estilos articulados pelos homens em torno de uma ou várias narrações do passado. Para o historiador estadunidense,

O resultado dessa atitude não é o relativismo, mas o reconhecimento de que o estilo escolhido pelo artista para representar uma experiência interior ou uma exterior traz consigo, de um lado, critérios específicos para determinar quando uma dada representação é internamente consistente e,

---

<sup>308</sup> WHITE, 1994, p.44-45.

<sup>309</sup> Idem, Ibidem, p. 54.

de outro, fornece um sistema de tradução que permite ao observador ligar a imagem à coisa representada em níveis específicos de objetivação<sup>310</sup>.

A proposta de White é apostar nas diversas articulações estilísticas que são utilizadas por intelectuais em cada época como um modo profícuo de investigação historiográfica. Estas diversas formas são plurais e diversificadas não se atendo a um só tipo de narrativa, nem condicionadas por um “falso” sentido *a priori* inerente às eventualidades históricas. O historiador deveria se preocupar com a forma metafórica com que o chamado “dado” histórico é apreendido, seja por outros historiadores, seja por artistas, intelectuais ou cientistas. É este caleidoscópio de formas narrativas que passa a ser o objeto teórico da pesquisa historiográfica.

O objetivo esperado da revisão empreendida por White é a libertação da história dos grilhões de um passado determinista e soberano, que aprisiona as expectativas de mudança e transformação, não só do historiador, mas de toda a sociedade, pois a história legitimada como disciplina e conhecimento ancora este *modus operandi*. O presente, em White, é o *lócus* a ser privilegiado na construção de qualquer narrativa histórica. É este período que deve ser o momento primordial de atuação da agência humana. Para o historiador estadunidense, “[...] precisamos de uma história que nos eduque para a descontinuidade de um modo como nunca se fez antes; pois a descontinuidade, a ruptura e o caos são o nosso destino.”<sup>311</sup>

A visão do fazer historiográfico que White expôs neste artigo ganhou contornos mais concretos em *Meta-História*. Nesta obra, ele classificou as diversas formas como o enredo foi urdido por pensadores e intelectuais do século XIX, respeitando aspectos estruturais da linguagem e da expressão metafórica. Deve-se ressaltar que a obra de White muitas vezes coloca em xeque esta libertação do “fardo” da pesquisa histórica. No entanto, o seu próprio trabalho é ancorado em uma forte concepção estruturalista e em uma preocupação metodológica apurada nos cânones da teoria social moderna.

O arcabouço teórico delineado nesta sucinta análise da obra de White sobre o *fazer* da História se aproxima em alguns aspectos das posições do pós-marxismo. Sem dúvida, a principal delas é a preocupação em libertar os sujeitos do determinismo histórico, o *fardo* que as duas perspectivas acreditam coagir a ação dos vivos no presente. Além disto, há uma clara sintonia na valorização dos

---

<sup>310</sup> WHITE, 1994, p. 59.

<sup>311</sup> Idem, *Ibidem*, p. 63.

aspectos linguísticos como fundamentais para estruturação da realidade. Percebe-se ainda, em Hayden White, uma clara tendência em defender uma “refundação” da História, enquanto disciplina e conhecimento, para que ela se adapte melhor às condições fugidias e contingentes da existência dos homens no século XX.

O historiador estadunidense Keith Jenkins é um entusiasta das teses de Hayden White. Já escreveu e continua escrevendo uma infinidade de trabalhos e artigos que amplificaram muitas das afirmações sobre o fardo da história e a valorização do presente como o momento da articulação da produção historiográfica. O que se mostra ainda mais relevante para o escopo da pesquisa aqui realizada é a utilização por parte dele das teses pós-marxistas como importante amparo para a defesa do que nomeia pós-história.

Para Jenkins, a História é um discurso produzido pelos historiadores a partir do presente, sendo que a infinidade de posicionamentos teóricos e metodológicos é fruto muito mais de questões de poder do que das pressupostas posições “científicas”<sup>312</sup>. Como White, Jenkins defende que a forma, o estilo e a própria recepção pública são fundamentais para a inteligibilidade da obra histórica. Para ele, a historiografia pós-moderna tem como objetivo

Questionar a noção de verdade do historiador, assinalar a facticidade variável dos fatos, insistir em que os historiadores escrevem o passado a partir de posições ideológicas, enfatizar que a história é um discurso escrito tão passível de desconstrução quanto qualquer outro, afirmar que o “passado” é um conceito tão especulativo quanto o “mundo real” a que os romancistas aludem na ficção realista – só existindo nos discursos presentes que os formulam. Tudo isso desestabiliza e fratura o passado, de modo que nas rachaduras nele abertas se podem produzir novas histórias<sup>313</sup>.

Este empreendimento desconstrucionista não é em sua visão sinônimo de apatia e niilismo. Em *Why History? Ethics and postmodernity*, Jenkins desenvolve uma argumentação que visa defender o papel emancipatório que uma futura liquidação da História, tanto em seu sentido metanarrativo quanto disciplinar, traria para a humanidade.

Trabalhando dentro de um viés derridiano, o autor parte de uma distinção muito específica entre ética e moral para amparar o papel da História na contemporaneidade. Jenkins define que, quando um sujeito está frente à

<sup>312</sup> JENKINS, Keith. *A História Repensada*. 2ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2004, p. 52.

<sup>313</sup> Idem, *Ibidem*, p. 102.



possibilidade de decisão entre duas escolhas distintas, em uma situação que Derrida define como de *undecidability*<sup>314</sup>, é que se está dentro do terreno da moral. Já quando o sujeito responde às vicissitudes da sua existência por meio de um sistema que prefigura e fundamenta a sua decisão, impedindo a possibilidade de dúvida ou de irresolução, neste adentra-se o terreno da ética. Para Jenkins, o mundo da pós-modernidade não permite mais ações calcadas em uma pretensa ética, mas está completamente infundido de escolhas morais<sup>315</sup>.

É neste pano de fundo que o autor defende uma reflexão que engloba não só os problemas ontológicos e epistemológicos da história, mas também a sua dimensão pragmática. A história não conseguiria mais sustentar as afirmações do século XIX, tanto no *upper case* como uma estrutura narrativa que ambiciona a totalidade e a linearidade, quanto no *lower case* como disciplina institucionalizada em Universidade e Centros de pesquisa gerida por profissionais detentores do saber histórico oficial. Jenkins ancora suas reflexões nas posições de filósofos e historiadores da voga pós-moderna como Derrida, Baudrillard, Lyotard, Hayden White, Frank Ankersmit etc. Como visto no primeiro capítulo, os argumentos do autor giram em torno da defesa de uma nova “ontologia” e de uma nova condição histórica para o amparo de sua agenda pós-moderna na historiografia<sup>316</sup>.

Contra as críticas de que sua proposta descamba para um estrito relativismo e niilismo, Jenkins defende que é da própria condição humana *viver a vida* sem ter um quadro teórico e filosófico apurado que guie suas ações no dia a dia. Para ele, o agir pragmático garante a perene situação de contingência, de sempre se *fazer o novo* em vez da preocupação em se deixar levar por uma propedêutica histórica. Destarte, é a condição discursiva em que o homem está imerso que possibilita este fluxo livre de posições e de produção de novos imaginários. Segundo Jenkins,

There may be no reason at all why we cannot gather together the strength, as Nietzsche put it, to unburden ourselves of the past and past ethics, and to

---

<sup>314</sup> O conceito de *undecidability* como utilizado por Derrida tem sua origem em leituras peculiares realizadas pelo filósofo francês da obra de Walter Benjamin e Carl Schmitt. Basicamente, o primeiro uso do termo está diretamente relacionada as análises textuais empreendidas pela desconstrução, posteriormente, com a entrada de Derrida em muitos embates de caráter político, o conceito se expande referindo-se aos problemas que permeavam o debates acerca das teorias políticas que amparavam a tomada de decisões nesta arena. Para mais explicações, ver BATES, David. Crisis between the wars: Derrida and the Origins of Undecidability. In: *Representations*, No. 90 (Spring, 2005), pp. 1-27.

<sup>315</sup> JENKINS, Keith. *Why History? Ethics and postmodernity*. London: New York: Routledge, 1999, p.16-21.

<sup>316</sup> Idem, *Ibidem*, p. 23.

build future measurements of radical emancipation from current imaginaries and, more particularly in our own time and space, from postmodern ones<sup>317</sup>.

Na proposta historiográfica elaborada por Jenkins, o pós-marxismo seria uma teoria que defenderia a possibilidade presentista de elaboração de novos imaginários. A articulação hegemônica e a própria condição discursiva da realidade seriam contribuições importantes no campo intelectual para a desconstrução dos pressupostos modernos do conhecimento histórico. Laclau, ao desconstruir o marxismo, explicitando as tentativas essencialistas e fundacionistas que os teóricos desta vertente afirmavam todas as vezes que acossados pela crítica, deixou claro que um projeto emancipatório não necessitaria mais dos referentes tradicionais do materialismo histórico, mas que poderia ser articulado por meio do jogo do discurso. Não haveria mais regras pré-estabelecidas de partida, as decisões teriam que ser tomadas por *si mesmas* no processo mesmo de hegemonização, livres de qualquer ponto de chegada previamente previsto<sup>318</sup>.

Para Jenkins, este quadro definido pelo pós-marxismo contribui para a produção de novos imaginários, de novas articulações que, por excelência, são contingentes e permitem a obliteração da história em suas duas dimensões. Em um cenário de hegemonia, o passado diluído na sua condição discursiva é sempre suscetível a ser representado de nova forma, pragmaticamente articulado segundo a situação do jogo hegemônico. O movimento não realizado por Laclau e Mouffe é a generalização de suas conclusões para a história no *lower case*, algo que Jenkins considera impossível de não ser realizado, pois a adoção da teoria pós-moderna demanda tal movimento. Estreitar-se-ia a relação entre a proposta historiográfica pós-moderna e a pós-marxista, como explicitada na obra do historiador estadunidense.

O fim da história aparece na argumentação de Jenkins como uma libertação dos homens do presente dos referentes estruturais do passado. Isto significa que

In this sense we are living in 'new times' where old times (old ways of historicising time) are *passé* and arguably have been for a while; postmodern arguments on the end of history thus being seen in this context as merely a rearticulation of the larger and quite 'normal' debates Derrida refers to. What I am saying here, then, is that,

<sup>317</sup> [Ao fim, pode não haver nenhuma razão porque nós não possamos reunir a força, como afirmou Nietzsche, para aliviar-nos do passado e de uma ética baseada nele, para construir medidas futuras de emancipação radical calcada em imaginários atuais e, mais particularmente, em nosso próprio tempo e espaço pós-modernos.] Tradução Livre. Idem, *Ibidem*, p. 3.

<sup>318</sup> JENKINS, 1999, p.36-37.

strange though it may seem to English historical sensibilities, the thematic of the end of history now has a massive literature and, indeed, a 'history' of its own that is, by Derrida *et al.*, more or less taken as read: it's just part of the accepted intellectual landscape<sup>319</sup>.

O empreendimento jenkinsiniano almejaría a rearticulação do nexó temporal entre passado-presente-futuro, liquidando o último destes termos em seu sentido positivo e concreto. Para o teórico, a emancipação só pode advir das respostas que surgem na contingência da própria existência. Não se poderia recorrer a nenhum tipo de fator causal que escape de tal posição, muito menos a um sistema ético que norteie as tomadas de decisões. O que sobra é a indecisão, advinda das múltiplas morais e posições que emergem no momento da escolha e da intervenção do sujeito sobre o mundo.

Uma posição historiográfica em consonância com os argumentos de Jenkins é encontrada na obra do historiador holandês Frank Ankersmit (1945-), outro defensor aguerrido das teses pós-modernas para a historiografia. Como Jenkins, ele se ampara na perspectiva de que discussões epistemológicas são, por excelência, do âmbito linguístico e não da apreensão do real<sup>320</sup>. Ankersmit historiciza a voz ativa do historiador sobre o passado a ponto de se alcançar um estado de extremo relativismo, pois a obra histórica seria uma entre tantas das referências possíveis sobre o passado. Segundo ele, não há ponto de vista possível para além do caos do fluxo linguístico e discursivo em que os seres humanos estão inseridos, pois a transcendentalidade atribuída pelo historiador ao seu relato é inexistente<sup>321</sup>.

Com isto, Ankersmit pressupõe uma historiografia "democrática" sem precedências e hierarquias, nivelando todas as expressões que busquem legitimidade sobre a existência de um suposto passado. O estado da arte da historiografia contemporânea seria mais bem explicado por uma metáfora. Nesta, a visão ocidental tradicional sobre o fazer histórico se assemelhava ao caule de uma árvore - identificado pela aspiração de uma visão totalitária, unidimensional e

---

<sup>319</sup> [Neste sentido, estamos vivendo em 'novos tempos', onde os velhos tempos (velhos modos de historicizar o tempo) são coisa do passado e, possivelmente, há algum tempo; argumentos pós-modernos sobre o fim da história, portanto, são vistos neste contexto como mera rearticulação de um dos maiores e muito 'normal' debate a qual Derrida se refere. O que estou dizendo aqui, então, é que, por mais estranho que possa parecer para a sensibilidades histórica inglesa, a temática do fim da história agora tem uma literatura enorme e, de fato, uma "história" própria que é, por Derrida et . al, mais ou menos tomada como lida: apenas parte da paisagem intelectual.] Tradução Livre. Idem, *Ibidem*, p. 151.

<sup>320</sup> ANKERSMIT, Frank R. "Historicismo, pós-modernismo e historiografia" In: MALERBA, Jurandir (org.) *A História Escrita*. São Paulo: Editora Contexto, 2006, p. 96.

<sup>321</sup> Idem, *Ibidem*, p.

cientificista da história -; já a pós-modernidade jogaria luz sobre as folhas - uma visão que é pluralista, fragmentada e parcial <sup>322</sup>.

Para Ankersmit, o outono da pós-modernidade teria chegado acarretando a queda das folhas dos galhos, libertando-as de qualquer ligação ou controle do tronco e seus galhos. Isto significaria que todo o sentido não é dado por uma totalidade harmonizada, mas sim pelo olhar daquele que observa as folhas. Para o historiador holandês, a história deve abandonar qualquer crença em uma descrição ou explicação de uma “verdade histórica”. Inversamente, deveria explorar a riqueza de sentido que o uso de metáforas e outros expedientes linguísticos teriam para a produção de novos diálogos entre as diversas formas de imaginar a realidade. Isso significaria que

History here is no longer the reconstruction of what has happened to us in the various phases of our lives, but a continuous playing with the memory of this. Remembrance itself has priority over what is remembered. Something similar is true for historical writing. The wild, greedy, and uncontrolled digging into the past, inspired by the desire to discover a past reality and reconstruct it scientifically, is no longer the historian's unquestioned task. We would do better to examine the result of a hundred and fifty years' digging more attentively and ask ourselves more often what all this adds up to. The time has come for us to think about the past, rather than investigate it <sup>323</sup>.

No quadro teórico esboçado por Ankersmit, percebe-se a mesma vontade de se libertar do fardo do passado presente em White e Jenkins. Para ele, o presente deve ser privilegiado como o *lócus* onde o texto é urdido, onde a imaginação escolhe um modo único e particular de expressar as angústias, esperanças e expectativas que tocam a todos através dos tempos. Para Ankersmit, caminhar para além destas fronteiras é no mínimo um objetivo ingênuo por parte de todo aquele que se arroga ser capaz de *falar* sobre o passado. O resultado da reformulação do saber histórico permite uma nova compreensão do que é a História, diluindo as separações tradicionais entre a sua dimensão da *res gestae* e *rerum gestarum*.

---

<sup>322</sup> ANKERSMIT, Frank R. *Historiography and Postmodernism* In: ANKERSMIT, Frank R. *History and tropology: the rise and fall of metaphor*. Berkeley: Los Angeles: the university of California press, 2004, p.173-175.

<sup>323</sup> [A História não é mais a reconstrução do que nos aconteceu nas várias fases de nossas vidas, mas um jogo contínuo com a memória deste. A recordação em si tem prioridade sobre o que é lembrado. Algo semelhante vale para a escrita histórica. A escavação selvagem, gananciosa e sem controle do passado, inspirada pelo desejo de descobrir uma realidade passada e reconstruí-la cientificamente, não é mais tarefa inquestionável do historiador. Faríamos melhor em analisar o resultado de cento e cinquenta anos de escavação com mais atenção e perguntar a nós mesmos com mais frequência o que tudo isto nos acrescenta. O tempo chegou para nós a pensar sobre o passado, em vez de investigá-lo.] Tradução Livre. ANKERSMIT, 2004, p.179.

Alun Munslow esboça preocupações semelhantes sobre o papel da linguagem e do tempo presente para a produção do conhecimento histórico. O autor defende que a história é por excelência uma narrativa movida pelo trabalho do historiador que não detém nenhum vínculo estrutural com um passado como este realmente foi. Isto significa que a história é um empreendimento eminentemente literário. Um tipo específico de literatura, todavia, ainda sim, literatura. É na conjuntura mesma da escrita do texto, da tessitura da trama que Munslow enxerga o grande momento do fazer historiográfico. Em outras palavras “[...]history may be defined essentially as a language-based manufacturing process in which the written historical interpretation is assembled or produced by historians.<sup>324</sup>”

O nexos temporal é rearticulado na proposta de Munslow. O passado existe unicamente por meio de sua condição narrativa e textual, que é sempre uma ação sincronicamente realizada e conscientemente suscitada. Liquida-se com isto qualquer condição estrutural do passado, de fator determinante para a existência dos homens no presente. O passado é um caos, um não referente dotado de múltiplos sentidos, que é escrito de múltiplas formas, e que existe somente pela pena das experiências fragmentárias e subjetivas dos indivíduos na história. A inexistência de qualquer tipo de constrição do passado sobre a narrativa não significa a inexistência de formas peculiares e distintas de urdir a trama. Seguindo a distinção clássica de Hayden White, Munslow apresenta como elemento essencial a identificação dos distintos tropos com que uma história foi representada.

Fica claro que Munslow e outros historiadores pós-modernos já citados rejeitam toda explicação que aspire à totalidade ou que objetive a intervenção historicamente fundamentada nos processos concretos de luta de classe. Como já explicado no primeiro capítulo e ao longo desta seção, tudo isto não passaria de uma decrépita tentativa de impor uma metanarrativa sobre o passado. Esta nova forma de compreender a história, nas palavras do autor, uma historiografia desconstrucionista, leva a um nivelamento dela com outros discursos, refletindo a própria condição contingente e cambiante da vida na sociedade pós-moderna.

Segundo o autor,

---

<sup>324</sup> [...] história pode ser definida essencialmente como um processo de fabricação de base linguística, em que a interpretação da escrita histórica é montada ou produzida por historiadores.] Tradução livre. MUNSLOW, Alun. *Deconstructing History*. 2ª Ed. London: New York: London; Routledge, 2006, p.6.

The influence of deconstructionist history is seen today in the wide acceptance that the past, as written history, is a textual product of its age and, given the central organising role of the historian, is inevitably inflected by presentist ideological demands and the current dispensations of power<sup>325</sup>.

Para Munslow, ao abraçar tais pressupostos, a história deixaria de lado uma suposta autoridade oriunda da condição de “contar a verdade”, que significaria uma tendência ao conservadorismo e ao imobilismo, para assumir a sua condição de ideologicamente atrelada às múltiplas situações da contemporaneidade, refletindo este caleidoscópio e assumindo o seu papel no perene jogo do poder.

As reflexões apresentadas até este momento tiveram como enfoque uma crítica interna da história, enfatizando a influência que as teses da virada linguística e da filosofia pós-moderna tiveram na rejeição do “fardo da história” e na propugnação de um período pós-histórico.

Outro conjunto de teses que mantém uma grande afinidade com as ideias já apresentadas parte de uma revisão da história e de suas características falocêntricas e etnocêntricas para propor do mesmo jeito uma liquidação da historiografia moderna e propor uma superação da mesma. Rita Felski, no artigo *Fin de siècle, fin de sexe: transsexuality, postmodernism and the death of history*, envereda por perspectivas similares das apresentadas pelos autores já mencionados<sup>326</sup>.

Segundo Felski, a segunda metade do século XX é marcada por um processo de perda de distinção no nexos temporal. Os limites entre passado e presente são borrados; o futuro, da mesma forma se torna opaco; a crença em metanarrativas e na capacidade de intervenção política esvaíram-se junto com os últimos cadáveres de Auschwitz. Com isto, o fazer historiográfico tradicional perde sentido e necessita ser repensado, por que não, refundado.

Para a historiadora, tal processo de mudança não pode ser dissociado das profundas transformações que as questões de gênero experimentaram neste período. Exemplo destas transformações, ao mesmo tempo em que a alimentando, tem-se a questão da transexualidade que, para Felski, não está atrelada à mudança

---

<sup>325</sup> [A influência da história desconstrucionista é vista hoje na grande aceitação que o passado, como a história escrita, é um produto textual de sua época e, dado o papel central da organização do historiador, é inevitavelmente influenciadas por demandas ideológicas do presente e as dispensas atuais de poder.]Tradução livre. MUNSLOW, 2006, p.189.

<sup>326</sup> FELSKI, Rita. *Fin de siècle, fin de sexe: transsexuality, postmodernism and the death of history*. In: JENKINS, Keith & MUNSLOW, Alun. *The nature of history reader*. London: New York: Routledge, 2004.

física, mas à diluição dos signos tradicionais que distinguem homens e mulheres no período moderno. Estes limites borrados são expressos através de gestos, das vestes utilizadas, da posição frente ao mundo e na forma de vivenciar e refletir sobre a passagem do tempo. Segundo a autora,

Thus the destabilization of the male/female divide is seen to bring with it a waning of temporality, teleology, and grand narrative; the end of sex echoes and affirms the end of history, defined as the pathological legacy and symptom of the trajectory of Western modernity. Ineluctably intertwined in symbiotic relationship, phallocentrism, modernity, and history await their only too timely end, as a hierarchical logic of binary identity and narrative totalization gives way to an altogether more ambiguous and indeterminate condition. Indeed, this idea that history has come to an end has become perhaps the most ubiquitous and least questioned commonplace of postmodern thought, even as particular expressions of this motif vary in register from the nostalgic to the celebratory<sup>327</sup>.

A tese da transexualidade é originalmente de Jean Baudrillard e, para Felski, traz elementos relevantes à reflexão da pós-modernidade. Contudo, deve-se evitar a utilização de um único fenômeno para compreender o período contemporâneo. A autora se preocupa em defender a necessidade do feminismo engendrar uma nova forma de lidar com esta situação, explorando a possibilidade de construir múltiplas histórias e imaginários, mas ao mesmo tempo não pode cair em essencialismos e fundamentalismos teóricos e políticos. O receio de Felski é que o próprio fim da história não se torne uma metanarrativa, como ela crítica veementemente na obra de Gianni Vattimo (1936-). Para ela, tal processo deve ser plenamente aproveitado para a construção de alternativas distintas de lidar com o tempo que vão para além até mesmo desta distinção história/pós-história. A diluição do passado dentro das múltiplas possibilidades de sua representação no presente abriria importantes possibilidades de reescrita da história segundo o processo de delineamento da identidade e do gênero. Um resultado óbvio é a fragmentação das narrativas, liberadas de referencialidade e articuladas por demandas libertárias.

---

<sup>327</sup> [Assim, a desestabilização da divisão masculino / feminino traz consigo uma diminuição da teleologia, da temporalidade, e da grande narrativa, o fim de sexo ecoa e afirma o fim da história, definida como a herança patológica e o sintoma da trajetória da modernidade ocidental. Inelutavelmente entrelaçados em relação simbiótica, falocentrismo, modernidade e história aguardam o seu oportuno fim, neste caso uma lógica hierárquica de identidade binária e totalização narrativa dá lugar a uma condição bem mais ambígua e indeterminada. Na verdade, essa ideia de que a história chegou ao fim talvez tenha se tornado lugar-comum, mais ubíquo e menos questionado do pensamento pós-moderno, até como expressões particulares deste motivo que varia do registro nostálgico à celebração.] Tradução livre. FELSKI, 2004, p.272.

Outra forma de lidar com a história partindo de uma revisão profunda da teoria historiográfica é originada das chamadas teorias pós-coloniais. Estas asseveram que há um vício de origem em todo o empreendimento filosófico e teórico Ocidental, que categorias e conceitos engendrados no seio desta matriz intelectual seriam etnocêntricos, o que, por si só, já garantiria a sua incapacidade para lidar com a alteridade cultural existente. Além disso, há a possibilidade de ser importante ferramenta de dominação.

Dipesh Chakrabarty expõe um tipo de teoria da história que, como os autores já citados, defende um tipo específico de fim da história. Para o autor, a sociedade de consumo moderna e ocidental estaria vivenciando uma aceleração do tempo de mudança, o que impossibilitaria o funcionamento dos cânones da moderna historiografia<sup>328</sup>.

Já nas sociedades tradicionais a reflexão histórica teria um percurso muito específico, já que não teria havido um desenvolvimento endógeno a estas sociedades. A história seria muito mais uma demanda da construção dos Estados-Nacionais do século XIX e XX. Obviamente, como outros teóricos dos *subaltern studies* ou da teoria pós-colonial, o autor entende que esta transposição não deixa de conter elementos imperialistas e etnocêntricos. Todavia, reconhece que o pensamento local não faria frente às agruras da existência em uma sociedade governada pela lei positiva e pela força das armas de fogo. Eliminar a história, e seus pressupostos lógicos, nestas sociedades, seria, para Chakrabarty, um “desempoderamento” perigoso<sup>329</sup>.

Nas sociedades do capitalismo tardio, a fruição do consumo das mercadorias industrializadas levaria a um aplainamento da experiência temporal dos sujeitos que não teriam necessidade de produzir uma reflexão apurada da sua própria condição histórica. Para Chakrabarty, Marx, em *'O Capital'* já pressupunha um “fim da história” pela expansão ao infinito do Capital. Entretanto, este processo não ocorreria de forma isolada e outros entraves impediriam o puro consumismo. Nesta situação entraria também o papel do Estado-Nação e de suas instituições que tem como uma de suas necessidades básicas a utilização da história como ferramenta fundamental para a construção do cidadão moderno.

---

<sup>328</sup> CHAKRABARTY, Dipesh. The death of history? Historical consciousness and the culture of late capitalism. In: JENKINS, Keith & MUNSLOW, Alun. *The nature of history reader*. London: New York: Routledge, 2004, p. 305-306.

<sup>329</sup> Idem, *Ibidem*, p. 306.



A história viveria sobre uma constante tensão entre estes dois polos. Na argumentação desenvolvida pelo autor de origem indiana, a história ainda teria um papel relevante nos países em desenvolvimento, pois dotaria os sujeitos de uma capacidade mais apurada de lidar com o anacronismo que é viver em um país onde o Capital não estivesse plenamente desenvolvido. Para Chakrabarty, “History will die when this contradiction between the citizen and the consumer, between the nation-state and capital, is resolved (exclusively or overwhelmingly) in favour of the consumer and capital<sup>330</sup>”. As conclusões levam a uma situação de dualidade, na qual a história é ora desnecessária, se o capital tiver se desenvolvido e a reflexão histórica ter se tornado inútil, ora é relevante, se ainda desempenha um papel político na existência dos sujeitos que habitam um espaço que não é plenamente controlado pelo Capital.

Destarte, como avaliar as relações entre o pós-marxismo de Laclau e Mouffe e as teses de uma pós-história? Como entendido nesta pesquisa, a pós-história é uma tendência teórica pós-moderna que rejeita qualquer tese que dote o passado de relevância estrutural e positiva para a inteligibilidade do presente, além de esvaziar qualquer ação ou intervenção que se legitime por um vínculo estreito entre o nexo temporal (passado-presente-futuro). O presente passa a ser compreendido como o *locus* privilegiado em que o passado é *enunciado discursivamente* e não possui nenhuma referência ao passado, mas se orienta exclusivamente pelas demandas do presente. O futuro, nesta teorização, ganha uma característica opaca, destituído de sentido e previsibilidade. Viver-se-ia a predominância do *passado do presente* ou do *futuro do presente*<sup>331</sup>.

A história é ultrapassada tanto em suas prerrogativas epistemológicas quanto em seus fundamentos institucionais. O fardo do passado e de sua relevância social, que ganha legitimidade através da produção da moderna historiografia, seriam entendidos como entraves a uma situação de plena liberdade e emancipação social. Os sujeitos em sua situação fragmentária e identitariamente múltiplos não deveriam ser constringidos por uma pretensa estrutura que, em sua dimensão econômica, política ou cultural, determinaria sua ação frente à contingência do mundo. Assim

---

<sup>330</sup> [A História vai morrer quando esta contradição entre o cidadão e o consumidor, entre o Estado-Nação e o Capital, for resolvido (exclusiva ou majoritariamente) em favor do consumidor e capital.] Tradução Livre. CHAKRABARTY, 2004, p.311.

<sup>331</sup> HELLER, Agnes & FEHÉR, Ferenc. *A condição política da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: editora Civilização Brasileira, 2002, p. 14.

sendo, alguns historiadores defenderiam uma perspectiva que via nos desdobramentos pós-modernos uma possibilidade clara de afirmar a entrada em um período pós-histórico.

O pós-marxismo, como afirmado na obra *Hegemony and Socialist Strategy*, gesta uma perspectiva teórica que mantém estreita relação com as teses de um período pós-histórico. Um primeiro aspecto relevante é o uso que Laclau e Mouffe fazem da noção de hegemonia. Destituída de sua condição histórico concreto, passa a significar o momento em que ocorre a articulação entre distintos discursos hegemônicos e antagonizados por outros discursos. É essencial, para o que foi chamado de esvanecimento da hegemonia, o caráter antirrealista ou antirrepresentacionista que o pós-marxismo incorpora das teses pós-estruturalistas. O discurso passa a ter uma dimensão sincrônica, na qual não existe um passado determinante que possa restringir ou coagir o processo de hegemonização. O objetivo é poder construir uma teoria que aborde a historicidade sem essencialismos e determinações. O medo no geral é que uma totalidade suturada se torne um entrave à emancipação e que uma forma específica de conceber o passado se torne legitimadora destas ideias. O futuro do mesmo modo se torna infinitamente aberto, opaco e destituído de qualquer *télos*.

O conhecimento do passado não poderia informar nenhum tipo de ação que vise à construção do futuro. O que sobra é uma vaga noção de emancipação, atrelada a um processo de equivalência/diferenciação iniciado com a Revolução Francesa, referenciado como momento de início do jogo hegemônico. Mas, mesmo neste caso, há um esvaziamento das condicionantes históricas, sobrando somente o papel antifundacionista que é desencadeado com a nova configuração do político que advém deste evento.

O nexos temporal tende a ser eclipsado pela existência unicamente do presente como local determinante para a produção do conhecimento histórico. O presente como produtor da história, como apreendido nos termos desta tradição pós-histórica e pós-marxista, distancia muito das formulações *presente-passado* popularizadas por Marc Bloch no seu *Apologia da História*<sup>332</sup>. Uma abordagem que auxilia na compreensão dos problemas deste tipo de perspectiva presentista para a

---

<sup>332</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p.60.

historiografia é dada por Adam Schaff no seu *História e Verdade*<sup>333</sup>. Deve-se ressaltar que o esforço intelectual empreendido por Schaff não é voltado na direção da filosofia e teoria pós-moderna, mas na perspectiva arraigada em pensadores como Benedetto Croce, R.G. Collingwood, John Dewey, entre outros, que não são, na acepção da palavra, pós-modernos.

Na caracterização empreendida por Schaff da epistemologia presentista, a historiografia seria um produto do presente sobre o passado, onde eventos e fatos seriam parte de uma trama subjetivamente tecida. Segundo Schaff, o presentismo define que

A história é o presente projetado sobre o passado, o que significa que os interesses e as necessidades atuais determinam o campo e o modo de visão do historiador: desde a questão de saber o que é para ele um fato histórico, o modo como o interpreta e o julga, até à percepção global do processo histórico. Assim, parte-se do presente, dos seus conflitos e das suas lutas para que o historiador- que tenha consciência ou não – exprime e nos quais participa. A única história possível é a história é a história comprometida, a história animada pelo espírito de partido e, portanto, em um certo sentido da palavra, parcial<sup>334</sup>.

O quadro esboçado por Schaff é de grande ajuda, haja vista que destaca características semelhantes existentes nas obras de historiadores pós-modernos como Hayden White, Keith Jenkins, Frank Ankersmit, entre outros. Uma diferença entre o presentismo de Schaff e as teses pós-modernas é que o último opera sobre dimensão epistemológica e ontológica que oblitera os pressupostos da teoria social moderna, refundando conceitos e categorias, estabelecendo uma nova lógica e linguagem para os fenômenos sociais. Assim, a pós-história vai além de um simples presentismo, afirmando a nulidade de qualquer empreendimento que vise conhecer o passado, já que este não teria mais razão de ser no cenário pós-moderno. Se Schaff ainda vê o presentismo como característica de um tipo de historiografia, os historiadores pós-modernos veem a própria historiografia sobre ameaça de sua inutilidade para os arranjos do presente.

O pós-marxismo produz uma concepção do passado que mantém estreitos vínculos com as teses mais recentes da historiografia pós-moderna. Claramente distancia-se das teses pós-históricas de Francis Fukuyama. Todavia, não se distancia tanto de um tipo de pós-história que aposta em uma realidade fugidia e

---

<sup>333</sup> SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

<sup>334</sup> Idem, *Ibidem*, p. 132.

contingente, linguisticamente construída para descartar o passado e a possibilidade de investigar regularidades estruturais como relevantes para a agenda política contemporânea. A libertação do fardo do passado apareceria como uma condição fundamental para a construção de novos imaginários. No caso pós-marxista, a democracia radical.

Ao avaliar o que está em jogo com a afirmação das teses pós-históricas, Adrian Wilding constata uma clara correlação entre estas teses e um projeto específico de futuro. Uma antiutopia que visa reproduzir as condições atuais de existência sobre o nexos temporal, valorizando a democracia liberal e os avanços tecnológicos como símbolos deste processo de expansão do presente.

Segundo ele,

Posthistory represents little more than the counterpart to the progressivist schemas we find in social democracy and vanguardism, it is 'an elitist, culturally pessimistic inversion of the optimism of progress'. Attempting to attach itself to contemporary social changes - the spread of liberal democracy (Fukuyama) and the transformation of traditional forms of authority (postmodernism) - posthistory ends up disallowing comprehension of the historical precedents and preconditions for these developments. Whilst Fukuyama defends an abstractly universal history, postmodernism rejects its 'tyranny' in favour of a 'liberating' genealogy of the particular event. [...] At the end posthistory in both its guises – theory *after* history and theory *without* history - is left at the mercy of the very history it decries<sup>335</sup>

Na afirmação acima, não seria de todo estranho colocar o pós-marxismo dentro deste delineamento teórico e, como conclui Wilding, correlacioná-lo ao projeto sócio-histórico que este defende. Colocar o pós-marxismo “à mercê da história”, interrogando o que está em jogo em seu projeto é do que se atém a última seção desta dissertação.

---

<sup>335</sup> [A pós-história representa um pouco mais do que a contrapartida para os esquemas progressistas que encontramos na socialdemocracia e nos vanguardismos, é "uma inversão elitista culturalmente e pessimista do otimismo do progresso". Ao tentar se ligar as mudanças sociais contemporâneas - a disseminação da democracia liberal (Fukuyama) e da transformação das formas tradicionais de autoridade (o pós-modernismo) – a pós-história acaba não permitindo a compreensão dos antecedentes históricos e as pré-condições para essa evolução. Embora Fukuyama defenda uma história universal e abstrata, o pós-modernismo rejeita a sua "tirania" em favor de uma genealogia 'libertadora' do evento particular. [...] No final a pós-história, em ambas as suas formas - a teoria depois da história e a teoria sem história - é deixada à mercê da própria história que esta denuncia.] Tradução Livre. WILDING, Adrian. The complicity of posthistory. In: BONEFELD, Werner. et al (org) *Open Marxism*. Vol. III. London: Pluto press, 1995, p.152.

### 3.3 A HISTÓRIA CONTRA O PÓS-MARXISMO

O pós-marxismo contraposto às teses da pós-história liga-se a esta, principalmente, pela rejeição do passado como referente, pela valorização do presente, da articulação hegemônica como produtora de sentido sobre a cadeia discursiva, assim como pela crença em um futuro destituído de qualquer tipo de *télos*. Fica óbvio que, mesmo não sendo uma teoria da história *stricto sensu*, o pós-marxismo projete um tipo específico de teoria sobre o nexo temporal que mantém estreitas relações com a historiografia de origem pós-moderna.

No primeiro capítulo desta dissertação, o objetivo foi o de apresentar eixos fundamentais que davam inteligibilidade ao fenômeno teórico pós-marxista. Neste momento, era impossível deixar de lado a história do marxismo e sua ocidentalização, o processo de luta de classes dentro do sistema capitalista, além dos conflitos teóricos que o marxismo travou contra teorias que se apresentavam como alternativas às teses derivadas da obra de Marx e Engels. A “crise do marxismo” apresentava-se como o principal horizonte para emergência das teses de Laclau e Mouffe.

Nesta última seção, o objetivo é colocar em contrapelo a representação do nexo temporal que o pós-marxismo sanciona como forma de legitimar a sua agenda política. Depreender deste processo não só as perdas para a história enquanto uma disciplina, mas também enquanto procedimento científico que mais que aprisionar os homens os possibilita compreender as contradições e correlações de força em que estão inseridos.

O pós-marxismo de Laclau e Mouffe ampara-se em uma revisão da noção de hegemonia gramscianiana que é calcada em uma nova concepção do nexo temporal (passado-presente-futuro). Esta rearticulação teórica é, seguindo algumas das ideias de Josep Fontana, um tipo específico de projeto sócio-histórico de intervenção na situação histórica da virada do século XX. O passado destituído de sua condição de referente, de produtor de regularidades e estruturas, é eclipsado em nome da condição momentânea com que no presente é articulada a hegemonia.

No afã de garantir uma teoria que abrace o maior número possível de demandas, especialmente aquelas provenientes dos “novos movimentos sociais”, o pós-marxismo acaba por apostar em uma perspectiva discursivista. A opção parece claramente libertária como advogam historiadores e filósofos da pós-história.

Entretanto, como visto, abre espaço para que o pós-marxismo não perceba claramente as condições concretas em que ele está inserido e que obviamente limitam o livre jogo articulatório dos discursos.

Esta condição de imobilismo proveniente de uma teoria que se dedica em defender tão fortemente a contingência e a condição instável da existência humana é uma contradição que fica aparente na crítica de vários dos adversários do pós-marxismo<sup>336</sup>. Para sublinhar tal característica contraditória e apresentar, ao mesmo tempo, uma contra argumentação positiva da história, faz-se necessário tomar de empréstimo as reflexões de E.P. Thompson (1924-1993), em sua querela contra Althusser, e Daniel Bensaïd (1946-2010), no embate com as teses do marxismo analítico. A escolha destes autores se justifica pelo rico arsenal de argumentos que estes autores empregaram para expor o traço de imobilismo e conservadorismo que caracteriza o althusserianismo e o marxismo analítico. Além disto, não deixa de haver uma estreita correlação entre estas tendências e o horizonte de crise do marxismo que emergiu no último quarto do século XX.

Antes de contrapor as teses de Thompson e Bensaïd ao pós-marxismo é necessário fazer um pequeno interregno. Um retorno ao Marx e Engels *d'A Ideologia Alemã*. Ressalte-se que um aprofundamento nesta tarefa, por si só, significaria a necessidade de uma nova dissertação. No entanto, mesmo que com dimensões reduzidas, não deixa de ser produtivo contrapor tais posições.

Na obra citada, o materialismo histórico é pela primeira vez articulado, partindo de uma crítica imanente da filosofia alemã pós-hegeliana do século XIX. A obra, publicada somente no início do século XX, voltava-se contra o excessivo idealismo e conservadorismo que gracejava entre os jovens hegelianos como igualmente a aridez materialista de Feuerbach.

Marx e Engels fazem troça contra as tentativas quase insanas de tentar nuclear unicamente no esclarecimento intelectual e no voluntarismo político as possibilidades de transformação das condições históricas da Europa Ocidental. Para eles, pensar o passado unicamente como uma abstração suscitada pelo presente é inconcebível, já que este detém condicionantes estruturais que impossibilitam este processo de idealização.

Na citação a seguir, Marx e Engels afirmam que

---

<sup>336</sup> Ver capítulo 2 desta dissertação.

A história nada mais é do que o suceder-se de gerações distintas, em que cada uma delas explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitidas pelas gerações anteriores; portanto, por um lado ela continua a atividade anterior sob condições totalmente alteradas e, por outro, modifica com uma atividade completamente diferente as antigas condições, o que então pode ser especulativamente distorcido, ao converter-se a história posterior na finalidade da anterior, por exemplo, quando se atribui à descoberta da América a finalidade de facilitar a irrupção da Revolução Francesa, com que a história ganha finalidades à parte e torna-se uma “pessoa ao lado de outras pessoas” [...] [a] história anterior não é nada além de uma abstração da história posterior, uma abstração de influência ativa que a história anterior exerce sobre a posterior<sup>337</sup>.

Fica evidente que Marx e Engels não são os deterministas e essencialistas que viam o passado como soberano na relação com o presente, assim como é grosseiro imputar a eles a pecha de serem subjetivistas nesta relação. O que não se pode deixar de lado é que a reflexão dialética do processo histórico é fundamental para se evitar um reducionismo empobrecedor na apreensão do nexos temporal. É esta noção que tanto Thompson quanto Bensaïd reforçaram nos embates que travaram.

Por contraste, o pós-marxismo descarta tal perspectiva, já que ampara-se em uma discursivização do real que rejeita o referente e aposta no momento da hegemonia como capaz de dotar de sentido a estrutura dos discursos articulados.

Edward Palmer Thompson compreendeu o althusserianismo como uma das principais ameaças ao legado de Marx e Engels. A rejeição de Althusser à história era um dos núcleos da sua leitura da obra de Marx. Influenciado pelo estruturalismo, o filósofo francês defendia um marxismo cientificista que teria expurgado as influências provenientes do humanismo, do historicismo, do hegelianismo, entre outros. Para Thompson, esta visão do marxismo estava mais próxima de um idealismo, um teorismo a-histórico que se travestia como o *verdadeiro* materialismo histórico.

O primeiro grande problema identificado por Thompson é que Althusser parte de uma concepção idealista que não renega o mundo real externo, mas que se ampara em “[...] um universo conceptual autogerador que impõe sua própria

---

<sup>337</sup> MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007, p. 40.

idealidade aos fenômenos da existência material e social, em lugar de se empenhar num diálogo contínuo com os mesmos<sup>338</sup>.”

Assim sendo, o formalismo teórico seria de fundamental importância para livrar a teoria de qualquer contaminação ideológica ou de qualquer tendência à especulação proveniente da empiria. Desse modo, Althusser rejeita a possibilidade de que a história e sua investigação possam ser relevantes para a reflexão teórica, já que esta não depende da historicidade para comprovar sua cientificidade e efetividade. Pode-se perceber uma clara relação entre as críticas de Thompson a Althusser e aquelas direcionadas por diversos pensadores contra o pós-marxismo<sup>339</sup>.

É contra esta rejeição do processo histórico e da História enquanto conhecimento calcado na investigação deste que Thompson tece suas mais duras críticas. Para contrapor-se ao althusserianismo o marxista inglês define uma lógica de reflexão histórica, sendo esta

[...] um método lógico de investigação adequado a materiais históricos, destinado, na medida do possível, a testar hipóteses quanto a estrutura, causas etc., e a eliminar procedimentos autoconfirmadores (“instâncias”, “ilustrações”). O discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica, do outro<sup>340</sup>.

Esta lógica histórica é condicionada por uma justa relação entre passado-presente na elaboração do conhecimento histórico. Não haveria, para Thompson, a possibilidade de um materialismo histórico que rejeitasse a história e sua condição processual e dialógica. Seria inconcebível um presente da “teoria” e um passado incognoscível, que somente aparece por meio de categorias científicas que dobram o real para uma justa adequação a sua condição heurística. Fica patente a oposição que pode ser estabelecida entre Thompson e sua defesa do passado como referente ao processo de produção do conhecimento histórico, e o pós-marxismo e sua perspectiva em que os discursos não podem ser diretamente referenciados.

A história para Thompson deve operar por meio de um processo estruturado, o que significa a existência de regularidades e de estruturas. No entanto, estas não denotam a morte do sujeito e da sua capacidade de intervir no processo,

<sup>338</sup> THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria ou planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1981, p. 22.

<sup>339</sup> Ver capítulo 2 desta dissertação e principalmente as críticas de Geras, Wood e Eagleton.

<sup>340</sup> THOMPSON, 1981, p. 49.



transformando as rotas e as possibilidades de sua própria existência. Não haveria a mínima possibilidade de uma história sem sujeito, como estava explícito no paradigma estruturalista. Rejeita-se com isto o puro voluntarismo.

Pois essas “vontades individuais”, por mais “particulares” que sejam as suas “condições de vida”, foram condicionadas em termos de classes; e se a resultante histórica é então vista como consequência de uma colisão de interesses e forças de classe contraditórios, podemos ver então como a agência humana dá origem a um resultado involuntário<sup>341</sup>.

Para Althusser, a agência humana se apresentaria como um falso problema, já que estaria condicionada por uma estrutura sincrônica que limitaria a sua existência e controlaria os seus desdobramentos ocasionais. O que sobra é no máximo uma “autonomia relativa” dentro de um planetário bem aparafusado. Se nesta tradição do marxismo o sujeito é diluído na estrutura, no pós-marxismo o mesmo é obliterado pelo discurso. Fica claro que o marxismo althusseriano reifica o processo histórico, algo que Marx em sua crítica da economia política burguesa apresenta como o principal problema da ordem do Capital<sup>342</sup>.

Este marxismo para Thompson refletiria uma filiação implícita ao stalinismo e sua necessidade de autoridade e controle sobre as tensões e as perspectivas contestatórias que emergiriam do processo histórico real. Destarte, o que se difunde é o mais puro determinismo, o que, para Thompson, seguindo Raymond Williams, não pode deixar de ser apreendido como determinação, isto é, um processo de regularidade e modulações que não exclui a subjetividade e a inventividade humana. Fica patente que, para E.P. Thompson, o marxismo e a historiografia, inspirada pelo materialismo histórico, não deve deixar de lado a experiência concreta dos seres humanos. Isto significa, para o autor, que os sujeitos operam

[...] como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como *antagonismos*, e em seguida “tratam” desta experiência em sua *consciência* e sua *cultura*, [...] das mais complexas maneiras [...] e em seguida agem, por sua vez, sobre sua situação determinada<sup>343</sup>.

<sup>341</sup> THOMPSON, 1981, p. 101.

<sup>342</sup> Idem, *Ibidem*, p. 111-118. Deve-se ressaltar que Thompson não deixa de tecer críticas a Marx, especialmente o que ele considera certo ar determinista e mecanicista presente dentro dos *Grundrisse*.

<sup>343</sup> THOMPSON, 1981, p. 182.

Com isto, Thompson deixa claro que nenhum empreendimento teórico pode ir para além de sua dimensão humana, aspirando uma objetividade e um cientificismo que almejam modelos ideais que supram a sua própria condição histórica. O marxismo não pode ser compreendido como uma verdade revelada que tudo explicaria e que cientificamente nos daria a chave para uma nova realidade.

Se estas conclusões se adéquam perfeitamente aos problemas do althusserianismo, não deixam de ter validade para o pós-marxismo. Além da forte influência que a sobredeterminação, extirpada da possibilidade de uma “última instância” econômica, exerce no pós-marxismo, este também comungaria da rejeição pela referencialidade do passado vivenciado como experiência, como definido por Thompson na citação acima.

Esta exclusão torna o pós-marxismo mais propenso a assimilar as mudanças dentro de seu quadro explicativo, já que não operaria sobre ele os entraves das estruturas ou das vontades anárquicas dos sujeitos e, sim, o entrelaçamento dos diversos discursos que se formam e opõe-se mutuamente. Esta operação seria voltada para apreender a contingência e a fugacidade da existência imersas nesta sua condição fugidia e, de acordo com Laclau e Mouffe, permitir a articulação de um discurso democrático hegemônico que levasse a uma sociedade emancipada.

O que se pode concluir, em consonância com Thompson, que esta rejeição não é positiva e que anula tanto a condição de inteligibilidade do marxismo quanto a sua capacidade de dotar os sujeitos com competência de intervenção sobre a sua própria existência. Daniel Bensaïd é outro pensador marxista que como Thompson explora uma tendência marxista, o marxismo analítico, que apresenta problemas na sua leitura da obra de Marx. Como o inglês, utiliza-se da história para se contrapor às suas teses.

O marxista francês Daniel Bensaïd, em sua obra *Marx, o intempestivo*, preocupa-se em defender Marx de reducionismo e generalismos empobrecedores. Para ele, o marxismo coloca em movimento três críticas, a saber, da razão histórica, da razão econômica, e da positividade econômica<sup>344</sup>. Para o autor, um dos principais antagonistas a estas posições são os defensores do chamado marxismo analítico<sup>345</sup>. Grosseiramente, esta tendência pressupõe a valorização das condicionantes

---

<sup>344</sup> Bensaïd, Daniel. *Marx, o Intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica* (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1999, p. 13-14.

<sup>345</sup> Para uma introdução as teses defendidas por esta corrente Ver ROEMER, John (org.). *Analytical marxism*. New York: Cambridge University Press, 1999.

tecnológicas das forças produtivas um papel destacado aos indivíduos e a sua racionalidade como determinantes analiticamente, e o abandono completo de qualquer tipo de *práxis* política que possa ser extraída das reflexões teóricas. Ressalte-se que, como o althusserianismo, o marxismo analítico se encontraria em um ponto oposto ao pós-marxismo no que tange a esta valorização da razão e da cientificidade. Entretanto, tais correntes compartilham a mesma valorização pela sincronia e a rejeição da história como referente.

Para Bensaïd, deve-se destacar que Marx não construiu uma nova filosofia da história, no sentido tradicional de uma teleologia governada por um princípio transcendente ou uma essência voltada para um fim linearmente determinado, mas almejou dessacralizar tal esquema. Ao apostar em uma história profana, Marx buscava especificar as diversas temporalidades ao qual a experiência humana está condicionada, sejam os ciclos, sejam os eventos, seja a conservação, seja a revolução, entre outras, que são condicionadas pela ordem do capital. O objetivo de Marx é exatamente o de mostrar uma forma distinta de experimentar a temporalidade, um tempo outro que não aquele da ditadura do valor<sup>346</sup>.

Esta fusão entre diversas temporalidades cria uma nova escrita da história que, nas palavras de Bensaïd, significa

[...] que não se trata de tomar posse de uma totalidade significativa transparente. Assim, a guerra tem sua lógica política e tecnologia própria, não diretamente redutível à da sociedade. Ela desenvolve relações sociais que não correspondem às da sociedade em seu conjunto ou que antecipam as suas formas futuros. [...] Há desligamento, defasagem, discordância, “relação desigual” e “desenvolvimento desigual” entre produção material e produção artística, entre relações jurídicas e relações de produção. Uma formação social concreta não é redutível à homogeneidade da relação de produção dominante. As diferentes formas de produção (material, jurídica, artística) não andam no mesmo passo. Cada qual tem seu ritmo e temporalidade próprios<sup>347</sup>.

Fica claro para Bensaïd que o marxismo não é essencialismo nem determinismo, o que contradiz a leitura de Laclau e Mouffe. Além disto, implicitamente o pensador francês rejeita o presentismo do pós-marxismo, haja vista que o ponto problemático deste é o emprego do discurso, apresentado como uma “estrutura” que não é atravessada por estas múltiplas temporalidades, além de permitir um jogo de reconstrução de sentido desta mesma “estrutura” por meio do

---

<sup>346</sup> Bensaïd, 1999, p. 56-57.

<sup>347</sup> Idem, Ibidem, p. 40.

momento da hegemonia. Para Bensaïd, estas distintas temporalidades também não podem ser reificadas como conceitos deslocados das condições históricas concretas, pois, como Marx mostrou, estes só adquirem seu verdadeiro sentido no processo histórico. Isto não significa um esvaziamento do presente, mas o reconhecimento de que este está prenhe de distintas correlações de forças, de diversas temporalidades e, principalmente, de lutas e embates que opõem distintas classes. Apreender tal dinâmica é a melhor forma de combater o processo de expansão e reprodução do Capital<sup>348</sup>.

Bensaïd preocupa-se, além disso, em criticar o modo como a questão de classes é tratada pelo marxismo analítico. Este a trata por um prisma que o enquadra dentro da reflexão sociológica, esperando um tipo específico de racionalidade, de definição conceitual que anseia por limitar o marxismo aos termos disciplinares caros aos adeptos da sociologia. A classe, em Marx, “[...] não é redutível nem a um atributo de que seriam portadoras as unidades individuais que a compõem, nem à soma dessas unidades. Ela é algo diferente. Uma totalidade relacional e não uma simples soma<sup>349</sup>.”

É este aspecto relacional entre as classes e as lutas de classe que o pós-marxismo não compreende. Assim, não só Bensaïd como o próprio Thompson pensam estas como parte de um processo de construção dialética que não se resume somente ao momento estrutural da classe. Todavia, incorpora o necessário momento da agência que não deixa de ter papel relevante no processo de construção da noção de classe. Destarte, classe e luta de classes são noções irreduzíveis. Isto ocorre, pois o próprio pensamento de Marx não é estanque e visa apreender a relação dinâmica do real, ou ir do “abstrato ao concreto” em “suas múltiplas determinações”<sup>350</sup>.

Em um subtítulo de seu livro, Bensaïd afirma que jogar não é lutar. Com isto, renuncia-se a uma prática comum na teoria contemporânea que é o uso da analogia com o jogo para explicar qual a melhor forma de compreender o contexto contemporâneo<sup>351</sup>. Tal equivalência é comum no pós-marxismo que pressupõe também um jogo entre os discursos em nome da hegemonia. Pode-se concluir que o

---

<sup>348</sup> Bensaïd, 1999, p. 125-127.

<sup>349</sup> Idem, *Ibidem*, p. 147.

<sup>350</sup> MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 54-55.

<sup>351</sup> Bensaïd, 1999, p. 176-177.

uso desta analogia oblitera o conflito; nivela as relações sociais, especialmente aquelas onde ocorrem assimetrias de poder e de posse de recursos; valoriza a sincronia e o momento do jogo, pressupondo uma consciência e um controle do processo que somente um jogador pleno deteria. A reflexão do passado só teria importância se fosse demandada pelo jogo, ou seja, significa a sua subordinação ao utilitarismo e ao pragmatismo do momento da “jogada”. A história diluir-se-ia em um jogo de soma zero que se inicia e termina infinitamente.

O rompimento entre o pós-marxismo e o materialismo histórico é óbvio e assumido na própria argumentação de Laclau e Mouffe. Porém, as consequências não estavam explícitas no campo teórico, o que os argumentos indiretos de Thompson e Bensaïd apontaram claramente.

Um dos objetivos de Laclau e Mouffe ao romper com o materialismo histórico era o de garantir um “alívio” sobre a agenda política de esquerda do suposto “fardo do passado”. Deve-se considerar que este deteria uma autoridade proveniente do conhecimento das relações causa-efeito da estrutura social, o que desempenharia a dupla função de delimitar e potencializar a intervenção revolucionária de uma classe ou partido. O que se esquece com esta análise é exatamente aquilo que ela almeja combater, isto é, a condição opressiva que a ordem do Capital imprime sobre a existência de milhares de seres humanos. Assim, o fardo é o próprio sistema capitalista que, por meio do seu modo de reprodução sócio-metabólico, como define István Mészáros, degrada a relação como os homens vivenciam o nexos temporal<sup>352</sup>. A necessidade autoexpansiva do Capital modifica objetivamente a relação que se estabelece entre o homem e a natureza, assim como entre os próprios homens. Há uma tendência à aceleração sistêmica deste processo, já que submetido a constante necessidade de valorização do Capital.

Os homens tornam-se “carcaça do tempo”, *reificados* pelo processo de constante extração de sobretrabalho. Igualmente, ao perder de vista tais condicionantes, o pós-marxismo recai no dilema que, quanto mais renega a possibilidade de entender objetivamente a história, mais os homens se distanciam da possibilidade de se *fazer* a história, de uma ação concreta que transforme o atual estado de coisas que as relações capitalistas de produção reproduzem. O pós-marxismo não compreende que o capitalismo tende a gradativamente desumanizar

---

<sup>352</sup> MÉSZÁROS, István. *O desafio e o fardo do tempo histórico: o desafio no século XXI*. São Paulo: Boitempo editorial, 2007, p. 33.

as sociedades em que este se articula, a produzir o que Mészáros, seguindo Kant, chama de *sociabilidade a-social*. Dito de outro modo, uma sensação de eterno presente marcado pela necessidade de responder às condicionantes sistêmicas em prejuízo dos valores antropocêntricos. Ao deixar de lado esta situação, o pós-marxismo perde ao se focar principalmente na crise teórica do marxismo, e *Hegemony* é uma obra dedicada fundamentalmente ao debate teórico. Causas e efeitos deste processo se confundem na argumentação de Laclau e Mouffe<sup>353</sup>.

No panorama atual de Capital-Imperialismo, como apontado no primeiro capítulo, há uma demanda por teorias que percebam as diversas complexidades da ordem do Capital e, principalmente, se disponham a ir além da aparência dos epifenômenos do sistema capitalista. O pós-marxismo, entretanto, pela sua matriz pós-moderna, não deixa de abraçar esta preocupação com o aparente em detrimento do estrutural e do complexo. Segundo Roberto Finelli, o chamado momento pós-moderno nada mais é do que a expansão do capital sobre a totalidade do social. Para o autor, este hipotético novo período é a realização do moderno, haja vista que é esta relação acelerada de abstração e superficialidade das relações sociais de produção que gesta o aparecimento de teorias que se contentam com este nível inicial de análise. Assim sendo, ocorre uma “[...] hegemonia de filosofias e teorias de desmaterialização, que reduzem a realidade a algo constituído apenas por signos linguísticos, ou seja, fazem com que *o ser nada mais seja do que a linguagem*”.<sup>354</sup> O pós-marxismo acabaria por cair nesta análise superficial da realidade, nas artimanhas da expansão massiva de capital-imperialismo, deixando de lado as relações de classe e de força, que hierarquizam homens e mulheres ao redor do mundo.

Um problema que se apresenta, e que é assumido pelo pós-marxismo como uma de suas características fundantes, é de como compreender esta tensão que se estabelece entre a herança marxista e as novas ideias pós-modernas. Como gerar uma agenda política atualizada com as novas correlações de força e com as novas teorias filosóficas, contudo, sem perder de vista sua condição de defender um tipo de sociedade emancipada? Tal problema foi levantado pelo sociólogo marxista Göran Theborn (1941-) e mereceu, da parte dele, uma resposta interessante. O

---

<sup>353</sup> MÉSZÁROS, 2007, p. 36-39.

<sup>354</sup> FINELLI, Roberto. O “pós-moderno”: verdade do “moderno”. In: COUTINHO, Carlos Nelson & TEIXEIRA, Andréa de Paula. *Ler Gramsci*, entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003, p.103.

pensador sueco explica sua posição por meio de uma analogia com o papel da oposição dentro do parlamento britânico. Toma-se a teoria social moderna e seus pressupostos epistemológicos como a rainha é vista dentro das falas dos membros do parlamento, no qual o governo é criticado, mas jamais se questiona a monarquia como eixo norteador.

O marxismo seria deste modo uma “Leal Oposição a sua Majestade”, questionando os aspectos negativos e retrógrados do progresso da sociedade moderna, propondo um aproveitamento das potencialidades deste modelo societário. No entanto, sem pleitear um rompimento com os seus fundamentos sócio-históricos fundamentais. A esta condição dual, Therborn define como a dialética da modernidade. Ressalte-se que o autor usa a expressão modernidade/moderno como uma noção presente na obra do próprio Marx e volta-se para a sua qualidade de denotar mudança, a qual passava a sociedade capitalista entre os séculos XIX e XX<sup>355</sup>.

A dialética da modernidade alternar-se-ia entre dois polos, exploração e emancipação, e seria mais bem compreendida pela teoria de inspiração marxista. Não se deteria no aspecto sociológico da relação, mas voltar-se-ia também à intervenção com vistas a uma sociedade moderna melhorada.

Colocado sobre o prisma desta relação com a modernidade, o pós-marxismo apoiar-se-ia em um ceticismo epistemológico e ontológico que visaria à liquidação das consequências negativas da sociedade capitalista moderna. Por outro lado, ainda almejava a construção de uma alternativa emancipatória a estes problemas. Neste fato, fica claro um descompasso entre os pressupostos do pós-marxismo e seu projeto político. Esta diferença explicita-se especialmente quando da leitura do texto de *Hegemony*, onde a desconstrução da teoria e da filosofia moderna, cria uma séria dificuldade no uso dos conceitos e categorias que possibilitavam a inteligibilidade da sociedade moderna. Para Therborn, teorias que visam operar em um espaço que está para além da dialética da modernidade têm um claro problema, tanto em compreender quanto em, principalmente, adotar uma postura ativa contra as consequências socialmente nefastas do mundo moderno<sup>356</sup>.

---

<sup>355</sup> THERBORN, Göran. *From marxism to post-marxism?* London: New York: Verso books, 2008, p. 67-71.

<sup>356</sup> Idem, *Ibidem*, p. 113-115.

Postmodernism attacked all the grand narratives of modernity, while usually ignoring the dialectical conception of Marxism. But all its sociopolitical advances, all its conquests of ideological space, were against the modernist Left. At the same time, right-wing modernism defeated almost all its traditionalist conservative rivals, most successfully in Thatcher's Britain for neoliberalism may be seen as a high modernism of the Right and, as noted, it has scarcely been dented by postmodernist arguments<sup>357</sup>.

Para Göran Therborn, um dos graves problemas é que o pós-modernismo é uma tendência que conquista muitos seguidores entre os desiludidos com a esquerda tradicional. Todavia, devido as suas contradições teóricas, é incapaz de ser efetivo contra as tendências mais reacionárias do modelo societário moderno. O pós-marxismo, ao fazer esta junção entre marxismo e a teoria pós-moderna, estaria amalgamando dois “paradigmas rivais”, o que enfraqueceria, seguindo Therborn, a sua efetividade frente ao quadro histórico contemporâneo<sup>358</sup>. Além disso, projetaria como modelo ideal o capitalismo avançado da sociedade ocidental como parâmetro para outras experiências históricas. Neste caso, o conceito de *democracia radical* articulado em *Hegemony* é aquele que mais sofre com a falta de uma compreensão histórica e teórica aprofundada.

O pós-marxismo, ao liquidar com condição referencial do passado, indiretamente congelaria as correlações de força em que ele está inserido. A aposta no conceito de democracia e, especialmente, o seu uso de forma quase “desistoricizada”, dota-o de um potencial de representar os mais diversos interesses e simbolizar um processo linear de progresso, graças à expansão do discurso democrático. Assim, um grave problema é a desconsideração dos aspectos contraditórios e históricos por qual passou a democracia ao longo dos anos, enquanto instituição adotada na maioria dos países capitalistas ocidentais.

A democracia em tais regiões apareceria como o principal potencializador do igualitarismo e da liberdade, descartando-se que, na verdade, ela tenha sido vivenciada muito mais por meio de seu formato procedimental analisado nos escritos

---

<sup>357</sup> [O pós-modernismo atacou todas as grandes narrativas da modernidade, enquanto geralmente ignorou a concepção dialética do marxismo. Mas todos os seus avanços sócio-políticos, todas as suas conquistas de espaço ideológico, eram contra a esquerda modernista. Ao mesmo tempo, os modernistas de extrema-direita derrotaram quase todos os seus rivais conservadores e tradicionalistas, com mais sucesso para o neoliberalismo da Grã-Bretanha de Thatcher, onde este pode ser visto como um alto modernismo do Direito e, como mencionado, tem sido pouco prejudicado por argumentos pós-modernos.] Tradução Livre. Idem, *Ibidem*, p. 125.

<sup>358</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.



de autores como Joseph Schumpeter (1883-1950) e Robert Dahl (1915-)<sup>359</sup>. Destarte, o que se hegemonizou foi a democracia como regra do jogo (eleições, liberdade de imprensa, respeito ao direito positivo, etc.) muito mais que o conteúdo daquilo que está em jogo<sup>360</sup>.

O discurso *democrático radical*, no qual o adjetivo radical é utilizado com grande vagueza, seria capaz de, pelo processo de equivalência/diferenciação, levar os sujeitos de sua condição de submissão, sem consciência e articulação discursiva, para a condição de opressão, em que os sujeitos já teriam articulado um discurso consciente e articulado dentro da situação hegemônica.

O marxismo, pelo contrário, seria culpado por exercer um papel reducionista de difusão de uma eterna suspeita sobre a democracia enquanto procedimento institucional. Além disso, de difundir uma teoria que se fundamenta em um sujeito revolucionário central (classe trabalhadora) descartando os múltiplos discursos (ex: “novos movimentos sociais”), sendo que estes últimos seriam plenamente capazes de ancorar diversos projetos emancipatórios. Rejeitar-se-ia qualquer papel que os conflitos de classe teriam no processo de significação e de formatação que a noção e a própria experiência democrática têm para os sujeitos históricos no mundo de hoje<sup>361</sup>. A tendência antifundacionista levaria a uma constante preocupação em definir democracia como um eterno jogo, e que qualquer tentativa que vise alterar ou controlar o sistema é julgada com extrema desconfiança sendo logo taxada de essencialista ou determinista.

Este receio em não cair em um fundamento para a democracia, o que levaria ao totalitarismo, temor compartilhado com Claude Lefort, funcionaria também como uma forma de dotar os diversos discursos de uma condição de igualdade na manutenção da hegemonia ou na construção da contra-hegemonia. Isto ocorre, pois a teoria formulada por Laclau e Mouffe compreende a realidade como extremamente fluída, contingente e sobredeterminada. Receia-se cair na crença de verdade revelada que assolou algumas tendências do marxismo, além de ter legitimado as

---

<sup>359</sup> Ver a primeira parte do artigo de SANTOS, Maria Helena de Castro. Que Democracia?: Uma Visão Conceitual desde a Perspectiva dos Países em Desenvolvimento. In: *Dados*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 4, 2001. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582001000400003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582001000400003&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 03 janeiro. 2011.

<sup>360</sup> Para uma reflexão sobre a relação frutífera que a democracia em outros termos que não o procedimental pode ter para o marxismo Ver WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

<sup>361</sup> Ver a obra de ELEY, Geoff. *Forjando a democracia: a história da esquerda (1850-2000)*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

ações do Estado soviético durante o século XX. Para não precipitar-se em um fluxo extremo, o pós-marxismo admite a existência de estabilizações temporárias (pontos nodais) e estruturas discursivas. Todavia, o faz sempre reforçando o seu caráter instável e aberto a novas rearticulações.

Este temor do pós-marxismo o levou a rejeitar o passado como um referente importante na construção das suas premissas teóricas. A hegemonia seria o momento de construção de sentido e identidade dos diversos sujeitos, que estariam diluídos em sua condição discursiva. Não se poderia falar de noções como Sujeito, Identidade e Discurso como tradicionalmente pensadas na teoria social moderna. Do mesmo modo, não haveria um antagonismo no sentido do materialismo histórico, entre classes distintas, mas um “antagonismo” que é ao mesmo tempo diferente e equivalente. É inegável que, ao torcer o marxismo e o pós-moderno dentro de um único fenômeno teórico, o pós-marxismo quis construir uma nova linguagem para apreender a suposta sociedade pós-industrial e pós-moderna. Entretanto, esta plêiade de novos conceitos e categorias ainda operava dentro de um mundo que mantinha suas condições reais de existência presas aos processos históricos de produção da existência material e de organização política que o “moderno capital” colocou em funcionamento.

Josep Fontana, um historiador que inspirou algumas das reflexões desta dissertação, explica e esclarece tal descompasso.

[...]estamos falando de história, e que ninguém me diga que tudo isto deve ser analisado como discurso e que a realidade que há por trás dela é inapreensível, porque aquilo de que se trata é que há, segundo as últimas cifras publicadas pelo Banco Mundial, que são as correspondentes a 1995, países em que homens e mulheres têm uma esperança de vida de somente 38 anos, como na Guiné Bissau, [...] que há países com taxas de analfabetismo dos adultos de 86%, como a Nigéria, e países, como Zâmbia, onde mais de 80% da população está abaixo do limite de pobreza[...]<sup>362</sup>.

Portanto, o pós-marxismo não deixaria de ser uma tentativa cética de se libertar do fardo passado, cortando as amarras entre a representação deste e a realidade concreta, almejando uma emancipação que, neste caso, é a expansão paulatina do discurso democrático aceitando como horizonte inescapável o liberalismo e a democracia nos termos deste. A tábua rasa do passado seria a saída

---

<sup>362</sup>FONTANA, Josep. *História depois do fim da História*. Bauru: EDUSC, 1998, p. 35.

para libertar a esquerda dos becos sem saídas de uma matriz teórica ultrapassada, tornando nulo o esforço uma vez realizado por Jean Chesneaux (1922-2007)<sup>363</sup>.

Contudo, ao rejeitar o passado como referente, o pós-marxismo perde a condição de ser efetivo em sua agenda política. Pior, é sufocado pelas próprias determinações históricas da ordem do Capital que assaltam a existência de homens e mulheres ao redor do mundo. Empobrece-se a noção de hegemonia pensada como jogo, que sempre recomeça e pode retroativamente representar as partidas perdidas ou vencidas, ao sabor das necessidades de momento. Os homens, por mais que queiram, não são completamente livres para participar desta partida. Não vivem, da mesma forma, em um mundo pós-histórico em que a história é irrelevante como conhecimento que dota os homens de inteligibilidade da sua condição de existência.

Deste modo, é somente a partir de um conhecimento histórico que busque investigar as correlações de forças em sua historicidade, reconhecendo seu papel determinante, mas não determinista, ao mesmo tempo em que não se oblitere o papel da experiência dos sujeitos históricos, é que se pode impulsionar um projeto concreto de intervenção nas estruturas de poder e produção, que assimetricamente mantém homens vivendo experiências históricas tão distintas ao longo dos últimos séculos.

---

<sup>363</sup> CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábuas raso do passado?: Sobre a história e os historiadores*. São Paulo, Ática, 1995.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou a representação do tempo histórico implícita ao pós-marxismo de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Inicialmente, uma das grandes dificuldades enfrentadas foi a constante reconfiguração de categorias e conceitos da teoria social moderna que, sobre a pena dos autores pós-marxistas, ganhavam novos sentidos. Ao mesmo tempo, coabitavam com outras categorias e conceitos que ainda possuíam uma estreita relação com o quadro teórico moderno. Para evitar uma naturalização do hibridismo teórico proposto pelo pós-marxismo, este foi analisado por um prisma que ia para além do seu próprio discurso, que o colocasse nas contradições históricas que o engendraram e nas implicações teóricas da sua visão sobre a história.

Nesta leitura a contrapelo, um problema foi a maneira como o pós-marxismo representou a relação entre o passado, o presente e o futuro. Destarte, o pós-marxismo é calcado na diluição do passado como referente e na exaltação do presente como momento da hegemonia, no qual os discursos são rearticulados frente à contingência e à fugacidade da experiência humana. Para Laclau e Mouffe, o passado como referente seria uma sutura, um fardo que impossibilitaria o jogo da hegemonia e vedaria uma efetiva emancipação. Por conseguinte, o futuro seria accidental, aberto às múltiplas possibilidades de articulação do discurso.

Esta rejeição da história não deixaria de ser uma característica da segunda metade do século XX, período do capital-imperialismo e suas necessidades maciças de valorização do capital, da infinidade de conceitos e categorias que preveem, seja uma racionalização e informatização das “sociedades pós-industriais” em direção a um progresso linear, seja um ceticismo epistemológico e um antifundacionismo ontológico que postula, no geral, uma sociedade pós-moderna.

O marxismo vivenciaria um período de crise com o refluxo das lutas de classe, com o desmantelamento da alternativa socialista e com releituras teóricas que rompiam radicalmente com posições fundamentais do materialismo histórico. Assim, o pós-marxismo não deixaria de ser um índice das correlações de forças do *fin de siècle*.

O pós-marxismo e sua exaltação da hegemonia como relação política descentrada atrelava-se aos “novos movimentos sociais” e à busca de um projeto político que abarcasse o maior número de “sujeitos”. O discurso democrático e sua

capacidade de atender a esta demanda, permitindo uma gradativa emancipação social, seria o mais adequado a estes anseios. A história e o processo histórico apareceriam como um bloqueio a este jogo, já que pressupunham uma relação de referência entre o passado e o discurso que se produz sobre ele. Neste caso, qualquer menção a estruturas e regularidades como também a lutas de classe seriam fruto de um discurso específico e datado. Uma tentativa de dobrar o “real” sob a leitura enviesada do marxismo.

Explicita-se, com isto, o beco sem saída que o pós-marxismo se coloca. Haja vista que se calca em um “libertador” ceticismo epistemológico, ao mesmo tempo em que almeja efetivar uma agenda emancipatória que transforme as condições concretas dos homens, sem jamais se referenciar diretamente a estas. A mudança está no campo do discurso, no jogo da hegemonia.

A teoria da história, que se depreende da análise do pós-marxismo, é claramente unidimensional e deficiente para a prática historiográfica, mantendo estreitos laços com uma teoria pós-histórica e pós-moderna, que, igualmente, rejeitam a existência de qualquer passado, a não ser aquele articulado pelo discurso. Este movimento é realizado em nome de uma pretensa liberação dos homens no presente das amarras do passado. Esta “liberdade”, mais do que uma oportunidade, se mostra imobilizadora dos projetos concretos de intervenção.

Esta dissertação buscou ver no materialismo histórico uma importante referência para a compreensão do processo histórico, indo além das caricaturas deterministas e essencialistas pintadas no texto de Laclau e Mouffe. Marx, Thompson, Bensaid, Fontana, entre outros, operam dentro de um quadro teórico que permite ao historiador pensar o real e suas múltiplas determinações. Não haveria nem o passado fechado e soberano das fontes, como pensavam muitos historiadores metódicos, nem o presente absoluto que enuncia livremente o passado, como pensam muitos historiadores pós-modernos. Assim, o historiador deve ser consciente da relação dialética que se estabelece entre estas diversas instâncias temporais.

Por fim, esta dissertação teve como um de seus objetivos avançar nas discussões caras ao campo da teoria da história. Atualmente, há uma profusão de posições que defendem ou um puro empirismo, como saída para os “perigos” da teoria, ou a valorização exacerbada da teoria, que descarta a história e a experiência

concreta. Estes reducionismos são empobrecedores, e ao historiador cabe a tarefa de evitá-los. Entretanto, para isto, deve se dedicar a pensar a sua própria disciplina.

## REFERÊNCIAS

*A vida de Brian* (Life of Brian). Terry Jones, Grã Bretanha: Handmade films, 1979. 1 Dvd.

ALTAMIRA, César. *Os marxismos do novo século*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

ALTHUSSER, Louis. *A favor de Marx*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1979.

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. *A (des)continuidade da tradição marxista no pós-marxismo de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe*. 2011. 127 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Sociologia. Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

\_\_\_\_\_, O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. In: *Lua Nova*: revista de cultura e política. Nº 80, 2010.

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do capitalismo*. São Paulo: Editora Boitempo, 2000.

AMADEO, Javier. Mapeando o marxismo In: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. (orgs.) *A Teoria Marxista Hoje: problemas e perspectivas*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1999.

\_\_\_\_\_, *Considerações sobre o marxismo ocidental: Nas trilhas do materialismo histórico*. São Paulo: Editora Boitempo, 2004.

ANDREUCCI, Franco. A difusão e a vulgarização do marxismo. In: HOBBSAWM, Eric [et. Al.]. *História do marxismo: o marxismo na época da Segunda Internacional*. Vol.2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ANKERSMIT, Frank R. "Historicismo, pós-modernismo e historiografia" In: MALERBA, Jurandir (org.) *A História Escrita*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_, Historiography and Postmodernism In: ANKERSMIT, Frank R. *History and tropology: the rise and fall of metaphor*. Berkeley: Los Angeles: the university of California press, 2004.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 9ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da

Unicamp, 2003.

ARONSON, Ronald. *After Marxism*. Guilford Press, 1994..

\_\_\_\_\_, Historical materialism, Answer to marxism's crisis. In: *New Left Review*. I- nº 152, July- August 1985.

BELL, Daniel. *O fim da ideologia*. Brasília: editora da UNB, 1980.

\_\_\_\_\_, *The coming of post-industrial society: a venture in social forecasting*. Basic Books: New York, 1999.

\_\_\_\_\_, O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social. Cultrix: São Paulo, 1977(originalmente lançada em inglês em 1973).

BENSAÏD, Daniel. *Marx, o Intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1999.

BEYNON, Huw. The miners' strike in Easington In: *New Left Review*. Vol. 1, nº 148, november-december, 1984.

BIANCHI, Alvaro. *O laboratório de Gramsci: Filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORON, Atilio A. Pelo necessário (e demorado) retorno ao marxismo. In: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. (orgs.) *A Teoria Marxista Hoje: problemas e perspectivas*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

BOTTOMORE, Tom (org.) *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *Campo de poder, campo intelectual: Itinerario de un concepto*. Montessor, 2002.

BOWMAN, Paul. *Post-Marxism versus Cultural Studies: theory, politics and intervention*. Edinburgh: Edinburgh University press, 2007.

BRAGA, Ruy. *A restauração do capital: um estudo sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Xamã, 1996.

BREISACH, Ernest. *On the future of history: the postmodernist challenge and its*



aftermath. University Press Chicago, 2003.

BUEY, Francisco Fernández. *Marx(sem ismos)*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

BURITY, Joanildo A. *Desconstrução, hegemonia e democracia: o pós-marxismo de Ernesto Laclau*. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/nabuco/joan7.rtf>> Acesso em: 15 julho 2009.

BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

CAHOONE, Lawrence E. Introduction In: CAHOONE, Lawrence E. *From modernism to postmodernism: an anthology*. Oxford: Blackwell, 1996.

CALINICOS, Alex. *Contra el postmodernismo*. Bogotá: El Acorá, 1998.

\_\_\_\_\_, Periodizing capitalism and analyzing imperialism: classical marxism Capitalist evolution. ALBRITTON, Robert; ITOH, Makoto; WESTRA, Richard; ZUEGE, Alan. (orgs.) *Phases of capitalist development: booms, crises and globalizations*. New York: Palgrave, 2001.

\_\_\_\_\_, Whither Anglo-Saxon Marxism? In: BIDET, Jacques & KOUVELAKIS, Stathis(orgs.). *Critical companion to contemporary marxism*. Leiden; Boston: Brill, 2008.

CARCANHOLO, Reinaldo A. & NAKATAMI, Paulo. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. In: *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v.20, nº 1, p.284-304, 1999.

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion. “Críticas de duas questões relativas ao anti-realismo epistemológico contemporâneo” In: CARDOSO, Ciro Flamarion. *Um historiador fala de Teoria e Metodologia: ensaios*. Bauru: EDUSC, 2005.

CHAKRABARTY, Dipesh. The death of history? Historical consciousness and the culture of late capitalism. In: JENKINS, Keith & MUNSLOW, Alun. *The nature of history reader*. London: New York: Routledge, 2004.

CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. In: *Outubro*, São Paulo, n. 5, p. 7-28, 2001.

CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábua rasa do passado?: Sobre a história e os historiadores*. São Paulo, Ática, 1995.

CLARK, Elizabeth A. *History, theory, text: historians and the linguistic turn*. Massachusetts: London: Harvard University Press, 2004.

COELHO, Erelino. *Uma esquerda para o capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005, 548 f. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2005.

COGGIOLA, Osvaldo. *O Capital contra a História: gênese e estrutura da crise contemporânea*. São Paulo: Xamã, Edições Pulsar, 2002.

COLLINGWOOD, R.G. *A ideia de História*. Lisboa: Editorial Presença, 1981.

COUTINHO, Carlos Nelson. O conceito de política nos Cadernos do Cárcere. In: COUTINHO, Carlos Nelson & TEIXEIRA, Andréa de Paula. *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

\_\_\_\_\_, *Espectros de Marx: o estado da dívida, o trabalho do luto e a nova internacional*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

\_\_\_\_\_, *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

DOSSE, François. *História do Estruturalismo*. Vol. 2. O canto do cisne de 1967 aos nossos dias. Bauru: EDUSC, 2007.

DUMÉNIL, Gérard & LÉVY, Dominique. *Capital Resurgent: Roots of the Neoliberal Revolution*. Cambridge: Massachusetts: Harvard University press, 2004.

EAGLETON, Terry. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_, *Depois da Teoria: um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_, *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Editora UNESP: Editora Boitempo, 1997.

ELEY, Geoff. *Forjando a democracia: a história da esquerda (1850-2000)*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

EVERDELL, William R. *Os primeiros modernos: as origens do pensamento do*

século XX. Rio de Janeiro: São Paulo: Editora Record, 2000.

FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Editora Nobel.

FELSKI, Rita. Fin de siècle, fin de sexe: transsexuality, postmodernism and the death of history. In: JENKINS, Keith & MUNSLOW, Alun. *The nature of history reader*. London: New York: Routledge, 2004.

FERKISS, Victor. Daniel Bell's concept of post-industrial society Theory, myth and ideology. In: *Political Science Reviewer*, nº 9, fall, 1979.

FINELLI, Roberto. O "pós-moderno": verdade do "moderno". In: COUTINHO, Carlos Nelson & TEIXEIRA, Andréa de Paula. *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: EDUSC, 1998.

\_\_\_\_\_, *História depois do fim da História*. Bauru: EDUSC, 1998.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: Teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 9ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FREITAG, Barbara & PINHEIRO, Maria Francisca. Introdução. In: FREITAG, Barbara & PINHEIRO, Maria Francisca. *Marx morreu: viva Marx!* Campinas: Papius, 1993.

GALBRAITH, John Kennedy. *The affluent society*. New York: Mariner Books, 1998.

GERAS, Norman. Ex-marxism Without Substance: Being a real reply to Laclau e Mouffe. In: *New Left Review*. Nº 169. May-June 1988.

\_\_\_\_\_, Post-Marxism? In: *New Left Review*. Nº 163. Maio-Junho 1987.

GIDDENS, Anthony. "Estruturalismo, pós-estruturalismo e a produção cultural" In: GIDDENS, Anthony & TURNER, Jonathan (orgs). *Teoria Social Hoje*. São Paulo: Editora da Unesp, 1999.

GOLDSTEIN, Philip. *Post-Marxist Theory: an introduction*. New York: New York press, 2005.

GORZ, André. *Farewell to the working class: an essay on post-industrial socialism*.

London: Sidney: Pluto press, 1987.

GOULART, Audemaro Taranto. *Notas sobre a desconstrução em Derrida*. Disponível em: [http://www.ich.pucminas.br/posletras/Producao%20docente/Audemaro/Derrida%20-%20Desconstruca o.pdf](http://www.ich.pucminas.br/posletras/Producao%20docente/Audemaro/Derrida%20-%20Desconstruca%20o.pdf). Acessado: 12 de junho 2011.

GOULDNER, Alvin. *The two Marxisms: contradictions and anomalies in the development of theory*. New York, Seabury Pres, 1980.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: volume 3*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_, *Selections from the prisons notebooks*, New York: International Publishers, p. 276.

GRÜNER, Eduardo. Leituras culpadas: Marx(ismos) e práxis do conhecimento. In: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. (orgs.) *A Teoria Marxista Hoje: problemas e perspectivas*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

HABERMAS, Jürgen. *Para a Reconstrução do Materialismo Histórico*. 2ª edição. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1990.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 16ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HAUPT, Georges. Marx e os marxismos. In: HOBBSAWM, Eric (org.). *História do marxismo: o marxismo no tempo de Marx*. Vol.1. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HELLER, Agnes & FEHÉR, Ferenc. *A condição política da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

HOBBSAWM, Eric. A fortuna das edições de Marx e Engels. In: HOBBSAWM, Eric (org.). *História do marxismo: o marxismo no tempo de Marx*. Vol.1. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_, *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

HOLUB, Renate. *Antonio Gramsci: beyond marxism and postmodernism*. London: New York: Routledge, 1992.

HUTCHCON, Linda. *Poética do Pós-modernismo: História, teoria, ficção*. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1988.

IANNI, Octavio. *Teorias da Globalização*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

JACOBY, RUSSELL. *Dialectic of defeat: contours of western marxism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

JAMESON, Fredric. Actually existing marxism. In: JAMESON, Fredric. *Valences of the dialectics*. London: Verso books, 2009.

\_\_\_\_\_, Periodizando os anos 60. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pós-modernismo e política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1991.

\_\_\_\_\_, Pós-modernismo e sociedade de consumo. In: JAMESON, Fredric. *A virada cultural: reflexões sobre o pós-moderno*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_, Pós-Modernismo: *A lógica do capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Ática, 2004.

JENKINS, Keith. *A História Repensada*. 2ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

\_\_\_\_\_, *Why History? Ethics and postmodernity*. London: New York: Routledge, 1999.

KELNER, Hans. Western marxism. In: HARRINGTON, Austin (org.) *Modern Social Theory: an introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. *Historia/historia*. Madrid: Minima Trotta, 2004.

KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. 2ª Ed. Rio de Janeiro, 2006.

LACLAU, Ernesto & MOUFFE, Chantal. *Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Madrid: letra e, 1987.

\_\_\_\_\_, *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*. 2ª ed. London: New York: Verso books, 2001.

\_\_\_\_\_, Post-marxism without apologies In: *New Left Review*. Nº 166. November-December. 1987.

LACLAU, Ernesto .Why Constructing a People Is the Main Task of Radical Politics In: *Critical Inquiry* nº 32, Summer (2006).

\_\_\_\_\_, *Os Novos Movimentos Sociais e a Pluralidade do Social*. Texto apresentado no workshop promovido pelo CEDLA (Centro de Documentação Latino-Americano) de Amsterdã, Holanda, em outubro de 1983, sob o título "Novos Movimentos-Sociais e Estado na América Latina" IN: [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_02/rbcs02\\_04.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_02/rbcs02_04.htm). Acessado em 01/05/2008.

\_\_\_\_\_, *Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

\_\_\_\_\_, Structure, history and the political. In: BUTLER, Judith; LACLAU, Ernesto; ZIZEK, Slavoj. *Contingency, Hegemony, Universality: Contemporary dialogues on the left*. London: New York: Verso, 2006.

LAZZARATO, Maurizio & NEGRI, Antonio. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2001.

LECHTE, John. *Fifty key contemporary thinkers: from structuralism to postmodernity*. London: New York: Routledge, 1994.

LOBO, Rafael Haddock. *Para um pensamento úmido: A filosofia a partir de Jacques Derrida*. 2007.453p. Tese (Doutorado em Filosofia). Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

LOJIKINE, Jean. *A revolução informacional*. São Paulo: Cortez, 1995.

LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympo, 1986.

MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio. (Os economistas)*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARCHART, Oliver. *Post-Foundational Political Thought: Political difference in Nancy, Lefort, Badiou and Laclau*. Edimburg: Edimburg University, 2007.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_, *Teses sobre Feuerbach*. 1845. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm> . Consultado em: 10 de março de 2011.

McMILLIAN, John & BUHLE, Paul. *The New Left Revisited*. Philadelphia: Temple University press, 2003.

MELLO, Gustavo Moura de C. *Algumas respostas teóricas para as vicissitudes do capitalismo contemporâneo: crítica ou fetichismo?* São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007, 236 f. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MERLEAU-PONTY, Maurice. "Western" Marxism. In: MERLEAU-PONTY, Maurice. *Adventures of The Dialectics*. Evanston: Northwestern, 1973.

MERQUIOR, José Guilherme. *O marxismo ocidental*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

MÉSZÁROS, István. *O desafio e o fardo do tempo histórico: o desafio no século XXI*. São Paulo: Boitempo editorial, 2007.

\_\_\_\_\_, *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo editorial, 2004.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. O renovado conservadorismo da agenda pós-moderna. In: *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 122, p. 337-357, maio/ago. 2004.

MOTA, Sonia Borges Vieira da. A Gramatologia, uma ruptura nos estudos sobre a escrita. *DELTA*, São Paulo, v. 13, n. 2, ago. 1997. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-44501997000200006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501997000200006&lng=pt&nrm=iso)> . Acesso em 24 jul. 2010.

MOUZELIS, Nicos. Marxism or post-Marxism? In: *New Left Review*. Nº 167. January – February. 1988.

MUNSLOW, Alun. *Deconstructing History*. 2ª Ed. London: New York: London; Routledge, 2006.

MUSSE, Ricardo. Teoria e Prática. In: LOUREIRO, Isabel & MUSSE, Ricardo (org.) *Capítulos do marxismo ocidental*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

NASH, Matthew. *Interrogating post-Marxism: Laclau and Mouffe, Foucault and Zizek*. 2009. 65f. Dissertation (Master)- Virginia Polytechnic Institute. 2009.

NEGΤ, Oskar. O marxismo e a revolução no último Engels. In: HOBBSAWM, Eric [et. Al.]. *História do marxismo: o marxismo na época da Segunda Internacional*. Vol.2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

OUTHWAITE, William & BOTTOMORE, Tom (org.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1996.

PETRAS, James. Intelectuais: uma crítica marxista aos pós-marxistas. In: *Lutas Sociais*, nº 1, São Paulo: Xamã, 1999.

PICHARDO, Nelson A. New Social Movements: A Critical Review. In: *Annual Review of Sociology*, Vol. 23 (1997).

PIORE, Michael & SABEL, Charles. *The second industrial divide: possibilities for prosperity*. New York: Basic books, 1984.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

POSTONE, Moishe. Rethinking Marx (in a Post-Marxist world) In: Camic, Charles (Ed.), *Reclaiming the Sociological Classics*, Cambridge, Mass Blackwell Publishers.

PRIEB, Sergio. *O trabalho à beira do abismo: uma crítica marxista à tese do fim da centralidade do trabalho*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

QUADROS, Eduardo Gusmão. "Gramatologia e crítica histórica" In: *Revista de Teoria da História*. Ano 1, Número 2, dezembro/ 2009.

ROCHA, Ronald. Dois violinos e uma só harmonia. In: TOLEDO, Caio Navarro de; BOITO JR, Armando; RANIERI, Jesus José; TRÓPIA, Patrícia Vieira. (orgs.) *A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações*. 1ª Ed. São Paulo: Xamã, 2000.

RODRIGUES, Robério Paulino. *O colapso da URSS: um estudo das causas*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006, 295f. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ROEMER, John (org.). *Analytical marxism*. New York: Cambridge University Press, 1999.

ROUDINESCO, Elizabeth. *Filósofos na Tormenta: Canguilhem, Sartre, Foucault, Althusser, Deleuze e Derrida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2007.

RUSTIN, Michael. *The Politics of Post-Fordism: or, The Trouble with 'New Times'*. In: *New Left Review*. Vol. 1, nº 175, may-june, 1989.

SANTOS, Maria Helena de Castro. Que Democracia?: Uma Visão Conceitual desde a Perspectiva dos Países em Desenvolvimento. In: *Dados*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 4, 2001. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582001000400003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582001000400003&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em 03 de janeiro de 2011.

SARTRE, Jean-Paul. *Crítica da Razão Dialética*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.



SCHAFF, Adam. *A sociedade informática: as consequências sociais da segunda revolução industrial*, São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_, *História e Verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

SECCO, Lincoln. *Gramsci e a revolução*. São Paulo: Alameda, 2006.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (orgs) [et al]. *Enciclopédia de guerras e revoluções do século XX: as grandes transformações e mudanças do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

SILVA, Josué Pereira da. A crise da sociedade do trabalho em debate. In: *Lua Nova*, São Paulo, n. 35, 1995. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451995000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451995000100008&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em: 11 de Janeiro de 2011.

SIM, Stuart. "Postmodernism and philosophy" In: SIM, Stuart (org). *The Routledge Companion to postmodernism*. New York, Routledge, 2001.

\_\_\_\_\_, *Post-Marxism: An intellectual history*. London: New York: Routledge, 2000.

SINGER, Paulo. Apresentação. In: MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio. (Os economistas)*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SOUZA, Ricardo Timm de. "A Filosofia e o pós-moderno: algumas questões e sentidos fundamentais" In: GUINSBURG, Jacó & BARBOSA, Ana Mae. (orgs.) *O pós-modernismo*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

TEIXEIRA, Francisco & FREDERICO, Celso. *Marx no século XXI*. 2ª ed. São Paulo: editora Cortez, 2009.

THERBORN, Göran. *From marxism to post-marxism?* London: New York: Verso books, 2008.

THOMAS, Peter D. *The Gramscian Moment: Philosophy, Hegemony and Marxism*. Leiden: Boston: Brill, 2009.

THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria ou planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1981.

TOFFLER, Alvin. *A terceira onda: a morte do industrialismo e o nascimento de uma nova civilização*, Rio de Janeiro: Record, 1980.

TOSEL, André. *The Development of Marxism: From the End of Marxism-Leninism to a Thousand Marxisms -France-Italy, 1975–2005* In: BIDET, Jacques & KOUVELAKIS, Stathis. *Critical companion to contemporary marxism*. Leiden; Boston: Brill, 2008.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. 7ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_, *La société postindustrielle*. Paris: Denoël, 1973.

\_\_\_\_\_, Na fronteira dos movimentos sociais. In: *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n. 1, abr. 2006. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_artt\\_ext&pid=S0102-6992-2006-000100003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_artt_ext&pid=S0102-6992-2006-000100003&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em 08 jan. 2011. doi: 10.15 90/S0102-6992 20060 001 00003.

VAISMAN, Ester. A obra de juventude e da maturidade: ruptura ou continuidade? In: TOLEDO, Caio Navarro de; BOITO JR, Armando; RANIERI, Jesus José; TRÓPIA, Patrícia Vieira. (orgs.) *A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações*. 1ª Ed. São Paulo: Xamã, 2000.

VAN DER LINDEN, Marcel. *Western marxism and the Soviet Union: Survey of critical theories and debates since 1917*. Leiden: London: Brill, 2007.

WEBER, Barret. Laclau and Zizek On democracy and populist reason. In: *International Journal of Zizek Studies*, vol. 5, nº 1, 2011.

WEBSTER, Frank. *Theories of information society*. London; New York: Routledge, 1995.

WHITE, Hayden. *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX*. 2ª Ed., São Paulo: EDUSP, 1995.

\_\_\_\_\_, O fardo do passado In: WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 1994.

WILDING, Adrian. The complicity of posthistory. In: BONEFELD, Werner. et al (org) *Open Marxism*. Vol. III. London: Pluto press, 1995.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

\_\_\_\_\_, O que é a agenda “pós-moderna”? In: WOOD, Ellen Meiksins & FOSTER, John Bellamy. *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1999.

\_\_\_\_\_, *The retreat from Class: A new "true" Socialism*. London: New York; Verso books, 1986.

ZIZEK, Slavoj, *A visão em paralaxe*. São Paulo; Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_, *The Sublime object of ideology*. London: Verso Books, 1989.

\_\_\_\_\_, Class struggle or Postmodernism? Yes, Please! In: BUTLER, Judith; LACLAU, Ernesto; ZIZEK, Slavoj. *Contingency, Hegemony, Universality: Contemporary dialogues on the left*. London: New York: Verso, 2006.

\_\_\_\_\_, "Schlagend, Aber Nicht Treffend!," *Critical Inquiry* nº 33, Autumn (2006).

\_\_\_\_\_, "Against the Populist Temptation," *Critical Inquiry* nº32, Spring (2006).